

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
MUSEU NACIONAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira**

# Mulheres, Militância e Memória

Rio de Janeiro

1996

Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira

## **Mulheres, Militância e Memória**

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Antropologia Social do Museu Nacional da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientador: **Prof. Gilberto Velho**

Rio de Janeiro

1996

## RESUMO

Baseada nos testemunhos de treze ex-presas políticas da ditadura militar de 1964, esta dissertação focaliza a questão da construção da memória coletiva desse grupo, recuperando o processo de redefinição de sua identidade social. O resgate desse passado, como uma história oral reconstruída através das trajetórias de vida dessas mulheres, confirma que sua versão da história daqueles vinte e um anos pode ser reconhecida e incorporada à história brasileira. Seus relatos revelam o papel que esse conjunto de atores sociais assumiu e a identidade estigmatizada que o regime lhes conferiu, demonstrando, além disso, o duplo movimento de ruptura que essas mulheres efetuaram ao entrar para a luta armada posicionando-se contra o regime e contrariando a hierarquia de gênero. O acesso a esses dados desdobrou-se em uma indagação sobre os possíveis significados da ação dessas mulheres. Nesse sentido, houve uma tentativa de se elaborarem aspectos do quadro sócio-cultural da época através do conteúdo das recordações das entrevistadas que podem explicar suas opções dentro daquela realidade. Situadas nos grandes centros urbanos, tanto a prática da guerrilha quanto a das forças de repressão representam um rico acervo para a análise de experiências-limite dentro desses espaços. Embora tenha sido aqui aproveitado de forma limitada, esse material que expõe as condições de vida na clandestinidade, na tortura e na prisão levanta questões importantes para a antropologia acerca dos arranjos sociais que são criados na interação entre os agentes em tais situações, sobre suas representações e suas conseqüências.

# SUMÁRIO

Apresentação	1
1. O contexto	
1.1 os anos 60	5
1.2 os anos 70	8
2. O objeto	
2.1 a(s) mulher(es)	11
2.2 a militância	16
2.3 a memória	29
3. As entrevistas	
3.1 algumas considerações preliminares	35
3.2 os contatos e os encontros	41
4. Histórias de vida, histórias de sobrevivência	53
4.1 a idade da inocência	58
4.2 a idade do perigo	79
4.3 a idade da razão	118
Algumas reflexões	138

## ABREVIATURAS

ALN	- Ação Libertadora Nacional
AP	- Ação Popular
CENIMAR	- Centro de Informações da Marinha
CIE	- Centro de Informações do Exército
CISA	- Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COLINA	- Comando de Libertação Nacional
DEOPS	- Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DI	- Dissidência
DOI-CODI	- Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	- Departamento de Ordem Política e Social
DVP	- Dissidência da VAR-Palmares
HCE	- Hospital Central do Exército
JOC	- Juventude Operária Católica

JUC	- Juventude Universitária Católica
MR-8	- Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OBAN	- Operação Bandeirantes
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
PC do B	- Partido Comunista do Brasil
PCBR	- Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PE	- Polícia do Exército
POLOP	- Organização Revolucionária Marxista Política Operária
UBES	- União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UNE	- União Nacional dos Estudantes
VAR-Palmares	- Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares
VPR	- Vanguarda Popular Revolucionária

# Apresentação

A memória social brasileira ainda não recuperou o conteúdo de uma etapa importante da história recente do país. A versão oficial sobre esse momento encobre a de outros participantes, cuja contribuição para os acontecimentos daquele período torna sua interpretação insubstituível. A exclusão dos relatos desses agentes sociais do processo de reconstrução histórica dos vinte e um anos da ditadura militar aponta claramente para a relação de poder que está sempre em jogo, no curso da produção de memória e no da construção da história. Conseqüentemente, aponta também para a importância de se dar voz àqueles que o discurso oficial exclui. Dentro desse quadro, achei relevante trabalhar com depoimentos de indivíduos que tiveram participação ativa nos acontecimentos daquele período mas que, de certa forma, estão fora da história. E como a categoria mulher é uma das que não têm registro histórico pertinente, considereí valioso o testemunho daquelas que militaram contra o regime. Trata-se de uma tentativa de resgatar parte do repertório sócio-cultural daquele período, através de suas lembranças e de suas histórias de vida.

A reconstituição da trajetória coletiva desse grupo de mulheres e de suas trajetórias individuais, num processo de constante interação entre essas duas instâncias, constrói uma outra versão desse período da história brasileira, ao mesmo tempo que as faz emergir pela primeira vez como agentes, já que, até então, tinham estado sistematicamente ausentes dos registros históricos. Ausentes, por imposição de sua condição de gênero que universalmente as aparta da vida pública ou, quando finalmente presentes - como no caso aqui em questão -, retiradas de cena pela repressão violenta que se abate sobre a sociedade brasileira. Naquele momento, entretanto, elas não foram os únicos sujeitos afastados do curso e do registro da história. Naquela vez, não foram excluídas por serem mulheres, mas por sua posição ideológica, cuja ação política, entretanto, desafiava não somente o código da Lei de Segurança Nacional como também o código de seu papel de gênero, em meados dos anos 60.

Com isto em mente, pretendo apresentar as experiências de vida dessas mulheres a partir de sua entrada na militância e na clandestinidade até os dias de hoje, passando pelo momento da prisão, pelo da tortura e pela vida carcerária. A reconstituição das trajetórias de vida das ativistas políticas escolhidas por esta pesquisa se deu a partir da elaboração dos dados recolhidos em entrevistas. O recurso à fonte oral, além de uma necessidade metodológica imposta pela inexistência de outras fontes, surge como método privilegiado para este tipo de trabalho.

Este procedimento oferece um campo sempre aberto para a coleta de dados, cuja fonte é inesgotável por ser dinâmica, contraditória e imprevisível. O recurso a essa fonte em aberto permite acesso a um material extremamente rico e denso. Nesse sentido, a recuperação de uma trajetória de vida ganha espessura e vitalidade na fala de quem viveu, sobretudo pela interação que se estabelece entre entrevistado e entrevistador - entre quem fala e quem faz falar. Por outro lado, o confronto do conteúdo das diferentes entrevistas produz, em sua polifonia, um diálogo de outra ordem, que recria a trajetória coletiva de um grupo historicamente datado. E é na tensão entre as duas dimensões dos relatos que o procedimento revela o quanto esta experiência é valiosa para esses sujeitos na construção e elaboração

de suas identidades, ao mesmo tempo que eles próprios, com suas lembranças, são valiosos para o registro histórico.

Inicialmente, dentro do universo a ser estudado - o das ex-presas políticas da ditadura militar - , a escolha das informantes recairia sobre aquelas que tivessem tido, além da experiência da tortura, uma permanência carcerária prolongada. Esses dois aspectos constituiriam o perfil paradigmático de mulheres, cujo ingresso no movimento da resistência armada as lançara para dentro de mundos desconhecidos: o da guerrilha e o da repressão. Dessa forma, tentava encontrar um grupo mais ou menos homogêneo que justificasse, ao final da pesquisa, a elaboração de um quadro sobre a questão da construção de identidade social (principalmente a de gênero) e, conseqüentemente, sobre a problemática do papel da mulher na sociedade brasileira, a partir de um caso limite. Como em todo começo, as pretensões transbordavam os limites da realidade, tanto na proposta, quanto nos critérios para o recorte do objeto.

De todo modo, a seleção das participantes obedeceu a tais critérios, mas de forma flexibilizada. Nem todas as mulheres estiveram presas por longos períodos (embora todas tenham sido detidas por órgãos da repressão) e nem todas foram torturadas (na realidade, só uma das entrevistadas não sofreu sevícias durante seu confinamento). A necessidade de se relativizarem esses critérios surge no momento em que o campo da pesquisa revela seu caráter multifacetado e fragmentário, pela própria natureza da organização dos grupos militantes - o que não permite um perfil único para o conjunto - e também pela própria condição do relato individual, com a visão pessoal de cada experiência. Por outro lado, os próprios limites desta dissertação exigiram uma adequação do material a ser pesquisado a certos constrangimentos de ordem prática.

Durante a pesquisa, foram entrevistadas treze mulheres, na faixa etária de 44 a 52 anos, das quais duas são de Pernambuco, uma da Bahia, quatro de Minas Gerais, uma de São Paulo, uma de Niterói e quatro do Rio de Janeiro. No momento, três delas moram em São Paulo, uma em Petrópolis e uma, temporariamente, no Canadá (em fase de conclusão de curso de doutorado, tendo passado um período no Rio, no momento desta pesquisa). Todas as outras (inclusive esta que está no exterior) têm residência na cidade do Rio de Janeiro. Todas foram presas no antigo Estado da Guanabara, em São Paulo ou em Niterói, embora as entrevistadas pernambucanas, a baiana e as mineiras já militassem em seus estados de origem. Onze são graduadas, sendo que uma é mestre, duas são doutoras e três outras estão em fase de doutoramento. E todas trabalham: duas na área de saúde (na realidade, uma aposentou-se recentemente), três na de documentação, uma na de jornalismo, uma na de psicanálise, uma como curadora de museu, uma como produtora cultural, duas como professoras universitárias, uma na área de pesquisa e publicações e a outra na de políticas sociais. Apenas três não têm filhos.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>As mulheres que entrevistei não aparecem no texto com seus nomes verdadeiros porque, quando ouvidas a respeito dessa questão, algumas optaram pelo anonimato (a escolha de seus codinomes e sua distribuição foram aleatórias). Desse modo, o critério ficou sendo igual para todas, o que de fato facilitou o transcurso dos depoimentos. É importante salientar que esse anonimato é relativo, devido à exposição que estas mulheres ficaram sujeitas em função de sua atuação na esfera pública - quer através de projetos coletivos ou através do sucesso de suas vidas pessoais. Assim, em alguns casos, não ficará difícil reconhecer a mulher por trás da personagem através de dados em seus próprios testemunhos, fato que elas certamente percebem.



As entrevistas foram feitas no espaço de oito meses durante o ano de 1994, variando em número de acordo com cada depoimento. Apenas uma das entrevistadas não permitiu que seu relato fosse gravado. A duração de cada encontro oscilou entre duas e seis horas de cada vez, atendendo menos à disponibilidade de tempo das recordadoras do que, em cada ocasião, à sua disposição para falar.

Todos os contatos que foram feitos, com uma única exceção, resultaram em entrevistas. Ficou evidente a vontade que elas tinham em colaborar, apesar do esforço que isso exigia e do sofrimento que, por vezes, suas recordações provocavam. Em um caso, a série de depoimentos foi interrompida porque a entrevistada demonstrou não ter condições emocionais para prosseguir.

As entrevistas foram conduzidas sem roteiro prévio, buscando-se, de forma solta e através de associações de idéias, evocar suas lembranças e com elas suas histórias de vida, sem seguir necessariamente uma ordem cronológica. Em várias ocasiões, fiz perguntas dirigidas a algum aspecto de seu relato ou sobre alguma situação que supostamente tivessem vivido mas que ainda não tinham revivido. Em outros instantes, servi de apoio, indicando o trecho onde, por alguma razão, o relato havia sido interrompido, ou mesmo relembando o assunto que estava sendo abordado. A entrevista aberta é, sem dúvida, um procedimento difícil pelas complicações que traz para sua transcrição e para a ordenação dos dados colhidos mas, por outro lado, é incomparavelmente mais rica pelas contradições que incorpora, pela contribuição espontânea do depoente acerca de aspectos insuspeitados pelo entrevistador, pelos silêncios e hesitações - sempre carregados de significado - que são mais frequentes num discurso livre de certos controles externos. Enfim, este breve comentário serve também para antecipar alguma reflexão que deverá ser desenvolvida neste trabalho, a respeito da interação entre entrevistador e entrevistado e sua importância no resgate de memória individual e, ao mesmo tempo, na construção de memória coletiva.

A reconstrução desse passado pelas recordações das entrevistadas oferece, além de um painel sobre a cultura de uma época e da revelação do papel de vanguarda dessas mulheres, um mapa dos espaços urbanos que foram palco de suas lutas e abrigo para a clandestinidade. Todas as entrevistadas - salvo um único caso em que a militante, depois de um período de ação na cidade, foi para o Araguaia - atuaram todo o tempo no meio urbano. O retraçado geográfico que elas fazem ao relatarem seus deslocamentos e ao descreverem a rede de contatos que mantinham, revela também o perfil dessas cidades, pela vida que nelas se desenrolava, com o trânsito entre várias de suas dimensões, das quais a da clandestinidade e a dos porões da tortura eram apenas outras, dentre tantas. Este contexto é parte relevante dos depoimentos para a configuração daquele passado e para a compreensão de suas condições materiais e existenciais. Nesse sentido, considere importante também ouvir as impressões de um advogado que defendeu perto de mil presos políticos nos processos instaurados pelos tribunais militares, como também os pais de uma militante que, mesmo tendo sido absolvida pela justiça militar, acabou morrendo nas mãos da tortura. Em ambos os casos, os relatos reconstróem as redes que estas pessoas percorreram, na tentativa de resgatar os jovens das malhas do sistema.

Estes são, portanto, os aspectos principais que esta dissertação pretende levantar, tentando acompanhar a reconstrução de uma parcela desse passado através de histórias de vida que se enredam em tantas outras, formando uma trama cujos significados possíveis abrem campo para outros a serem recuperados. Nesse sentido, é inquietante que esse passado ainda não tenha sido suficientemente elaborado pela memória da sociedade brasileira - mesmo que sejam claras as razões para isso, durante

um certo período - sabendo-se das marcas que os acontecimentos daquela época deixaram nos destinos do país.

Assim, é alentador verificar que uma tentativa de construção dessa memória vem sendo elaborada, de forma mais consistente, desde o princípio da década de 90, através de testemunhos - de ex-militantes, de militares e de tantos outros que estiveram envolvidos direta ou indiretamente no confronto entre as forças de esquerda e o regime de exceção<sup>2</sup>. A variedade de vozes, em consonância ou dissonância, que participa dessa elaboração e a incorporação de diferentes tipos de registros sobre o período a este processo amplia seu alcance. Estas outras contribuições que surgem fazem circular idéias sobre experiências do processo, lançando ao grande público fragmentos desse passado. Portanto, além do valioso recurso à publicação de depoimentos, há outros que vêm dando alguma visibilidade a aspectos e/ou versões da história do período, no campo da literatura, na imprensa, no cinema e na televisão, com modos específicos de elaboração e interpretação dos acontecimentos. Somando-se a esses esforços, a produção acadêmica, sob forma de pesquisas, de reflexão teórica e de discussão interdisciplinar, vem aprofundando a elaboração da questão. Pode-se dizer que há, neste momento, condições históricas e culturais favoráveis à produção e à recepção desses discursos e, nesse sentido, à construção da memória social dos anos da ditadura militar.

---

<sup>2</sup>Já a partir da segunda metade da década de 70 começam a aparecer as primeiras publicações sobre a ditadura militar e a ação das organizações clandestinas de esquerda. *Cartas da prisão*, de Carlos Alberto Libanio Christo (o frei Beto) é de 1977 (RJ: Civilização Brasileira), ano em que também sai *Os militares no poder*, de Carlos Castello Branco (RJ: Nova Fronteira); em 1978, Hamilton Almeida Filho publica *Sangue quente: a morte do jornalista Wladimir Herzog* (SP: Alfa Ômega) e em 1979, a Editorial Livramento (SP) publica *Escritos de Carlos Marighella*, entre outras publicações de outros autores e editoras. Ao mesmo tempo, a imprensa alternativa (*Cadernos de Opinião*, *Movimento*, *O Pasquim* etc) tem um papel importante na veiculação dessa vertente de idéias. Nos anos 80, a produção se intensifica, mas a repercussão desses escritos ainda era relativa, não atingindo o grande público.

# 1

## O contexto

Toda memória é socialmente construída. Maurice Halbwachs o afirma demonstrando ser esta o resultado de uma reconstituição do passado dentro de um quadro de recordações comuns a um dado grupo histórico. Ou seja, o que é lembrado só tem sentido em relação a um conjunto do qual faz parte, dependendo também do quadro de referência dentro do qual evoluem o grupo e os indivíduos que elaboram a rememoração (Halbwachs:1968).

É necessário, portanto, situar as entrevistadas desta pesquisa no tempo e no espaço evocados por suas recordações. Ao tentar recuperar em poucos parágrafos esse contexto, espero restituir uma amostra do que foi o espírito dessa época. Esta é a primeira condição para poder-se aproximar do significado do engajamento dessas mulheres em projeto coletivo de tal ordem e entender suas trajetórias de vida. Passo, então, ao panorama dos acontecimentos que se desenrolavam no Brasil e no mundo nos anos 60 e seus desdobramentos no país nos anos 70.

### *1.1 os anos 60*

A mobilização que dá vigor à vida estudantil nos grandes centros urbanos no Brasil, nos anos 60 - sobretudo no eixo Rio-São Paulo, mas também em centros como Salvador, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre - é resultado de condições internas que dispõem os jovens a exigirem mudanças que disseminem justiça social a todas as camadas da população brasileira, contemplando finalmente sua grande parcela de excluídos sociais. Esta disposição também encontra inspiração *extramuros*. Entre outros estímulos, o da revolução cubana, na década anterior, instiga o ânimo daquelas mentes ávidas por soluções drásticas para os problemas do país. Cuba traduz paradigmaticamente o ideário de esquerda que vem inspirando a juventude e setores da *intelligentsia*, mundo afora.

No âmbito internacional, o transcorrer da década se dá com movimentos de cunho revolucionário, dos mais diferentes matizes - desde a revolução de ordem política à revolução de costumes. Como vimos, no Brasil é fortalecido o pensamento de setores progressistas e de esquerda que nutrem a esperança de transformar a iníqua realidade social, orientados em seus projetos pela utopia revolucionária, que, nos primeiros instantes, ainda era de inspiração pacífica. Portanto, a mola mestra que impulsiona a ação e as representações sociais de setores politicamente engajados é “mudança.”

Quando Jânio Quadros se retira de cena, abre-se espaço para o prosseguimento de um projeto político fortalecido pela sustentação teórica já produzida pelo ISEB (Instituto Social de Estudos Brasileiros), cujos conceitos de *alienação* e de *desenvolvimentismo* apontavam para uma solução de cunho nacionalista. O CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE (União Nacional dos Estudantes), por sua vez, é um exemplo prático do tipo de inspiração daquele momento, no qual a do Partido Comunista Brasileiro tinha papel preponderante. Surgem, assim também, a aplicação do método Paulo Freire de alfabetização e as Ligas Camponesas.

Essa temática assumidamente nacionalista vai ao encontro da crescente politização de segmentos médios da sociedade e às aspirações de suas fileiras progressistas. A arte, por exemplo, torna-se engajada e popular, quando Carlos Estevam Martins, presidente do CPC, declara que fora da arte política não há arte popular e que a cultura popular é uma forma particular de consciência política, desaguando sempre, não na ação política geral, mas na ação política do povo. Assim, a necessidade imperiosa de mudança que está inscrita em muitos redutos da sociedade, tem uma direção precisa. O golpe militar de 64 pretende vedar-lhe o curso, atendendo a outras aspirações. O que produz, entretanto, é uma alteração de trajetória que leva tanto a esquerda quanto o próprio regime à radicalização e a notórias conseqüências.

Para Zuenir Ventura, esse primeiro momento do arbítrio traduz-se pelo fim da ilusão na cultura de esquerda pré-64 e o ano de 1968 representa o fim da sua inocência (Ventura:1988). De fato, esses dois momentos são etapas distintas dentro desse período também conhecido por *anos de chumbo*, cujo divisor de águas foi o Ato- Institucional nº 5.

Refeita da desilusão, perseguida pelos seus propósitos, dividida face ao impasse em que se encontra, grande parte da esquerda se mobiliza, depois do golpe, para continuar e acelerar a implementação de seu projeto. É nesse momento que a participação estudantil se intensifica e que as organizações clandestinas contam com a adesão de um significativo contingente desse segmento social para seus quadros<sup>3</sup>. Esse processo se desenrola durante os primeiros anos da ditadura, até o ano de 1968.

Esse ano tornou-se um marco na história recente. No Brasil, a data que o firma é o 21 de junho, a *sexta-feira sangrenta*, que prenuncia o que o ano de 1968 traz em seu bojo. Essa sexta-feira não é a transposição mimética do movimento estudantil de maio em Paris. A motivação é de outra ordem, o inimigo é outro. Ao contrário de lá - das contestações abstratas e genéricas contra a opulência e degenerescência de uma sociedade que, segundo eles, esgotara seu modelo - assiste-se aqui à manifestação da ira dos jovens que remonta a 28 de março, data da morte do estudante Edson Luís. Não se trata de um ato de rebeldia, mas sim de rebelião.

Entretanto, não se pode deixar de perceber a sincronia dos eventos. Questões abrangentes estavam colocadas para o mundo. Os anos dourados do pós-guerra estavam sendo enterrados no Vietnã. O desmascaramento da colonização na África estava terminado. Os sistemas são colocados em xeque. Tanto nos Estados Unidos como na Europa, a sociedade calcada no ideário liberal-burguês padece de uma aguda crise de valores. De um lado, ela é denunciada pelos fenômenos de contracultura, sobretudo o movimento *hippie* que, apesar da brandura de suas propostas, representa uma alavanca para a expressão do descontentamento que permeia a sociedade americana, sofrendo, por isso mesmo, violência nas mãos da polícia que tenta impedir suas demonstrações em vários pontos do país. E maio de 1968, em Paris, é, por outro lado, um libelo contra a insuficiência e os equívocos do mesmo modelo. Não se trata, nesses casos, de uma luta contra um regime, como no caso do Brasil ou da Checoslováquia de Dubcek. É uma

---

<sup>3</sup>É importante frisar desde já que outras categorias de militantes (de outras faixas etárias e de outras origens, com trajetórias diferentes) exigem um estudo cuidadoso, principalmente devido à pouca exposição que têm recebido dentro do processo de recuperação da memória do movimento de esquerda daquele período; entretanto, o universo desta pesquisa, por particularidades de sua construção, revelou-se estar concentrado, nas suas origens, no meio estudantil das camadas médias urbanas, centro produtor de grande parcela da militância.

luta contra um sistema de práticas e de valores. Mesmo em outro contexto, a decepção também é inevitável. A esperança que invade Praga com a primavera é dizimada por tanques soviéticos em agosto. Na China, a Revolução Cultural abala violentamente a organização sócio-cultural do país.

Entre nós, o ano é também de radicalização de posições. O pensamento de esquerda vinha sendo hegemônico nos meios intelectual e artístico, contando, como já foi dito, com forte adesão de setores estudantis. Nas discussões, nos debates, nas passeatas (o espírito é de mobilização e engajamento), o Brasil (o politicamente atuante) parece ser todo de esquerda. O Governo Costa e Silva teme essa radicalização, na medida em que o empurra - na sua visão - para uma posição de confronto. No final do ano, vem do governo a resposta radical: a decretação do Ato Institucional nº 5, com a suspensão das garantias individuais e dos direitos políticos. Daí para frente o confronto sai da esfera das idéias e desce para as ruas, com a luta armada, e para os porões, com a tortura.

A resistência à ditadura estava sendo articulada por setores da esquerda desde o primeiro instante, embora muitos considerem que essa articulação estivesse prejudicada por falta de coesão interna aos grupos, condição necessária para uma ação mais eficaz. Mesmo assim e apesar destes setores terem sofrido perseguições desde o momento inicial - com um grande número de seus “quadros” sendo preso e tendo, portanto, que agir clandestinamente - é somente nessa situação de recrudescimento da violência do Estado autoritário que a militância, de fato, submerge. Só adquire visibilidade, a partir de então, através da luta armada - efetiva ou hipotética (que é, neste caso, uma construção, feita de exageros pelos órgãos repressores, para legitimar as investidas terroristas do Estado). Assim, o ano de 1968 foi, de fato, a linha divisória nas vidas dos militantes, ganhando especial destaque nos relatos das entrevistadas.

Um aspecto central dessa década, que se desdobra, embora com outras ênfases, nos anos subsequentes, refere-se à intensificação do processo de autonomização de esferas da vida social e sobretudo do indivíduo, que ganha ainda maior preeminência. Sua posição privilegiada dentro da estrutura social no mundo ocidental contemporâneo passa a ser defendida pelo indivíduo através da prática da sublevação ou, ao contrário, pela resistência pacífica contra tudo que venha a tolher sua livre manifestação de idéias e comportamento. Os grandes mentores intelectuais da revolta desse tempo - Marcuse e Reich - pregam o regime da liberação e da expressão plena do “eu.”

É nesse contexto que Maria Luiza Heilborn reconhece que: “Esses anos ‘agitados’ exprimem, sob determinada feição, o nódulo central do modo de operação do individualismo, isto é, a pulverização das formas sociais sob o impacto do indivíduo-valor” (1992:151),<sup>4</sup> cujo ideário influencia o movimento

---

<sup>4</sup> Louis Dumont reconhece na centralidade do indivíduo e de suas idéias dentro da estrutura social a marca da configuração que ele denomina de *individualismo*; ele contrasta esta configuração social com a da sociedade tradicional, cujo princípio fundamental é a hierarquia - princípio este que é negado pela configuração social moderna; no *holismo*, designação para o pólo da tradição (considerado pelo autor como sendo a forma universal da estruturação do social e, portanto, sendo a forma moderna uma espécie de anomalia dentro do sistema), há precedência da totalidade sobre a parte, tendo na transcendência seu valor central; no caso do *individualismo*, o que ocorre é a autonomização das partes; é nessa condição que se reconhece o indivíduo como seu valor central a partir do qual e para o qual se orientam a organização social e a cultura das sociedades modernas, sobretudo na sua forma contemporânea (Dumont, 1985 e 1992); como veremos adiante, é dentro do ideário de igualdade e de liberdade destas sociedades que se constrói a problemática feminina e, em um outro nível, o movimento de liberação da mulher (Heilborn, 1992).

feminista e a conseqüente transformação comportamental que se instala a partir desse momento - dados de grande relevância para a questão discutida nesta dissertação.

Entre nós, esse sentimento de liberação é sintetizado por Caetano Veloso na sua canção *É proibido proibir*, apresentada no III Festival Internacional da Canção em São Paulo, no ano de 1968 - a poucos meses do golpe final da ditadura sobre essas aspirações emergentes. Constatam-se aqui a impossibilidade da conjugação desse ideário com o da Ideologia da Segurança Nacional e suas trágicas conseqüências. As idéias que inspiram o movimento de reconstrução sócio-política do país, em conjunção com a transformação de costumes, têm que encontrar novas formas de existência e aqueles que escolheram essa via assumiram todos os riscos.

Assim, o ano de 1968 é o espelho de um tempo crítico - de crítica e de crise - gestor de transformações que repercutirão por muito tempo no futuro. No Brasil chega antecipadamente - com o AI-5 - a derrocada de uma década que fora política, voluntarista e utópica.

## ***1.2 os anos 70***

A forte repressão exercida pela censura desde o AI-5 e seu impacto sobre a realidade social brasileira daquele período ainda não foram suficientemente analisados. Nesse sentido, o estudo sobre os anos 70 e sobre a atmosfera de ambigüidade, de irrealidade e alienação, que essa década reflete, ainda está por ser feito. Flora Sussekind (1985), por exemplo, traz um diagnóstico para a crise na produção literária daquela década, afirmando que a censura não pode ser sua chave explicativa (razão corrente para o “vácuo” artístico), apesar de ter sido então eleita como a grande interlocutora para a produção artística. O equívoco, para ela, teria sido o fato de não se ter dialogado (os autores e artistas) diretamente com a realidade. Entretanto, não era esse interlocutor (a censura e seus efeitos) um dos aspectos mais contundentes da realidade brasileira?

É possível que a imagem construída dessa década ainda prescindia da aproximação necessária para se entender o que, na realidade, representa o dito “vazio cultural”, de que é acusado o período da vigência do AI-5. A própria expressão indica o equívoco da avaliação, já que traduz uma impossibilidade. O “diálogo” com a realidade é permanente e a cultura se faz e refaz através dele. Porém, a questão que se coloca para a antropologia nesse contexto é a de desvendar que tipo de diálogo - com que código e veiculando que significados - foi construído naquele período, para garantir o processo de *negociação da realidade* (Velho:1994) e, com ele, a vida social. Que representações estavam sendo elaboradas para abordar aquela realidade esquizóide, atravessada simultaneamente pelo binômio arbítrio/repressão e “milagre econômico”? A falsificação das aparências, pela subtração de informação e de informantes sobre essa realidade, forja um quadro de dúplice marginalização e alienação (a social e a política), que retira os agentes sociais de sua posição de sujeitos de sua própria história. O que significou isso, por sua vez, para a produção de idéias no país e para o processo de construção de identidade social?

Luciano Martins, em seu ensaio “A geração AI-5” (1979), busca estabelecer a relação entre autoritarismo e alienação, considerando esse grupo (de 16 a 20 anos de idade em 1968 e com origem

social e geográfica específicas) como a expressão típica dessa relação, no Brasil. Ao falar dessa geração, o ensaísta a constitui enquanto uma “contra-cultura,”<sup>5</sup> proveniente de um segmento de alta classe média urbana, de “famílias intelectualizadas ou para-intelectualizadas”. Desta forma, L. Martins analisa o universo de valores, o estilo de vida e o sistema de referências daqueles jovens que, em vez de terem restaurada a noção de *sujeito*, têm exacerbada a noção de *subjetividade*, através de comportamentos que ele considera idiossincráticos (p. 74): o culto à droga, adesão ao modismo psicanalítico e a desarticulação do discurso. Ao mesmo tempo, uma contracultura de outra ordem é tratada neste ensaio, à qual é dirigida uma severa crítica, embora reconhecendo a nobreza de suas intenções:

*[...] a guerrilha jamais conseguiu lograr qualquer embasamento social efetivo. Uma verdade hoje solar e que nem mesmo a furada peneira “vanguardista” será capaz de pretender tapar.*

*A experiência guerrilheira produziu, entretanto, duas consequências dramaticamente importantes para o desenvolvimento de outras formas reativas: exacerbou quase que ao paroxismo a face abertamente repressiva do regime e vedou à juventude, por largo tempo, o exercício de qualquer prática política. Em decorrência, [...] as duas linhas de resistência à “cultura autoritária” ficaram praticamente restritas aos domínios da defesa da liberdade individual e da consciência crítica.*<sup>6</sup>

Trajetórias radicais, em aparente oposição, mas que certamente contribuem para a formação do quadro político-cultural do país nas décadas futuras. Entretanto, a tentativa de se determinar em que medida a “cultura autoritária” interagia com a sociedade, reproduzindo-se ou provocando atitudes reativas, e quais as representações dos diferentes grupos nessa interação são questões ainda em aberto.

O excuro acima possivelmente surgiu da minha dificuldade em construir um pequeno quadro explicativo sobre a década de 70, menos pela falta de material a respeito do que pela sensação de desconforto ao novamente me deparar com ela, nestas circunstâncias. A apresentação da realidade em dois planos disjuntos - o oficial (“legítimo/legal”) e o subversivo (“terrorista/ilegal”) com seus respectivos *mundos paralelos* (Velho, op. cit.) da legalidade e da clandestinidade - constituídos pelo discurso dominante autoritário, não a esgota. Existe a outra dimensão dessa realidade, a da repressão e a da luta armada, com seus *mundos* de terror (na tortura), de vida cotidiana (apesar da clandestinidade), e de confinamento (na prisão, na clandestinidade e no exílio). Embora ambas tenham pertinência histórica, como têm todas e quaisquer dimensões de acontecimentos e vivências de grupos sociais e de culturas, vejo-me compelida aqui a tratar desse período a partir da ótica das informantes, sem qualquer preocupação em desvendar a lógica e as representações de que falei acima, inseridas na dita normalidade do mundo oficialmente reconhecido e legitimado.

Desse modo, os relatos das ex-militantes revelam uma realidade que é, no mínimo, desconcertante. Esse efeito é causado pelo insólito de suas experiências e pelo fato de que elas tinham como palco, na maioria das vezes, as ruas, os espaços públicos das grandes cidades, convivendo com o fluxo normal da vida cotidiana e, no entanto, apartadas desse curso, mesmo quando, com identidade “fria”, nele circulavam e agiam. Além do mais, os resultados do projeto econômico do governo, vistos àquela altura,

---

<sup>5</sup>Marcelo Camurça Lima, em *Os melhores filhos do povo* (1994), considera o MR8 também como uma forma de contracultura (tratando desta organização principalmente a partir do final dos anos 70); a cultura “em negativo” que L. Martins analisa em suas “[...] formas francamente anônimas de comportamento” (1979: p. 73) difere das formas clandestinas de comportamento da cultura militante, sobretudo em um aspecto: a existência de um projeto coletivo, para a militância, em contraposição ao que ele considera o cultivo da subjetividade das outras formas.

“milagrosamente” transformam o Brasil na 8ª potência mundial. O clima geral de otimismo, intensificado e sustentado pelos meios de comunicação, se choca com a interpretação que a esquerda faz dessa realidade, além de criar uma atmosfera irreal para quem está vivendo na clandestinidade, pelo contraste que revela entre essas duas dimensões de um mesmo país (o “legal” e o clandestino), sem mencionar outros contrastes, já tradicionalmente conhecidos.

Apesar de ser uma das características da vida em centros urbanos, o anonimato vivido por essas mulheres e seus companheiros de militância é de outra ordem, como o é também o trânsito entre as diversas esferas da vida social percorridas voluntária ou involuntariamente pelos guerrilheiros. Portanto, o descompasso entre as vidas desses agentes e o ambiente cultural no qual agem e do qual desaparecem é revelado por sua condição especial dentro desse espaço (embora seja o espaço urbano - por excelência - o grande potencial articulador do projeto revolucionário gestado no país pelas características da sociedade nele produzida e embora os atores a ele pertençam). Em outras palavras, apesar de incursões e ações no campo, a guerrilha no Brasil é urbana e, em grande medida, “burguesa”, segundo avaliações das informantes. O ambiente físico e cultural onde transcorrem as ações da guerrilha e as das forças da repressão é, ao mesmo tempo, palco e abrigo, produzindo redes secretas tanto de informação, como de solidariedade. Palco para o combate, abrigo para a tortura e para a clandestinidade.

A vida social - principalmente no meio urbano em sociedades moderno-contemporâneas, atravessado pela fragmentação e pela diferenciação (Velho: 1981) - apresenta traços contraditórios que se constituem em constante tensão. Nelas, o arranjo tipo “caleidoscópio” dos processos sociais, que ora se definem pela unidade, ora pela descontinuidade, algumas vezes em movimento de totalização, outras em de particularização, embaralha a percepção, podendo causar a sensação de desconcerto ao observador. Podemos imaginar, portanto, o que se passa na articulação entre a realidade “aparente” e o fluxo dos acontecimentos nos anos 70. Hoje, à distância e com a reconstituição possível elaborada pelos depoimentos, pode-se perceber o grau paroxístico daquela experiência social, caso limite que coloca em evidência elementos expressivos e intensificados da vida em sociedade complexa. É possível, também, entrar-se em contato com a prática da tortura - fato que parece estar fora do pacto da cultura e inscrito em instância não-codificada - e seus efeitos sobre seres existenciais e históricos.

Com estas observações, fecho este painel - embora desigual e incompleto - do período que serve de manancial às lembranças das treze mulheres que concordaram em recompor “magicamente”, como diz Halbwach, esse passado e com ele, suas identidades.

---

<sup>6</sup>Martins, Luciano, *ibid.*, p. 80.



## O objeto

Meu primeiro interesse pelo tema da militância política durante o período da ditadura militar foi despertado pela situação dos grupos guerrilheiros dentro do espaço urbano e sua articulação e interação com este contexto. A experiência da clandestinidade, por um lado, e a do confinamento (quer nos órgãos de tortura ou no cumprimento de pena, na prisão), por outro, ofereciam-me farto e instigante material para uma análise das complexas relações sociais dentro de grandes cidades contemporâneas, numa sociedade como a brasileira, e sobretudo naquele momento de exceção. A configuração sócio-política daquele período revelava a natureza paroxística das estratégias e das ações dos grupos envolvidos no confronto político e os tremendos riscos que corriam. Tratava-se, portanto, de uma situação limite e da observação privilegiada que esta pode oferecer a um pesquisador.

Em um segundo momento, deparei-me com a necessidade de recortar esse objeto de estudo, fechando-lhe o campo, ao mesmo tempo em que aprofundava as questões sobre ele. A opção radical dos indivíduos que entraram para luta armada é intrigante para o observador, principalmente se este leva em consideração o fato de que grande parte desse contingente de guerrilheiros era composta por jovens estudantes das camadas médias urbanas. Esta opção parece ainda mais radical e incomum quando se depara com a participação de mulheres. No caso, jovens que assumem um papel inédito tanto no campo da política quanto no das relações de gênero.

Nesta etapa da aproximação do campo que tencionava estudar, certifiquei-me de que a perspectiva que adotaria para abordá-lo seria a da experiência da mulher dentro desse contexto. Em primeiro lugar, esta escolha se deu por identificação de gênero e de geração, apesar (ou por isso mesmo) da sensação de estranhamento que a experiência dessas mulheres me despertou. E depois, além da empatia pelo objeto de estudo, encontrei em suas trajetórias de vida elementos valiosos para indagar sobre a problemática da construção de identidade social (política e de gênero) e, necessariamente, sobre a da construção de memória de um determinado grupo histórico.<sup>7</sup>

Assim, neste capítulo da dissertação, com o apoio teórico a que recorri, passo a elucidar a abordagem que faço do tema, pela junção de três perspectivas, com as quais espero construir o objeto que busquei.

### **2.1 a(s) mulher(es)**

Desde um viés psicanalítico, pelo qual o sexo feminino é marcado por um sinal de ausência de significante, passando pelas análises de estrutura de parentesco em sociedades simples, nas quais a

mulher encarna um valor de troca, até - em categorização recente - enquanto gênero “oprimido”, a representação da mulher se revela ambígua e enigmática.

A clássica indagação de Freud pode ser reformulada para a antropologia e constituir-se em indagação sobre a própria condição da mulher, a partir da posição em que ela se encontra dentro dos sistemas culturais. Portanto, ao invés de buscar-se saber *o que quer uma mulher*, pode-se perguntar o que se quer de uma mulher. No processo social de construção da realidade, os papéis masculinos e femininos são socialmente constituídos e culturalmente definidos, estabelecendo para cada gênero seu código específico.<sup>8</sup> Nesse sentido, deve-se perguntar também o que se quer de um homem. Nos dois casos, a pergunta - que se remete às expectativas de cada grade cultural em relação a seus agentes - deve estar sempre referenciada a seu contexto, pois as soluções para os problemas da existência social são elaborados de forma original por cada cultura. Mas, mesmo assim, há uma diferença fundamental entre os dois casos.

Desconsiderando o fator biológico como tal fundamento - ao tomar a diferença nele inscrita como propriamente uma construção social - distancio-me de interpretações que, nos termos de Pierre Bourdieu, se aproximam de uma “biologização do social” ou “socialização do biológico” (1990:12) na construção da diferença entre os sexos. Apesar de os órgãos sexuais evidenciarem essa diferença, não há, neles mesmos, nada que os qualifique nem que a qualifique. Para Bourdieu, portanto, o falo é instituído como símbolo de fecundidade e virilidade pela visão de mundo que o privilegia (ibid.:14).

É nesse sentido que vejo a *diferença*, elemento constitutivo da formulação das grandes questões que cada cultura se faz e da sua seleção de alternativas para resolvê-las. Assim, a diferenciação entre os sexos está na base do processo classificatório que organiza a sociedade, ao mesmo tempo que é, ela própria, construída pela cultura. Além do mais, considerando-se que a sexualidade, o sistema de gênero e a reprodução constituem símbolos, por serem investidos de significado, e considerando-os como o conjunto de fundamentos operacionais que organiza uma sociedade e sua cultura (Otner e Whitehead 1991:17), pode-se constatar - como será demonstrado mais adiante - que no processo da construção social dos sexos fica estabelecida a desigualdade de *status* entre os dois.

Assim, a participação diferenciada e desigual dos homens e das mulheres na vida social - apesar dessa diferenciação variar de cultura para cultura - forma sistemas tanto de oposição como de complementaridade, e até mesmo de um *continuum* entre os dois gêneros, pela presença de categorias de valor que informam e organizam a própria vida social. Margaret Mead, em seu livro *Sexo e temperamento* (1988), considera que essa participação diferenciada entre homens e mulheres na vida social não está ligada ao fator sexo. Ao analisar o comportamento dos membros de três tribos da Nova Guiné, ela constata que em duas das tribos não havia contraste entre os sexos, sendo as personalidades iguais tanto para os homens quanto para as mulheres - isto é, agressiva para os dois em uma tribo e dócil para ambos na outra. Já no terceiro caso, há o que consideraríamos uma inversão de atitudes sexuais da

---

<sup>7</sup>Esta perspectiva não exclui o meu primeiro campo de interesse; apenas desloca a focagem para as experiências das militantes de então e, a partir delas, enquadra o espaço urbano e as relações desses agentes com esse contexto.

<sup>8</sup> Jane Collier e Michelle Rosaldo em “Politics and gender in simple societies” (1981:318) reconhecem nas motivações subjetivas implicações de ordem social: “[...] desires themselves are products of social systems that already specify relationships and include presuppositions about individual capacities.”

cultura ocidental, sendo a mulher o parceiro dirigente na relação. Com isso, a antropóloga americana afirma que é a cultura que molda o temperamento de cada sexo em cada organização social, apresentando, na maioria das vezes, diferenças no condicionamento dos homens e no das mulheres.

Entretanto, a preocupação de Margaret Mead não se volta para o significado dessas diferenças dentro da estrutura de gênero, por estar direcionada a considerações de cunho psicológico, sempre atenta a questões comportamentais. Assim, a autora trabalha com uma padronização de comportamento dos sexos à luz de “temperamentos” sociais culturalmente moldados, desconsiderando a assimetria da estrutura de gênero e sua conseqüente ordenação por status. Nessa medida, desconsidera também a questão da desigualdade, em seu sentido político mais amplo.

Distancio-me deste enfoque por estar preocupada sobretudo com as conseqüências políticas que essas diferenças socialmente construídas produzem - isto é, propriamente com a questão da desigualdade e não somente com a da diferença - e com a problemática da cidadania para as mulheres que vivem em sociedades complexas. É assim que posso concordar com Rosine Perelberg quando ela afirma que “não são as diferenças *per se* que são as fontes de desigualdade; é sua posição na hierarquia de *status* que dá origem à desigualdade” (1990:: 67).

Voltando à questão inicial, ao se indagar sobre as expectativas da cultura a respeito dos papéis sexuais (e as respectivas identidades daí constituídas) na interação em sociedade e tendo-se verificado suas posições desiguais, constata-se que a posição dominante é a masculina e que esta dominação é universal (Bourdieu 1990; Cucchiari 1981; Darcy de Oliveira 1993; Howell e Melhuus 1993; Ortner e Whitehead 1981).<sup>9</sup> A esta altura, interessa-me tentar resumir o alcance de tal dado.

A questão da desigualdade e da dominação só aparece quando, na compreensão da divisão sexual dos grupos humanos, parte-se da premissa que ela não é um fato natural e sim um fato social que transcende uma mera contingência, exprimindo uma ordem de valores que lhe é anterior. E como tal, não funciona apenas para a harmonia de um sistema e nem é apenas um fenômeno da interação social. Além do mais, essa assimetria constitutiva das relações entre gêneros pode revelar-se em configurações sócio-culturais distintas, através de modelos também diferenciados.<sup>10</sup> No caso das sociedades moderno-contemporâneas, ela emerge dentro de uma perspectiva que incorpora a dimensão do conflito e do poder nas relações sociais, sobretudo por estarem estas justamente inseridas em um quadro de igualitarismo e de liberdade - marcas particulares da ideologia do individualismo. É nesta configuração sócio-cultural e

---

<sup>9</sup>A universalidade do fenômeno dificulta a possibilidade de um efeito desnaturalizador e relativizador sobre ele; o mundo passa a ser incorporado segundo uma única visão englobante e dominante: a masculina (Bourdieu, 1990: 10).

<sup>10</sup>É neste sentido que Louis Dumont analisa a sociedade de castas na Índia, fundada sobre o princípio da hierarquia, contrastando-a com a configuração individualista das sociedades ocidentais modernas, que o negam (1992); considero este quadro explicativo fundamental para o entendimento do estudo de gênero e de sua gênese; a universalidade do fenômeno da “dominação” masculina não significa uma universalidade dos desdobramentos sócio-culturais da questão; talvez fosse interessante criar neste momento - para efeito de clareza - uma distinção possível entre *dominação* e *dominância*; poderíamos dizer que *dominância* é o caráter geral ou predominante do *status* masculino (sua universalidade), o que não representa necessariamente um caráter de *dominação* - aqui entendido por poder e força, o que coloca a diferença de *status* da estrutura de gênero neste caso dentro do domínio da política; este fato pode gerar opressão e/ou conflito e realiza-se, acima de tudo, pela incongruência entre os pressupostos individualistas e a realidade da estrutura assimétrica de gênero nas sociedades modernas.

a partir de seus valores que se instala, nos últimos anos da década de 60, o estudo sobre gênero, cuja abordagem da problemática da diferença entre os sexos destituiu a categoria *sexo* de seu poder explicativo<sup>11</sup> em seu quadro teórico. A nova categoria - a de *gênero* - torna-se o conceito analítico adequado para uma aproximação de tal realidade social que é constituída pela contradição básica entre seus pressupostos e a existência de fato de uma hierarquia de *status*, na qual a mulher ocupa uma posição cujo valor - por se tratar de uma hierarquia - não é apenas diferente, mas é, no caso, inferior.

A esta altura, devo apontar alguns textos que me foram particularmente elucidativos. Encontrei nos ensaios organizados em *Sexual meanings* (Ortner e Whitehead, *ibid.*) uma interlocução interessante para minha indagação sobre a problemática da construção de papéis de gênero. Nesta discussão, os autores buscam, em princípio, entender o que *masculino* e *feminino*, *sexo* e *reprodução* significam em contextos culturais específicos, compartilhando a idéia de que essas categorias são formas simbólicas (e não formas biológicas sexuais), investidas de significado que exigem interpretação antes de uma explicação de sua posição e função em dada realidade social. Um deles é o de Sherry Ortner e Harriet Whitehead (“Accounting for sexual meanings” p.1-27), que faz a introdução da discussão, abordando seus aspectos fundamentais; outro, é o de Salvatore Cucchiari “The gender revolution and the transition from bisexual horde to patrilocal band: the origins of gender hierarchy” (p. 32-62), no qual analisa a sexualidade como um princípio de ordenação social que funda a “ideologia de gênero”.

A discussão sobre a participação diferenciada e desigual da mulher na vida social, sobretudo em sua dimensão política, é desenvolvida em outro ensaio dessa coletânea. Trata-se do “Politics and gender in simple societies” escrito por Jane Collier e Michelle Rosaldo (p. 275-327) introduzindo gênero como o modelo que revela as conexões entre as relações de produção, processos políticos e concepções populares sobre a “natureza humana”. Anteriormente, a própria Jane Collier, com o ensaio “Women in politics” (em *Woman, culture and society*, editado por M. Rosaldo e L. Lamphere, 1974, p. 89-96), já afirmara que o não-reconhecimento do papel político da mulher na sociedade e sua exclusão dos espaços públicos, por excelência, não anulava os efeitos “políticos” de sua atuação sobre e nas relações sociais, demonstrando, além do mais, que o momento de *crise* abria espaço para a ação e concorrência das mulheres, aspecto relevante para minha análise.

Outro enfoque sobre essa questão encontra-se no ensaio “La Domination Masculine” (Bourdieu, P. *op. cit.*) - importante contribuição na composição do quadro do englobamento da esfera social pelo *eidos* masculino e suas conseqüências para o *ethos* de cada cultura.

Outros dois ensaios - “Is female to male as nature is to culture?” (em Rosaldo, M. and Lamphere, L. *Woman, culture and society*, 1974) de Sherry Ortner e “Is sex to gender as race is to ethnicity?” (em Valle, T. del *Gendered Anthropology*, 1993) de Verena Stolcke, fazem reflexão sobre a naturalização da diferença entre os *status* masculino e feminino, discutindo a construção da dicotomia *natureza* e *cultura* e suas conseqüências tanto para questão de gênero, no primeiro caso, como sua repercussão também para outros domínios da vida social, no segundo.

---

<sup>11</sup>*Gênero*: categoria analítica elaborada nos anos 70 para fazer face ao discurso existencialista e universalista corrente; criação simbólica das relações socialmente definidas entre homens e mulheres - podendo apresentar implicações e significados políticos - e que só pode ser entendida em seus próprios

A discussão encaminhada por Maria Luíza Heilborn sobre a incorporação de pressupostos *individualistas* à questão feminina (op. cit.:1992) reforça meu entendimento do fenômeno da participação das mulheres na militância contra o regime militar. Na realidade, com estes princípios instaura-se a questão da e sobre a mulher, já que esta só ganha razão de ser dentro do universo construído pelos valores de igualdade e liberdade do mundo moderno ocidental. Nesta perspectiva, a escolha político-ideológica e existencial de determinado grupo - dentro de uma organização de gênero específica (Brasil - meados dos anos 60) e face ao contexto histórico em que se encontram - ganha inteligibilidade. As considerações em *Dois é par* (ibid.) sobre a configuração individualista e os valores que organizam os arranjos das relações sociais internos a ela são elucidativos para minha percepção da lógica do fenômeno da militância, com seu campo de ação e de articulação (tanto de gênero, quanto político), e o alcance do substrato hierárquico nela presente, mesmo que dentro desta situação - que considero *sui generis* - ele apareça de forma bastante descaracterizada.

Retomo ainda aqui a temática de gênero para enfatizar certos aspectos cruciais para o meu entendimento sobre sua estrutura. Nesse sentido, as análises sobre parentesco revelam como esses sistemas são formas fundamentais de organização social e como a mulher é o elemento de coesão e ordenação social, por excelência, pelo *valor* que lhe é investido. Por sua vez, ela investe *poder*, embora não o detenha legitimamente. Constata-se a esta altura que, para além da organização social, tais sistemas estruturam as relações de gênero e são estruturados por elas. Assim, a posição da mulher dentro do espaço social é marcada, dentro do binômio público/privado, por sua inserção na esfera do doméstico, do interno, do particular. Enquanto os homens, agindo no domínio do público, são definidos em termos de categorias de *status* (guerreiro, governante, caçador), a vida das mulheres no âmbito do privado as define em termos relacionais (mãe, esposa, irmã). Logo, pode-se considerar que o papel do homem e o da mulher se encontram inseridos num sistema hierárquico de prestígio culturalmente ordenado e que a esfera da atividade social predominantemente associada aos homens engloba a predominantemente feminina (Ortner e Whitehead, ibid.).<sup>12</sup> Nesta linha de análise, o sistema de gênero é uma estrutura de prestígio e catalisador da organização social.

Pierre Bourdieu diz basicamente o mesmo, mas com outra ênfase. Para ele, na vida social, a visão de mundo é a masculina e esta se constitui em “império da cosmologia falonarcísica”, no qual “toda ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica fundada sobre a dominação masculina (op. cit., p. 5). Recuperando o que foi dito acima, vê-se que dentro dessa *cosmologia* há, ontologicamente (e historicamente), espaços *masculinos* e espaços *femininos*. Um exemplo disso é a construção dicotomia hierarquizada entre *natureza* e *cultura* que, com sua valorização distinta, cria domínios relativos a cada pólo da oposição e a cada gênero. Dessa forma, a mulher é alinhada do lado da natureza - ou seja, da esfera da *necessidade*, por ser o *locus* da re-produção da vida. E o homem é

---

termos culturais; Heilborn indica a estreita ligação entre seus pressupostos de igualdade e de liberdade e o ideário individualista (op. cit.:14);

<sup>12</sup>As autoras afirmam que a distinção homem-mulher representa o eixo que atravessa outras áreas do domínio social, estabelecendo divisões internas e gradações, qualificando os espaços que penetram, positivamente, tratando-se de categorias masculinas e negativamente, se femininas; portanto, os dois gêneros são portadores de valor, representando, conseqüentemente estruturas diferenciadas e desiguais de prestígio (p. 16).

colocado dentro da cultura - esfera da *liberdade*, espaço da ação e da singularidade; em outras palavras, *locus* da produção e re-produção de *prestígio*. O homem encontra-se, portanto, originalmente dentro de uma posição (*status*) mesmo que não exerça uma determinada função, pois a de gênero lhe confere essa prerrogativa. Pierre Bourdieu expõe essa condição:

*Exclure la femme de l' agora et de tous les lieux publics où se jouent les jeux ordinairement considérés comme les plus sérieux de l'existence humaine, tels ceux de la politique ou de la guerre, c'est lui interdire en fait de s'approprier les dispositions qui s'acquièrent dans la fréquentation de ces lieux et de ces jeux, comme le point d'honneur, qui porte à rivaliser avec les autres hommes.*<sup>13</sup>

Tendo isto em vista, não se pode, porém, deixar de incluir uma outra dimensão do processo de construção do sistema de gênero. A partir de um outro nível de análise, é necessário que se considere o ator social e sua ação intencional no que Alfred Schutz considera o mundo da vida (*Lebenswelt*), mundo que o indivíduo percebe e interpreta, atribuindo-lhe significado e orientação (1979).

Dentro e a partir da estrutura geral de gênero, encontra-se, portanto, o campo de interação social com sua multiplicidade de planos e de possibilidades, espaço da permanente construção/reconstrução da identidade dos indivíduos.<sup>14</sup> Esta interação oferece o *campo de possibilidades* de que dispõem os atores para elaborarem e executarem seus *projetos* (individuais e coletivos) (Schutz, *ibid.*, Velho: 1994), “instrumento básico de *negociação da realidade* com outros atores, indivíduos ou coletivos” (Velho, *ibid.*:103). Nesse sentido, ficam recuperados o potencial de transformação da realidade social e o espaço para a *negociação* na construção das identidades sociais - neste caso, mais especificamente, a de gênero. É o que fizeram as militantes, naquele momento, ao saírem de sua posição de gênero dentro do sistema cultural, além de reconstruírem seu papel enquanto agentes políticos, em flagrante oposição ao novo código de poder.

Em suma, minha intenção ao levantar a problemática da construção dos papéis de gênero foi estabelecer o que considero ser sua estrutura básica e genérica, a partir de um enfoque que, ao privilegiar as estratégias de distribuição assimétrica de poder e de oportunidades (Ortner e Whitehead, *op. cit.*), revela o modo de acesso dos agentes às diferentes dimensões da vida social e o valor nelas investido, considerando, simultaneamente, as alternativas que a própria vida social e a cultura produzem, sobretudo em *sociedades complexas moderno-contemporâneas* (Velho: 1981). Desta maneira, espero aproximar-me do que significou a participação das treze entrevistadas na ação política e na luta contra o regime autoritário.

## **2.2 a militância**

Dentro da complexidade da vida urbana contemporânea, o ator social pode ser visto como um poliedro. Multifacetado, ele participa de diferentes níveis dessa realidade,<sup>15</sup> experimentando

---

<sup>13</sup>Bourdieu, P., *op. cit.*, p. 21.

<sup>14</sup>É importante considerar-se que este espaço está referido ao universo ordenado por pressupostos individualistas.

<sup>15</sup>Esses diferentes níveis da realidade social são considerados como “subuniversos das experiências humanas” por William James, ou “províncias finitas de significado”, por A. Schutz (1979), cada qual

constantemente o processo de fragmentação e de diferenciação que marca essa forma de vida social, sem que haja desestruturação de sua identidade e nem de seu psiquismo. Isto se deve a seu *potencial de metamorfose* (Velho 1992:42). Ao enfrentar as constantes mudanças que a natureza desse sistema social lhe impõe, a possibilidade de se apoiar em experiências anteriores, e de - ao mesmo tempo - re-significá-las, confere a esse indivíduo uma identidade de estabilidade relativa cuja plasticidade especial o capacita a vivenciar a dialética da permanência e da transformação (ibid.: 1994).<sup>16</sup> Por outro lado, esse potencial de adaptação é acionado de acordo com as possibilidades disponíveis ao ator ou ao grupo ao qual pertence e com as escolhas que ele ou seu grupo faz (Schutz, op. cit.). Assim, mesmo sendo a trama da vida social em sociedades moderno-contemporâneas uma imensa possibilidade em aberto constituída por uma extensa rede de experiências e de significados, cada face do “poliedro” somente ganha visibilidade e existência dentro de situações culturais, históricas e biográficas determinadas.

Considerando a guerrilha urbana como um caso limite dentro desse tipo de organização social, ficou claro para mim que o aproveitamento de certos conceitos sobre a vida em sociedades complexas poderia elucidar os processos que elaboraram e que depois constituíram a experiência da luta armada no Brasil.

A opção pelo confronto armado, com a conseqüente vida em clandestinidade,<sup>17</sup> coloca grande parte da militância dentro de uma situação *sui generis*. Alguns de seus aspectos são: o anonimato social face à estrutura oficial/legal, a condição de *outsider* em relação a esse “mundo da ordem” e a questão do desvio, a construção de uma vida paralela dentro dessa realidade, o deslocamento entre diferentes regiões da grade sócio-cultural, a desterritorialização (geográfica, social e psíquica) dos militantes, a experiência da tortura e da prisão, as redes sociais (de apoio ou de repressão), a especificidade das relações intra e inter-grupos e sua fragmentação, a participação da mulher nessa trajetória, a relação que se estabelece entre a sociedade “legal” e o fenômeno da guerrilha (estigmatização, cooperação, evitação ou efetivo desconhecimento do fenômeno), a complexidade de um projeto de tal ordem com as discrepâncias entre as subjetividades e *status* de seus membros; finalmente, o processo de reconstrução de identidade social em situação limite.

Sendo assim, a experiência e as condições dessa forma de militância devem ser abordadas por um quadro conceitual que, ao se debruçar sobre a construção da vida social em sociedades complexas,

---

com seu próprio código, sua orientação e motivação e onde as experiências têm consistência e são compatíveis entre si. A noção de *potencial de metamorfose*, por sua vez, avança a compreensão da questão, explicando o trânsito dos agentes entre essas diferentes *províncias*: “A metamorfose, de que falo, possibilita, através do acionamento de códigos, associados a contextos e domínios específicos - portanto, a universos simbólicos diferenciados - que os indivíduos estejam sendo permanentemente reconstruídos. Assim, eles não se esgotam numa dimensão biológica-psicologizante, mas se transformam não por volição, mas porque fazem parte, eles próprios, do processo de construção social da realidade.” (Velho, 1992:43)

<sup>16</sup>Dentro desse quadro, há um outro aspecto da vida social nesse tipo de sociedade que vale destacar; trata-se do anonimato relativo dos agentes no percurso pelas diferentes instâncias da sociedade, dado relevante para entender-se a experiência da clandestinidade.

<sup>17</sup>A opção do Estado pela repressão violenta certamente encurralou setores da militância, que então entraram para a clandestinidade; o que me interessa aqui, entretanto, é demonstrar a possibilidade de alternativas e a liberdade para agir (Schutz, op. cit.), dentro desses espaços sociais, mesmo quando as escolhas são dilemáticas e quando o resultado (sempre imprevisível) representa um alto custo (simbólico)

valorize a dinâmica dos papéis que ela confere, incorporando a eles as motivações dos indivíduos na sua ação e interação. A liberdade para a ação humana - mesmo que esta esteja sempre referida a uma rede de interesses interrelacionados e que se oriente por projetos construídos a partir deles (Schutz, *ibid.*) - abre espaço também para o conflito e, conseqüentemente, para as disputas pelo poder que atravessam as relações sociais. Logo, a interpretação deste tipo de sistema social e da experiência excepcional nele produzida naquele momento da história brasileira deve tratar do potencial de transformação dessa sociedade - tanto na sua organização social e os papéis de seus agentes quanto na sua cultura e seus valores.

Assim, incorporando fundamentalmente as análises de Alfred Schutz e de Gilberto Velho sobre a vida social nessas sociedades e com o apoio de Howard Becker sobre a questão do desvio e de Michael Pollak sobre a experiências de confinamento em situação limite e dos depoimentos sobre ela, pretendo fazer observações sobre alguns dos pontos acima referidos, principalmente sobre aqueles que dizem respeito diretamente ao material que colhi nas entrevistas.

Há duas noções schutzianas, amplamente discutidas e desenvolvidas por Gilberto Velho (1994, 1992, 1981) que já mencionei e que podem continuar a introduzir a breve reflexão que farei sobre a temática da militância, no contexto em que esta se organizou no Brasil na década de 60. Trata-se das noções de *projeto* e de *campo de possibilidades*, que mantêm estreita ligação entre si.

A formulação de um projeto envolve, segundo Schutz (1979), uma organização de conduta para atingir-se uma determinada meta futura, constituindo-se em “fantasia motivada pela intenção posterior” (*ibid.*: 138), ou ainda, em “potencial de ação” (*ibid.*, *idem*). A possibilidade e a importância da elaboração de projetos dentro de determinada organização social - no caso, a da sociedade complexa - aponta para dois outros de seus aspectos constitutivos: a liberdade de escolha dos atores sociais na construção de suas trajetórias existenciais e, ao mesmo tempo, as condições impostas pelo mundo da vida (*Lebenswelt*) que delimitam uma determinada realidade social e histórica, oferecendo um repertório de conhecimentos e de alternativas aos indivíduos para que façam suas escolhas e para que projetem. Portanto, a indeterminação desse tipo de vida social - com sua esfera de liberdade individual - está, em última instância, condicionada à situação de um quadro - cultural, econômico, político e histórico - dado. Tanto os projetos individuais como os coletivos são construídos, se desenvolvem (com as mudanças que se impõem) ou são anulados dentro de um *campo de possibilidades* (Schutz, *ibid.*, Velho: 1994), com maior ou menor margem de *negociação da realidade* (*ibid.*).

A motivação da esquerda no Brasil nos anos 60 era a transformação da sociedade pela instauração da justiça social. Com o golpe militar a motivação ganha outro componente: o confronto com o jogo de força do autoritarismo, sem perder, entretanto, sua inspiração original. Portanto, as táticas de implementação desse projeto se modificam nos primeiros momentos da ditadura. A partir do AI-5 e da intensificação da repressão, com seqüestros e tortura de militantes, algumas organizações políticas, já clandestinas a essa altura, mantêm o projeto, mas agora botam em prática a outra ordem de motivação: a luta armada como forma de enfrentamento e de manutenção das condições para a ação transformadora.

---

e humano); constata-se, assim, que nem todos os atores sociais do mesmo campo (grupo de origem, faixa etária, área de atuação) eram militantes e nem todos os militantes entraram para a luta armada.



Desde a adequação das táticas, inicialmente, à implementação radical de sua estratégia, no momento posterior, permanece a questão que nos interessa aqui.

O projeto de um amplo setor da esquerda - constituído em grande parte por segmentos estudantis dos grandes centros urbanos<sup>18</sup> que, a partir de uma dada situação, se organiza clandestinamente, optando pela luta armada quer como forma de defesa e/ou como solução política para o impasse em que se encontrava o país - está em consistente relação com seu *campo de possibilidades*, principalmente se considerarmos outro aspecto da noção de *projeto*.

Este diz respeito à sua capacidade de potencializar a ação colocando possibilidades de escolha em aberto (op. cit.: 145), podendo, mesmo assim, produzir dilemas. Entretanto, mesmo quando a materialização da intenção revela as possibilidades projetadas como “problemáticas”, a submissão do indivíduo a uma situação coercitiva não está determinada, podendo o indivíduo não agir conforme lhe é ordenado, se estiver disposto a arcar com as conseqüências (ibid.: 145). Além do mais, assim como as ações dos atores sociais não são pré-determinadas, e sim elaboradas na interação com seu *campo de possibilidades*, também não há controle sobre o resultado de um projeto, apesar da coerência interna de seus significados. O *projeto* é, nesse sentido, uma “antecipação vazia” (ibid.), cuja construção se dá por etapas sucessivas de escolhas, em um processo de ajuste ou de transformação de níveis de realidade.

Assim, dentro da intenção do projeto revolucionário e face às alternativas que se colocam naquele instante, as escolhas feitas pela militância podem ser interpretadas a partir da perspectiva acima exposta. Além de levar em consideração o contexto no qual a experiência se dá e suas implicações, esta abordagem permite uma compreensão da lógica interna de um projeto como o da guerrilha urbana no Brasil e sua relação com o momento histórico. Isto se dá por seu entendimento de que toda ação (tanto humana como social) tem um significado, uma intenção e uma orientação que lhe são atribuídos por indivíduos e seus interesses,<sup>19</sup> de dentro de um determinado campo e a partir das relações de poder que o organizam.

Da mesma forma, pode-se entender a presença de posições discrepantes face a essa mesma realidade. Para muitos, a ação contra a presença dos militares no poder e contra as condições sociais brasileiras não passava pela militância de esquerda nem pela luta armada. Os reformistas, por exemplo, não abriam mão da ação política mas, dessa feita, orientada por procedimentos democráticos que, segundo eles, poderiam recuperar sua legalidade e legitimidade. Outros ainda optaram pela via da resistência pacífica, abraçando o ideário *hippie*, de origem norte-americana, mas que assume aqui feição e inspiração próprias. Constata-se, portanto, a existência de outros tipos de resistência ao sistema e o surgimento de uma forma de contra-cultura (Martins, op. cit.).

---

<sup>18</sup>A conjugação de um projeto individual com um projeto coletivo é um arranjo complexo; o nível de adesão de cada indivíduo à motivação de cunho genérico e abrangente do projeto maior depende de um grande número de variáveis individuais e do poder do projeto social de sintetizar e incorporar interesses particulares, isto é, “[...] de sua eficácia simbólica e política” (Velho, 1981:33); por mais complexa possa parecer a adesão dos militantes (jovens submetidos a um elaborado processo de individualização devido a suas trajetórias) a um ideal comum como o da esquerda brasileira que se organizou para a luta armada e que excluía qualquer orientação e decisão que não fosse a do “coletivo”, pode-se deduzir a força simbólica e política de tal projeto.

Por outro lado, qualquer avaliação fundada no presente e, portanto, construída com dados elaborados *a posteriori*, não incorpora a dimensão sociológica e histórica desse projeto e dos projetos individuais que nele se confundem. É, portanto, comum julgar-se a “eficácia” ou a “validade” da ação das organizações clandestinas pelo resultado de sua estratégia, não se levando em consideração o alcance de sua força simbólica e política.

Entretanto, a compreensão do fenômeno, dentro do quadro conceitual apresentado, toma outra direção. Percebe-se neste que a elaboração desse projeto, suas etapas e seu resultado são níveis de realidade de um determinado grupo social organizado em torno de uma visão de mundo, pela qual seus membros compartilham significados,<sup>20</sup> constroem identidades coerentes e conferem legitimidade a seus atos. E que, tanto o projeto quanto aqueles que dele participam, são partes irredutíveis do processo de construção social da realidade que está sempre em elaboração - quer como continuidade ou como transformação.

Acompanhando as etapas que o projeto revolucionário enfrenta, entra-se também em contato com dimensões da realidade sócio-política daquele momento no Brasil que se diferenciam radicalmente das outras. A da militância, a partir do AI-5 com sua entrada para a luta armada, é uma dessas experiências sociais *sui generis*.

A ditadura implantada pelo golpe militar de 64 e a guerrilha urbana resultam das condições de um mesmo *campo de possibilidades*. O desdobramento das ações de ambas as forças se deve à constituição desse espaço social que oferece alternativas tanto para a ação do Estado na repressão dos movimentos políticos de esquerda, quanto para a reação destes face à situação em que se encontram. O recurso à clandestinidade, embora de forma e motivação distintas, atende às necessidades dos dois setores antagônicos. Para uns como refúgio para a sobrevivência, para os outros como esconderijo para as práticas violentas da repressão.

Essa nova forma de vida exige dos militantes ajustes extraordinários à sua realidade. O mais insólito deles talvez seja a consequência do fenômeno de sua morte civil - ou seja, seu desaparecimento do “mundo legal,” primeiro passo na desesperada luta pela sobrevivência. Nessas condições, não se trata de estabelecer uma vida anônima para esses indivíduos, mas sim de fazê-los assumir outra identidade, ou melhor, uma nova forma de identificação. Nessas circunstâncias, estes atores passam a representar um papel que não foi construído através de trajetórias de vida e das interações estabelecidas ao longo de seu percurso. Assumem uma identidade *ad hoc*, por assim dizer, que convive com a “verdadeira”, na qual eles de fato se reconhecem. Além do mais, esse recurso tem que ser empregado, na maioria dos casos, dentro de suas relações intra-grupo. Não serem verdadeiramente conhecidos por seus companheiros pode

---

<sup>19</sup>Com seus conceitos sobre motivação, A. Schutz desenvolve a idéia de que por trás da ação estão os *motivos a fim de* (ações dirigidas para o futuro, ligadas a objetivos) e os *motivos por que* (razões enraizadas em experiências passadas) (op. cit.).

<sup>20</sup>A configuração que se faz destes grupos (ou de qualquer outro) a partir de uma observação externa anula as diferenças internas e suas contradições com a dissolução da dimensão da individualidade de seus agentes; creio, entretanto, que este procedimento serve para contrastar o grupo com a sociedade maior, destacando a singularidade e as particularidades de sua visão de mundo; é nesse sentido que Luciano Martins o caracteriza como um tipo de *contra-cultura* (Martins, op. cit.), cuja posição divergente representa uma forma própria de articulação do grupo com seu universo sócio-cultural de origem.

ser uma medida importante de segurança para todos os envolvidos, mas certamente a um alto custo emocional.

Um constante processo de redefinição de identidade é uma das características principais do tipo de sociedade em que se inserem as organizações de esquerda. Entretanto, a forma exacerbada desse processo nessas circunstâncias põe em jogo a integridade psíquica e social dos que interagem na clandestinidade. Ao assumirem novos dados de identificação esses atores não se descolam de sua biografia anterior, mas, por outro lado, incorporam, em alguma medida, traços do novo perfil. Esta transformação provoca uma radical mudança de *status* social para a maioria dos militantes clandestinos, exigindo deles uma grande capacidade de adaptação às novas e precárias condições de vida. A própria situação de troca ou de acumulação de “identidades” confere uma outra dimensão ao processo de reconstrução, com efeitos perturbadores sobre a personalidade individual e social desses indivíduos.

Em última análise, o indivíduo em tal situação vivencia um tipo especial de incoerência: a cultural. Isto se dá mesmo quando subjetivamente mantém um razoável grau de coerência quanto à sua identidade social - sobretudo a partir de sua identificação com um projeto coletivo - e quando também mantém sua estrutura psíquica - a partir das condições particulares tanto de sua história de vida quanto de seu psiquismo. Embora esta alternativa represente um modo de ajuste às condições insólitas da realidade em que vivem os clandestinos, a assunção de um codinome ou de um novo nome e a identidade que se constrói a partir dele, o sigilo sobre sua identidade passada e, muitas vezes, sua ruptura com a vida ligada a esta identidade anterior representam uma forte pressão sobre as identidades social e subjetiva desses indivíduos, além de colocá-los fora do fluxo normal da vida coletiva e de seu código.

Por outro lado, esta vida secreta cria um fluxo de ações e um código próprios que, embora distintos, não deixam de fazer parte do sistema social da cultura com a qual interagem.<sup>21</sup> Logo, a experiência dos militantes, quer na vida legal - que muitos conseguiam montar mesmo dentro da clandestinidade - quer no isolamento dos “aparelhos” ou nos locais de tortura, representa uma situação social inserida no mesmo sistema de referência de seus opositores.

Os agentes dos órgãos de repressão também recorrem à clandestinidade para suas práticas, mantendo essas experiências apartadas de sua vida legal. Desse modo, essas duas classes de protagonistas daquele momento da história brasileira formam o elenco de um só drama; porém, estão localizados em campos diferentes de uma mesma realidade sócio-política, tendo, conseqüentemente, interesses e valores próprios que se opõem. Nesta situação, a questão de identidade tanto coletiva quanto individual torna-se um dilema para ambos os grupos e seus membros. E esta problemática constitui um tema crucial para a antropologia.

É assim que a posição e a ação das organizações de esquerda as coloca em confronto com a ordem estabelecida pelo regime autoritário. Ao divergir da ideologia oficial, a esquerda disputa com ela a legitimidade de seu código político que, segundo seus princípios, poderá re-significar e recriar as práticas sócio-econômicas, forjando com isso uma nova ética e uma nova forma de organização social. Para o regime, a divergência é traduzida como uma atitude de rompimento com o sistema e como uma

---

<sup>21</sup>A dinâmica do processo de interação em sociedades moderno-contemporâneas é de tal sorte que a marginalidade e o desvio são sempre fenômenos relativos pela diversificação dos papéis sociais e dos domínios por onde os atores podem circular (Velho, 1994: 79).

ameaça à sociedade. Dentro desse quadro, a militância e as organizações políticas antagônicas ao governo são perseguidas e se protegem entrando para a clandestinidade. A esta altura, já está construída a imagem estigmatizada de tais grupos identificando-os como transgressores da ordem política e social do país. Esse processo de rotulação faz parte da disputa para a definição do sistema central de valores e de poder dessa sociedade, na qual se enfrentam as duas forças.

Nesse confronto entre acusados e acusadores importa sempre saber quem aplica o rótulo de desviante (e com que interesse) e qual a implicação disso para os acusados já que, como afirma Howard Becker, não existem indivíduos desviantes em si mesmos (1963). O que ocorre é o estabelecimento de regras por um determinado grupo social e sua transgressão por outros agentes, situação esta em que fica criado o desvio (ibid.). Neste momento, aqueles que infringem as normas do grupo são colocados de fora e são marcados como *outsiders* (ibid.). Assim, o desvio não é uma condição inerente a algum indivíduo em particular ou a algum grupo social e sim uma definição construída a respeito de alguém ou a respeito de algum conjunto de indivíduos a partir de determinados atores ou de seu conjunto que, de dentro de um campo específico da sociedade, visa garantir seus interesses.

Essa situação é resultado do conflito que posições antagônicas entre indivíduos ou grupos provocam. Logo, a partir dessa perspectiva a questão do desvio é, acima de tudo, um problema político resultante da interação entre os indivíduos e entre estes e as instituições sociais. As organizações de esquerda e o regime autoritário encontraram-se nessa condição. Os interesses divergentes desses dois grupos e suas respectivas posições na disputa política em um dado momento histórico criaram as bases para seu enfrentamento e todas as implicações daí decorrentes. Como desdobramento assiste-se ao processo de acusações e de estigmatização que atinge os setores de esquerda envolvidos diretamente na ação e, por extensão, sua ideologia. Esse processo culmina na repressão violenta das atividades políticas desses militantes através de sua prisão e tortura. O drama social que é encenado no Brasil no período da ditadura militar é, portanto, o embate entre o que o governo considerava a “legalidade” do regime e o “terrorismo” ou a “subversão” das organizações clandestinas que, rotuladas desse modo, representavam o comportamento *desviante*. Este, por sua vez, legitimava as práticas oficiais.

Outro aspecto importante na história desses acontecimentos refere-se à questão do impacto da situação de confinamento e de tortura sobre os presos e sobre suas identidades. Michael Pollak (1990) trata desse tema em sua análise sobre a experiência em campos de concentração, a partir de depoimentos de algumas mulheres, que passo a comentar.

A sobrevivência dentro de tal situação limite parece ser um fato que se coloca fora do pacto social ou da própria cultura, embora não se trate exatamente disso. As experiências dessa qualidade são, ao contrário, resultado paroxístico de determinadas condições históricas e culturais, encontrando-se dentro de um determinado *campo de possibilidades* que permite a exacerbação da violência e o afrouxamento dos controles sobre as motivações destrutivas. Entretanto, as aberrações praticadas nos campos de concentração e as das sessões de tortura em instalações militares brasileiras não são da mesma ordem.

Entre outros aspectos, o período e a motivação do confinamento, a situação anterior dos presos e a natureza de sua “qualificação” para estar naquela situação (no primeiro caso devido principalmente a fatores étnicos, enquanto que no segundo a fatores políticos) e as técnicas e procedimentos adotados no

tratamento dos presos diferem, não havendo, porém, impecilhos para que seja feita uma abordagem semelhante na análise dos dois fenômenos. O que não difere entre os dois episódios é a suspensão quase total das regras básicas que sustentam o convívio em sociedade, com a conseqüente instauração das práticas de terror. Apesar das dessemelhanças, o sentido de ambas as experiências evoca a ameaça que a fragilização dos valores de uma cultura e seus conseqüentes momentos de crise podem representar.

Ainda a respeito da situação de confinamento dos presos de campos de concentração, devo comentar a diferença fundamental que existia entre os presos políticos e os comuns e seu significado. Os presos comuns não haviam voluntariamente empreendido nenhuma ação que os colocasse em confronto com o regime, mas, surpreendentemente, encontravam-se em posição de maior submissão e vulnerabilidade. Esta diferença, portanto, se projeta no comportamento dos dois grupos, já que a atitude dos presos políticos - minoria em relação à totalidade do universo dos campos de concentração - se distinguia da dos outros pela coragem e pelo respeito que estes despertavam entre os companheiros como também, em outro nível, entre seus carcereiros.<sup>22</sup> Percebe-se que a motivação anterior à prisão representa um elemento forte para a resistência desses indivíduos, pelo fato de que sua adesão ao que E. H. Erikson chama de *grupo moral* (apud Pollak:1990) reforça seu sentimento de pertencer e de manter vínculos com algo maior, que transcende sua individualidade. Em outras palavras, isto reforça seu sentimento de identidade que, por sua vez, funciona como elemento estruturante do psiquismo.

Portanto, a presença de um ideal, com seu propósito e orientação, infunde confiança nos prisioneiros para agirem e para provocarem transformações, mesmo dentro das condições em que estes indivíduos se encontram. Foi este o caso das presas políticas na Penitenciária Talavera Bruce ao lutarem por direitos que até hoje beneficiam as presas comuns. Assim, aqueles que se estruturam em torno de uma motivação partilhada tendem a colocar suas vidas individuais em perspectiva com a causa à qual aderiram e da qual tiram sentido e inspiração. Encontram-se muito mais disponíveis - com maior coragem e desprendimento - tanto para a vida (para a ação), como, paradoxalmente, para a morte. É esta a origem de sua força maior nas situações extremas.

No caso das presas políticas brasileiras, a consciência de sua escolha e do risco que isso acarretava não lhes deixou dúvidas sobre a razão de sua prisão e tortura, enquanto que as mulheres presas em campos de concentração pelo anti-semitismo nazista foram tomadas pela perplexidade. Embora as militantes considerassem insanas as práticas a que eram submetidas e embora sofressem as mais terríveis atrocidades, sabiam da ameaça que suas ações e suas idéias representavam para o regime militar e entendiam a lógica perversa dos órgãos de repressão. Essa constatação não deixava de servir de sustentação para o enorme esforço de sobrevivência que elas e todos os presos políticos empreendiam.

Assim, para Michael Pollak, a possibilidade de sobreviver a uma experiência de tamanho sofrimento dependerá da capacidade e habilidade do preso em usar recursos que lhe beneficiem e que o

---

<sup>22</sup>Margareta Glas-Larsson, uma das entrevistadas de M. Pollak, se faz passar por presa política, “(...) la catégorie la plus noble du camp.” (Pollak, 1990:53), tendo sido este um dos fatores para que tenha sobrevivido. Constata-se que o engajamento em uma causa política estrutura o preso de tal forma que este se encontra melhor preparado para enfrentar os horrores da situação; isto se dá pela preservação de sua auto-estima, fato que Bruno Bettelheim considera crucial para sobrevivência (apud Pollak, *ibid.*); por outro lado, verifica-se que o comportamento desses presos desperta, dentro do possível, a admiração e o

ajudem a se opor aos mecanismos desestruturadores e despersonalizadores empregados nesses casos (ibid.). Nessa situação, a preservação e a natureza dos valores que regem a vida do indivíduo são fatores fundamentais para que ele suporte o sofrimento. É nesse sentido que os presos políticos estão mais preparados para enfrentar tal experiência; ou seja, o sentimento de auto-estima que seu ideal lhes infunde (não se sentem degradados pelo curso dos acontecimentos) é o elemento crucial para estruturarem sua capacidade de resistência (Bettelheim:1985).

Porém, fora o apoio que a participação em um projeto coletivo pode oferecer ao preso, há traços característicos em cada indivíduo que permanecem, independentemente de suas adesões e das situações que tenha atravessado.<sup>23</sup> Este aspecto é importante para a compreensão das diferenças internas a cada grupo, com a incorporação das contradições existentes. No caso brasileiro, a grande fragmentação entre as organizações clandestinas e os diferentes matizes nas ações coletivas e nas atitudes de seus membros pode apontar, em última instância, para a contradição entre a origem e a natureza da inspiração de seu projeto coletivo e o desenvolvimento e a difusão das idéias individualistas em seu meio. Assim, não se pode deixar de considerar as diferenças subjetivas entre esses participantes, na medida em que são sujeitos com histórias de vida e estruturas psicológicas e psíquicas particulares. Tampouco se pode ignorar o significado que cada conjunto desses dados contém.

Nesse sentido, é importante reiterar o caráter particular das reações e do comportamento das treze ex-presas políticas entrevistadas face às experiências muito semelhantes que viveram em circunstâncias especiais. O projeto político-revolucionário em que se engajaram contrasta-se, por sua natureza totalizante e integradora, com a realidade social e o campo onde essas jovens gravitavam, constituindo-se este contraste - para fins de interpretação - em um dos aspectos mais intrigantes de suas experiências e de mais difícil compreensão. Assim, é pertinente a indagação sobre os efeitos dessa passagem de um pluralismo cultural como o dos anos 60 (sobretudo à altura do ano de 1968) para o monismo centralizador do comunismo, que exigia adesão irrestrita e erradicação das diferenças internas (Camurça Lima, 1994:80). Neste âmbito, resta ainda outra questão.

Que outro significado - além de uma identificação com os princípios éticos e ideológicos do projeto - poderia ter tal adesão? Foi-me sugerido aproximá-la à idéia de devoção e sacrifício ou a uma atitude de renúncia. Poderia esta última representar um tipo especial da prática do *renunciante* (Dumont, op. cit.:1992), na qual a busca de libertação individual seria substituída pela da sociedade? Alzira Alves de Abreu, ao se referir à opção de muitos militantes de permanecerem na luta e nas organizações mesmo quando já era politicamente inviável resistir, reconhece neste tipo de atitude a idéia de “sacrifício” (1994). Marcelo Camurça, por sua vez, considera este projeto de esquerda um projeto

---

respeito dos oficiais dos campos; neste caso há uma coincidência entre a maneira como esses indivíduos se vêem e como são vistos, o que, em alguma medida, se reproduz no caso brasileiro.

<sup>23</sup>Michael Pollak trata os dois níveis dessa questão a partir da perspectiva de P. Bourdieu com a noção de *habitus*; é o *habitus* de cada pessoa que permite que ela seja identificada, entre tantas outras, dentro de uma mesma situação; porém, na medida em que o *habitus* é a incorporação da mesma história partilhada por um grupo, as práticas que ele engendra são mutuamente compreensíveis (Pollak, 1990:14); o autor reconhece a proximidade entre esta noção e a de identidade, com a qual venho trabalhando.

“salvacionista globalizante” (op. cit.:43), com características que exigem grande dose de renúncia da parte de seus integrantes.<sup>24</sup>

Embora nenhum dos dois comentadores acima tenha se referido a estes aspectos relacionando-os diretamente à *motivação* para a escolha que os militantes fazem, resolvi aproveitar essas duas indicações para tentar distinguir entre a adesão a um projeto por seu apelo para o sacrifício pessoal (como a adesão a certas seitas religiosas) e aquela que está inspirada em ideais éticos e políticos, apontando, neste caso, para a sorte de experiência que a prática de um tal projeto pode infligir àqueles que nele se engajaram.<sup>25</sup> Esta intervenção se deve ao fato de que durante as entrevistas duas preocupações - ambas relacionadas à imagem que se fazia e que ainda se faz dos militantes em geral - foram constantes: a seriedade de seus propósitos e a qualidade de seu equilíbrio emocional ao se engajarem na luta armada. A pouca idade de grande parte desse contingente despertou a dupla suspeita nos que assistiam ao envolvimento daqueles jovens em causa de tamanho risco, inclusive, em alguns casos, em seus próprios pais. Associar seu engajamento unicamente a uma ordem de motivação calcada em elementos de cunho emocional retira, segundo a ótica de muitas das ex-presas políticas, a dimensão da racionalidade de suas intenções. Estas acreditam, portanto, ser importante relativizar o aspecto quixotesco de suas ações.

Assim, apesar do idealismo que motivava suas escolhas e da noção do risco que suas vidas corriam (e apesar desta percepção variar entre os participantes e entre os diferentes momentos) só há - dentro da diversidade de atitudes e reações das entrevistadas reveladas em seus testemunhos - dois casos em que as ex-militantes hoje afirmam que a vida na militância era a prática do sacrifício: “Era a freirice [sic], aquela coisa de monja [...], como se eu estivesse orando para salvar o mundo”, disse *Bethânia*; “O processo era como um calvário, um calvário cristão”, disse *Angélica*. Mesmo assim, o apelo devocional não parece ser uma marca do projeto, nem encontrei indícios de uma tal auto-imagem construída pelos grupos a que elas pertenciam. Para cada caso, tem-se que recorrer a uma interpretação baseada na análise de elementos subjetivos, a fim de se reconhecer ou não a existência de tal motivação como constitutiva da escolha que fizeram.

O que fica claro é que a constatação do perigo vinha - até o final de 1968 - acompanhada de grande esperança no êxito de seu projeto. Esta, por sua vez, vinha alimentada pelo sentimento de onipotência descrito por todas - elemento natural nas circunstâncias políticas de radicalização e de enfrentamento ideológico (que evoca esse tipo de reação) e nas circunstâncias existenciais do grupo cuja faixa etária estava majoritariamente concentrada no que se pode chamar de “anos perigosos”, quando tudo é desafio. Nos seus relatos, as ex-presas políticas descrevem a incrementação da violência pelos

---

<sup>24</sup>O objeto de estudo da tese de doutoramento de Marcelo Camurça (op. cit.:1994) é a organização MR8 após o período da guerrilha (sobretudo nos anos 80); seu propósito é fazer um estudo antropológico de uma organização comunista brasileira através de uma abordagem que prioriza seu aspecto simbólico; tenta, portanto, conhecer a lógica de suas práticas pelo seu estilo de vida, seus rituais e suas representações. Por este motivo, ele se preocupa em afirmar que não conhece a cultura desta organização durante a fase da luta armada; reconhece, com isso, as grandes diferenças que se interpõem entre os dois momentos e entre configurações distintas que a organização política assume em cada um deles.

<sup>25</sup>Trata-se, portanto, de fazer a distinção entre o que levou grande parte desses jovens ao engajamento e a realidade que enfrentam posteriormente na luta armada, quando se deparam com os aspectos ora sendo discutidos.

órgãos de repressão e a posição em que este fato as coloca; são empurradas para um beco-sem-saída. Portanto, acredito que no caso dessas militantes e de tantos outros que se sentiram encurralados, não se deva considerar que conscientemente tenham elaborado o quanto de renúncia e de sacrifício poderia representar o engajamento na luta armada e a vida na clandestinidade. Certamente sabiam que a existência de uma cota de sacrifício acompanha a execução de qualquer projeto mas, mesmo sabendo que esta cota está relacionada à dimensão de seus propósitos, não puderam avaliar sua extensão. Assim, no caso das militantes, o que transparece é que estas noções são elementos agregados e contingentes, surgidos *a posteriori*, dentro um contexto que, segundo minhas entrevistadas, não lhes oferecia alternativas, mas que nem por isso fazia delas heroínas ou mártires.<sup>26</sup> De fato, as circunstâncias que envolvem a vida desses indivíduos - quer na clandestinidade, nos órgãos de tortura ou na prisão - exigem deles enormes sacrifícios. Vê-se, entretanto, que a motivação para a adesão da maioria dessas mulheres ao projeto revolucionário não foi da ordem de um sacrifício e de uma renúncia em si mesmos. Foi da ordem do que elas consideravam, de qualquer forma, uma *ação* política.

Dessa maneira, a compreensão do movimento da guerrilha urbana escapa a uma interpretação englobante embora, à distância, este fenômeno pareça aceitar tal tipo de enquadramento. Através dos depoimentos de seus participantes, o significado do movimento se dispersa, dando lugar a várias interpretações possíveis,<sup>27</sup> de acordo com o momento da guerrilha, com o grupo em questão e de como é enfocado (quer pelo discurso nativo buscado pelo antropólogo, quer por uma visão mais distanciada de outro observador).

É assim que, vista de fora, a esquerda organizada se apresenta como um movimento coeso enquanto que, em proximidade, se fragmenta em forças contraditórias e, às vezes, até mesmo conflitantes. A percepção do processo de composição e de decomposição de qualquer nível da realidade social depende do ponto de vista que se toma para observar este processo - repetido incessantemente e em várias escalas. A aproximação do campo que pesquisei apresentou-me uma realidade multifacetada e complexa, tanto no que se refere às organizações políticas em seu conjunto e nas suas relações inter-grupos, quanto à estrutura de cada grupo e as relações internas que nele se reproduzem. Nos relatos de

---

<sup>26</sup>É interessante observar que a heroificação de suas trajetórias na luta armada é rejeitada unanimemente; consideram suas vivências dentro de uma situação limite e suas reações a elas como contingentes, da mesma forma que assumem sem sentimentalismo os grandes sacrifícios e a dramaticidade que um olhar de fora enxerga nisso tudo. Para Michael Pollak, a experiência coletiva explica a não-heroificação dos fatos por cada um dos envolvidos nesse tipo de situação (op. cit.:1990::312).

<sup>27</sup>O senso comum já construiu várias explicações para a opção pela guerrilha, sobretudo a respeito dos segmentos jovens das camadas médias urbanas. Desde uma busca pessoal por poder, até uma fuga de uma situação de desestruturação familiar ou de inadaptação às condições de sua realidade afetiva, passando pela opção *devocional*; neste último caso, é comum um desdobramento da explicação com o acréscimo do fator *culpa* por suas condições de vida face à miséria existente no país. Entretanto, essas imagens não refletem a imagem que muitos militantes faziam de si mesmos nem, especificamente, a das entrevistadas. A possibilidade de se aproximar a opção dos militantes de esquerda daquele período a uma atitude de entrega e sacrifício ou de renúncia - ou de qualquer outra da mesma ordem - não pode, portanto, ser considerada aqui, como um padrão para as motivações de um projeto coletivo, já que esse tipo de conteúdo, quando presente nas ações desses agentes, refere-se a motivações inconscientes; contudo, o psiquismo individual - mesmo não sendo um reflexo do grupo - mantém uma determinada complementaridade entre si mesmo e a estrutura social (Lévi-Strauss: 1974::13) e, nesse sentido, justifica uma análise que se encaminhe na direção das motivações subjetivas e sua relação com os com a dinâmica



membros de organizações distintas aparecem percepções diferenciadas de um mesmo acontecimento, mas a percepção não é homogênea tampouco entre companheiras de uma mesma organização, se bem que as discrepâncias sejam menores, neste caso.

Embora orientados para um mesmo ideal e inspirados por uma ideologia em comum, a presença de militantes originários de diversos segmentos sociais (apesar da considerável uniformidade nas trajetórias dos militantes oriundos dos meios estudantis) e com experiências subjetivas distintas aglutina um contingente que se constitui fundamentalmente pela heterogeneidade. Mesmo dentro da aparente uniformidade daqueles agentes que se identificavam pela passagem pelos grupos de estudo e pelas salas de aula das universidades constatam-se diferenças. Entre as treze ex-presas políticas que entrevistei - todas com passado estudantil, embora com diferenciada atuação política nesse meio - três eram filhas de empresários, outras duas vinham de família de poucos recursos financeiros, uma morou com a família no meio de camponeses e depois (até o momento de sua entrada para a clandestinidade) em um bairro proletário de uma grande cidade, enquanto que as outras vinham de famílias de classe média.<sup>28</sup> Quanto à formação religiosa dessas ex-militantes - aspecto importante na elaboração de suas subjetividades - há variação, do mesmo modo. Uma delas é de origem judaica; sem ter recebido educação religiosa no judaísmo e, portanto, em aparente contradição, estudou em colégio de orientação católica (na realidade, por ser o mais próximo de sua casa e, portanto, o mais conveniente). Outras receberam educação católica formal em colégios religiosos, sem serem de famílias de católicos praticantes. Outras foram criadas sem nenhuma orientação religiosa, em lares ateus. E uma delas é até hoje católica fervorosa.

Essa diversidade das experiências e das representações apresenta um problema para o pesquisador. Michael Pollak aponta para essa questão ao se indagar sobre como atribuir validade aos depoimentos com os quais trabalha (ibid.:16). Esta indagação revela a tensão permanente que existe entre as dimensões subjetiva e objetiva em uma pesquisa e entre os aspectos individuais e sociais embutidos nas relações, que emergem nessa situação. Para ele, a saída é evitar a dicotomia entre as duas esferas, trabalhando sempre com um processo de *feed-back* entre elas e recorrendo ao cruzamento de depoimentos autobiográficos como meio de reconstrução de um destino comum, com as redes que nele foram formadas e que sustentaram sua construção.<sup>29</sup>

---

mais ampla da ação social; entretanto, esse aspecto está fora do alcance interpretativo desta dissertação, embora levante uma questão pertinente para outras interpretações ou análises possíveis.

<sup>28</sup>Esta classificação revela diferenças internas importantes; ser “de classe média” engloba distinções que se apresentam, sobretudo, a partir dos campos profissionais dos membros das famílias em questão; ser filha de um professor universitário de renome gera experiências e expectativas que não se igualam às daquela pessoa cujo pai é um policial - exemplo de duas das entrevistadas, ambas oriundas de camadas médias urbanas; até mesmo o fato de ser “classe média” na Zona Norte estabelece marcas diferenciais em relação à mesma classe sócio-econômica da Zona Sul do Rio de Janeiro; embora este dado tenha-se tornado de conhecimento do senso comum, foi elucidativo ouvir este comentário de uma ex-militante que me relatou sobre seu esforço para se mudar para a Zona Sul, pois achava que só assim teria mais prestígio e oportunidades.

<sup>29</sup>Embora não desenvolva aqui a noção de redes sociais (ver Barnes, J. A. “Redes sociais e processos políticos” in Bela Feldman-Bianco (org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas*, SP: Global, 1987; Bott, E. *Family and social network*, Londres: Tavistock Publications, 1957; Epstein, A. L. “The network and urban social organization”, *Rhodes Livingstone Journal*, XXIX, 1961), considero imprescindível chamar atenção para o papel que este recurso - importante sobretudo na organização das sociedades complexas - desempenhou para a vida na clandestinidade. A solidariedade de vários setores da sociedade civil e de cidadãos isolados formou a vasta rede de simpatizantes que, das mais diferentes

Para encerrar esta parte da elaboração teórica de meu objeto, retomo o tema da construção de identidade social. Sua característica principal refere-se à continuidade de seu processo, sem apresentar interrupções nem rupturas. Entretanto, essa mobilização permanente de recursos que estruturam tanto a personalidade social quanto a individual, em termos de uma identidade coesa e coerente, exige suportes externos. Como foi visto anteriormente, a possibilidade de se engajar em um projeto, quer coletivo ou individual, confere sentido e orientação às intenções dos indivíduos, traçando-lhes incessantemente suas trajetórias e organizando suas identidades. Os jovens e todos aqueles brasileiros que, ao acreditarem na possibilidade de transformação da realidade de seu país pela derrocada do regime militar, optaram pelo engajamento no projeto revolucionário de esquerda, subitamente tiveram suas propostas estancadas. Embora tivessem conhecimento de que corriam esse risco, com todas as implicações nele contidas, eles sofrem o impacto da brusca redefinição no processo de elaboração de suas identidades e de como se viam - de guerrilheiros revolucionários - isto é, de agentes de transformação - para o de vítimas das estratégias da repressão militar.<sup>30</sup>

Assim, na vertigem desse deslocamento de posição e devido às condições destrutoras da experiência que enfrentam os militantes quer na luta armada, quer na tortura, nas prisões ou no exílio, a gestão dessas identidades sofre um grande abalo. O processo de sua redefinição certamente continua, mas suas condições e seu resultado colocam os que vivem essa situação à beira de uma espécie de vácuo existencial e social. Aos que sobreviveram resta o recurso da construção da memória sobre esse período, pelo resgate de suas lembranças e, com elas, a de suas identidades integrais. É o que nos diz Gilberto Velho:

*“[...] na constituição da identidade social dos indivíduos, com particular ênfase nas sociedades e segmentos individualistas, a memória e o projeto<sup>31</sup> individuais são amarras fundamentais. São visões retrospectivas e prospectivas que situam o indivíduo, suas motivações e o significado de suas ações, dentro de uma conjuntura de vida, na sucessão das etapas de sua trajetória.” (1994:101)*

---

formas, apoiou e protegeu os militantes e suas ações. Nos depoimentos, este tema ressurgirá com emoção nos relatos daquelas que usufruíram seu amparo; surge também na fala dos colaboradores, como os pais de Sônia Angel, morta na tortura e o advogado Modesto da Silveira, que defendeu presos políticos em mais de mil processos na Justiça Militar. Por outro lado, a organização dos aparelhos de repressão também contou com a colaboração de uma rede de informação que sustentou e garantiu a eficácia de seus procedimentos.

<sup>30</sup>O impacto dessa reversão de posição não foi sentido uniformemente pelas ex-presas políticas que entrevistei, nem se dava de modo imediato, mesmo na experiência da tortura; a motivação de sua escolha conferia-lhes esperança na continuidade do projeto, mesmo que dele não participassem mais e coragem para suportar as conseqüências dessa escolha (algumas se referiram à pouca idade como fator positivo nessa situação); porém, o momento da luta em que se dera a prisão era um fator importante para estabelecer o tipo de reação da prisioneira. De qualquer maneira, a maioria não deixou de sentir perplexidade quando percebeu que a sociedade não estava se solidarizando com sua ação como todos haviam imaginado: “Acreditávamos que para cada um de nós que morresse surgiriam muitos outros para nos substituir. Quando vimos que isso não acontecia, foi muito duro.” Essas palavras de *Catarina* explicam o sentimento de decepção e de isolamento que os militantes experimentaram a partir de um determinado momento ao perceberem o seu equívoco na avaliação do potencial de mobilização de seu projeto em relação à sociedade maior.

<sup>31</sup>As palavras sublinhadas nesta citação aparecem em itálico no texto original.

### 2.3 a memória

A reconstituição da memória coletiva é um elemento fundamental para a vida social (Halbwachs, op. cit.), tanto para sua permanência e continuidade, quanto para sua transformação. Nesse sentido, o que a memória realiza é a reinvenção de um passado em comum, cujo contato fornece os fundamentos para que os homens interpretem o presente, o modifiquem ou preservem, e projetem o futuro. Esse processo é sempre desenvolvido dentro de um campo sócio-político historicamente datado, o que confere à rememoração das representações e dos fatos pgressos especificidade e provisoriedade.

Neste quadro genérico do papel da memória coletiva, há aspectos diferenciados importantes. Entre eles está sua significativa influência na construção de identidades, como também sua força subversiva que desafia a história oficial pelo resgate de memórias concorrentes. São principalmente estas as perspectivas que estou interessada em explorar.

Para tanto, devo estabelecer desde o início a relação entre memória e poder. O controle sobre o passado não garante apenas o controle sobre o futuro. Ele significa sobretudo o controle sobre o presente e, por extensão, um determinado poder sobre quem nós somos. O desconhecimento das várias histórias que compõem a ampla história de um dado grupo subtrai-lhe a possibilidade de melhor compreender os processos sociais em que está envolvido no presente, cerceando sua capacidade de escolha e de auto-determinação.<sup>32</sup> Assim, ao se transformar o silogismo orwelliano de “quem controla o passado controla o futuro” para “quem controla o presente controla o passado” (Middleton e Edwards:1991) e vice-versa, revela-se a interação contínua entre esses dois tempos, realçando a força que o controle sobre seus conteúdos representa. Dentro de tal quadro, a disputa por este tipo de poder - ou seja, pela posse e pela interpretação da memória - está enraizada no meio do conflito e do jogo de interesses e de valores sociais, políticos e culturais do presente (Thelen, D. in Middleton, *ibid*:3). No entanto, justamente por estar imbricada nas práticas da vida social, frequentemente esta concorrência se desenrola de forma ambígua e dificilmente perceptível ao senso comum.

Nessa condição, a memória e a ideologia mantêm uma estreita e complexa relação. Isto pode ser verificado pelos depoimentos das ex-presas políticas. No seu caso, elas são duplamente atingidas pelo fenômeno, sofrendo tanto os efeitos da hegemonia da ideologia oficial como os da hegemonia de gênero. A construção de sua memória individual e de grupo enfrenta, além da repressão de seu discurso político (como seus companheiros de militância), a desvalorização de seu discurso, de modo geral, pela sua posição na hierarquia de gênero.

Além da seleção sobre o que deve ser lembrado, existe a possibilidade de se inculcarem modos particulares de lembrar. É o que se faz com as crianças que frequentam a escola, onde adquirem técnicas mnemônicas (*ibid.*). No caso específico das mulheres, isto ocorre, embora de forma diferente. Shoshana Felman desenvolve uma reflexão sobre a forma particular de lembrar das mulheres no capítulo “The

---

<sup>32</sup>Nessa perspectiva, a amnésia social insistentemente atribuída aos brasileiros ou ao Brasil, “país sem memória”, assume outro contorno; o esquecimento (e também o desconhecimento, já que não se pode lembrar o que se desconhece) é socialmente organizado através de um processo seletivo, controlado principalmente por esferas de poder tais como a do Estado, a das elites e a dos meios de comunicação (*loci* privilegiados de criação de memória social).

question of autobiography and the bond of reading”, de seu livro *What does a woman want?* (1993). Seu argumento é que por desconhecerem tudo o que viveram (pela ausência de sua própria história, dentro da história em geral), as mulheres não reconhecem sua trajetória e, portanto, não têm uma autobiografia, pois nunca aprenderam a lembrar. Felman traz o caso de Marguerite Duras como ilustração. Esta autora diz no início de seu livro *A Dor* não se lembrar de ter escrito o que vem a seguir, embora afirme que ele representa uma das coisas mais importantes de sua vida. Isto revela para Felman que as mulheres não têm memória de suas autobiografias, ou que pelo menos elas não conseguem comandar suas autobiografias pelo esforço de uma lembrança voluntária. Diferentemente dos homens que escrevem suas autobiografias a partir de memórias, ela acredita que a autobiografia das mulheres é o que suas lembranças não podem conter ou apreender como um todo: em outras palavras, é o testemunho de um trauma.<sup>33</sup>

Sua hipótese é de que, como no caso de M. Duras, as histórias de dor profunda e de trauma são histórias de amnésia parcial que não podem ser reveladas em um texto autobiográfico convencional. *A Dor*, por exemplo, é uma espécie de diário, cuja introdução contém a perplexidade da autora sobre o que escrevera: “Como pude escrever isto, que ainda não sei nomear e que me assombra quando releio?” Essas histórias têm que surgir sob forma de testemunhos, numa luta travada entre o ouvinte e o depoente para recuperar algo que o sujeito que fala não “possui” ou com o qual não consegue tomar contato; trata-se sempre um testemunho sobre sobrevivência, sobre um embate constante entre vida e morte (ibid.:16). A base teórica desta dissertação não me permite uma avaliação da generalização que tal hipótese efetua, ao não incluir - pelos limites intrínsecos à natureza deste estudo - a contribuição que o quadro conceitual psicanalítico certamente traz para a reflexão antropológica. Contudo, considero pertinente sua relativização à situação das mulheres que entrevistei.

Finalmente, entre outros pontos de interesse, destaco na reflexão de Shoshana Felman a confirmação de que, no estudo sobre memória, o que é relevante não é o grau de precisão ou pertinência que uma recordação apresenta em relação a uma realidade passada, mas a razão por trás da forma particular de construção dessa memória por parte de um ator ou grupo histórico determinado, na qual, para além da retórica há outras zonas de significados. Silêncios, hesitações, gestos - todos têm valor indêxico, oferecendo pistas sobre a natureza do que foi reprimido e que está sendo re-elaborado no *setting* instalado no presente.

Entretanto, as lembranças dessas mulheres, ainda não são história; têm que *se tornar* história ao se constituírem em memória compartilhada e para qual haja a possibilidade e a vontade de escuta. Concordo também que esses depoimentos possam servir para que, através deles, outras mulheres falem.

Voltando aqui ao ponto inicial dessa questão, poder-se-ia indagar se esse *transbordamento* - ou seja, aquilo que a memória individual das mulheres não pode conter e não sabe ainda nomear, como diz

---

<sup>33</sup>Considerando que a vida de toda mulher é explícita ou implicitamente a história de um trauma (baseando-se nas hipóteses de Laura S Brown em seu artigo, “Not Outside the Range: One Feminist Perspective on Psychic Trauma” in *Psychoanalysis, Culture and Trauma*) S. Felman explica porque as mulheres não podem produzir uma autobiografia confessional: como o trauma não pode ser apenas lembrado, também não pode ser “confessado;” por isso sua autobiografia tem que ser sob forma de testemunho: testemunho sobre sobrevivência, isto é, sobre sua vida (1993:16).

Duras - não seria o *aprendizado* inicialmente possível para que essas mulheres construam sua memória enquanto sujeitos históricos e, por esse meio dos testemunhos, reconstruam sua identidade?

Ainda restam alguns comentários específicos sobre a problemática da memória coletiva. No início desta parte, ressaltai meu interesse sobre o papel da ideologia no campo da constituição da memória. Michael Billig, em seu artigo “Collective memory, ideology and the British Royal Family” (Middleton e Edwards, op. cit.:60) trata precisamente da intercessão entre essas duas instâncias, acrescentando à noção da determinação social da memória em Halbwachs, a da implicação ideológica em sua elaboração. Porém, na sua concepção, as relações que resultam do contato entre elas não têm um sentido único. Não concebendo a ideologia como uma modelagem que se impinge sobre a memória, ele considera, ao contrário, a ideologia como uma forma de memória social, na medida em que ela constitui o que é coletivamente lembrado e também o que é esquecido. Nesse sentido, a memória será tanto uma parte da ideologia como também um processo pelo qual a ideologia e, dessa forma, as relações de poder da sociedade são reproduzidas.<sup>34</sup>

Recusando uma noção de ideologia que seja restritiva e determinante do pensamento social, Billig revela os problemas que esta enfrenta na sua relação com a memória, ou seja, revela os dilemas que surgem entre aquilo que as pessoas lembram e as circunstâncias econômicas e políticas de seu presente. A resolução desses dilemas estará sujeita às condições existentes no momento, dentro de cada situação, pois é a partir do ponto de vista do presente que a concepção do passado é construída (Mead, George H., apud Middleton e Edwards, op. cit.). Desse modo, a importância das representações do presente na construção da memória coletiva não pode ser minimizada, já que esse processo de rememoração não pode se desprender das circunstâncias materiais e do *eidós* no qual e pelo qual é produzido.

Por outro lado, a preponderância dessas representações do presente sobre o conteúdo do passado - calcando sua interpretação prioritariamente nas experiências que estão sendo vividas naquele instante - pode transformá-lo em mero instrumento para as disputas do momento. Apesar de o passado ser uma construção social elaborada a partir de uma problemática do presente e, portanto, de estar submetido a uma revalorização de seus temas, esta alternativa, quando extremada, acentua o risco de manipulação de seu conteúdo para atender unicamente a interesses imediatos. Ao perder contato com o período de origem de representações e fatos passados, perde-se também o sentido de continuidade histórica e cultural que a memória social pode oferecer e através da qual reproduzem-se as identidades individuais e coletivas.<sup>35</sup>

---

<sup>34</sup>Para M. Billig, *ideologia* refere-se aos padrões de crenças e práticas sociais que asseguram a reprodução das relações de poder; ele baseia essa convicção na abordagem que K. Thompson faz do tema em *Beliefs and ideology* (1986).

<sup>35</sup>É importante considerar esse ponto dentro da nossa perspectiva, sobretudo agora que já se comemoram os 30 anos do início da luta que se empreendeu contra o regime militar; percebe-se como a constituição dessa memória vem atendendo, entre a outras demandas, à reconstrução da imagem de setores mais conservadores em setores “progressistas”; hoje disputa-se o reconhecimento de ter sido ao menos “simpatizante” da causa, de se ter sido “amigo”, “conhecido” ou até “parente” de um militante; é considerado hoje um dado positivo no currículo dos membros do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso terem sido integrantes de organizações clandestinas, fato explorado pelos meios de comunicação; vozes emudecidas durante o período de arbítrio agora manifestam ardentes críticas às práticas da repressão ou contibuem para o resgate desse passado e para algum tipo de acerto de contas

Nesta questão há um ponto interessante que deve ser levantado. Venho falando da construção de memória e de sua relação com o passado. O que dizer, porém, do que pode ocorrer a partir da *percepção* da realidade, no presente? Assim como há na construção da memória, um processo de seleção (consciente ou não) do que deve ser lembrado, há, por assim dizer, uma “seleção” (inconsciente) das percepções que devem ser esquecidas. Trata-se de uma amnésia seletiva, cujo expediente de negação funciona como proteção para o indivíduo contra situações que fogem a seu controle.<sup>36</sup>

Pode-se dizer que no caso da sociedade brasileira em geral, durante os anos da ditadura militar - sobretudo no período mais violento dos enfrentamentos entre as forças de esquerda e as do Estado -, há um aparente desconhecimento da real dimensão da luta armada e de seus desdobramentos. Se o regime, com a suspensão das garantias individuais e a censura sobre os meios de comunicação, explica o fato, ele não o explica por completo. Certamente, mecanismos - tanto individuais quanto coletivos - de recalque de situações traumáticas também contribuíram para que o processo de percepção e de rememoração produzisse aquela construção - a possível - da realidade dos anos do “milagre brasileiro”.

Assim, na construção da memória, mesmo em condições de liberdade democrática, opera-se a seleção do que deve ser lembrado e do que deve ficar fora dos registros históricos, atendendo sobretudo aos interesses dominantes. Mas esta seleção está em constante negociação com a memória individual de sujeitos ou de grupos (Halbwachs, op. cit.). Entretanto, mesmo em tais circunstâncias, este sistema de

---

(como foi o caso do programa da TV Globo sobre os desaparecidos políticos e o que vem sendo feito para o reconhecimento de ossadas enterradas em sepulturas clandestinas; as fitas da gravação estavam engavetadas há 5 anos, só tendo ido ao ar em julho de 1995); no mesmo mês (julho de 1995) as reportagens e matérias jornalísticas sobre o tema dos desaparecidos políticos tornam-se diárias. Porém, todas essas atitudes estão coerentes com as possibilidades que se colocam no contexto atual e com a “vontade de escuta” que a sociedade demonstra, dentro do processo de redefinição de sua identidade; vistas individualmente estas mudanças podem representar pusilaminidade; tomadas coletivamente representam o constante processo de adequação à e transformação da realidade social. É assim que, exatamente dezesseis anos depois da assinatura da Lei da Anistia, o governo encaminhou ao Congresso a proposta de indenização de familiares dos 136 desaparecidos políticos (com a possibilidade de que esse número seja ampliado), no dia 28 de agosto de 1995. Esta decisão despertou descontentamento e críticas em certos setores das Forças Armadas, o que revela o processo de disputa que envolve a interpretação daquele passado.

<sup>36</sup>Bruno Bettelheim, em *O coração informado* (1985), comenta essa reação a respeito dos alemães e sua aparente passividade ante as atrocidades nazistas: “O cidadão alemão sabia que nenhuma força armada o protegeria se ele interferisse nas questões que diziam respeito à Gestapo. [...] exatamente porque os alemães sabiam muito bem da existência dos campos, muito poucos foram capazes de enfrentar a realidade de maneira consciente. [...] os alemães que mais temiam os campos de concentração é que tinham necessidade de acreditar que eles não existiam. [...] a intensidade da negação [...] era uma exata contraposição ao grau e à intensidade da ansiedade que causava a negação.” (p. 223-225) Com a necessária relativização, podemos nos apropriar dessa exposição para refletirmos sobre o caso brasileiro. Além do mais, é importante lembrar que para que se construa uma memória é necessário que exista a possibilidade de se falar e também a de se escutar; isto significa que o contexto tem que estar pronto para acolher os testemunhos sobre um dado passado. Assim como houve o recalque das lembranças de certos grupos na Alemanha sobre episódios do período, assiste-se hoje o resgate das mesmas, com a comemoração dos 50 anos da libertação dos prisioneiros de um campo de concentração, embora grupos de outras nacionalidades ou etnias jamais tenham deixado de construir repetitivamente esse passado; da mesma forma, assiste-se no Brasil a recuperação de um passado recente através de constantes notícias sobre a pressão por parte de parentes de desaparecidos políticos para que o Estado brasileiro assumira a responsabilidade por seu desaparecimento e/ou morte; e também através da publicação de livros e de lançamento de filmes ligados aos *anos de chumbo*. Em ambas as circunstâncias está presente a disputa pela construção dessa memória, mobilizando setores divergentes ou, pelo menos, concorrentes.

organização da memória coletiva pode exercer uma influência opressora e uniformizadora sobre a realidade. É nesse sentido que Henry Rousso considera a memória coletiva como memória *enquadrada*, justamente pelo quadro de referências do discurso dominante, cujo objetivo é o de conformar o conteúdo dessa memória (apud Pollak: 1989).

Voltando ao caso brasileiro de 1964 e à ampliação desse poder sobre a elaboração de memória e de história (sobretudo com a decretação do Ato Institucional nº 5, em 1968), não é difícil perceber o processo de mistificação que foi possível se instalar no país. A negociação que a versão oficial dos acontecimentos e da memória sobre estes construída precisava empreender era praticamente nula, já que seus possíveis interlocutores estavam, naquelas circunstâncias, destituídos de poder e de legitimidade. Entretanto, acredito que a não-consciência de uma grande parcela dos brasileiros a respeito da realidade sócio-política do país naquele momento - mesmo entre aqueles potencialmente aptos para uma avaliação crítica do que ocorria - não se deveu unicamente à mistificação. A ambigüidade dessa realidade atravessada pelo ufanismo de um “Brasil: ame-o ou deixe-o” e pelo pressentimento do horror mais tarde denunciado de um “Brasil: tortura nunca mais”, pode ter provocado, em muitos casos, alienação face a seus conteúdos.<sup>37</sup> Zuenir Ventura comenta que o golpe de 1964 tirou da esquerda a ilusão e que 1968 tirou-lhe a inocência (Ventura, op. cit.). Para o país, de modo geral, os acontecimentos parecem ter provocado um outro efeito.

Por outro lado, de outro campo da realidade social se constrói uma versão antagônica dessa mesma realidade e de sua história, a partir da memória particular desse grupo de ativistas políticos sobre nosso passado. Isto aponta para mais um aspecto relevante na construção de memória: é preciso se conhecer quem faz lembrar, pois os grupos que acionam esse processo o fazem a partir de um lugar determinado na grade sócio-cultural, com questões próprias sobre esse passado. Ecléa Bosi comenta, em seu belo livro sobre a construção da memória dos velhos, que “o ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a História (Bosi 1979:27).” O ponto de vista dos militantes de esquerda construiu-lhes seu projeto; resta ainda fixá-lo na memória social brasileira. Portanto, há sempre várias memórias em construção dentro da vida social, em conflito e competição, e são essas memórias concorrentes que, nessa disputa, podem denunciar o caráter potencialmente manipulador e opressor da memória oficial dentro de determinados contextos.

Além dessas, há aquelas às quais Michael Pollak dá o título de “memórias subterrâneas” (Pollak 1989:4). Nessa abordagem, ele recupera o sentido dos períodos de silêncio a que são submetidos certos grupos sociais, considerando-os propriamente subversivos: “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais (ibid.:5).” Pode-se acrescentar, no caso da ausência das liberdades democráticas, como foi o do Brasil, ao excesso de discursos, a exclusividade desse discurso. Embora o autor não esteja se referindo especificamente a esses casos e sim aos problemas nas relações entre grupos minoritários e a sociedade englobante, quero aproveitar essas considerações para caracterizar, dessa forma, a memória

---

<sup>37</sup>Ver o texto já comentado de Luciano Martins (1979) onde ele analisa a relação entre autoritarismo e alienação - reação defensiva ao quadro cultural dominante (p.73), que se caracteriza “pelos estados (...) de estranhamento social, de impotência existencial e da desorganização de comportamentos pela

“seqüestrada” dos grupos de militantes políticos brasileiros que agora já se reconstrói, legitimando sua história e suas identidades, mas que por duas décadas manteve-se “subterrânea”.

Na situação relacional entre quem fala e quem faz falar, a construção da memória depende de uma escuta. Finalizando, voltamos aqui à questão ideológica. As memórias só emergem se houver quem queira ou possa escutá-las, dando-lhes entrada ao espaço público. Nessas condições, é importante que o maior número possível de memórias concorram nesse mesmo espaço para a construção de uma história que incorpore o maior número possível de interpretações de uma mesma realidade social. O confronto entre essas participações constitui-se em disputa política, na qual cada uma delas tenta impor a legitimidade de seu discurso.<sup>38</sup>

Assim, através dos depoimentos das treze mulheres que entrevistei, espero estar dando continuidade e expansão a um processo incomum de construção de memória e de redefinição de identidade, pelas características das trajetórias de vida das ex-presas políticas. Neste, essas mulheres surgem como agentes históricos - referenciados a um dado grupo, participando de um determinado projeto coletivo, tendo vivido a experiência limite do cárcere e da tortura. Mas surgem, sobretudo, como *sujeitos* na história. Não estão presentes como categoria *mulher*, uma dentre tantas outras categorias em que são englobados, em anonimato discriminante, indivíduos tais como o *pobre*, o *negro*, o *judeu* ou o *louco*. Aparecem como mulheres - indivíduos com biografias próprias em construção - que, no desempenho de seus papéis históricos, fizeram escolhas e assumiram as conseqüências.

---

submissão e dependência do sujeito a algo percebido como superior ao seu controle e à sua volição” (p. 77).

<sup>38</sup>Recentemente assistimos a esse confronto; a publicação, em 3 volumes, (D’ Araújo et alii, 1994 e 1995) das entrevistas com militares sobre os diversos momentos do período em que estiveram no poder, ganhou destaque na imprensa, tendo suscitado polêmica sobre a validade de se ter lhes dado voz para apresentarem sua versão da história.



## As entrevistas

### 3.1 algumas considerações preliminares

A reconstituição das histórias de vida de treze mulheres que enfrentaram o autoritarismo e a repressão do regime militar foi a base para a elaboração desta dissertação. Nesse processo de construção de memória, as lembranças e impressões evocadas pela rememoração que estas mulheres se propuseram a fazer atendendo à minha solicitação, acabam por provocar uma “re-vivência” desse passado, ao atualizá-lo. O resgate desse acervo, entretanto, se faz dentro de uma temporalidade fora do eixo daqueles acontecimentos, dentro de um contexto cultural e histórico descolado do original. De todo modo, o contato entre os dois momentos não está rompido devido a uma sutil e nova rede de significados que se tece entre as duas instâncias pelo movimento entre passado (recordação) e presente (atualização). Esta ligação se constitui pela rememoração das entrevistadas e o contato de suas lembranças com o seu contexto hoje, pela presença catalisadora do receptor.<sup>39</sup> O fluxo que se estabelece entre esses momentos não se dirige em um sentido único. Tanto o conteúdo pretérito informa a realidade contemporânea alargando sua possibilidade de auto-percepção e compreensão ao intensificar e complexificar seus significados, como o presente ilumina o passado, revelando (como seu desdobramento) e reinterpretando

---

<sup>39</sup>A presença de um terceiro elemento na linguagem (Pierce, 1955), além do referente (o objeto) e da idéia do sujeito sobre este, é valiosa aqui para a percepção do que ocorre na experiência dos testemunhos; este terceiro suporte estabelece uma outra dimensão ao discurso, que o expande para além do alcance de sua função referencial: “[...] it is in dynamical (including spatial) connection both with the individual object, on the one hand, and with the senses or memory of the person for whom it serves as a sign, on the other hand [...]; for though they may, accidentally or indirectly, refer to existing things, they directly refer and need only refer, to the images in the mind which previous words have created. [...] Psychologically, the action of *indices* depends upon *association* by *contiguity* and not upon association by resemblance or upon intellectual operations” (p.107-108) [itálico meu]. Assim, o potencial indécico na comunicação remete-se diretamente ao *setting* (“contiguity”) da interlocução onde a dimensão da referencialidade nessa relação é relativizada pela conexão dinâmica que se estabelece pela presença deste 3º elemento, juntamente com o sujeito (suas idéias) e o objeto (ibid.:105). A partir das idéias de V. Crapanzano (1981) sobre a questão da referencialidade e da indexicalidade na dinâmica do encontro psicanalítico, percebo a especificidade do processo de rememoração, que envolve o passado, o sujeito que o lembra e o “outro” - instituído como o terceiro elemento; está criado assim um contexto que, por sua vez, é constantemente modificado pela função criativa e interventora dos índices (Pierce, op. cit.:132) na comunicação; nesta situação os signos não só se remetem (por função referencial) a um dado contexto anterior, mas *o* precipitam para o instante presente (Crapanzano, op. cit.) indicando algo que está acontecendo ali, que está sendo *feito* naquele momento. Assiste-se então a um “[...] drama of self-constitution, masked referentially by biography and revealed indexically by [...] the assertion of the past into the present” (ibid.:146). Foi esta a dinâmica, nas entrevistas com as ex-presas políticas, sustentada pela minha presença nesta função de “terceiro”; neste caso, a triangulação possibilitou, por um processo singular de *repetição* do passado, a transformação de lembranças subjetivas em memória partilhada e em restituição possível de elementos marginalizados (socialmente reprimidos) às identidades individuais e sociais das recordadoras.

(por seu distanciamento) os deste. Assim, ao re-significarem aquele passado, a partir do transcurso de suas trajetórias de vida até hoje, essas mulheres puderam re-significar também o seu presente, incorporando a ele elementos até aqui esquecidos por estarem deslocados ou reprimidos. Além da experiência pessoal de cada uma, seus relatos resgataram vivências de outros indivíduos, indiretamente dando voz àqueles que não puderam e não podem mais falar ou àqueles para cuja história ainda não houve escuta.<sup>40</sup> Foi assim que, nessa tessitura de constantes re-significações, elas puderam ampliar o conjunto de aspectos e elementos que dispõem para a constante elaboração de suas identidades subjetivas e sociais. Ter sido testemunha disto colocou-me também dentro deste processo de redefinição e de redimensionamento de histórias de vida (da minha inclusive) e da história de um período.

Não é possível escamotear neste texto - embora talvez fosse mais prudente que o fizesse - o impacto de seus depoimentos sobre mim. De fato, é impossível separar-se a pesquisadora da mulher que sou - com minha subjetividade e minha história de vida. Não resta dúvida que estes dois aspectos se informam mutuamente, compondo - profissional e existencialmente - minha pessoa. Entretanto, acredito que essas dimensões se interpenetram de modo diferente em diferentes momentos. Assim, tendo consciência dessa imbricação, tentei constantemente discernir qual desses dois aspectos estava mais forte em cena em cada circunstância da pesquisa, em contínuo esforço de distanciamento da situação que vivia.

Um esforço de tal natureza é um procedimento comum e necessário na prática da pesquisa antropológica, na qual o pesquisador está em contato direto, pessoal e intenso com seu objeto de estudo. A situação torna-se mais complexa quando se trata de uma investigação dentro do próprio universo do antropólogo, como é o caso dos estudos em sociedades complexas. Em relação ao meu trabalho, estes elementos estavam reforçados pelo fato de que, além de situá-lo dentro da minha própria sociedade, eu estava interagindo com um grupo com o qual eu aparentemente mantinha traços de estreita identificação.

Estes dados estavam claros para mim. O conhecimento desta condição permite que se busque construir e manter o distanciamento necessário na abordagem tanto do trabalho de campo como no da elaboração das conclusões sobre ele, para que se evitem resultados meramente “impressionistas” ou naturalizados. O estabelecimento dessa distância, entretanto, nunca é fácil e nem é plenamente alcançado - principalmente nas condições especiais de uma observação sobre “si mesmo”. Além do mais, não pode tampouco ser confundido com uma prática que aspire à objetividade ou à imparcialidade - sendo ambas aspectos ilusórios em empreendimentos desta ordem. Entendo que este procedimento permite, na realidade, uma constante busca de neutralidade, mesmo dentro de um quadro de envolvimento (consciente ou não) com o objeto.

---

<sup>40</sup>Esta possibilidade opõe-se radicalmente ao que uma história “informativa” oferece, na medida em que nesta abordagem o discurso é considerado “an apparatus for the production of meaning rather than only a vehicle for the transmission of information about an extrinsic referent” (White, H.:1990::42); assim, a informação - que não deixa de ser produzida neste caso também - pode assumir diferentes significados, constituindo várias histórias (“stories”). Este modelo narrativo de história é aproximado, por Hayden White, ao domínio performativo de *poiésis* (ação de fazer algo) em vez do de *noésis* (pensamento, inteligência); ele cita Roland Barthes: “Narrative does not *show*, does not *imitate*... [Its] function is not to ‘represent’, it is to *constitute* a spectacle” (itálico de White) (ibid.:43); se entendermos os testemunhos como uma forma de narrativa, temos assim reforçada a interpretação de que estes são muito mais do que uma rememoração de acontecimentos remetidos a um passado que os “preserva”.

Esta postura metodológica enfatiza a dimensão do processo nessa busca - isto é, o permanente exercício em direção à construção de uma distância que se interponha entre os aspectos do campo que são “naturais” para o pesquisador e a possibilidade efetiva de observação. Só assim poderá ele ter contato com a *diferença* - aquela produzida dentro do seu próprio espaço sócio-cultural. Portanto, a desconstrução do *familiar* pelo estranhamento que esse tipo de distanciamento provoca,<sup>41</sup> abre espaço para a observação sistemática. Deste modo, está criada a possibilidade para a compreensão dos aspectos multívios e complexos da vida social moderno-contemporânea, mesmo a partir de um olhar viciado pela proximidade com a realidade pesquisada. Ou seja, é necessário que se construa uma posição crítica (a partir de um distanciamento mesmo que sempre relativo) de sua própria cultura e de sua própria percepção dessa realidade para que se aproxime dos diversos níveis internos à sua intensa diferenciação, na qual o *familiar* pode revelar-se *desconhecido* ou o *exótico* muitas vezes mais *conhecido* do que se supunha. A realidade brasileira dos anos 60 e sua repartição em campos antagônicos, em outros “neutralizados” e em tantos outros indistintos é um exemplo dessa situação, e minha experiência no contato com as depoentes e seus relatos, uma constatação das peculiaridades desse fenômeno.

Partir da premissa do envolvimento e da empatia possíveis nesses casos, portanto, é evitar ou diminuir a possibilidade de equívocos ou falsificações no trabalho. Foi desse modo que entrei no campo, preparada para um re-conhecimento de uma história com a qual eu considerava ter alguma familiaridade e cujos protagonistas tinham aspectos em comum comigo. Estava preparada para acionar mecanismos que me defendessem de uma observação espontaneamente participante. Esperava ter que me esforçar para estranhar as histórias daquelas mulheres que têm aproximadamente minha idade, com formação intelectual muito semelhante à minha e que hoje encontram-se inseridas no mesmo mundo em que me situo.

O que vivenciei foi bem diferente. Como pesquisadora, mas sobretudo como mulher da mesma geração das entrevistadas, acreditava, como afirmei anteriormente, que acompanharia as entrevistas com um misto de identificação (em grau bastante intenso) e de estranhamento (a ser conscientemente buscado). Todavia, o fato de pertencer ao mesmo contexto cultural e à mesma faixa etária dessas mulheres e de supostamente saber algo sobre suas experiências não me garantiu a familiaridade esperada (e igualmente temida). Se por um lado as marcas de aproximação existiam, tendo como denominador comum o fato de sermos todas mulheres,<sup>42</sup> deparar-me com experiências de vida que marcavam diferenças profundas entre o mundo para o qual as ex-presas políticas entraram e aquele em que eu vivi àquela época, foi significativo. O distanciamento que se instalou entre minha recepção de suas falas e o que me era transmitido, no desenrolar dos testemunhos, revelou-me que - naquele *setting* e ouvindo suas lembranças - eu ocupava uma posição que me afastava da aparente identificação com minhas entrevistadas. Eram dois os motivos para isso: eu ali estava como profissional e esta condição estava bem

---

<sup>41</sup>Ver sobre esta questão em Velho, Gilberto “Observando o familiar” in *Individualismo e Cultura* (1981).

<sup>42</sup>A questão da identidade de gênero parece às vezes ganhar contornos específicos no caso das mulheres quando, mais do que uma identidade, é freqüentemente vivida como uma condição, a partir de identificações mais amplas (mais especificamente inseridas no âmbito da sexualidade e da reprodução) que assumem um caráter totalizante sobre elas.

marcada tanto para mim como para elas; além do mais, eu não havia partilhado suas experiências.<sup>43</sup> Apesar da empatia que desenvolvera por elas, eu não podia reconhecer nem avaliar o conteúdo de seus relatos. Encontrava-me presente para que pudessem efetivar seus testemunhos através da minha escuta e por meio da minha interpelação. Nessas circunstâncias, recuavam para um outro nível os aspectos de aproximação que porventura existiam entre mim e essas mulheres e nesta interação assumiam - de forma mais integral - aspectos meus já compostos por um distanciamento tanto existencial quanto profissional. E desse lugar foi possível manter uma observação que salvaguardou - em larga medida - as diferenças.

Foi assim que, para mim, as informações resgatadas no processo de construção da história oficial sobre aquele período, acrescidas de meu próprio conhecimento a respeito daquela conjuntura, foram redimensionadas perante o caráter denso e incisivo dos depoimentos das treze mulheres, colocando-me de fato como mera observadora, alienada que estava da realidade que era remontada na minha presença.

Eu assistia, no momento das entrevistas, à representação do grau paroxístico que a coexistência de níveis diferenciados da realidade social pode atingir. Nos relatos das ex-militantes, a disjunção entre os mundos da legalidade e o da clandestinidade (aí incluídos os recintos de tortura e a prisão) - e a simultânea interpenetração dessas esferas através da presença de atores que transitavam pelos dois - explodiam as imagens construídas até aqui pelas representações sobre a realidade daquele período. Percebi como a observação da descontinuidade e/ou dos arranjos insólitos dos planos daquela realidade social - através de sua reconstrução pelos relatos - possibilitava uma reavaliação do quadro daquela época e de seus valores (especialmente realçados pelas circunstâncias excepcionais).

Na realidade, a relevância do resgate dessas histórias de vida que se colocavam ao meu alcance - tão próximas e tão diferentes da minha - estendia-se também a uma outra instância. Ao ampliarem o painel da realidade brasileira daquele período participando da construção da história social brasileira com seus depoimentos, elas se colocavam e colocavam sua ação política no espaço público. Davam, assim, visibilidade às mulheres - essas personagens até então reclusas - e a seu potencial de transformação de sua realidade. Em vez de figuras femininas isoladas que eventualmente despontaram no cenário político e cultural brasileiro, surgiam nesses relatos indivíduos que, como sujeitos históricos, participaram de um projeto coletivo, fizeram escolhas (para o bem ou para o mal) e arcaram com o ônus que a autonomia de ação também pode infligir.

Outro dado significativo na história do movimento de esquerda dos anos 60 é a idade de grande parte de seus militantes. A intensa politização desenvolvida dentro das escolas<sup>44</sup> e nas universidades

---

<sup>43</sup>A contundência desta constatação, a da *diferença* nas experiências entre mulheres - exemplarmente atestada no caso das ex-presas políticas que rompem com o papel culturalmente estereotipado da mulher como o gênero naturalmente ligado à esfera do *doméstico* ou do *privado* - relativiza a noção de uma condição englobante da categoria *mulher*, anteriormente descrita que, neste caso, certamente se refere àquelas que se vêem (porque são vistas assim e não ultrapassam este olhar ou porque estão adscritas a uma estrutura tradicional) como um grupo homogêneo, determinado a ocupar um mesmo lugar e condicionado a um só destino; mas, constata-se que há também aquelas que constituem suas identidades de forma *plural* - mulheres com experiências diferenciadas e singulares, sendo estas exemplos acabados da identidade de gênero dentro de um quadro *individualista*.

<sup>44</sup>O livro *Intelectuais e Guerreiros* (1992), de Alzira Alves de Abreu sobre o Colégio de Aplicação durante os anos de 1948 a 1968, retrata exemplarmente esta questão, sobretudo no que diz respeito à

naquele momento gerou a mobilização que atingiu os meios estudantis daqueles anos, colocando um contingente considerável desses jovens em atividades direta ou indiretamente ligadas à ação política.

Foi essa a configuração do universo que pesquisei. Embora outros grupos (sobretudo de outras faixas etárias), tradicionalmente engajados na luta revolucionária, tenham tido papel primordial na organização do movimento, a presença peculiar desse destacamento de jovens de classe média - em geral vivendo nos grandes centros urbanos, na sua maioria leitores de Sartre, Marcuse, Reich e iniciantes em Marx - que se apresenta e adere a um projeto coletivo de tal ordem representa um objeto de grande interesse para esta área de estudos, sobretudo se suas trajetórias forem acompanhadas até os dias de hoje.

Assim, se o clima político da época era de engajamento, a reação de uma parte daqueles estudantes - que pela própria experiência da passagem da adolescência para a idade adulta estavam à busca de novos valores - não traduz uma decisão incoerente com as possibilidades que seu campo de inserção oferecia. A necessidade de auto-afirmação que normalmente acompanha essa transição encontrava - e de modo irrecusável para muitos deles - uma resposta no compromisso com as causas sociais. Esta adesão, entretanto, era também sustentada por uma compreensão política do problema - com variados graus de embasamento teórico. Portanto, o envolvimento com a ação política era alimentado por essas duas fontes, ambas igualmente dinâmicas e geradoras de uma intensa motivação para o engajamento.

Este quadro era reforçado pelo sentimento de onipotência, freqüentemente descrito pelas entrevistadas e facilmente reconhecível no discurso e nas atitudes dos jovens, de um modo geral. Novamente unindo a força simbólica do discurso político - sobretudo o militante, que é calcado na promessa como uma espécie de predição ou como “a self-fulfilling prophecy” (Bourdieu:1989::187) - a uma característica dessa natureza, constata-se que o projeto de transformação que era gestado àquela altura funcionava como um ímã para uma parcela daquela juventude, cuja afinidade com as idéias revolucionárias fez com que as elegessem como inspiração para seu projeto de vida àquela altura.

O conjunto de condições gerais reconhecidas acima - produto da crise política e social por que passava o país - não é garantia para afirmar-se que estas foram razão suficiente para a adesão de determinados indivíduos à luta contra o regime, pois não explicaria o recuo ou a indiferença de tantos outros. Há certamente uma grande complexidade na composição de um tal quadro que escapa o escopo desta análise.<sup>45</sup> Mesmo assim, como considero que seja possível aproximar-se de uma dada realidade por abordagens parciais, proponho-me trazer, pelos testemunhos das mulheres que entrevistei, fragmentos significativos do que foi a experiência da entrada, da permanência e da saída da militância política contra a ditadura militar em que se engajaram para que, através de seus testemunhos, se possa ter acesso a

---

conjunção da formação intelectual à política, transformando muitos desses *intellectuals-to-be* em aprendizes de guerreiros.

<sup>45</sup>Para uma abordagem desse problema é necessário que se destaque inicialmente o fato de se tratar de uma experiência situada dentro de uma configuração de tipo *individualista*, não se podendo, portanto, deixar de levar em consideração o papel central do indivíduo nesse contexto; sendo assim, a liberdade de escolha na construção de suas trajetórias oferece aos indivíduos alternativas na construção de seus projetos (Schutz, op. cit.); além do mais, referindo-se o problema a esta categoria de agente social, há que se incorporar à análise - para além de sua dimensão sócio-antropológica - a dimensão das motivações subjetivas dos atores, com o suporte dos fundamentos psicanalíticos.

significados possíveis de suas motivações e àqueles que se referem à consequência deste embate, dentro da cultura de uma época.

Apesar de diferenças internas, que me pareceram sempre remetidas a questões subjetivas,<sup>46</sup> pode-se destacar nos relatos um conjunto de representações que é comum a todas as envolvidas. É assim que na descrição dos momentos cruciais da experiência há pontos fortes de identificação em suas narrativas. Desse modo, concordo com Pollak quando ele afirma que, enquanto discurso autobiográfico, todo testemunho pode ser considerado como a encarnação de um destino coletivo (Pollak, op. cit.:1990::16) por ser representativo de uma matriz social comum.

Considerando esta base comum - que no caso das ex-presas políticas se apresenta de forma incontestável e indelével - resolvi trazer o conteúdo de suas falas para uma espécie de diálogo.<sup>47</sup> Ao invés de tratar cada testemunho isoladamente - com a contribuição de cada depoente como uma representação individual que colocaria em destaque a história particular de cada uma - preferi selecionar temas que se revelaram importantes ao longo das entrevistas e confrontar o discurso delas para construir em polifonia - por vezes harmônica, por vezes dissonante - sua memória.<sup>48</sup> Com este procedimento, portanto, não se está reconstituindo a história de vidas individuais, resgatando apenas as lembranças de cada uma dessas mulheres e atualizando seus passados. Apesar da tensão constante entre os particularismos que brotam a todo instante nos relatos e a abrangência destes em termos históricos, o que se tenta resgatar é um passado em comum que restitui às ex-presas políticas sua história e com ela a reelaboração de suas identidades, mas que ao mesmo tempo revela uma parcela “subterrânea” (ibid.:1989) da história social brasileira.

Enfim, minha interpelação atuou como uma espécie de convocação para que suas histórias fossem sendo reconstruídas. A oportunidade de tomarem contato novamente com esse passado, mas agora a partir das condições do presente - com a distância dos anos e das experiências que aí se intercalaram - pode ter-lhes permitido hoje uma nova interpretação daquela época. Ou não. Podem ter apenas confirmado as impressões que guardavam. Podem também ter descoberto aspectos insuspeitados de suas experiências anteriores. O que me parece claro, contudo, é que seus testemunhos permitem-lhes alcançar uma noção mais acabada de quem foram, ao mesmo tempo que lhes oferecem a oportunidade de

---

<sup>46</sup>Estas diferenças estão relacionadas a percepções diferenciadas da realidade pela seleção que se efetua no processo de sua interiorização pelos sujeitos; entretanto, há sempre elementos comuns dentro dessa percepção entre sujeitos que estão inseridos dentro de um mesmo contexto histórico-cultural - isto é, estes sujeitos sempre fazem parte de uma rede que estabelece relações objetivas (Pollak, op. cit.:1990::21) entre eles e entre eles e a realidade social; nesta tensão entre a singularidade do sujeito e sua interação com outros agentes sociais e com o contexto - em que os dois níveis não são antagônicos mas complementares - é que se constitui sua identidade.

<sup>47</sup>Este conteúdo é apresentado por mim que, no papel de narradora, utilizo o discurso indireto; em alguns casos, ele aparece através do direto, pela citação literal de frases que, por sua intensidade expressiva, revelam enfaticamente o sentido do que foi dito. O recurso ao discurso indireto tornou-se menos uma escolha do que uma imposição; teria sido impossível apresentar neste trabalho o conteúdo de 45 horas e meia de gravação, acrescidas do material de 7 horas da única entrevista não gravada, além das 2 horas do depoimento dos pais de Sônia Angel, João Luiz e Cléa de Moraes, e da entrevista de 1 hora e meia com o advogado Modesto da Silveira

<sup>48</sup>Com este procedimento fiz uma opção por uma análise que consiste em descobrir “núcleos de sentido” (Minayo, 1994::209), que representam valores de referência presentes no discurso e que resgatam e reconstituem o *tema* central subjacente a todos os testemunhos.

redefinirem quem são. Quanto a mim, ouvinte e espectadora de uma etapa da construção dessa memória, percebo-me modificada por ter tido contato com ela.

### 3.2 os contatos e os encontros

Embora a maioria das mulheres que eu havia selecionado para entrevistar já tivesse, de uma forma ou de outra, sido solicitada a rememorar episódios de suas vidas durante o regime militar (através de contatos com jornalistas, com autores de livros sobre a época, com cineastas etc.) eu sabia que poderia encontrar dificuldades em convencê-las a participar do meu projeto. O fato de já terem abordado o conteúdo desse passado não me assegurava um assentimento mais fácil. Este contato anterior não garantia uma reaproximação confortável do material com o qual já haviam lidado; ao contrário, havia a possibilidade de rejeitarem esse novo contato justamente por saberem de ante-mão a natureza da experiência ou então por acreditarem que já não havia mais o que dizer. Para minha grata surpresa não foi isso que ocorreu. Assim, acho importante a esta altura apresentar alguns dos momentos iniciais desse processo de relacionamento com aquelas pessoas que se propuseram a contribuir aqui com seus testemunhos.

O primeiro contato que estabeleci com uma possível colaboradora neste projeto foi feito através de uma pessoa que me é muito próxima e amiga.<sup>49</sup> Indagada por ele se estaria interessada em participar com seu testemunho, a ex-dirigente de uma das mais importantes organizações guerrilheiras aceitou a aproximação para uma avaliação da minha proposta. Marcamos o primeiro encontro - que se deu em circunstâncias insólitas, como descrevo a seguir.

Minha entrada em campo foi uma súbita imersão total. Acompanhei *Catarina*<sup>50</sup> à noite de autógrafos de João Luiz de Moraes, no lançamento de seu livro *O calvário de Sônia Angel* - relato sobre a vida de sua filha na clandestinidade e sua morte na tortura. A Casa Laura Alvim estava lotada e a cada instante eu era apresentada a uma ou a várias pessoas ao mesmo tempo, todas membros de uma espécie de rede que ainda hoje subsiste - ligando ex-militantes, ex-presos políticos, familiares destes ou dos que morreram ou desapareceram e um grande contingente de velhos e novos simpatizantes. A intensidade da

---

<sup>49</sup>A configuração do grupo que entrevistei não foi elaborada previamente. O meu universo de pesquisa foi iniciado por este primeiro e, até então, único contato com ex-presas políticas. Tratava-se de *Catarina*, ex-dirigente guerrilheira. Ela, por sua vez, me introduziu a duas outras mulheres que haviam participado da luta armada; estas me indicaram mais uma. Assim, a rede de contatos foi se desdobrando por dentro, através do próprio campo de pesquisa - com as entrevistadas me fornecendo nomes de várias possíveis colaboradoras, das quais sete tornaram-se minhas depoentes (alguns outros nomes eram coincidentes com os já apresentados por outras fontes) - e pela rede de meu próprio campo de inserção, com a ajuda de colegas do PPGAS/Museu Nacional e do IUPERJ, que me indicaram outros tantos. Através desta fonte, portanto, reuni cinco dos quinze nomes que compuseram minha lista final de contatos, que resultaram nas treze entrevistas que realizei. Quanto à *Vitória*, esta ex-presas política me foi apresentada por uma outra pessoa de minhas relações pessoais e *Joana*, através de um contato fortuito. Um ano antes de começar a pesquisa para a dissertação, a procurei na ONG onde trabalhava para que me fornecesse determinados dados para uma outra pesquisa. Naquele momento, soube de sua participação na militância. Um ano depois, a procurei novamente e ela aceitou ser entrevistada. Logo, a rede que dispus para construir meu objeto de pesquisa desenvolveu-se a partir de dois campos: o meu e o de minhas próprias entrevistadas. Será interessante observar em que medida eles se aproximam ou até mesmo se superpõem.

<sup>50</sup>Os cognomes utilizados para manter o anonimato das entrevistadas aparecerão sempre em itálico.

carga afetiva entre os participantes daquele encontro e a absoluta novidade daquele mundo para mim provocou-me um atordoamento que durou alguns dias. Junto à ansiedade causada pelo embaralhamento de rostos e nomes, senti despontar em mim um misto de excitação e de medo pelo desafio pressentido naquele campo que finalmente ganhara contornos de realidade.

A receptividade de *Catarina*, que já no dia seguinte almoçava comigo, foi o suporte inicial de que precisava para enfrentar minha empreitada. Como ainda titubeava nos arranjos para as entrevistas - afinal esta era a minha primeira - e como a entrevistada, apesar da acolhida e do incentivo que demonstrara, era personagem famosa por sua participação na luta armada e pelo que passou e resistiu nas mãos dos agentes da repressão, senti-me intimidada e não pedi para gravar a entrevista. Disse-lhe, entretanto, que gostaria de anotar seu depoimento. Três meses mais tarde, quando viajei ao seu encontro para continuarmos com seu relato, eu já havia entrevistado várias outras ex-presas políticas e dominava melhor as técnicas para esse tipo de trabalho. Ao retirar o gravador, perguntando se haveria algum problema em usá-lo, não senti surpresa ante sua negativa. De alguma forma pressentira qual seria sua reação a respeito disso - o que era um bom indício sobre minha capacidade de observação.

Surpresa, entretanto, fiquei com seu afastamento gradativo, sempre protelando a próxima entrevista com a promessa de vir ao Rio para resolver uns assuntos seus, o que evitaria um outro deslocamento meu até a cidade onde mora. A segunda ocasião em que nos encontramos, quando eu viajei até lá, a entrevista havia durado seis horas. Foi um trabalho árduo para nós duas. Para ela, pela mobilização intensa que este tipo de rememoração pode provocar e para mim, pelo esforço de anotar e reter o máximo possível daquela torrente de lembranças, dados e impressões. A disponibilidade que ela demonstrou para contribuir com seu testemunho e o clima cordial - até mesmo afetuoso - que se estabelecera entre nós não indicavam uma possível interrupção futura.

Da surpresa inicial pela forma como minha colaboradora adia a retomada das entrevistas - já que os contatos iniciais haviam sido extremamente positivos - passei a um sentimento de grande frustração ao perceber que perderia sua valiosa participação, chegando por fim à constatação dos limites que este tipo de trabalho pode apresentar. Foi assim que, durante uma conversa telefônica, pude sugerir seu afastamento temporário das sessões de testemunho por perceber o sofrimento que isto lhe causava e por sua impossibilidade de reverter esse quadro naquele momento. Pude também assegurar-lhe que compreendia sua reação, afirmando que ela não me devia nenhuma explicação. Era evidente que sua desistência lhe estava sendo tão difícil quanto sua participação o fora, deixando-a angustiada face a seus sentimentos contraditórios. A oportunidade de falar, depois do silêncio a que se submetera (não dava entrevistas há muito tempo), e a proposta de meu trabalho haviam despertado seu interesse, mas isto não se mostrava suficiente para que ela suportasse o processo. Certifiquei-a, contudo, que estaria à sua disposição a qualquer momento que desejasse retomar seu relato. Esta foi a última vez que nos falamos.

Esta descrição inicial é importante porque revela, de forma condensada, a indeterminação que marca o processo de construção de um campo de investigação. A impermanência de suas condições provoca situações insuspeitadas durante a fase inicial da pesquisa. Isto ocorre em dois sentidos já que, além dos fatores inesperados que chegam a desestimular o prosseguimento do trabalho ou de parte dele, há outros que revelam aspectos inesperados que se mostram gratificantes e que reforçam o empenho do pesquisador. Logo, na experiência do trabalho de campo é possível acontecer de tudo em relação a



expectativas iniciais: desde - como no meu exemplo - não contar subitamente com a colaboração de alguém, cuja participação era tida como a mais certa e profícua, até - como também ocorreu comigo - receber a colaboração de quem, até pouco tempo antes, era radicalmente contra este tipo de interlocução e não aprovaria o tema se este lhe fosse apresentado naquela ocasião.

Foi este o caso de *Anita*, que relutei em procurar. Eu já havia sido alertada para a resistência ou mesmo recusa que receberia desta ex-presa política. Com uma história de radicalismos e intransigências, *Anita* mantivera-se isolada durante muito tempo, situação que poderia ainda persistir, o que dificultaria muito qualquer contato. A uma certa altura da pesquisa, dei-me conta que não poderia adiar os esforços para encontrá-la. Consegui falar com ela na primeira tentativa. Inicialmente houve alguma hesitação e desconfiança - mesmo já tendo sido ela sondada por *Angélica* - uma ex-companheira de presídio com quem ainda mantinha certa proximidade - sobre a possibilidade de ser entrevistada. De qualquer modo, aceitou minha visita, que foi marcada para um fim-de-semana, facilitando minha viagem até a cidade onde mora. Fui recebida por uma pessoa tão cordial e solícita quanto tantas outras que me haviam recebido até aquele momento, e que colaborou intensamente com o que lhe propus. No último encontro, ofereceu-me umas cartas que havia escrito enquanto estivera presa (e que não mandara) para que eu as lesse e tivesse uma outra forma de proximidade com aquele passado. Ainda as guardo comigo - exemplares únicos da pesquisa - neste momento em que escrevo a dissertação. Vou devolvê-las em breve àquela que inicialmente se apresentara como talvez o mais difícil contato. Isto ela mesma me confirmou no primeiro instante, ao dizer que se eu a houvesse procurado alguns meses mais cedo, ela não teria me recebido. Minha sorte devia-se a um processo de transformação pessoal pelo qual ela passava e do qual não somente tinha consciência como se empenhava em levar adiante.

Em uma outra ocasião fui igualmente surpreendida pelo rumo que os acontecimentos tomaram. Em 1993, fazendo uma pesquisa sobre os livros e periódicos publicados nos anos 70, fui apresentada por um amigo à chefe da biblioteca de uma ONG, por se tratar de uma pessoa com vasta informação sobre o assunto. Curiosa sobre meu interesse pelo assunto, ela mostrou-se entusiasmada quando soube que meu projeto a ser desenvolvido no ano seguinte trataria da problemática da construção de memória de um grupo de ex-presas políticas. Naquela ocasião, ao invés de me fornecer o material que eu buscava, falou durante aproximadamente uma hora e meia sobre sua própria experiência na clandestinidade e no DOI-CODI. No dia seguinte, entretanto, com presteza e competência me enviava por FAX a lista do que dispunha sobre a bibliografia daquele período. Porém, àquela altura seu testemunho trouxe-me problemas. O inesperado da situação e meu despreparo para uma tal escuta provocaram em mim grande desconforto, tanto pelo teor do que me era oferecido (e para o qual eu não estava devidamente “habilitada”, nem psicologicamente resguardada, já que ainda não havia começado minha pesquisa), como pela constatação do desperdício daquela oportunidade. Um ano depois, quando procuro *Joana* novamente para iniciar a série de entrevistas que tanto a entusiasmaram havia relativamente pouco tempo, encontro-a assustada e arredia, protelando por algumas vezes nosso primeiro encontro. Só depois de várias tentativas ela consente em me ver, dizendo ter-se certificado com seu advogado e com seu médico e analista de que deveria participar do projeto, o que passa a fazer com grande motivação.

Sendo assim, as incertezas que permeiam o trabalho de campo devem ser consideradas como dados positivos para a pesquisa, mesmo quando traduzem recuos, interrupções ou pontos cegos. Ao

enfrentar os impasses que se apresentam, o pesquisador terá que acionar recursos até então despercebidos por ele ou lançar mão de sua “sensibilidade” antropológica talvez ainda inerte - elementos que, a partir de experiências desse tipo, passam a compor de forma ativa o seu acervo de práticas e alternativas metodológicas para suas aventuras no campo.

Todos os contatos, salvo o primeiro, foram feitos inicialmente por telefone por indicação de alguma pessoa conhecida ou - como ocorreu na maioria das vezes - de alguma entrevistada. Restaram-me vários nomes de ex-militantes que optei por não procurar, impondo a mim mesma um corte na rede que tornava-se extensa demais para sua finalidade e limites. Foi revelador, entretanto, constatar o interesse de muitas pessoas que, ao terem conhecimento do tema da minha pesquisa, se ofereciam entusiasticamente para apresentar-me alguém, mesmo que esta pessoa não fosse uma entrevistada em potencial. Muitas vezes tratava-se de alguém que tivera um parente ou amigo próximo perseguido, preso, desaparecido ou morto pela repressão, mas que, por esse tipo de vínculo, o meu voluntário ou voluntária acreditava importante ser ouvido. Até alguns poucos anos atrás, mesmo depois da revogação do AI-5, este tipo de colaboração talvez fosse evitada discretamente por aqueles que nunca haviam tido ligação direta ou indireta (através de filhos, cônjuges, irmãos) com a militância, embora tivessem de fato conhecimento de muitos dos episódios daqueles anos. Poderia ser desconfortável qualquer tipo de associação que fosse estabelecida entre estas pessoas e aquelas que, para grande parte da sociedade brasileira, ou não eram “vistas” ou eram “mal vistas.” Tive a impressão, durante estes meses de pesquisa, que a disponibilidade para entrar em contato com o conteúdo desse passado e o interesse por ele, por parte deste mesmo segmento sócio-político, é hoje de outra natureza.<sup>51</sup>

Continuando com a descrição de meus procedimentos, devo explicar que minha apresentação podia ser feita antecipadamente por quem havia feito a recomendação, ou, mais comumente, através de um telefonema meu. Este expediente funcionou muito bem, servindo de uma introdução confortável já que permitia, sem maiores constrangimentos, uma resposta negativa ou o tempo necessário para uma decisão. De todas as tentativas, só duas não resultaram em entrevistas. Uma delas não chegou a se constituir em contato (e por isso não a incluí na Apresentação da dissertação), já que todos os recados deixados - na secretária eletrônica ou com pessoas que atendiam o telefone na casa desta possível entrevistada - não tiveram retorno. Estava clara a recusa. Na outra situação, consegui falar com a minha candidata à entrevista, mas ela insistiu que eu estaria perdendo o meu tempo em procurá-la pois ela estava “farta” de falar sobre o assunto e, naquele momento, particularmente indignada com o lançamento do livro com “os depoimentos aviltantes dos militares.” Ela se referia à publicação do *Os anos de chumbo - memória militar sobre a repressão* (1994), primeiro volume de uma trilogia sobre a ditadura e a visão dos militares sobre o período.<sup>52</sup> A coincidência de fatores desta vez não foi a meu favor.

---

<sup>51</sup>É nesse processo de integração do passado no presente que os constrangimentos que estavam à base do silêncio e do desconhecimento sobre esse passado se dissolvem, dando margem à evolução da enunciação e da escuta (Pollak, op. cit., 1989).

<sup>52</sup>Uma outra ex-presa política relatou-me, pouco tempo depois, o que sentira ao saber da publicação do livro e ao ler as declarações do Gal. Adyr Fiúza de Castro para o Jornal do Brasil; disse-me que adoecera, passando muito mal durante alguns dias, com vômitos frequentes e noites insones; outras sentiram-se indignadas com o teor das entrevistas - sobretudo a do Gal. Fiúza - considerando-as como distorções dos fatos daquele período, mas absorveram bem o impacto dessas declarações; algumas sequer tocaram no assunto. Constata-se que, mesmo tendo vivido experiências muito semelhantes, há fortes discrepâncias

As entrevistas foram feitas em diversas circunstâncias. Apenas duas séries de entrevistas (ambas individuais) foram feitas ao ar livre. Coincidentemente estas aconteceram nos jardins do Museu da República, por escolha das entrevistadas - como, aliás, foram resolvidos todos os encontros. A beleza do local e sua atmosfera repousante eram freqüentemente invadidas pelo reboliço de visitantes - acompanhados de crianças ou não - perturbando o transcurso dos depoimentos em cada situação com o barulho que faziam e pela curiosidade que nossa presença despertava. Interrompida a gravação, procurávamos outro banco menos exposto. Nesta altura vale a pena comentar as interrupções e como foram resolvidas.

A quebra de uma fala pode ser um problema neste tipo de situação. Tratando-se de entrevista aberta - sem um fio condutor preciso (lógico) e sem encadeamento cronológico dos fatos lembrados - o fluxo de idéias é costurado por associações. O corte inesperado (diferente do corte mais ou menos previsto ou pressentido no final de cada encontro) pode desmanchar uma cadeia de pensamentos, que dificilmente será retomada da mesma maneira - o que não significa necessariamente um prejuízo, já que outra sucessão de idéias certamente surgirá e tudo que pode ser dito é importante. Entretanto, a falta de controle sobre essa produção pode gerar uma certa insegurança tanto em quem está falando como em quem ouve. A noção de que tanto a enunciação quanto a escuta são finitas impõe uma premência ao relato que, sendo interrompido, parece perder o ritmo. Além do mais, a qualidade do material que estava sendo elaborado no caso de minhas recordadoras fazia daqueles momentos vivências intensas e, por vezes, dramáticas. Cortar a emoção tem efeitos perturbadores.

Há ainda um outro aspecto a se considerar neste quadro. Como retomar o fio da meada? Geralmente a entrevistada recorria a mim para servir de “ponto”, indicando-lhe onde estava. A primeira vez que isso ocorreu assustei-me pois estava igualmente distraída pela interferência. Foi dessa forma, contudo, que percebi que eu também fazia associações e que podia - por meio delas - resgatar a narrativa para devolvê-la a quem falava. O que não queria dizer, como acabo de mencionar, que a corrente de idéias fosse retomada. É interessante também acrescentar que muitas vezes a perda desse fio condutor ocorria sem intervenção externa, como se o contato com aquela lembrança em particular fosse especialmente problemático - o que não impedia que, em outra ocasião, este mesmo conjunto de fatos fosse relatado com fluência, sem aparente hesitação.

Voltando à situação das entrevistas, com a exceção das duas entrevistadas que escolheram o espaço público e ao ar livre, o restante dos encontros se deu nas casas das ex-militantes ou em seus locais de trabalho - a não ser no caso de *Catarina* que - tanto na primeira vez (que foi no Rio) quanto na segunda, quando fui ao seu encontro em outro estado - preferiu estar comigo longe de sua casa ou da casa de sua família.

A primeira casa que entrei foi na de *Angélica*, num bairro tradicional da Zona Sul do Rio, onde ela mora com seus dois filhos adolescentes. Situada no alto, a casa tem uma varanda onde sentamos para

---

nas reações das treze entrevistadas; por outro lado, isto não anula a identificação que se verifica existir entre elas a respeito de outros tantos aspectos de suas vidas na militância. Assim, a adesão a um projeto coletivo de tal natureza não eliminou suas diferenças subjetivas nem reverteu completamente os efeitos de sua formação de base individualista; ao mesmo tempo, este projeto não deixou de aglutiná-las em torno de um objetivo comum pelo qual abriram mão de grande parcela de seus hábitos, de suas relações afetivas e profissionais e de sua vida privada.

trabalhar e de onde se descortina uma das tantas vistas lindas da cidade. A proximidade com o mundo privado de uma entre aquelas com quem passaria a ter uma relação especial de trabalho foi intrigante. Ouvir, por exemplo, o relato de suas experiências durante uma ação ou durante uma sessão na tortura, e em seguida assistir a suas recomendações a um dos filhos a respeito de detalhes rotineiros do cotidiano era um constante exercício (ali e em outros instantes semelhantes, com outras recordadoras) de ajuste aos dois níveis de realidade - ao do testemunho, com a condição excepcional daquele passado e, por contraste, à banalidade da vida no presente.

Na reconstituição de suas histórias de vida as ex-presas políticas revelam - individualmente e como grupo - a complexidade de suas motivações ao longo de suas trajetórias e sua capacidade de viver - como representantes de uma época e de uma dada conformação social - uma grande variedade de experiências, sem a desestruturação de suas personalidades nem de suas identidades. Entre os dois momentos - o contido no relato e o que viviam na minha presença - havia uma continuidade mantida pela cadeia de constantes transformações pelas quais elas vêm passando até hoje, e pelo fato de, com o processo de rememoração, estarem tendo contato com isto e de terem alguém para testemunhar tal acontecimento.

Quero dizer que as mulheres que estiveram na minha presença de fato viveram experiências incomuns, mas que esta condição não as colocou à margem da vida social nem comprometeu os elementos estruturantes de suas subjetividades. Certamente houve aquelas que não suportaram o sofrimento imposto pelas circunstâncias a que foram submetidas. Muitas se suicidaram e há outras cujas condições emocionais não as permitem participar, por exemplo, de uma pesquisa como esta - pelo menos não nos moldes teóricos em que esta foi concebida,<sup>53</sup> sem contarem com o tipo de abordagem e suporte necessários.

Em vários momentos, as ex-presas políticas se referiram à imagem que foi construída a respeito delas pela sociedade e em alguns casos por membros da própria família. O ineditismo e a ousadia de suas atitudes eram freqüentemente interpretados como sendo, além de um desbragamento devido à imaturidade da pouca idade, resultado de desajuste emocional ou de problemas familiares. No caso das mulheres, muitas vezes acrescentava-se a pecha de “meninas fáceis,” pelo comportamento desviante destas em relação aos moldes vigentes para as jovens daquela época. Embora muitas reconheçam que a impetuosidade ou a coragem em certas situações eram produto de uma exuberância e entusiasmo juvenis, todas recusam os epítetos de irresponsáveis, inconstantes ou desajustadas. A seriedade com que encararam seu engajamento e os perigos que enfrentaram por ele transparece nitidamente em suas falas.

Houve uma situação especial que enfrentei quando, ao fazer contato com duas irmãs, estas resolveram ser entrevistadas ao mesmo tempo. Foram duas entrevistas muito longas e para as quais eu tive que me deslocar para outro estado. Na realidade, a duração do encontro nas duas ocasiões, além da preocupação em poupar-me algumas outras idas até lá, devia-se ao desejo de falar. Embora suas histórias contenham episódios bastante diferenciados, especialmente quando uma delas foi para o Araguaia, seus

---

<sup>53</sup>Embora não tenha feito nenhum levantamento estatístico a respeito, pude verificar através dos relatos e de literatura sobre o período que, apesar da situação extremamente violenta que viveram, o número das sobreviventes que permaneceram integradas na vida social - e, na maioria dos casos, com papéis de

relatos se interpenetraram constantemente, servindo de apoio mútuo no resgate daquele passado, demonstrando a importância da partilha de lembranças na construção de uma memória. Se nos outros casos esse confronto se dá pela organização que faço dos depoimentos nesta dissertação, no caso das irmãs o encontro entre as duas falas oferece de imediato o resultado dessa interação possível e necessária.

Um outro aspecto revelador para mim no contato com estas duas entrevistadas refere-se ao pai delas. Este foi uma figura de destaque em seus relatos, tratando-se de um comunista de tradição e de longa data engajado em polêmicas políticas, na zona portuária e na Rede Ferroviária, onde trabalhara. Empenhou-se em transmitir às duas únicas filhas uma sólida base socialista, de inspiração sobretudo de ordem prática. Viveu na clandestinidade durante vários anos e hoje, viúvo, mora sozinho em uma pequena cidade do interior. Foi isso que sabia dele quando, almoçando com as duas numa cantina perto da casa delas numa das visitas, vejo entrar um senhor franzino, cujo olhar vivo e inteligente percorria as mesas próximas à entrada. Por um instante parecia reconhecer nele a personagem que me fora descrita, mas imediatamente afastei tal possibilidade como pura fantasia, pois me disseram que não o viam há algum tempo, sem comentarem sobre uma possível visita dele naquele fim-de-semana. Fiquei muito espantada quando, ao dirigir-se à nossa mesa e surpreender as filhas, me foi apresentado aquele homem cuja história fora sucintamente reconstruída horas antes e que naquele momento ligava o presente àquele passado.

Em duas outras ocasiões tive a oportunidade de conhecer pais de minhas entrevistadas. Na primeira, tratou-se da mãe de uma delas com quem troquei algumas poucas palavras ao me despedir; na outra, foi em uma cerimônia pública para a qual o casal havia viajado, vindos de um estado do nordeste, para prestigiar a filha. O pai desta entrevistada tinha sido um advogado afamado e professor de grande destaque no meio acadêmico de seu estado, tendo exercido um papel fundamental na vida de sua filha. A eles fui apenas apresentada. Novamente a presença dessas figuras importantes nas histórias de vida dessas mulheres e com as quais meu contato havia sido através de meras imagens, me trouxeram aquele tempo para a situação presente, como âncoras de memória. Representavam eles também continuidade entre um tempo e outro e, dessa forma, contribuam para a dimensão histórica dos relatos.

Outros encontros com pessoas envolvidas com as experiências das ex-militantes foram também importantes para este trabalho. O primeiro deles refere-se aos pais de Sônia Angel, que visitei em sua casa em São Conrado. Já os havia conhecido naquela minha primeira incursão a campo, quando fui ao lançamento do livro do Prof. João Luiz de Moraes, na Casa Laura Alvim. Comprei um exemplar de seu livro, mas pedi à D. Cléa a dedicatória pois sabia o quanto dela também estava ali naquelas páginas sobre sua filha. No dia seguinte estive com eles em uma apresentação do vídeo *Sônia Morta e Viva*, na Casa França-Brasil. Poucos meses mais tarde, encontrei-os novamente em uma nova apresentação, desta vez no Museu da República. Nesta ocasião falei-lhes de meu trabalho e de minha vontade de entrevistá-los. Marcamos minha visita para daí a uma semana, a qual durou cerca de três horas.

Com esse encontro tive a oportunidade de mais um vez assistir à apresentação de testemunhos em conjunto. Em ambos os casos, os relatos dos co-participantes se entrecruzavam e se apoiavam, dada a

---

relevância no campo em que passaram a atuar - é consideravelmente maior do que o das que não

proximidade das experiências e o grau de envolvimento entre as pessoas de cada dupla de recordadores. Em outros momentos, surgiam discordâncias quanto a detalhes ou quanto à interpretação de determinados fatos. Não se tratando de uma entrevista com roteiro, a interação entre as irmãs, no primeiro caso, e entre o casal, no segundo, era intensa. Os temas se desdobravam com comentários e apartes, num exercício de redefinição dos fatos lembrados e de busca de precisão - ora funcionando como eco ao que fora dito, ora como abertura para um outro veio da narrativa ainda inexplorado. De qualquer modo, a presença do outro elemento na recordação foi, nestas duas situações, não somente um fator extremamente positivo de reforço e de complementaridade mas também de ampliação de significado já que, apesar das semelhanças, suas posições diferenciadas (dentro da própria relação entre si mesmos e pelo papel que ocuparam em suas relações na vida social) e seus aspectos subjetivos dotam cada um deles com uma percepção própria face à realidade. Assim, ao construírem um painel comum e coerente de suas vivências com sua variedade de matizes, colaboraram em parceria para uma rica descrição e interpretação daqueles momentos que rememoravam, pelos diferentes ângulos que a conjunção de suas falas oferecia. O resultado dessa diferenciação de papéis - e portanto de perspectiva - fica mais claro no caso dos Moraes. Talvez a grande afinidade entre os dois, sua condição de marido e mulher e a vivência em comum do que foi para eles o “calvário” de sua filha tenham realçado essas diferenças. E elas - é importante que se diga - não introduziam contradição ou incoerência ao relato , apenas desdobravam-no.

Nenhum esforço foi poupado por este casal para salvar sua filha das malhas da repressão, nem das malhas de sua própria história pessoal que a faz voltar ao Brasil. Mesmo depois de ter sido levada a salvo para o Paraguai por seu pai, tendo seguido para Paris - onde morou por aproximadamente um ano e meio - e tendo passado posteriormente quase dois anos no Chile, Sônia regressa clandestinamente. Em menos de um ano é presa, torturada e morta. Durante todo esse período seus pais continuaram dando o apoio possível à filha, como também o deram, em certa ocasião, ao genro Stuart Angel, quando este se escondeu em sua casa no início dos anos 70, sofrendo de uma hérnia de disco - condição que requeria tratamento. O Prof. Moraes conseguiu a colaboração de um médico amigo, cujos filhos eram alunos de seu curso no Leblon. Mais tarde, prosseguiram durante anos na batalha para resgatar o corpo da filha e ex-guerrilheira (o que só só conseguiram há poucos anos), e ainda hoje não esmorecem no empenho em ter sua história - e com ela a de uma parcela da *geração AI-5* (Martins, op. cit.) - conhecida e a memória daqueles episódios registrada. O testemunho deste casal oferece uma perspectiva, não somente da dor imensa que tantos outros pais sofreram nessas circunstâncias, mas também da rede que se formou, acionada a partir desses núcleos familiares, incorporando simpatizantes de todos os tipos em luta incessante para amparar ou salvar os militantes de esquerda. Foi este o caso do médico que - segundo o relato que me fez o Prof. Moraes - apesar da apreensão com que agiu, não negou ajuda a este líder da organização clandestina MR-8, tendo ido buscá-lo pessoalmente em seu esconderijo num subúrbio do Rio para levá-lo à casa dos Moraes na Gávea, onde pôde ficar em tratamento.

Na entrevista com estes pais, foi possível observar como suas vidas têm girado em torno da memória de sua filha e como essa experiência transformou este casal de classe média - ambos

---

conseguiram suportar a experiência e se desestruturaram psiquicamente.

professores e ele também oficial reformado do Exército - em militantes de última hora,<sup>54</sup> tão engajados e comprometidos com uma causa quanto o fora sua filha em um outro momento - fato que na ocasião os espantara e os confundira. Mas demonstram que já há muito tempo aprenderam a compreender as motivações de sua filha e de seus companheiros. Além do mais, são hoje ativistas que repudiam qualquer forma de violação dos Direitos Humanos através de sua participação na organização Tortura Nunca Mais.<sup>55</sup>

Outro encontro importante para minha pesquisa foi com Modesto da Silveira, advogado que defendeu alguns milhares de presos políticos em Auditorias e Tribunais Militares, desde o primeiro momento - ou seja, desde o próprio dia 1º de abril de 1964.<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup>Quando perguntei à D. Cléa sobre o seu contato com as pessoas de esquerda naquele momento, ela me disse que foi uma aproximação com um mundo totalmente desconhecido e estranho: “Eu me sentia desconfortável com a prisão da Sônia em 69 porque as mães todas [sic] sabiam o que estava acontecendo porque elas eram todas [sic] mais ou menos de esquerda [...] e eu me sentia como um peixe fora d’água.” Na realidade, não foi este o caso das famílias das treze entrevistadas, entre as quais somente três eram de tradição socialista; assim, a experiência da mãe de Sônia se reproduziu em muitas situações, com os pais e familiares dos presos ou desaparecidos políticos sendo tomados por espanto e aturdimento provocados pela constatação de seu envolvimento com a luta armada; entretanto, na grande maioria dos casos, o choque inicial era superado pelo empenho e dedicação com que essas famílias enfrentaram a árdua luta pelo resgate de seus filhos.

<sup>55</sup>O Prof. Moraes morreu quatorze meses depois da entrevista, ainda durante a fase de conclusão desta dissertação.

<sup>56</sup>Não havendo registro oficial sobre o número de presos porque não era de interesse dos órgãos responsáveis que houvesse esse tipo de cômputo sobre as atividades de repressão, Modesto da Silveira faz uma avaliação - com base no número de processos que tramitaram pelas instâncias judiciárias e em um número médio de presos por processo (raramente com um só indiciado e podendo chegar a mais de mil, como no caso do processo contra o PCB, no do Congresso de Ibiúna, no de sindicatos) - de que durante os 21 anos de ditadura houve mais de, grosso modo, 200 mil pessoas envolvidas em processos políticos, sem contar um enorme contingente sobre o qual não há aproximação possível, em termos de número : “o maior número de pessoas não figura em processo nenhum [...] só foram presas para serem pressionadas; outras, havia algum indício de que tinham militância política, então entravam no inquérito mas não apareciam no processo; quando chegava na fase judicial, ficavam excluídos do processo”; segundo Modesto da Silveira os “seqüestros” - as prisões arbitrárias e sem o devido registro (como foram todas as prisões políticas, cuja permanência era mantida clandestina pelo período que fosse conveniente aos órgãos de repressão) - acabavam em sessões de tortura física; as raríssimas exceções referiam-se a figuras de muita repercussão junto à opinião pública e a autoridades - como foi o caso dele próprio, advogado que foi preso, muito ameaçado mas que não sofreu nenhum tipo de tortura física; outro aspecto importante nas informações de Modesto da Silveira refere-se ao número de lideranças operárias e operários presos que era muitas vezes maior do que o resto no momento inicial da repressão: “de classe média para cima era muito menor o número de presos; classe A você não encontrava quase ninguém”; só depois de 68 os estudantes universitários entram abertamente no confronto, passando a haver “uma consciência, uma organização e uma ação de uma classe que sabia o que fazer, que tinha contatos e que tinha algum tipo de poder.” Para ele, houve no Brasil aproximadamente 1 milhão de pessoas que estiveram envolvidas diretamente ou indiretamente na luta contra o arbítrio e que conseqüentemente sofreram por isso; estas pessoas, por sua vez tinham contato com outras que se solidarizaram, de alguma forma, com o que estava acontecendo formando “um malha de alguns milhões de pessoas e essa malha é que nos ajudou muito a disseminar essa verdade e nos ajudou a nos organizar e enfrentar a realidade.” Ao se referir a “essa verdade,” ele está falando da incredulidade da população em geral a respeito das práticas violentas por parte do Estado no combate à guerrilha urbana: “Um intelectual como o Nelson Rodrigues, inteligentíssimo, escritor, [...] no início ele não acreditou que o filho dele estivesse sendo torturado [...] e um general - que depois se tornou meu amigo e que era amigo do ‘rei’ - cujo filho [...] foi preso e torturadíssimo, não acreditou também; mas quando o viu e se convenceu de que ele estava sendo torturado, ficou louco e ameaçou de morte o chefe do inquérito.”

Para além de sua contribuição para o esclarecimento de fatos e os dados que me forneceu sobre os inquéritos e os processos militares, seu testemunho foi valioso para compor o cenário das ações e motivações dos agentes daquele momento - as dele inclusive. Dentre os poucos advogados que se propuseram a defender os militantes de esquerda (como Sobral Pinto, Heleno Fragoso, Evaristo de Moraes, Raul Lins e Silva e posteriormente Técio Lins e Silva, Vivaldo Vasconcelos, Jorge Tavares), ele me explicou que sua decisão deveu-se a uma identificação ideológica com os grupos ativistas. Em 1964, aos 37 anos, engaja-se desde o primeiro momento, envolvendo-se posteriormente no emaranhado de processos que podem contar com até mais de mil indiciados (nestes casos sempre procurou parceria para elaborar a defesa), passando a não ter mais vida privada - e frequentemente invadindo a de outros membros de sua própria família com seus casos, buscando abrigo e proteção para algumas pessoas envolvidas neles.

As grandes dificuldades enfrentadas por ele - tanto na sua vida profissional quanto na sua vida particular - naquele período foram compensadas pelas vitórias obtidas por ele e seus colegas na defesa dos presos políticos: “ [...] só eram compensadas quando você via resultados positivos e isso você via quase todo dia; você libertar uma pessoa ou descobrir um seqüestrado, minimizar uma tortura [...], quantas vezes nós soubemos ou tivemos certeza de termos salvado uma vida...”

Antes de encontrá-lo na ABI para a entrevista, eu já havia sido apresentada ao Modesto da Silveira. Fui avisada por *Joana* que Modesto da Silveira - seu advogado nos anos 70 e grande amigo até os dias de hoje - estaria falando sobre sua vida no Museu da Imagem e do Som. Naquela tarde pude assistir não só à segunda parte do depoimento dele como também aos de Francisco Julião e de *Joana* sobre a importância de sua interferência na vida dos dois e da relação de cada um com ele. Mais do que o grande interesse que os testemunhos me ofereciam - tanto pelo conteúdo quanto pelas personagens que ali se apresentavam - esse acontecimento reforçou-me a noção de que o processo de construção de memória sobre os vinte e um anos do regime de exceção está sendo elaborado. Além do mais, constatei mais uma vez como é imprescindível que haja uma escuta proposital e interessada para que essa construção se efetive. Ao mesmo tempo, a existência dessa memória garante a permanência da identidade dos grupos em questão.

Resta-me ainda falar sobre as entrevistas que ocorreram no local de trabalho de algumas depoentes. A opção por este ambiente pode facilitar o encontro - quer seja por evitar possíveis transtornos à rotina doméstica, quer por conveniência de horários para as duas partes, ou ainda por acontecer em território neutro. Por outro lado, as inevitáveis interrupções que um ambiente de tal sorte impõe às vezes funciona como uma válvula de descarga para a intensidade ou concentração que estava presente naquele momento - o que pode ser bom ou não. Uma das entrevistadas conseguiu-nos uma sala menos movimentada em seu local de trabalho, mas onde mesmo assim havia, em alguns momentos, pessoas entrando e saindo. Nas duas vezes em que estivemos gravando seu testemunho houve instantes cruciais em seu relato que foram presenciados (discretamente) por colegas. O que é interessante a respeito disso é o fato de que isto não constituiu empecilho para que ela continuasse sua fala. O que ela estava narrando era, para ela, de domínio público. Entretanto, houve instantes em que ela não conseguiu continuar a falar sobre determinado assunto, mesmo estando a sós comigo.



Em uma outra situação, a entrevista se deu no consultório da minha entrevistada. Nesse caso, a privacidade foi completa, permitindo gravações produtivas, sem interferências externas (a não ser por um único telefonema). Porém, mesmo dentro de condições supostamente ideais, a entrevista tem uma duração que se esgota por si mesma. Perceber este momento e dar por encerrado o encontro, apesar da avidez para que as lembranças continuassem a fluir foi, inicialmente, um desafio para mim. Ao interromper a narrativa de alguma entrevistada, por vezes tive a sensação de que ela poderia ou até mesmo teria gostado de falar mais. Evidentemente, nunca pude verificar o acerto de tais escolhas. Por outro lado, certamente devo ter, em inúmeras situações, evitado o constrangimento improdutivo que o vazio de uma fala pode provocar, para não mencionar ganhos de outra ordem. Deixava para a vez seguinte o que quer que estivesse prestes a aflorar naquele momento e não estava aparentemente sendo possível, na esperança de que isto ressurgisse com facilidade em outra ocasião. Foi esse o caso de uma delas, que levou alguns dias para me dizer que tinha um filho excepcional - relatando como tudo a que fora submetida naquele período havia contribuído para esta condição. Ela já havia falado de suas crianças e de sua luta para tê-las e criá-las, embora só naquele momento tivesse sido possível a revelação e suas considerações sobre ele.

Para finalizar esta parte, quero fazer um breve comentário sobre as emoções que o contato pessoal com seu objeto pode despertar no pesquisador. No meu caso, não havia dúvida que o conteúdo dos testemunhos seria de grande impacto emocional, dadas as experiências vividas pelas ex-presas políticas, cujas representações seriam reforçadas pelos pontos de identificação que mantinha com elas. De fato, eu já havia sido alertada para este aspecto da minha pesquisa e para as dificuldades que eu, pessoalmente, poderia enfrentar ao trabalhar com tais testemunhos.

Nas quase cinquenta horas de gravação (e mais algumas outras de anotações), passagens sobre experiências de intenso sofrimento estão presentes em quase todos os relatos. Além das descrições sobre os momentos nas sessões de tortura, há descrições de estados de profunda dor moral e psíquica. Há trechos sobre separações irreparáveis, sobre vivências de desespero abissal. Mas há lembranças de momentos de confiança na ação guerrilheira, de esperança, de reencontros inesperados, de amores correspondidos, de casamentos (em situações as mais insólitas), de filhos que nascem apesar de tudo - ou, às vezes, por isso mesmo - de confiança em sua própria capacidade de superação, de auto-estima pela coragem e resistência que percebem ter tido e que ainda têm. Há muito sorriso (às vezes, traduzindo um misto de auto-complacência e auto-crítica), algumas risadas, muita emoção contida e algumas lágrimas. Frente a esse quadro, tentei preservar, na medida que me foi possível, minhas emoções. Compartilhar o sorriso ou até mesmo o riso não foi difícil. Conter o espanto e o horror ante os detalhes das sevícias que todas (salvo uma) sofreram, foi inicialmente um exercício de auto-controle. Aos poucos pude ouvi-los com um certo distanciamento pelo próprio estranhamento que causavam.<sup>57</sup> Mais difícil foi segurar a

---

<sup>57</sup>Só houve uma situação em que não mantive a surpreendente (pelo conteúdo de certas passagens dos depoimentos) serenidade habitual; ao ouvir de uma entrevistada a descrição de que havia sido deitada nua, com seus pés e mãos amarrados para que um filhote de jacaré fosse colocado sobre seu corpo, não contive meu medo e asco e comeci a perguntar-lhe, com muita ansiedade, se ela tinha certeza de que o animal estava vivo e qual havia sido sua reação (de fato, ela havia desmaiado, só recobrando os sentidos quando de novo na sua cela); meu descontrole se deveu à minha “fobia” em relação ao réptil ou a qualquer outro ser que a ele se assemelhe, como a lagartixa, por exemplo; esta pequena confidência tem o

emoção, não em momentos específicos, mas em dados instantes em que, abstraindo-me subitamente do que estava sendo dito, tinha uma visão repentina e abrangente da vida dessas mulheres - do que haviam experimentado e do que viviam hoje, sentadas à minha frente, contando-me a respeito desse passado e com ele a respeito de quem são.

---

propósito de indicar como não somos nem podemos permanecer “neutros” ou sob controle em todos os momentos da pesquisa; embora o exemplo não seja dos mais ricos ou elucidativos, vale para demonstrar como não são sempre as questões objetivas do campo e o impacto destas sobre seus agentes (nosso objeto) que representam a maior ameaça à distância necessária à observação, que é sempre buscada pelo pesquisador; ao contrário, muitas vezes são suas próprias idiossincrasias e dificuldades, trazidas de seu campo de origem e de sua própria história, que podem interferir nesse processo; a consciência dos efeitos perturbadores desses elementos é uma das maneiras de, em certa medida, neutralizar suas repercussões; assim como a diferença nem sempre dificulta a compreensão, oferecendo ao olhar, ao contrário, maior desempenho e liberdade, certos bloqueios não surgem necessariamente do que é *estranho*, mas de entraves que já existem em nossas próprias experiências e que trazemos de fora do campo com nossas subjetividades.

## ***Histórias de vida, histórias de sobrevivência***

Ouvindo os treze depoimentos, pude destacar núcleos de significado (Minayo, op. cit.) que passam a orientar a exposição que compõe esta parte da dissertação. Apesar das diferenças internas, cada tópico a ser abordado revela-se parte comum e fundamental das experiências dessas mulheres. Ao confrontar suas recordações e suas impressões sobre estas, pode-se vislumbrar um painel que, apesar de sua complexidade de traços e de sua variação cromática (cada uma acentuando ou atenuando diferentes aspectos dos episódios, conferindo-lhes assim matizes interpretativos distintos), oferece-nos uma temática coesa e inconfundível: as trajetórias de vida de mulheres que rompem com seu papel social para se engajarem em um projeto coletivo e os possíveis significados que tal escolha gerou.

Na concorrência dos diversos testemunhos que aqui vão estar presentes (quer direta ou indiretamente), surgiu entre eles uma organização não-intencional a partir de motivos recorrentes, que formam a composição final. Embora suas narrativas não estejam fixadas por desdobramentos de uma cronologia dada, existe um eixo que ordena a rememoração dessas trajetórias, do ponto de vista do momento presente. Pode-se dizer que estas se definem por três momentos básicos: o engajamento no projeto de esquerda (com um resgate de suas vidas até esse momento), a militância clandestina (com seus desdobramentos e conseqüências) e a reintegração à vida social legal (estendendo-se até os dias de hoje).

Para cada momento há elementos de identificação como de divergência nos relatos das ex-presas políticas. O primeiro foco de diferença já aparece com as recordações de suas experiências anteriores às atividades estudantis. Nessa medida, a questão de suas origens ultrapassa a classificação sociológica de classe social, ao se estender a seus sistemas de referência, com a incorporação de dados pessoais, tais como a organização familiar de cada uma delas (com sua articulação interna através das relações entre pais e filhos), sua formação religiosa, seu *status* intelectual e social (profissão dos pais e de outros membros do grupo e seu grau de prestígio), a posição ideológica dessas famílias, com suas expectativas e demandas em relação à realidade social, como também em relação aos filhos e, finalmente, a qualidade da vida emocional e afetiva que essas famílias experimentavam.

Além dos elementos diferenciadores acima apontados, nos deparamos com um outro nível de distinções. Este diz respeito a traços individuais de personalidade e a aspectos subjetivos dessas jovens naquela época. Novamente as imagens deslizam de uma simetria aparente de características que oferecem um quadro coerente e coeso - formado pela coincidência de gênero, faixa etária, atividade profissional no momento de sua entrada para a luta política e motivação ideológica - para a fragmentação em elementos díspares e, muitas vezes, contraditórios. Assim, as motivações e representações individuais das treze ex-presas políticas contrastam-se, ao mesmo tempo que as motivações e representações coletivas com as quais se identificaram se aproximam, em outro nível.

A primeira diferença a ser destacada, portanto, situa-se nas famílias e nas relações familiares. Desde as diferenças sociais e as posições políticas antagônicas nas origens das então jovens estudantes,

até o nível de comprometimento de cada uma com os valores de suas famílias - apesar de diferenças ideológicas entre elas e seus pais ou, em outros casos, justamente devido à ausência delas - constata-se que a base de sua formação não é uniforme.

Temos, por exemplo, quatro entrevistadas cujos pais se identificavam - embora de modos diferentes e a partir de inspirações distintas - com a ideologia de esquerda. Mesmo dentro dessa coincidência de posições, havia marcas distintivas não só em sua prática política como também em suas origens. No primeiro caso, tratava-se de um judeu - imigrante europeu - que, apesar de empresário já àquela altura, não havia abandonado suas idéias socialistas. O outro caso (pai de duas delas) diz respeito a um comunista ativista que trabalhou na Rede Ferroviária e nas Docas de Santos, onde sempre militou, mesmo sem ser membro efetivo do Partido Comunista Brasileiro. Por último, temos um filho de uma tradicional família de fazendeiros em Minas Gerais que entra para o PCB, vende a propriedade que herdara e parte com a mulher e os filhos para o interior de Mato Grosso para trabalhar e orientar os camponeses da região. Tempos depois, muda-se para São Paulo para um bairro proletário, onde continua sua militância partidária em atividades junto às Associações de Bairro, de onde sua filha sai para a luta armada.

Estas famílias apresentam histórias de vida e visão de mundo que se contrapõem às das outras ex-militantes e cujo *ethos*, por sua vez, marca diferencialmente seus filhos, em relação àquelas cuja formação passou por outros padrões de sociabilização e por outra orientação política.<sup>58</sup> Entretanto, pode-se observar que, embora a configuração externa destas famílias as una em um grupo específico a partir de sua posição ideológica, observadas em relação umas às outras, apresentam variações que as distanciam entre si.

A outra classe de distinções que se coloca entre as ex-presas políticas refere-se a motivações de ordem subjetiva. Neste campo, a multiplicidade de respostas - apesar de encontrarem-se todas elas dentro do mesmo contexto durante o período da ditadura militar - às solicitações e imposições que a realidade lhes apresentava, remete-se a injunções entre suas histórias de vida e sua estrutura psíquica. Um exemplo disso é a vida sexual e amorosa de cada uma. Houve aquelas para quem as condições excepcionais não interferiram no desenvolvimento de suas experiências sexuais (eram todas jovens, não tendo mais de vinte e três anos no instante inicial da luta armada) nem de suas relações amorosas; ao contrário, o contato com os companheiros de organização em situação de virtual igualdade e a ausência de controle familiar dada à nova forma de vida que experimentavam, ofereceram-lhes maior liberdade, com um tipo

---

<sup>58</sup>Na análise das histórias de vida de atores sociais cujas trajetórias convergem, a partir de um determinado ponto, para um mesmo projeto, as diferenças que as marcam anteriormente - e que poderiam até estar camufladas por uma visão externa ao grupo que se forma - podem parecer paradoxais; entretanto, falar de distintas éticas dentro de uma mesma cultura ou, até mesmo, dentro de um determinado segmento social (neste caso, majoritariamente de camadas médias urbanas) aponta, mais uma vez, para a variedade de alternativas e para a indeterminação que constituem a vida social em sociedades complexas da nossa época (Velho, G., op. cit.:1994). Vale a pena insistir, porém, que esta fragmentação, que em larga medida a define, não anula a existência de uma coerência cultural que assegura sua coesão, através de arranjos típicos que ordenam e dão sentido a seu aparente caos; a multiplicidade de planos e o trânsito desses atores entre eles, nesse tipo de vida social, exige múltiplas entradas para a observação dessas diferenças internas, ao mesmo tempo que requer, em outro nível de análise, a possibilidade de se perceber a rede de significados que esses fios supostamente desconexos

de experiência desconhecida para a maioria das jovens da sua geração. Mesmo assim, muitas delas mantiveram relacionamentos estáveis (dez entre treze das entrevistadas), em alguns casos chegando a se casar. Algumas tiveram filhos na clandestinidade ou na prisão. Outras, porém, tiveram esse aspecto de suas vidas afetado de outra maneira; em um caso - segundo o posicionamento de uma jovem militante naquela situação - houve a opção incondicional de sua parte pelo mais completo celibato já que, de acordo com seu pensamento naquela época, sua dedicação à causa revolucionária não comportava ligações pessoais, por mais breves ou descompromissadas que fossem.

Tanto a experiência da tortura quanto a da prisão também revelam discrepâncias de comportamento e de representações. O tipo de resistência, tanto física quanto psíquica, às sevícias variava. Para algumas, o suplício nas mãos dos agentes da repressão era insuportável durante exatamente o tempo de cada sessão; conseguiam, após os “interrogatórios” - mas ainda em meio à situação de tenebroso pesadelo à que estavam sendo submetidas - manter sua integridade psíquica, conservando ilhas de afetividade e de interesse relativamente normais. Para tal, recorriam aos mais insólitos meios (que serão descritos adiante) a fim de preservarem o raciocínio e o contato com a realidade. Já para outras, ainda hoje o ato de recordar tais momentos é extremamente penoso. Nesse quadro, encontram-se as reações face à problemática do abuso ou da violência sexual que, mesmo não tendo atingido a todas objetivamente, era tanto uma constante ameaça, quanto uma efetiva possibilidade.<sup>59</sup> Quanto a este aspecto, encontrei entre as várias reações descritas até mesmo respostas diametralmente opostas. Nas duas posições extremas em relação a essa questão temos, de um lado, a banalização da experiência nas palavras de uma delas: “[...] não era nada que a água não pudesse lavar [...]” e de outro, a revelação de uma reação radical. Neste caso, a ex-presa política engravidara, não tendo jamais conseguido pensar em ter um filho depois disso, embora as sevícias sexuais e o aborto subsequente não lhe tivessem tornado estéril; nunca superou o trauma que sofrera.

Quanto à situação de confinamento prolongado, novamente há variação nos depoimentos. Uma das ex-militantes assegurou-me que sua prisão<sup>60</sup> significou para ela uma espécie de refúgio, ao finalmente encontrar, segundo suas palavras, “segurança” e “relativa tranquilidade,” depois de tantos riscos; para outras o cárcere representou uma descida ao “inferno,” enquanto que, para uma outra ainda, a experiência provocou-lhe o que ela própria chamou “um grande choque cultural;” de acordo com seu testemunho, as outras mulheres que ela encontrou na penitenciária e que eram identificadas como “terroristas” - por terem sido presas e acusadas de crimes políticos de subversão, como ela própria o fora - pareciam-lhe seres saídos de uma outra dimensão da realidade, tamanha a sensação de estranhamento que lhe provocaram.

---

tecem, sustentando o sentido da totalidade daquele grupo social e, assim, sustentando a reprodução e a permanência de sua cultura, em seu constante processo de transformação.

<sup>59</sup>Este foi um tema delicado de ser abordado; tanto houve afirmação explícita por parte de algumas de terem sofrido abusos ou violência sexual, quanto negação de qualquer experiência desse tipo, em qualquer grau, por outras; houve ainda as que contornavam a questão, deixando-me dúvidas quanto ao assunto.

<sup>60</sup>Estar presa, em contraste com a situação de seqüestro em que se encontravam quando estavam “desaparecidas” dentro dos órgãos de repressão, significava estar com sua situação oficializada - aguardando julgamento ou cumprindo pena - e, portanto, de conhecimento público, o que era alguma garantia dentro da situação de exceção que o país vivia.

O aspecto fragmentário da experiência que essas mulheres enfrentaram naquelas condições - e que foi resumido através de alguns poucos exemplos nos parágrafos anteriores - não elimina, contudo, sua outra dimensão. Em outro nível, percebem-se os aspectos englobantes do fenômeno. Neste, as participantes dos ideais revolucionários encontram-se dentro de uma mesma estrutura que nivela as diferenças individuais. Como elemento estruturante desse aspecto de suas experiências está sua adesão a um projeto coletivo, cujo sentido totalizante ultrapassa, nesse plano, o de suas trajetórias individuais. É nessa medida que podemos entender a presença dos dois conjuntos de significados nas falas das entrevistadas, ao se remeterem simultaneamente a este domínio abrangente e a suas vivências individuais e subjetivas. É nessa medida também que suas lembranças trazem tantas semelhanças e, ao mesmo tempo, tantas particularidades, cruzando-se em contrastes, para no instante seguinte revelar-nos a solidariedade entre seus conteúdos.

Além dessa ordem de discrepância entre as narrativas, podemos encontrar divergências no relato de fatos e acontecimentos. É interessante notar a preocupação que cerca este tipo de problema. Indagaram-me, de diferentes formas e em diversas ocasiões, sobre meu critério de avaliação acerca da veracidade do que me seria dito durante as entrevistas. Não posso deixar de transcrever uma pergunta que me foi feita, pela ingenuidade de sua colocação: “Você vai acreditar em tudo que elas disserem?” Esta preocupação não era exclusiva de potenciais receptores dos testemunhos que eu estava em vias de colher, como poderia vir a ser aquele cujas palavras citei. A preocupação estava presente também na inquietação que as entrevistadas demonstravam ao não se recordarem com precisão de alguma data, de algum nome ou de detalhes sobre alguma situação em particular.

Embora não tenha a oportunidade de agregar a esta dissertação uma discussão sobre a instância da verdade e sua relação com a dimensão do real e a do imaginário na narrativa - como, por exemplo, a que desenvolve Hayden White (op. cit.:1990) - posso apenas destacar que, no caso de testemunhos, mais do que a busca de uma verdade (sendo esta mesma sempre problemática, por ser relativa) deve-se buscar um sentido para as verdades que brotam dos relatos.

Imaginar que um discurso narrativo possa funcionar como veículo de informação ou como meio de reconstituição de uma dada “realidade” é uma distorção de sua condição. O que este discurso opera no momento de um testemunho é uma elaboração imaginária que faz uma ponte entre o passado e o presente. Não se reconstitui, através das representações do ator que rememora, uma realidade pretérita dentro do instante presente, mas constitui-se através dessas representações significados sobre esse passado (White, H., op. cit.). Na realidade, na repetição de sua história, quem recorda não a repete mimeticamente; a constrói e reconstrói, ao incorporar em sua narrativa elementos novos que já estão incorporados à sua vida. Além do mais, deve-se levar em consideração o teor ambivalente do depoimento, já que fica estabelecida a possibilidade de julgarem-se as ações passadas e de utilizar-se o passado como instrumento para melhor dominar o presente (Pollak :1982). Esta condição pode criar tensão entre fatos e sentimentos.

É desse modo que se abrem novas possibilidades interpretativas e novas versões para os mesmos fatos. É assim também que, com cada lembrança, há mais uma possibilidade de redefinição da identidade de quem lembra. Através da reconstituição de sua história de vida, novos elementos são agregados e/ou re-significados, em constante formulação de sentido.

Resta, entretanto, tentar esclarecer a questão da necessidade de precisão na informação e da necessidade de controle dos fatos, tanto por parte de quem os relata como por parte de quem eventualmente venha a entrar em contato com eles - fato que detectei durante o processo da elaboração dos testemunhos. Creio poder servir-me desta constatação para indagar um pouco mais sobre sua possível motivação. O que estaria por trás do embaraço ou da irritação por parte da depoente nos momentos de hesitação ou de confusão a respeito de fatos ou dados que estava revelando?

Parece-me que se trata da importância que é atribuída à suposta credibilidade de um discurso - qualidade esta que o emissor busca constantemente conferir a seu relato. Esta questão associa-se à da legitimidade a ser ou não concedida a seu discurso. Aqui, esta problemática refere-se, em última instância, à gestão da construção de memória e ao campo de concorrência e de disputa em que está inserida. Ainda que este processo se dê de forma inconsciente, quem lembra quer que suas recordações sejam ouvidas e quem as recebe quer saber se pode ouvi-las. Não é por outro motivo que o processo de construção de memória coletiva não se desenlaça a qualquer momento. Ao contrário, ganha ímpeto dentro de circunstâncias especiais. Exemplo atual disso acontece, entre outros casos, na Alemanha e no Brasil, como já mencionei anteriormente. Trata-se do fenômeno de evolução da vontade de escuta (ou seja, de possibilidades políticas, ideológicas e psicológicas favoráveis) de que fala Pollak (op. cit.: 1982). E essa evolução se desenvolve no embate entre a memória virtual ou “subterrânea” (Pollak: 1989) que ainda não emergiu e a oficial ou hegemônica.

Ainda em relação às narrativas, devo acrescentar que a forma de sua enunciação é também reveladora. Há matizes distintos na emoção que transparece em seus discursos, através da ênfase que cada uma coloca sobre determinados temas e de seu tom (dramático ou irônico, contido ou espontâneo, minucioso ou seco), o que afeta a maneira como conduzem a entrevista. Esta é a razão principal para a discrepância entre o número de encontros e das horas de sua duração entre os diversos depoimentos, além de ser a explicação para as diferenças no desenvolvimento dos relatos. Assim, pode-se dizer que há um estilo pessoal nas entrevistas que traduz, em certa medida, a relação que cada uma destas mulheres manteve e mantém (hoje de forma re-elaborada) com a experiência da militância e seus desdobramentos.

Ainda antes de passar ao corpo das entrevistas nesta dissertação, não quero deixar de comentar um aspecto que, além de relevante, é de difícil abordagem - não se inserindo no campo da lógica consciente ou da racionalidade. Constitui-se, de fato, no domínio do inconsciente, para o qual aponta Lévi-Strauss ao afirmar que “o inconsciente seria o termo mediador entre o eu e o outro, [...] [fazendo-nos] alcançar o mais estranho dos outros como se fosse um outro nós” (Lévi-Strauss, 1974::19).<sup>61</sup>

Sem dúvida, quem trabalha com testemunhos tem a oportunidade de lidar de perto com esta dimensão da realidade que, entretanto, não deixa de estar sempre presente na interação entre o observador e aquele que é observado. Talvez este contato seja mais facilitado neste caso do que em outros momentos da pesquisa antropológica pelas circunstâncias que cercam a elaboração de

---

<sup>61</sup>Faço aqui uma apropriação da consideração de Lévi-Strauss - que a desenvolvia estabelecendo a universalidade da comunicação humana - reduzindo-a à situação particular dos testemunhos e seus protagonistas, como um canal possível de ligação entre aquele que recorda e aquele que está presente para ouvi-lo; o inconsciente, com sua linguagem, representa uma outra e importante dimensão nesse tipo de comunicação.

testemunhos, sobretudo pela natureza do material que esta dispõe (recordações e associações de idéias) e pela relação especial que se estabelece entre quem rememora e quem ouve.<sup>62</sup>

Não há dúvida que este tipo de contato é, em si mesmo, uma das prerrogativas do método antropológico, cuja observação participante abre espaço para esse nível de comunicação. Ao mesmo tempo, essa experiência não ocorre do mesmo modo, nem com o mesmo grau de intensidade, em todas as situações de pesquisa. Entretanto, o conteúdo da realidade psíquica que está presente na dinâmica entre esses atores é potencialmente valioso para o estudo antropológico. É importante, pois, que estejamos sempre *conscientes* - quaisquer que sejam as condições do trabalho de campo - do quanto e do que está em jogo, por interferência do *inconsciente*, em nossa atividade e na produção de seus resultados.

Como no caso aqui em questão, a proximidade com formações do inconsciente que atravessam a produção do discurso por articulações especiais da linguagem - como os atos falhos, os silêncios e os lapsos - demanda que a apreensão do observador esteja no mesmo plano do que se desenrola à sua frente. Esta modalidade de apreensão é outra prerrogativa da observação antropológica, podendo-se defini-la como propositalmente *distraída* - isto é, isenta de qualquer familiaridade ou estranhamento com o que vai ouvir, permitindo que as idéias se encadeiem livres de qualquer pré-conceito. Este procedimento dá surgimento a um campo especial de comunicação. Nessas condições, o sentido do discurso se dá *a posteriori*, desembaraçado de constrangimentos e de determinações que o aprisionem. Ele passa, portanto, a ter um sentido que, livrando-se da necessidade de referencialidade, pode ser continuamente constituído. Além de o estranho tornar-se familiar, o que nos é mais conhecido assume nova e inusitada feição. Rompendo-se a relação supostamente necessária entre referente (o previamente conhecido e codificado) e significado, todos os sentidos passam a ser possíveis, e com eles dilata-se a compreensão.

Com estes comentários encerro a apresentação à elaboração das memórias que os testemunhos das treze mulheres - direta ou indiretamente - passam a construir. Todas conheceram as piores formas de opressão. Se no passado tentaram obrigá-las, até pela tortura, a falar - fato que Roland Barthes considerou ser a maior das opressões - foram depois obrigadas a calar. Primeiramente por perda do direito de livre expressão e depois por falta de quem as quisesse ouvir. Hoje comparecem aqui - como algumas delas já o fizeram em outras ocasiões, nesses últimos anos - atendendo à solicitação para falar a quem quer e deve ouvi-las.

#### ***4.1 a idade da inocência: a entrada***

*Sempre fui completamente inocente. Nunca tive  
idéia do perigo em que estava me metendo.  
Anita*

Nenhuma outra disse isso - ou pelo menos não de forma tão clara. Entretanto, considerando-se a faixa etária das jovens que ingressaram na luta armada - aí incluídas as treze ex-militantes entrevistadas - pode-se avaliar o grau de desconhecimento do que, de fato, estavam por enfrentar. Se toda ação dá

---

<sup>62</sup>Ver a nota 36 desta dissertação com as contribuições de Pierce e de Crapanzano que trago para a discussão sobre o *setting* das entrevistas, seu caráter indêxico e o papel do entrevistador.



partida a um processo que é sempre uma possibilidade em aberto, podemos descrever um projeto como “uma antecipação vazia” (Schutz, op. cit.). Tratando-se de um projeto revolucionário, a condição de imprevisibilidade é levada ao limite pelo caráter radical de sua proposta de transformação da realidade social e de suas estruturas. Sobre este aspecto, ouvimos tanto comentários que se aproximavam do de *Anita*, como também afirmações de que havia consciência do risco, embora desconhecimento de sua exata extensão. Para entendermos de que forma se deu a adesão daquelas jovens à batalha que passavam a travar é preciso, portanto, nos aproximarmos de suas vidas àquela época - com suas expectativas individuais e com as possibilidades disponíveis para sua realização.

Na maioria das vezes, a entrevista começava com o meu pedido para que a ex-militante política explicasse como havia sido presa pelo regime militar, reconstituindo a época anterior ao seu efetivo engajamento em uma organização revolucionária. Essa indagação apenas marcava o que seria foco da pesquisa, não garantindo uma resposta direta ou imediata à interpelação. Na realidade, a direção da narrativa, colocada nas mãos da entrevistada, tanto podia começar no momento exatamente antecedente à sua entrada para a luta armada, como podia situar-se em tempos mais afastados, com lembranças da infância compondo o retrato de seu universo familiar. Isso deixava - às vezes por muito tempo - a expectativa sempre crescente a respeito do foco de interesse da entrevista. Assim, tendo sido o exato ponto de partida sempre da escolha de cada uma delas, este, contudo, não estabelecia uma direção lógica da história que iria se desenrolar.<sup>63</sup> A composição do testemunho surgia, portanto, a partir de um núcleo de recordações - evocado por algum mecanismo interno - e do qual desdobravam-se as imagens e as impressões. Estas tomavam rumo próprio, seguindo rastros de outros núcleos virtuais, sem necessariamente seguir uma ordem cronológica, em percurso de idas e vindas entre esses pontos e nunca se perdendo ou se distanciando demasiadamente do centro de sentido. Desse modo, os relatos parecem percorrer órbitas elípticas, ora afastados do centro - ou seja, especificamente da trajetória de suas vidas durante a clandestinidade e/ou prisão - ora reconduzidos a ele. Passamos aqui ao conteúdo dos testemunhos:

**a.** No caso de *Catarina*, este começou por um resgate dos personagens de sua família, com detalhes sobre suas biografias - como, por exemplo, que seu pai, nascido no estado de São Paulo, tinha duas irmãs freiras e que sua mãe, caçula de dez filhos, descendia de uma tradicional família mineira de fazendeiros. Recompôs, também, as origens das famílias de seus pais, mencionando que um de seus bisavós era francês e o outro alemão. Ela mesma nascera em uma pequena cidade de Minas Gerais. Estes dados não produziam uma mera lista de informações factuais; ao contrário, estas eram conduzidas ao relato através de uma narrativa descritiva rica, permeada de humor e pontuada por observações interessantes.

Conta-me de seus dois anos em colégio interno religioso em Poços de Caldas - dos 15 aos 17 anos - por desejo de sair de onde nascera e por vontade de seguir os passos de suas irmãs. Durante o período que esteve lá, era a líder das “bagunças,” conforme descreveu suas diabruras, mas sem nunca ter sido expulsa. Frequentou o último ano do curso Clássico (uma das modalidades da época do que é hoje o curso de 2º grau) em Belo Horizonte, contrariada pelo pai em sua vontade de terminar os estudos

---

<sup>63</sup>O ponto de partida não se refere exclusivamente ao momento *zero*; em um mesmo encontro houve ocasião para mais de um “começo,” quando havia alguma interrupção externa; além disso, os testemunhos se desenrolavam - com exceção de dois - em mais de um encontro.

secundários em São Paulo - cidade onde costumava passar férias e para onde só tem oportunidade de voltar em 1981, algum tempo após ter saído da prisão. Cursa depois a Faculdade de Sociologia e Política e de 1965 a 1968 a de História. Também tranca a matrícula nesta Faculdade, só vindo a concluir seus estudos muitos anos depois, dado a seu longo período de encarceramento.

A vida escolar de *Catarina* é marcada por seu espírito de liderança, tendo sido presidente de Grêmio e colaboradora do jornal do colégio. Diz que sua educação foi liberal - sem nenhuma obrigação de ordem religiosa (seu pai era ateu), nem a de considerar casamento como destino - tendo criado espaço para discussões políticas. É assim que inicia sua militância política já em 1961, aos 19 anos de idade, entrando para o PCB.

Em 1962, começa a trabalhar em banco, passando a fazer militância de base no sindicato em momento de muitas greves. Em fins de 1963 ela deixa o partido “devido a seu reformismo” e em 1964 entra para a POLOP (menciona especialmente um espetáculo de grande impacto que presencia; trata-se de uma montagem teatral sobre camponeses e latifundiários, encenada no campo para uma platéia de lavradores). Nesta época faz grandes amigos que entrarão também para a luta armada. Participa ao mesmo tempo de atividades no CPC, alfabetizando moradores de morros. Desse modo, sua vida é bastante agitada mas não só pelo engajamento político. Essa é também uma época de muitas festas e de muita curtidão, tanto que ela e mais dois amigos - em meio a tanta atividade - resolvem abrir um bar; *Catarina* comenta que este foi uma espécie de Zepellin, no Rio de Janeiro e do João Sebastian Bar, em São Paulo - tornando-se ponto de encontro de intelectuais, artistas e ativistas políticos e que funciona de junho de 1963 até precisamente o dia 31/03/64 (para evitar mais prisões, pois já haviam sido levados presos membros do PCB e do PSB; segundo ela, a ação golpista começou antecipadamente em Minas Gerais já nos dias 29 e 30 de março).

Como dona de bar e como militante (tendo sido membro do PCB, participando de pichações e de panfletagem e tornando-se dirigente da POLOP em 1965), esta ex-presa política diz ter assumido uma posição que se diferenciava daquela da maioria das mulheres de sua época - contudo, isto não foi causa de problemas em casa, pois - reforça ela - a postura de sua família sempre foi “progressista.” Diz que sua vida era dirigida para a política e por isso se entregou totalmente à luta, desistindo de manter qualquer relação estável e de ter filhos. Além do mais, tinha pleno conhecimento dos riscos que enfrentava, aceitando o fato de que poderia morrer. Nesse momento, acrescenta que não se pode considerar a participação das mulheres na militância e na guerrilha como irrelevante.

Em 1968, em um congresso da POLOP há um processo de “racha,” que a desgasta muito. Seu grupo perde a posição de liderança; seus companheiros fundam então a COLINA (no Rio e em MG). Neste momento ela se afasta da militância por motivos de saúde, deixando também seu emprego no banco. Alguns meses depois de operada reassume as atividades políticas: “Na COLINA re-contactei o sindicato dos bancários e passei a fazer social com o .... [diz o nome de um companheiro e grande amigo] para restabelecer laços e também para fazer contato com principiantes - um tipo de relações públicas.” Quando sai da VAR-Palmares (produto da fusão de diversas organizações, inclusive a COLINA) vai para a VPR, em divergência com a posição deste seu grande amigo. Em abril de 1969 sua mãe tem a casa invadida. Neste dia *Catarina* entra para a clandestinidade.

**b.** *Joana* também reconstrói com detalhes seu passado. Caçula de uma família de dezoito filhos, nasceu em Brejo da Madre de Jesus, em Pernambuco. Fez seus estudos no colégio das freiras beneditinas em Caruarú, considerado um estabelecimento de elite. Foi nesta mesma cidade que cursou mais tarde a Faculdade de Direito, já tendo se formado quando fugiu para o Rio de Janeiro. Muito cedo tornou-se professora e passou a ganhar seu próprio dinheiro. Ao falar sobre o nível de educação de seus pais, comenta que seu pai era analfabeto, “mas era um sonhador” - traço que ela diz felizmente ter herdado - e que sua mãe era semi-analfabeta, “mas era uma grande mulher,” muito querida e respeitada por todos da cidade, onde era conhecida por tia Júlia.

Moravam nessa pequena cidade numa chácara e seu pai ainda possuía uma grande fazenda da qual tirava o sustento de sua família. Destaca que apesar de ter tido “um latifúndio,” seu pai sempre tratou seus colonos com consideração, trazendo-os para dentro do convívio de sua família, “porque ele era um verdadeiro camponês.” Talvez por ter tido contato de perto com a realidade dessas pessoas, desde cedo *Joana* mostrou-se inquieta com sua própria vida e inconformada com as condições de sobrevivência dos trabalhadores rurais da região. Ela diz que até hoje tem uma forte ligação com os representantes desse segmento social: “Sou apaixonada por camponeses.”

Sua educação foi extremamente conservadora e rígida. Como a família era muito grande, sua mãe impunha disciplina militar à rotina da casa e aos filhos - sistema que conseguia manter graças a seu *status* de verdadeira matriarca. Além disso, criou seus filhos “dentro da moral nordestina, onde os meninos e as meninas tinham que ficar separados; até hoje meus irmãos não entram nos quartos das irmãs,” explica *Joana*. A base religiosa dos princípios nos quais foi criada - e a partir dos quais desenvolve uma profunda convicção cristã (“acho que foi isso que me salvou,” comenta ela) - não lhe excluiu a possibilidade de adquirir uma formação filosófica e política marxista: “O marxismo naquela época era escola; era como fazer o dever de casa - você tem que ler isso, tem que discutir isso...” Acrescenta, entretanto, que foi a única da família a tomar esse caminho. Escolha esta que foi muito difícil para todos, fazendo com que ela passasse a se sentir como uma presença incômoda entre eles.

Um sapateiro, pai de um grande amigo de *Joana* e que era membro do PCB, foi uma figura importante na sua formação. Foi este homem que a introduziu aos clássicos da literatura russa. Assim, aos onze anos de idade lê seu primeiro romance e não pára mais: “Sempre fui rato de livro.” Muito menina ainda entra para JOC - braço jovem da Ação Católica.

Quando termina seu curso de Direito em 1968, começa o de Sociologia. Já era membro da JUC e passa a ter ligação com todos os partidos de esquerda de Pernambuco, “funcionando como apoio logístico para todo mundo.” Ela diz que até namorar seu primo (com quem depois se casa) “nunca tinha tido tempo para essas coisas porque fazia política vinte e quatro horas por dia.” Na realidade, *Joana* não ingressou em nenhuma organização guerrilheira, embora tenha tido forte envolvimento com a militância organizada; porém, seu marido (haviam-se casado em segredo) era membro do PCBR - fato que ela desconhecia inicialmente. Quando um de seus companheiros foi preso, tiveram que desaparecer daquela área imediatamente. Tempos depois, já no Rio de Janeiro, entram para a clandestinidade. Isto se deu no ano de 1970.

**c.** A vida de *Bethânia* é uma outra história. Dois anos depois da morte do pai, aos quatorze anos de idade, ela se muda com a família de São Paulo para o Rio de Janeiro. Nesta cidade, entra para o

Colégio São Fernando, uma escola leiga onde fica somente seis meses. Transfere-se, então, para o Colégio Santa Úrsula, instituição de religiosas, tratando-se esta mudança de uma escolha e não de uma imposição, pois gostava de estudar em colégio de freiras. Foi o que fizera em São Paulo, tendo sido aluna do conhecido Des Oiseaux que, segundo ela, era um estabelecimento de postura bastante progressista. As famílias mais conservadoras recriminavam essas freiras que “eram até chamadas de comunistas porque eram muito avançadas.”

Filha e neta de banqueiros, *Bethânia* explica que, mesmo se relacionando com a burguesia paulista, nunca deixou de se preocupar com as questões sociais. Não conseguia ficar indiferente à pobreza e assim que chegou ao Rio começou a subir morros: “Sempre me angustiava muito com toda aquela realidade porque achava uma incoerência, um absurdo.”

Acredita que nunca perdeu sua vocação para ser missionária - chegando a pensar, em um certo momento, em ser freira - nem seu espírito contestador, esclarecendo: “Sempre entrava na porrada com o meu irmão e meus primos para defender o meu espaço, ao mesmo tempo que era uma boa moça, pronta para fazer caridade.” Disse-me que, na realidade, sempre foi uma militante já que até poucos anos atrás ainda continuava nessa trilha, quer como membro do Centro Noel Nutels (um grupo clandestino), quer como médica, na área de Saúde Pública, na Baixada Fluminense - onde, aliás, trabalhara inicialmente como “fachada” para sua militância política.

Em 1968, aos dezoito anos, estava fazendo o cursinho pré-vestibular Miguel Couto Bahiense quando o próprio estabelecimento suspendeu as aulas em duas ocasiões para que os alunos participassem das manifestações de rua contra as práticas do regime militar. Motivada pelos acontecimentos, freqüentou os Encontros dos Vestibulandos. Sempre gostou de atividades de grupo e sabendo dos propósitos de transformação da sociedade que inspiravam os participantes dessas reuniões, exclama: “Pronto, achei o meu convento!”

Inicia então suas atividades na militância; como morava em um casarão, fazia reuniões políticas em sua casa sem maiores problemas. O espaço era ideal e, além do mais, sua mãe não se interessava em saber do que se tratava. Em 1969, já freqüentando a faculdade (fazia Filosofia porque tinha sido o curso com maiores chances de poder entrar), ela começa suas atividades na organização MR-8; no início, age apenas como militante simpatizante - sem ser propriamente “organizada” - por não ter o nível teórico e ideológico exigido. De fato, nunca chegou a ser um membro efetivo da organização, embora tenha atuado bastante, sendo presa várias vezes ao executar ações de base, em apoio à luta armada.

Sua primeira prisão ocorreu em setembro de 1969. Ficou detida durante quinze dias na Ilha da Flores, onde sofreu tortura. Apesar da experiência, só entra para a clandestinidade meses depois, no início do ano seguinte. Ao tomar esta decisão, *Bethânia* garante que já tinha uma visão muito clara do que estava por acontecer, apesar de sua característica ingenuidade - traço que ela considera ter mantido até hoje.

Sua passagem pelas mãos de um órgão de repressão a deixara impressionada com a organização da polícia e seu aparato para obtenção e extração de informação. Esta constatação dá-lhe a certeza de que “todas as pessoas iam ser presas e todos nós íamos morrer...”. Naquele momento, ela escreve uma longa carta à organização passando suas observações e inteirando-os de sua convicção acerca do perigo que

pairava sobre os integrantes da guerrilha urbana. Da clandestinidade - em um quarto alugado - no Rio, passa a esconder-se em um sítio fora da cidade.

**d.** Os primeiros três testemunhos já indicam claramente diferenças entre si. Entretanto, ao introduzir o testemunho de *Angélica*, vale a pena destacar especificamente um contraste com o de *Catarina*. Este refere-se à natureza da motivação para o engajamento dos militantes na guerrilha.

Se ambas falam da importância de se avaliar a motivação e o papel da mulher na militância, cada uma os vê, de antemão, por um prisma diferente. Para *Catarina*, a participação dos militantes - tanto de homens quanto de mulheres - estava ligada a uma postura ideológica. Estavam todos motivados, segundo ela, por uma forte consciência social e política que determinava-lhes a conduta, considerando, ainda, que as mulheres estavam em pé de igualdade com seus companheiros e que o posto de cada integrante dentro da organização independia do fator sexo. Ela própria exercera posto de comando e assegurou que participavam de uma operação aqueles que estivessem melhor preparados.

*Angélica*, por outro lado, acredita que motivações inconscientes regeram a decisão dos guerrilheiros para o seu engajamento na luta armada. Grande admiradora de Reich (como muitos de sua geração), familiarizara-se também com os escritos de Freud. É sobretudo através deste viés que interpreta a mobilização pelo projeto da guerrilha, remetendo-a a traços psíquicos que os militantes teriam em comum e em sintonia com as condições do *mundo* no qual ingressavam. Por outro lado, não via igualitarismo na participação das mulheres dentro das organizações, acrescentando que a diferença de *status* entre os papéis de cada gênero colocava as mulheres, na maioria das vezes, em posição inferior na ação e no acesso à direção dos grupos.

A partir desse seu posicionamento, vejamos agora sua história. *Angélica*, nascida na Bahia, entrou cedo para a atividade política, já participando de atividades na escola. Frisa, porém, que sua aproximação com a política estava ligada à questão de sua identidade de mulher, que buscava construir a partir de um novo modelo. Aos dezoito anos, sai de casa para um congresso da UBES e para sua liberdade. Este momento representa sua ruptura com os princípios que orientaram sua formação até então.

Filha de pai militar e de uma mãe cujo comportamento era calcado em moldes conservadores, ela diz ter se rebelado contra “o machismo sedutor - e por isso mesmo muito mais perigoso - do homem baiano. E como todo homem baiano daquela época, ele [seu pai] tinha várias amantes. Eu não queria isso para mim [...]. Minha mãe é uma santa, [...] nunca vi tanta resignação. Eu não era assim.” É disso que ela tenta escapar ao se engajar na luta armada, o que não significa que não tivesse embasamento político - adquirido através de muita leitura, atividade que sempre apreciou muito<sup>64</sup> - e que não estivesse ideologicamente afinada com a causa. O que ela ressalta hoje é que sua inquietação maior era a condição da mulher, contra a qual se rebelava. Acreditava, naquele momento, que as propostas revolucionárias também atenderiam a esse aspecto da realidade social, acrescentando ironicamente que via no socialismo “ a solução de todos os males, de unha encravada à condição da mulher.” Ela resume o que de fato lhe

---

<sup>64</sup>Não posso deixar de enfatizar a formação intelectual precoce da maioria desse tipo de militante (jovens estudantes), geralmente acostumados à leitura de textos teóricos, como também à literatura; embora sem maior aprofundamento, devido à sua pouca idade - para muitas das entrevistadas a base teórica dos

parecia ocorrer àquela altura, explicando que: “[...] era o surgimento de um sentimento comum entre os militantes de estarem construindo alguma coisa nova.”

Durante oito meses *Angélica* mantém-se afastada da família, sem dar notícias. Hoje diz que jamais gostaria de ter uma filha como ela foi, mas que teve que agir assim porque “ou a mulher radicaliza ou ela vira uma Amélia absoluta, [...] minha mãe representava a renúncia e eu não queria renunciar a nada [...] o que eu queria era gerir meu destino.” Nesse momento ela já era membro da POLOP.

Ao mencionar esta organização, faz duras críticas ao que ela considera “o machismo e a dupla moral dentro da esquerda, quando diziam: mulher não participa de certas manobras porque menstrua ou: a gente pode porque nossa causa é justa.” Critica também a “total intolerância” de grande parte da militância para com aqueles que não pensavam da mesma maneira e que passavam a ser considerados, de modo geral, “canalhas” ou “ignorantes”. Essa sua visão crítica aproximava-a dos ideais do movimento *hippie*, embora nunca tenha abandonado a militância por essa vida em comunidade.<sup>65</sup>

Depois de uma aproximação com o núcleo marxista-lenista da AP, passa a colaborar com a organização (por exemplo, distribuindo panfletos durante sua viagem ao congresso da UBES), mas não se engaja. Em 1968 entra para a VAR-Palmares e em 1970 submerge na clandestinidade.

e. Para abrir sua primeira entrevista *Milena* lança dois comentários que a definem em relação a seu passado. Inicialmente fala do “mito do herói,” esclarecendo que muitos o incorporaram e se exigem sempre um comportamento à altura. Para ela, a posição que assumiram não passa “de um condicionamento da história, [...] você existe naquele momento porque os condicionamentos históricos permitiram que houvesse aquela geração. Isso dilui um pouco esse sentido, principalmente o do herói coletivo, que era o nosso caso. Assim éramos uma geração de heróis entre aspas; eu preferi sempre pertencer a esse grupo do que ao que se alienou, fingindo que não estava acontecendo nada.”

O outro comentário diz respeito à sua reação às condições da situação limite que enfrentou. *Milena* diz que pôde resistir bem à truculência e à violência de seus perseguidores, tanto durante o período da clandestinidade e prisão, quanto nos momentos posteriores, quando muitos ex-presos ou ex-militantes apresentam sintomas físicos ou psíquicos - como que um efeito retardado. Ela afirma: “Eu não tenho a personalidade de perseguida.” E conta o caso de um paciente de um psicanalista, que vivia na clandestinidade e que reclama de seu sofrimento, dizendo que acha que está com mania de perseguição, ao que seu analista responde que não se trata de uma mania mas de um fato. Seu relato serve para distinguir os dois tipos de reação referentes à questão da perseguição, que podiam surgir naquele momento: a reação saudável que funciona como mecanismo de auto-preservação (que o paciente do caso acima não reconhecia ainda naquele momento e que ela dirá mais adiante também não ter usado em determinada situação) e um sentimento destrutivo, muitas vezes resultante das experiências traumáticas da vida em clandestinidade.

---

militantes em geral era fraca - o contato (espontâneo ou dirigido) com esses textos incitava-lhes o espírito crítico e abria-lhes perspectivas novas.

<sup>65</sup>Um estudo comparativo entre membros das comunidades *hippies* e os das organizações, nos anos 70 pode revelar uma parte das representações da cultura da *Geração A-5* (Martins, op. cit.).

A política sempre fez parte da vida de *Milena* porque ela vem de uma família de políticos de Santa Catarina - seu avô havia sido senador - que se dividia entre os partidos UDN e o PTB, sendo que um de seus tios, que é seu padrinho, “ é comunista até hoje e tinha homéricas discussões domingueiras com meu pai, que era udenista, [...] ele [seu pai] era uma pessoa muito ética, mas era de direita. Assim nasci nessa discussão política e também sempre fui muito crítica.”

Sendo a mais velha de três filhos (tem um irmão e uma irmã) e pelo fato de seu irmão não se interessar pelos estudos, ela explica o incentivo que sempre recebeu em casa: “ Meu pai investia muito em mim, e dizia: você vai dar certo! Eu tinha que ser esperta, tinha que ser inteligente.” Assim, sua vida escolar apresenta uma peculiaridade. Como quando moraram no bairro de Riachuelo (RJ) - onde seu pai tinha uma fábrica - ela estudou em uma escola pública (foi sua primeira experiência educacional), ao se mudarem para Laranjeiras, sendo matriculada no Colégio Sion, reage ao novo ambiente e volta para uma escola pública, a Paulo de Frontin, na Tijuca. “Mas como tinha motorista, as coisas ficaram fáceis,” acrescenta.

O restante de sua carreira no ginásio foi marcada por sua atividade no Grêmio, tendo chegado a ser presidente da associação. Sua participação é tão intensa que acaba repetindo o último ano. Ingressou depois no Colégio Santo Amaro, onde o famoso professor de História Manoel Maurício - conhecido por legiões de jovens estudantes do Rio de Janeiro e sobre quem exerce grande influência - inicia sua formação política: “ O Manoel Maurício foi minha mola propulsora, até então eu era uma menininha do Country, com curso na Socila. Mas sempre fui inquieta. Ele fez minha cabeça a respeito de cinema, literatura [...] A partir daí, comecei a quebrar os maiores paus políticos com o meu pai, as refeições se tornaram um inferno!” Isto foi difícil para ela, já que sempre se identificara com seu pai: “ Minha mãe tinha a cabeça fechada, racista, de direita; sua generosidade era pessoal, não era social.”

Faz a preparação para o Vestibular no Curso Hélio Alonso, pensando em seguir a carreira diplomática. O Prof. Manoel Maurício a dissuade, argumentando que seria muito difícil para ela representar seu país no exterior, tendo sido enviada pelo regime da ditadura. Faz então as Faculdades de Letras e de Direito, frequênta a Aliança Francesa e começa a dar aulas em um curso. Saía às seis horas da manhã e chegava à noite já quando Herón Domingues perguntava na televisão: “ São onze e ... Você sabe onde está seu filho?” No meio ao que ela descreve como “ o caos em que se transformou a minha vida,” ela ingressa no Diretório da Faculdade de Letras. *Milena* chega a completar três anos de Faculdade, cursando até 1969.

Nesse mesmo ano entra para o PCBR, depois de muita reflexão e de muito questionamento. Hoje ela diz que o projeto individual daqueles jovens era, na realidade, conflitante com o projeto de vida de quem estava entrando para guerra: “A gente não sabia bem o que era a guerra. No discurso, a gente sabia o que ia acontecer, a gente sabia que era uma geração bucha de canhão, sabia que ía ser expelida [...], no fundo a gente era careta como todo mundo [...], éramos jovens, queríamos ser felizes - acho que ninguém tinha o projeto de morrer militante, sozinho, vestindo aquelas roupas simplesinhas [...]” De qualquer modo, o amigo que a introduz à organização torna-se seu marido ainda em 1969. Pouco depois entram para a clandestinidade e dois meses depois, já em 1970, são presos.

**f.** Logo no início da primeira entrevista, *Vitória* menciona que seu pai tinha sido policial, “sem nenhuma formação intelectual, daqueles que a gente chama de tira mesmo” e que estava na ativa na

época luta armada. Este fato foi um aspecto difícil na sua vida. O outro refere-se à sua mãe, pessoa rígida e extremamente repressora, com quem não tinha possibilidade de diálogo. Acrescenta que, por morar na Zona Norte do Rio de Janeiro e frequentar o Colégio da UEG (atual UERJ), estava submetida à uma disciplina ferrenha, “ muito diferente do ambiente do pessoal da Zona Sul,” quando diz que seu sonho era se mudar para lá. Assim diz: “ Eu tinha pouco contato com o mundo, só nos relacionávamos com a família. Eu era filha única de pai mineiro e de mãe filha de portugueses - e ela passou muitos anos por lá, voltou só na adolescência - então tinha toda essa estrutura repressora...”

*Vitória* fala de dois grandes refúgios para a solidão que viveu durante grande parte de sua adolescência: a biblioteca do colégio e a religião. Além da literatura (aos treze anos já lia Dostoiévski), não deixava de ler jornais (sobretudo *O Correio da Manhã*), através dos quais afirma ter passado a conhecer o mundo, da mesma forma que conhece a temática da sexualidade através dos romances de José Lins do Rego. Acredita que a influência da religião e dos ritos católicos (a missa era rezada em latim) a faz optar por estudar Letras Clássicas (Português e Latim) na faculdade.

Ao entrar para o segundo grau, pratica seu primeiro ato de rebeldia ao se recusar a frequentar o Colégio Pedro II, colégio público de renome para onde tinha sido aprovada. Resolve estudar à noite, sendo esta a primeira vez que estuda em colégio misto - “[...] começo a ver homem e a ouvir homem falar, antes só ouvia o meu pai, ou no máximo, meu tio” - Era a caçula de uma turma na qual quase todos os alunos já trabalhavam. Como era muito estudiosa, “os garotos” queriam fazer parte de seu grupo, no preparo dos trabalhos; esta competência foi - conforme diz - sua “sedução,” sua garantia de aceitação social. Foi nesse contato, então, que *Vitória* conheceu pessoas que faziam política estudantil e que a impressionaram muito.

Depois de um episódio de difamação em que é envolvida, ela dá uma guinada em sua vida. Acusada levemente de “transar” com um colega (assunto tabu para ela, aos quinze anos de idade, com educação moralista e convivendo com o meio, segundo ela, bastante conservador da Zona Norte), tem seu caso agravado pelo fato de que sua mãe, acreditando nos boatos, se volta contra ela. O resultado imediato dessa trama foi sua expulsão e a de seu colega do estabelecimento; é readmitida, entretanto, quando ela própria apresenta um documento médico atestando sua virgindade.

Estes acontecimentos estreitam seus laços com “os garotos,” principalmente com aquele que virá a ser o pai de dois de seus filhos: “Naquele momento eu passei a romper com tudo, passei a namorar com esse colega que era um ativista e que já se intitulava marxista; ele vinha de uma família de reacionários, com um tio jornalista muito famoso, [...] mas ele já tinha rompido com uma porção de coisas. [...] ele me deu muito apoio, foi com ele que tive minha primeira relação sexual e foi ele quem me levou para a psicanálise.” Este vínculo forte que se formara entre eles a motivou a entrar para a militância.

*Vitória* comenta que ao ingressar para a militância não o fez, inicialmente, por uma questão de conscientização política. Desde sua primeira aproximação com o movimento estudantil até sua filiação a uma organização, ela diz que foi movida pela vontade de pertencer: “[...] a política começou a me seduzir, mas era muito em termos do grupo social,” considerando fraco o seu “ nível ideológico.” É interessante acrescentar que, uma vez na militância, *Vitória* passa a identificar-se ideologicamente com o projeto revolucionário - envolvimento do qual sentira falta no início. Envolve-se de tal modo com a



política que, ao sair da prisão, parte para a política partidária, com a qual ainda estava intensamente envolvida no momento das entrevistas.<sup>66</sup>

Em 1967, quando entra para a UERJ, tem contato com o movimento estudantil: “[...] havia várias correntes de esquerda e as pessoas boas estavam na esquerda; na esquerda é que se discutia os filmes do Paissandu - era o grupo do Paissandu, era o pessoal que ia para o grupo de teatro de vanguarda, era a literatura, era a política. Era uma coisa que seduzia muito ser de esquerda porque toda parte cultural era a esquerda que levava e não só a parte cultural, tinha a questão da ruptura também - eram os barzinhos e ficar até de madrugada discutindo os filmes [...], e era na esquerda onde o homem aceitava a mulher mais como igual - não estou falando como igual porque esta diferença sempre houve - e era na esquerda onde essa coisa do rompimento dos tabus sexuais estava acontecendo.” Para *Vitória*, foram os rapazes de esquerda que dissolveram a distinção moralista e burguesa que se fazia entre a moça com quem se namora e a moça com quem se faz sexo.

Ainda falando de sua experiência universitária, ela explica como teve a orientação do namorado nos meandros da política estudantil, a esta altura já direcionada para o projeto mais amplo da transformação da sociedade. Ele estudava Sociologia (“curso do pessoal de esquerda”) na PUC de manhã, trabalhava à tarde e à noite, quando ia para suas atividades políticas na UERJ<sup>67</sup>, encontrava-se com ela e passava-lhe informações e os contatos: “Eu passei a fazer política sem entender bem o que era uma organização clandestina e sem ter uma visão muito clara do que seria fazer a transformação no macro.” Quando começa a frequentar os GE (grupos de estudo inicialmente de filosofia) sabe que isto é uma atividade clandestina. Este grupo representava, dentro da faculdade o DI (“que a partir de 1967 é a dissidência do PCB - rompendo com sua hegemonia na militância de esquerda; depois ele vira a organização MR-8”).

Logo no ano seguinte *Vitória* já era vice-presidente do Diretório, eleita por uma composição com a POLOP, organização muito forte em Minas Gerais e que também atuava no meio estudantil no Rio: “Nessa época tinha poucas mulheres que atuavam; principalmente na minha universidade - a UERJ era tijuicana...” (este é mais um comentário seu que aproxima a Zona Norte ao conservadorismo). Passa, então, para uma OPP.<sup>68</sup> Diz que naquela época ela já participava de treinamento armado (muitas vezes localizado em Búzios, na Região dos Lagos), embora não estivesse submetida ao centralismo democrático: “era a decisão feita pela maioria e contra qual não havia apelação e que determinava posições e obrigações.” Para *Vitória* o procedimento era falho, devido às circunstâncias: “O grande problema do centralismo democrático é que as decisões, que deviam ser sempre tiradas pela maioria,

---

<sup>66</sup>Esta observação mais uma vez aponta para a variabilidade das motivações que impulsionaram estas mulheres para aquele projeto de esquerda, apontando também para as mudanças de posição - neste caso, não na estrutura da organização, mas em sua própria estrutura interna - que elas podiam experimentar, uma vez engajadas.

<sup>67</sup>Nos testemunhos constata-se a prática comum entre aqueles jovens de assumirem várias atividades ao mesmo tempo, em muitos casos dividindo-se entre papéis muito diferentes - o que consumia muita energia, exigindo grande disposição. A organização de suas vidas - inseridas em um tempo de urgência que as precipitavam para a ação - era inspirada por idéias de engajamento e compromisso.

<sup>68</sup>As OPP eram organizações parapartidárias - que neste caso era ligada à DI - que funcionavam como uma instância intermediária entre o grupo de estudo e a organização, servindo como uma espécie de triagem - procedimento que a *Vitória* acredita ter sido o mais comum no processo de ingresso na luta armada.

eram geralmente tiradas só pela cúpula de cada organização, pela nossa situação de clandestinidade; era impossível reunir todo mundo ...”.

Quando começa a participar de ações armadas entra em conflito. Seu pai tinha uma relação muito violenta com o uso de armas na sua vida profissional (era policial) e isso a marca muito. Além do mais, havia também dificuldade para enfrentar o uso de uma arma pela possibilidade de matar alguém, o que se chocava com seu espírito religioso ainda muito arraigado. Por outro lado, sabia desde o início - a partir de uma das primeiras ações quando há um tiroteio - que sua posição exigia que portasse uma arma para sua auto-defesa. Ela não estava obrigada, naquele momento, a participar desse tipo de operação, mas resolveu enfrentar o desafio. Comentou que muitos rapazes, além de outras moças de seu grupo, ainda não queriam ter contato com esse tipo de ação. Mesmo assim, jamais revelou o medo que sentia, nem mesmo para seu companheiro e confidente “porque aquilo era coisa de mulher, era uma atitude piegas.” Foi justamente por seu envolvimento com as ações armadas que teve que entrar para a clandestinidade naquele momento, em 1969.

**g.** A esta altura, apresentarei simultaneamente o conteúdo de dois relatos . As entrevistas com estas duas mulheres foram feitas em conjunto, por vontade delas. *Corina* e *Luzia*, além de serem irmãs, têm muitos pontos em comum no seu passado de atividades estudantis e de lutas políticas, mesmo quando se separam por um tempo durante a guerrilha. Até hoje militam juntas na defesa dos direitos da mulher e na campanha pelos direitos das famílias dos desaparecidos políticos, ambas com relevante participação.

Assim, com pequena diferença de idade - sendo *Luzia* a mais velha - as irmãs sempre estiveram envolvidas em atividades semelhantes na infância e na adolescência. Únicas filhas do casal, a mais velha nasceu em Contagem, MG, e a mais nova em Santos, SP, onde o pai fora trabalhar como estivador nas docas. De volta a Minas, ainda pequenas (uma com cinco anos e a outra com quase sete), fixam residência em Belo Horizonte, onde ele passa a exercer a função de escriturário na Rede Ferroviária. Frequentam escola pública o que, naquela época, era sinônimo de ensino de qualidade. Tanto assim que *Corina* comenta: “Nós convivíamos com a elite na escola.”

Embora criadas dentro de um ambiente de muita simplicidade e enfrentando constantes dificuldades financeiras, sempre sentiram atração pelos estudos. Mais do que isto, sempre sentiram-se impelidas para a ação política - atitude que praticam, desde cedo, em todos os níveis de suas vidas: “Quando começaram a introduzir o livro descartável, nós éramos contra. Montamos uma banca na Praça Sete para distribuição gratuita de livros pelo sistema de troca.” Esse desembaraço certamente resultava da forma como eram criadas - sempre convivendo com o exercício da discussão política em casa e com a liberdade para assumirem suas próprias iniciativas.

Sua mãe não gostava de política - nem em discussões, nem na prática. Sua posição, entretanto, era de neutralidade - o que não interferia no nível ideológico dos outros membros da família. O pai não era um membro efetivo do PCB, situando-se apenas como um simpatizante do partido; entretanto, mesmo atuando na periferia da organização, era um porta-voz entusiasmado dos ideais de esquerda. A exposição franca e desabrida que fazia de suas convicções acaba por forçá-lo a entrar para a clandestinidade, numa tentativa de evitar sua prisão após 1964. Transfere-se com a mulher de Belo Horizonte para Rio de Janeiro, onde encontra refúgio na Baixada Fluminense, lá permanecendo durante anos.

Há um tema que aparece de maneira muito explícita no discurso de *Luzia* e com o qual *Corina* também se identifica. Este refere-se à problemática de gênero, que para ela só ganhará forma e conteúdo específicos bem mais tarde em sua vida. Ela diz que nunca se sentiu diferente dos homens com quem convivia. Sua recusa em tolerar qualquer presunção de superioridade - não importando em que nível que esta fosse - por parte dos companheiros, resultava de sua genuína convicção de ser igual a qualquer outra pessoa - independente de seu *status* social, nível político ou sexo. Embora compreendesse a necessidade de uma hierarquia dentro da organização, sempre foi extremamente crítica quanto a seus procedimentos, enfrentando com inusitada autonomia “vícios machistas” que persistiam nas relações intra-partidárias. É assim que não deixa de participar das reuniões de cúpula de sua organização, levando seu filho recém-nascido e amamentando-o na frente “daquele bando de homens; ficavam todos sem jeito, sem saber o que fazer - mesmo porque eles eram contra a gente ter filho naquela altura e eu nunca liguei para isso.” Assume primeiramente na prática o que depois se torna objeto de discussão teórica do novo campo que se abre no final dos anos 70 no Brasil: o feminismo e com ele o estudo das relações de gênero. *Luzia* e *Corina* atuam nessa área desde então.

Em 1962, as duas se filiam ao PCB. Portanto, ainda secundaristas, estas jovens já eram ativistas de esquerda. Em 1964, a mais nova escapa do processo instaurado pelo governo militar que atingiu milhares de pessoas de esquerda naquele ano. *Luzia*, entretanto, não é excluída e passa a viver em regime de semi-clandestinidade. Consegue trabalhar nesse período, o que não a aparta completamente da vida social legal. Mas, para manter essa “fachada” e para não ser apanhada nas malhas do regime, ela toma sérias medidas de precaução. Enquanto isso, passa para o PCBR e continua trabalhando pela causa revolucionária. Muda-se para o Rio e depois para São Paulo, vivendo assim até 1972, quando é presa.

A situação da *Corina* foi diferente. Fez Vestibular para a Faculdade de Química em 1966, mas cursa durante muito pouco tempo. É avisada pela direção do PC do B - organização na qual também ingressou ao sair do Partidão - que deve se especializar em enfermagem. Frequenta o curso da Escola Ana Nery, no Rio. Vive também em regime de semi-clandestinidade, mantendo inclusive seu nome verdadeiro.<sup>69</sup>

*Corina* só não foi atingida pelo processo de 1964 por ser menor de idade na ocasião, mas não escapa em 1968, durante a *blitz* que invade o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna. Depois de solta, em 1969 entra de fato para a clandestinidade, rumo à guerrilha no Araguaia.

É importante frisar que o relato dessas duas ex-presas políticas a respeito de seu engajamento na luta armada traz uma variante para questão da natureza da motivação para sua atividade política. Nestes dois casos - e em um outro ainda por ser transcrito - o ingresso na guerrilha é como que uma transição natural - e até mesmo necessária - de uma experiência de vida que se funda primordialmente em princípios marxistas. Para essas militantes, aparentemente não há dilema no momento da decisão pela participação na guerrilha porque não há contradição entre sua realidade sócio-cultural - com suas

---

<sup>69</sup>Vemos que, naquele período, além da vida nos dois mundos - o legal e o da clandestinidade - havia a experiência intermediária em que se vivia simultaneamente nos dois: trabalhava-se durante o dia e reunia-se à noite - ou em outros momentos - para discutir estratégias das ações da luta armada. A possibilidade de transitar mais livremente e de trabalhar podia representar alguns ganhos, em termos de qualidade de vida; no entanto, não assegurava maior tranquilidade, já que a exposição em que se encontrava esse militante também o colocava sob constante ameaça.

condições materiais e sua formação político-ideológica - e o projeto no qual se lançam. O mesmo não acontece com os militantes de classe média, que enfrentam uma ruptura violenta com suas origens ao optarem pela via revolucionária. Além desta diferença, há também a do próprio contato com os elementos dessa nova experiência. Para as duas irmãs, por exemplo, o mundo da esquerda já fazia parte de seu cotidiano há algum tempo, não lhes causando estranhamento. Entretanto, a esquerda que conheciam - como filhas de um comunista e vivendo em um bairro proletário de Belo Horizonte - certamente distinguia-se daquela que *Vitória*, por exemplo, passa a conhecer. Afora particularidades das organizações às quais pertencem, não se pode esquecer que a percepção de uma jovem de classe média do Rio de Janeiro, em processo de intelectualização (ao mesmo tempo em que entrava em contato com a teoria marxista, era introduzida às idéias de vanguarda presentes nas discussões dos frequentadores do Cinema Paissandu) não é semelhante a de uma outra jovem da mesma idade, mas com origem e experiências culturais distintas. A relativa familiaridade de alguns no novo contexto não é reproduzida na experiência de muitos outros, que provavelmente tiveram que superar muitos conflitos para aprender a lidar com o que ainda era novo para eles - ou seja, a lidar com o que lhes era estranho.

**h.** *Julieta* tem uma participação especial na história da militância política, pois sua experiência não foi da mesma natureza que a das outras entrevistadas. Nascida no Rio de Janeiro, filha de pai português - “fascista porque apoiava o regime salazarista” - e de mãe muito religiosa que se dedicava exclusivamente à casa, sua educação foi bastante conservadora: “Eu tive uma formação muito religiosa, típica de classe média. Mesmo estudando no Pedro II, eu era meio alienada; participava de alguma coisa do Grêmio Estudantil, mas de forma muito esporádica.” Como secundarista nunca se envolveu com a militância política, embora sempre estivesse ligada a questões sociais. Preocupava-se também com questões filosóficas e quando começa a questionar sua educação religiosa passa a ler muito sobre o assunto e também sobre história.

Em 1962, entra para a universidade onde inicia o curso de História na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, a maior base, segundo ela, do Partido Comunista Brasileiro no Rio de Janeiro. Começa a participar de grupos de estudo, ávida para discutir filosofia e a questão da religião com seus colegas; neste mesmo ano liga-se ao PCB e passa a militar. Trabalha no projeto de alfabetização desenvolvido pelo educador Paulo Freire (cujo método é implantado pela Comissão de Cultura Popular, criada em 1963, no Governo João Goulart), razão pela qual foi cassada em 1964, só tendo sido anistiada em 1993. Resolve esconder-se com seu namorado (futuro marido e com quem ainda está casada), devido a suas atividades na militância. Dois meses depois, retornam à faculdade (estavam para se formar) e são intimados a responder ao inquérito sobre o Programa Nacional de Alfabetização, na Faculdade Nacional de Filosofia.

Em 1965, tanto ela quanto o marido passam a discordar da linha do partido e saem; unem-se à dissidência que se forma no então Estado da Guanabara - a DI - e que dá origem mais tarde ao MR-8. É exatamente neste momento de sua fundação que os dois se afastam da organização por serem contra a luta armada: “Nós e um grupo achávamos que não era por aí, [...] nós estávamos dissociados da população, fazendo expropriação de banco; e não era pela questão moral, não. A gente questionava a proposta do foquismo que estava muito em voga, era uma coqueluche na época - isto mais ou menos em

1967 - que acreditava que se devia armar focos urbanos e no campo para tentar sublevar a população - e é nesse tipo de ação que o Guevara morre.”

Ao se afastar do partido e da militância organizada, *Julieta* passa a ter um outro papel dentro da história daquele período: “Em 69 a repressão fica mais dura e tem muita gente que é presa. Passamos a levantar dinheiro para ajudar as famílias, muita gente se escondeu lá em casa, inclusive o Gabeira. Depois do seqüestro do embaixador, ele ficou lá em casa [...] e em 70 nós fomos presos sem estarmos ligados a nada.” Apesar de serem “legais”, com identidade comprovada por terem trabalho fixo, ela e seu marido são presos por uma denúncia: “ [...] soubemos depois que nossa casa vinha sendo vigiada - justamente num momento em que a gente não estava escondendo ninguém.”

*Julieta* esclarece que o fato de não terem se engajado no MR-8 por recusarem a linha estratégica por ele adotada, não os afastou do contato com os ex-companheiros, com quem ainda discutiam e debatiam a problemática que o grupo enfrentava. Para ela e seu marido essas diferenças não impediram que manifestassem sua solidariedade a todos que precisassem de apoio e proteção contra a ação violenta dos órgãos de repressão do Estado.

i. O primeiro membro da família de *Gilda* a chegar ao Brasil foi seu avô. Seu tio mais velho o acompanhou na viagem. Depois vieram sua avó e seu tio caçula; por último, chegam seu pai e o outro tio. Os primeiros aportaram no início da década de 30 e já em 1935, o avô da entrevistada - um recém-imigrado - já era preso em Niterói, por suas atividades políticas. Em seguida, ele é mandado para a Ilha Fernando de Noronha. Nesse momento, ela chama atenção para o fato de que a política e a esquerda eram marcos na tradição da família: “Isso era uma vivência histórica fortíssima. [...] para o meu pai era assim: almoçava conosco, falando das maravilhas do comunismo [...]; todos os sonhos e utopias do comunismo passavam na minha casa como se fossem acontecer amanhã. Era o tema.” Este era seu pai: um imigrante polonês que era judeu e de esquerda.

Nascida e criada em Niterói, *Gilda* faz desde o primário até o curso Normal no mesmo colégio (dos 3 aos 17 anos), saindo apenas quando ingressa na Faculdade de Ciências Sociais da UFF (Universidade Federal Fluminense). O Colégio Pio XI era um estabelecimento leigo - e só para meninas - mas de orientação católica (ligado à arquidiocese de Niterói), que ela frequenta pela conveniência de ser próximo à sua casa. O fato de ser judia e de estar em ambiente cristão não lhe traz problemas, já que não recebe orientação religiosa de espécie alguma em casa. No entanto, é dispensada das aulas de religião do colégio.

Para ela esse espaço representava uma extensão de sua própria casa. Era jogadora do time de vôlei do colégio, o que lhe conferia um *status* especial, por sua participação em olimpíadas, defendendo sua escola. Diz que foi boa aluna, mas sem grande dedicação porque achava muitas das matérias extremamente entediantes, acrescentando: “ Mas eu tinha uma outra coisa - eu tinha uma curiosidade pela leitura muito grande, eu lia muito; [...] eu sempre tive uma formação que na época se contrastava muito com o grosso das meninas; elas não liam nada, quer dizer, só liam fotonovela - *Capricho*, *Grande Hotel*, *Querida*, tudo aquilo... E eu também estava acostumada a discutir política desde muito cedo.” Comenta também que aos treze anos além de Sartre, lia um certo tipo de literatura russa para jovens, recheada de mensagens: “[...] daquele tipo de fazer a cabeça mesmo. [...] eu fui um fruto da esquerda.”

De uma certa esquerda, vale acrescentar, pelas diferenças que apresenta em relação às outras entrevistadas de origem comunista.

Há um aspecto de sua formação que ela faz questão de apontar. Ressalta que sua família é judia, e foi “de esquerda desde sempre” e, no entanto, ela foi matriculada em uma escola conservadora e ligada à igreja católica. Além do mais, seus pais representavam a ala progressista, dentro de sua comunidade, por serem de esquerda e não religiosos; isto suscitava questionamentos por parte dos sionistas sobre a pureza da origem judaica da família: “Eu vivia sempre todas as contradições [...] mas isso não me afetava, eu era integrada tanto no colégio como na comunidade, onde eu participava - e eu era muito enfronhada - de clubes, do corinho, do teatro [...], mas sempre dentro de uma postura de esquerda; [...] a temática principal, essa coisa da injustiça e da perseguição, sempre foi uma ótima combinação.”<sup>70</sup> Arremata esse trecho, dizendo que considera sua educação como tendo sido liberal (progressista), dando-lhe espaço para aproveitar festas e outras atividades sem maiores restrições.

Em 1965 - ano em que entra para a faculdade - *Gilda* sofre uma brusca e dura perda. Seu namorado morre em um acidente de carro e ela entra em um processo que descreve como de “viuvez,” desligando-se de tudo. Tinha apenas dezessete anos na ocasião. Lembra-se que se sentia muito amada e que os dois tinham um projeto de vida pela frente, provavelmente se casando em um futuro próximo. Além do forte sentimento que os aproximava, havia outros elementos de identificação: “[...] a gente tinha muito afinado esse lado judeu, junto com essa coisa de ser ateu e de esquerda.” Ela relata que fazendo um balanço do que lhe sobrara depois do doloroso episódio, constata que suas raízes de esquerda ainda podem mobilizá-la. Volta-se, então, para o outro tipo de projeto.

Nesse instante faz a ressalva: “Se o ...[diz o nome do namorado] não tivesse morrido, não tenho certeza se eu teria entrado para a militância [...]” De qualquer modo, descreve o ambiente na UFF como sendo tão propício ao envolvimento político - pela qualidade dos professores, pela seriedade do trabalho da maioria dos alunos e pelo de curso, como o de Ciências Sociais, onde praticamente todos eram de esquerda - que o difícil era não se engajar. Além disso, *Gilda* comenta que havia pessoas na universidade que estavam lá “para montar uma célula em Niterói; eles tinham vindo de Minas e estavam lá como alunos, mas com essa finalidade.” Foi assim que ela se aproxima desse grupo e entra para a POLOP: “A rigor, eu nem sabia que estava na organização; não houve uma passagem assim tão clara. Era uma coisa tão social, tão misturada - a gente passava o dia inteiro juntos; pouco me importava a linha política da POLOP, eu estava realmente ligada ao grupo.” Acrescenta que não experimentou nenhuma espécie de ruptura em relação à sua vida anterior e a seus valores ao entrar para a militância política em uma organização de esquerda; ao contrário, a experiência reforça os princípios que sempre nortearam sua vida.

Para ela, o engajamento foi estimulante durante o período em que a militância estava basicamente ligada ao movimento estudantil: “aquela coisa de atividade cultural ligada à passeata, tudo bem, a gente tinha mais é que esperar [...]” Entretanto, quando, em 1968, a repressão aperta o cerco e

---

<sup>70</sup>O escritor gaúcho Moacyr Scliar, em entrevista concedida ao *Idéias (Jornal do Brasil, 25/03/95)*, fala de um certo judaísmo, principalmente da Europa Oriental, com tradição de reforma social, ligada ao socialismo e ao comunismo: “[...] sou, portanto, comunista de berço,” diz ele, cujas origens são semelhantes as de *Gilda* que, como ele, é filha e neta de imigrantes judeus de esquerda.

a luta armada recrudescer, ela se sente ameaçada: “[...]quando eu comecei a vislumbrar que ia ter que optar, que ia ter que entrar para a clandestinidade, confesso que eu comecei a ficar aflita e já estavam começando a me chamar para coisas que estavam muito além da minha capacidade de executar; eu não tinha nenhuma maturidade nem vontade para aquilo.”

Pouco depois, no dia seguinte à decretação do AI-5 - em 14 de dezembro de 1968 - *Gilda* é presa. Foi a primeira presa política de Niterói.

**j.** O clima de discussão política também marcou a infância e a adolescência de outra ex-presa política. O pai de *Hercília*, professor universitário pernambucano, era um intelectual de esquerda que reunia amigos em sua casa para horas de conversa sobre a situação do país. Ela se lembra particularmente do período em que Miguel Arraes era governador de Pernambuco, quando ela, como simpatizante fervorosa apesar da pouca idade, ficava muito mobilizada por esses debates à sua volta. Lembra-se também do dia do golpe militar, em 31 de março de 1964: “Para mim foi um trauma monumental [...] lá em casa, todos nós rasgando livros, tinha um tio que estava meio escondido lá em casa...[...]; eu só tinha dezesseis anos, mas fiquei arrasada; não queria voltar para aquele colégio, ter que enfrentar aquelas meninas, aquelas freiras.”

Revelando seu espírito de liderança desde cedo no colégio de freiras que freqüentava em Recife, demonstra, ao mesmo tempo, um espírito inquieto, participante e ativo. Fala de sua presença no primeiro ato público que houve na cidade contra a ditadura, onde foi às escondidas, contrariando a vontade do pai que temia por sua segurança, e comenta: “Foi o primeiro contraste, a primeira contradição que pintou entre nós.” Em 1966, quando passa em terceiro lugar para a Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco, resolve se matricular no curso noturno escandalizando a todos: “Naquela época eu já estava com as anteninhas ligadas [...] as cartas já estavam mais ou menos marcadas, meu irmão mais velho [ela tem dois irmãos mais moços do que ela] já militava na universidade, eu tinha uma prima que era líder estudantil; para completar, ‘de cara’ virei representante de turma; estava seguindo uma tradição...”

*Hercília* faz uma observação que vale a pena comentar: “Aqueles dois anos pareceram séculos na nossa vida! Entrei para a faculdade em 67 e em 70 já estava presa, já tinha rompido com a família e saído de casa, já tinha perdido a virgindade. Tudo aconteceu muito rápido.” Estas palavras de espanto refletem a sensação provocada pela percepção - após tanto tempo - do turbilhão de experiências e de mudanças por que ela havia passado. Aqueles que participaram da luta armada, hoje relembram aquele período com algum grau de perplexidade. A intensidade das transformações e o caráter insólito das experiências vivenciadas, se comparados à dinâmica da vida de outros jovens, ultrapassa qualquer possibilidade de aproximação. Devido ao seu conteúdo, aquela época parecia durar uma eternidade para seus participantes; além do mais, três anos na vida de quem só viveu vinte é bastante tempo. Uma das personagens daqueles acontecimentos constata agora que tudo foi muito rápido - traduzindo com esse comentário a impressão atual da maioria das outras entrevistadas.

Em outras palavras, a intensidade e a variedade de mudanças nas experiências dos jovens em geral imprime a suas vivências um caráter que se poderia chamar de um excesso de vida. Acrescentando-se à essa condição comum aos jovens o impacto da situação política em que os estudantes militantes se envolvem, com sua multiplicidade de desdobramentos - velozes e imprevisíveis - pode-se avaliar melhor

a expressão de incredulidade de *Hercília* quando toma novamente contato com tudo que lhe aconteceu e em tão pouco tempo.

Assim - voltando à vida da *Hercília* na universidade -, ela participa do movimento estudantil que se caracteriza por grande número de atividades bastante diversificadas. Ela entra em contato com a política estudantil no momento do “racha” no PCB: “Eu não entendia isso muito bem - um me chamava para dizer que a burguesia nacional era progressista e revolucionária; já outros queriam me convencer do contrário.” Começa a participar de grupos de estudos e a militar. Em outubro de 67, ela entra para a chapa que sai vitoriosa nas eleições para o Diretório Estudantil da Faculdade de Filosofia de Pernambuco - na época, o centro mais importante da militância estudantil do estado - quando assume o posto de secretária geral.

À essa altura, está de namoro sério com um rapaz que parte para a França, onde vai estudar psicanálise. Inicialmente, tinha a intenção de segui-lo, dentro de algum tempo, para acompanhá-lo durante o restante de sua permanência por lá. Seu engajamento na política estudantil a faz questionar esse projeto, como questiona também a atitude do namorado de sair do Brasil, justamente naquele momento. Passa a namorar um líder estudantil do Rio Grande do Sul e escreve para França botando um ponto final naquela relação. Para *Hercília*, este foi o rompimento que simbolizou sua ruptura com todos os outros aspectos de sua vida até então. É seu momento de radicalização.

Passa então a ter conflitos em casa. Apesar da posição ideológica de seu pai e de sua visão progressista, ela enfrenta a posição conservadora de sua mãe - moldada nos princípios da família tradicional de Pernambuco da qual descende. De qualquer modo, sentimentos moralistas aliados à uma genuína preocupação de seu pai com sua segurança transformam sua vida. A liberdade que *Hercília* vinha conquistando passa a gerar constante atrito com a família. É um momento difícil para ela pois sempre mantivera boas relações com seus pais. Além disso, ela - que até então sempre havia sido uma excelente aluna - deixa de se dedicar aos estudos, pois seu tempo está cada vez mais escasso, principalmente por ter começado a trabalhar. Tudo isso contribui para que eles se oponham definitivamente a suas atividades na militância.

*Hercília* passa, então, a um breve relato sobre a situação política e social no nordeste por volta de 1964, com a grande mobilização no campo através das Ligas Camponesas - base forte do PCB e cujo “quadro” principal foi Gregório Bezerra. Nesse momento há um “grande massacre nessa área,” diz ela, acrescentando que o ano de 1970 é considerado “o auge da repressão”, porém faz a ressalva: “[...] essa só atinge a pequena burguesia, mas em 64 a repressão pelo interior foi fortíssima, o problema é que essa coisa não foi contabilizada. [...] O Gregório Bezerra ficou preso em um quartel perto lá de casa [...] ele foi arrastado pelas ruas do bairro. [...] houve manifestação dos camponeses em Recife. Disseram que eles estavam com foices e martelos mas eram só enxadas! Naquele ano, durante o governo Arraes, os usineiros estavam aterrorizados com o setor rural.”

Fala então de sua motivação para seu engajamento na luta armada, dizendo que não buscou a militância para se rebelar. Sempre com bom humor, acrescenta: “Eu já era subversiva desde pequenininha.” O que aconteceu é que seguiu um impulso que traduzia um sentimento de insatisfação que já vinha percebendo há algum tempo. Entretanto, o que lhe deu o empurrão final foi algo de ordem



subjetiva: “Me liguei à ALN por razões afetivas. Foi por causa de uma paixão pelo líder estudantil gaúcho.”

O ambiente em casa deteriora porque sua família considera sua militância “uma aberração.” Sua vida está transformada; já não tem mais as atividades comuns de uma jovem de sua idade, pelo seu comprometimento com a organização e pelas tarefas que tem que cumprir. O congresso preparatório na Bahia para o 30º Congresso da UNE - a ser realizado em Ibiúna, São Paulo - representa o outro momento fundamental em sua vida.<sup>71</sup>

Seu pai havia-lhe dito que se saísse de casa para essa reunião ele cortaria relações com ela. *Hercília* desafia o pai, justificando em carta (que seus pais acabam não recebendo) seu gesto. Na realidade, acreditava que as coisas se arranjariam porque tinha certeza de que ela e seus companheiros sairiam vitoriosos: “[...] em dois anos tudo estaria resolvido.” Este episódio se deu em maio de 68. Pouco tempo depois, a pedido de sua mãe, ela volta para casa. Explica, entretanto, que o período que fica morando lá novamente foi extremamente difícil: “[...] foi uma barra, foi barra pesada. Era duro estar ali e não poder trocar idéias com ele, não poder me aproximar!;” seu pai havia, de fato, rompido com ela, recusando-se a manter qualquer contato. Mesmo assim, ela continua lá. Arremata: “[...] só saí de casa quando caiu gente que sabia meu nome; e eu estava enrolada até o pescoço, era a mulher do dirigente, tinha grandes responsabilidades, pessoas fundamentais de outras organizações me procuravam...” Nesse momento em que deixa sua casa pela segunda vez, ela entra para a clandestinidade.

I. *Anita*, nascida no Rio, começa seu relato dizendo que pertenceu à “geração de corte,” aquela que não confiava em verdades alheias e muito menos em “ninguém com mais de trinta anos” e que, por isso mesmo, tinha o sentimento de onipotência exacerbado. Embora considere que este seja um traço comum a todos os jovens, ela acredita que naquele momento, no Brasil, houve condições históricas favoráveis para que este sentimento assumisse maior vigor, dando-lhes a ousadia para enfrentar o que enfrentaram. Acrescenta: “[...] e mesmo porque nós estávamos permeáveis a mudanças por ainda não termos criado raízes [...], todos nós ... quer dizer, toda uma geração foi veículo de forças.” Ressalta ainda que esse novo espírito de contestação não é restrito; irrompe, de diversas formas e sob diversas inspirações, em várias partes do mundo.

Diz que sua percepção do mundo foi filtrada por três óticas diferentes: primeiro pela da política, depois pela da psicologia e finalmente pela da espiritualidade. Reconhece que sempre teve “uma mente fálica, masculina, patriarcal mesmo, olhando para as mulheres com uma condescendência masculina,” acrescentando, entretanto, que no mundo da militância e na sua geração nunca tinha se sentido discriminada por ser mulher; a descoberta da diferença de perspectivas entre homens e mulheres e da discriminação só se dá muito mais tarde. Hoje percebe que o esforço de muitas mulheres é, no fundo, “uma luta pelo direito de ser como um homem, por não terem referências próprias [...]; encarar isso e

---

<sup>71</sup>O 30º congresso da UNE - em início de outubro de 68 - foi um marco na vida dos estudantes de esquerda, tanto para aqueles que faziam parte do grupo de aproximadamente 800 participantes que foram presos (como *Corina*, uma das entrevistadas), como para aqueles que tiveram no episódio o símbolo da luta que deveriam levar adiante, como relatam *Hercília* e *Angélica*, duas outras ex-militantes. Como o governo militar havia proibido o evento, fizeram-no clandestinamente em um sítio - em Ibiúna, interior do estado de São Paulo - cedido pelo guerrilheiro Domingos Simões - companheiro do líder Lamarca -

buscar o feminino dentro de si mesma é sentir-se no fio da navalha.” Ela mesma desempenhou a vida inteira um papel forte, de “ macho”, privilegiando seu lado racional e buscando “ ter um *animus* King Kong.” Diz que só há pouco tempo está conseguindo ter - embora ainda com certa dificuldade - um genuíno contato com o que ela considera seus aspectos femininos: “ Não ter que ter uma meta, poder ser frágil [...], estou me sentindo como se tivesse recebido meu alvará de soltura.”

*Anita* considera que na militância as mulheres eram tratadas como iguais - embora faça a ressalva importante de que “ cada grupinho era um mundo diferente” - porque elas próprias não se concebiam enquanto mulher - ou seja, segundo um estereótipo: “ De certa forma, nós todas que entramos nessa história, devíamos ter essa coisa de olhar para as mulheres com uma certa condescendência [...]; os requisitos que a gente tinha que preencher eram altamente masculinos e as referências também eram masculinas - aquela coisa de ter uma função histórica a cumprir, de ter uma meta - e eram iguais para todo mundo...”

Começa então a falar do período anterior ao golpe militar dizendo: “ Em 1964 eu era uma garota; eu marchava com a Família e com Deus... porque eu sempre fui uma fanática, [...] fui siderada pelo Carlos Lacerda.” Comenta que este seu fascínio estava ligado a um traço que ela distingue na mulher como sendo a sua capacidade de entrega: “ Nessa época se manifestava essa vulnerabilidade psíquica, que poderia ser um poder, se não fosse tão depreciada, [...] então ela se manifestou primeiro em termos de política [...]” Nessa ocasião ela estudava no Colégio Sacre Coeur, passando depois para o Santa Úrsula.

Em 1966, começa a namorar “ e, por isso, a freqüentar a patota do Pedro II, exatamente a patota da mini-série *Os Anos Rebeldes*; inclusive o meu nome é dos pouquíssimos nomes citados no livro, que é uma adaptação feita pelo Flávio [não consegue se lembrar do sobrenome]- ele era dessa patota, que era aquela mesma, só talvez um pouco mais velha. Depois comecei a freqüentar o cinema Paissandu, e formamos a turma do Paissandu: garotas de colégio de freiras e a rapaziada do Pedro II! O padrão intelectual das pessoas que eu conhecia até aquela época não me atraía, mas com esse pessoal, eu deslumbrei.” Reconhece que, naquela altura, ainda não tinha consciência política.

Ela diz que sempre foi muito rebelde e que não suportava os padrões moralistas à sua volta. Comenta que quando leu *Memórias de uma Moça Bem Comportada*, de Simone de Beauvoir, ficou muito impressionada e confessa: “ [...] resolvi deixar de ser virgem na marra; foi uma decisão intelectual e, de certa forma, eu fui uma das pioneiras nessa história,” acrescenta rindo. Seus pais não eram controladores, mas eram “ caretas”, o que significa que apenas concediam liberdade de movimento. O mundo de seu pai, por exemplo, era de polaridades claras e simples, como por exemplo: “ a polícia era o bem que perseguia o mal. De repente a polícia está perseguindo os filhos dele [*Anita* tem um irmão que também estava engajado e que foi preso antes dela].” Seu pai fica atônito e seus parâmetros de realidade estilhaçados.

Em 1967, quando está fazendo o curso pré-vestibular, entra para a militância se engajando na organização MR-8, depois de se questionar bastante se realmente era o que queria ou se era uma manipulação do namorado - “ não queria de jeito nenhum ser uma taifeira, correndo atrás das

---

que comprara a propriedade para operações de guerrilha e de adestramento com armas de fogo do seu

lideranças.” No ano seguinte, começa a cursar a Filosofia na UFRJ, de onde é expulsa em 1969, em um expurgo em massa decretado pelo AI-5.

Em julho deste mesmo ano, ela se casa com o namorado que conhecera três anos antes, na “patota” do Pedro II. Como já estavam em uma situação de semi-clandestinidade devido ao AI-5 e a militância que já exerciam, o casamento foi discreto, comemorado na casa de um parente para evitar o envolvimento direto de seus pais (por medo da polícia pois já haviam sido perseguidos em passeatas e seu marido já havia sido preso no episódio do congresso da UNE em Ibiúna, em 1968). Pouco tempo depois, no dia 4 de setembro de 1969, seu marido participa, como membro do MR-8, do seqüestro do embaixador americano Charles Elbrick.

Neste momento, da militância inicial que era basicamente estudantil, já haviam passado para panfletagem e outras atividades; e com esse seqüestro entram, de fato, para a luta armada e para a clandestinidade: “Esse seqüestro foi feito pelos meninos do Rio de Janeiro com a ajuda dos velhos experientes da ALN. Nós éramos muito jovens; para você ter uma idéia, nós tínhamos menosprezo pelo Gabeira porque ele já tinha vinte e cinco anos; ele era considerado o maior coroa. Um dos fundadores do MR-8, o Daniel Aarão Reis não tinha mais do que vinte e dois anos!” Conclui essa parte de seu relato dizendo que a Dissidência da Guanabara - a DI - que passa a ser a MR-8, logo depois de seqüestro, “era um grupo intelectualizado [...] os meninos, dentro do contexto do que era a esquerda naquela época no Rio, tinham uma boa base teórica e se encaravam meio que como uma *jeunesse dorée*, o que às vezes chegava à presunção. Me lembro que quando eu entrei - com 18 anos - eu não sabia de nada e olhava espantada para aqueles caras - tão mais experientes do que eu, tão mais velhos - que eram o Daniel e o Wladimir [Palmeira]!”

**m.** *Dalva* demonstra, no início de seu testemunho, uma certa displicência ao lidar com o tema. Talvez essa atitude se explique, diz ela, por sua grande familiaridade com a tradição da esquerda - através do passado de seus pais com sua história de engajamento, de luta e de perseguições. Além disso, sua convivência com ex-presos políticos de 1935 - amigos e muitas vezes protegidos por seus pais, após o golpe militar - confere-lhe uma sensação de uma certa banalidade - de algo demasiado familiar - em relação a seu próprio envolvimento com o movimento de resistência armada ao regime militar de 64: “Para mim, não foi nenhum esforço intelectual ser de esquerda, eu tinha uma formação de vida nesse sentido. [...], meu pai entrou para o PCB quando eu tinha quatro anos de idade e sempre militou [...]; tudo foi uma consequência ...” Ela retoma esta questão para dizer que “o pessoal de 35 - eles eram os únicos a ter vivido uma experiência semelhante, mas não igual a nossa; eles nunca pensaram em guerrilha urbana, a questão deles era um golpe [...], então, não nos passaram nenhum legado disso. Tivemos que nos espelhar nas experiências internacionais daquele momento - você tinha Argélia, o Vietnã [...], nós não tínhamos nenhum referencial de Brasil para viver aquilo.”

Frisa que Carlos Marighella, líder da organização ALN, morto logo em 1969, “foi o personagem da minha infância e adolescência - um grande amigo; era um homem do povo, um homem de ação, de coragem pessoal ímpar, de carisma - não era um intelectual [...], minha referência não era o Wladimir Palmeira, eu não tinha nada a ver com essa gente.” Esta ressalva indica a diferença na origem

---

grupo.

desta ex-guerrilheira, em relação à *jeunesse dorée* de que falou Anita, ao se referir à cúpula do MR-8. Dalva acrescenta que nunca participou de nenhum movimento estudantil e que toda sua experiência social e escolar foi com pessoas e jovens de seu meio: “Não tinha ninguém de classe média [...]”

A família de seu pai fazia parte da oligarquia rural decadente de Minas Gerais, na região do Vale do Rio Doce. Ele era o mais moço e muito rebelde. O avô de Dalva repudiou as leis trabalhistas do governo de Getúlio Vargas. Com essa informação ela destaca a posição conservadora da família, “eles eram de direita, eram amigos de Benedito Valadares.” O pai de Dalva resolve mudar-se com sua mulher e seus filhos e afasta-se de sua família. Viajam pelo Brasil, passam alguns anos no interior de Mato Grosso, trabalhando com camponeses e seguem depois para São Paulo. Instalam-se na periferia da cidade, onde ela passa a estudar em escola pública e onde faz amizades mas “só de convivência externa” - não podiam trazer colegas para casa porque costumavam esconder pessoas em casa; seus amigos mais íntimos eram todos filhos de comunistas.

A figura de sua mãe era muito forte e seu pai era um humanista, que sai do PCB em 1960 (sua mãe continua até 1963), sendo um dos fundadores da ALN, em 1963. Uma entre seis filhos, recebeu deles “uma educação bastante conservadora e muito patrulhada, com idéias extremamente maniqueístas, do tipo: as pessoas são comunistas ou são contra os comunistas. [...] éramos contolados sobre o que devíamos ler, que música devíamos ouvir. [...] eu nunca tinha convivido com quem tivesse participado do golpe e fiquei chocada quando descobri entre as companheiras de prisão, lá em Bangu, algumas que tinham participado daquela marcha da Família com Deus pela Liberdade - bem, na verdade, eu nunca tinha convivido com a pequena burguesia.”

Como conviveu muito com os comunistas que participaram da Intentona de 35 e com os militantes do PCB, em geral, pelas ligações de seus pais, Dalva faz inúmeras referências às atitudes desse grupo em relação a suas experiências, apontando os contrastes com o grupo de esquerda pós-64. Diz que eles saíram como uma referência política depois do processo de democratização após o Estado Novo, apesar do grande período de repressão que viveram, com muitos deles presos por mais de dez anos, acrescentando que o mesmo não aconteceu com a sua geração. Diz também: “Eles não ficavam lambendo as feridas deles, talvez tivessem até medo de passar isso para a gente. Eles passavam uma imagem positiva e nunca comentavam sobre a tortura que tinham sofrido. As perdas, para eles, nunca tiveram esse peso que têm para minha geração, o estrato social deles não tem essa coisa da auto-referência que a classe média tem, [...] eles tinham uma outra leitura disso tudo, [...] talvez tenha também essa questão da nossa idade.”

Depois de terminar a Escola Normal, faz vestibular para sociologia mas não chega a cursar. Neste momento, reforça o que já havia dito sobre seu preparo para entrar naquele movimento de esquerda: “[...] não é preciso ler fulano ou beltrano para ser de esquerda, não fiz esforço intelectual, foi uma coisa normal [...] eu não tive nenhuma preparação para entrar - eu já estava dentro; e nem fui um quadro político, não - eu tinha aquela coisa do realismo socialista mesmo.” Acrescenta que os militantes de classe média devem ter tido “um grande espanto” com os desdobramentos de seu engajamento, apesar de toda convicção e disposição que ela acredita ter animado os propósitos desses guerrilheiros.

A partir de 1967, começa a fazer militância de base na ALN. Explica que essa organização “[...] era uma organização de tipo militar, mas não tanto como a VPR, que era só militar. Tinha frentes de

massa - com pouca participação no movimento estudantil, mas grande presença no movimento operário e no campo - grupos de ação e grupos políticos, mas sem o ritual dos partidos. Os freis Dominicanos tinham uma participação dentro da ALN - o frei Betto era um deles; aliás, foi um frei - aquele que morreu na França - que abriu um ponto com o Marighella e foi assim que ele [o Marighella] foi apanhado e morto.” De sua militância, *Dalva* diz que começou fazendo ações de base, passando depois aos grupos de ação.

Seu pai previa o resultado dessa estratégia da esquerda, como previra o golpe de 64, “ ele acreditava que a repressão acabaria com todos nós,” e a alertava contra os riscos; já sua mãe estava preocupada também com seu comportamento: “ Ela tinha medo que eu virasse o que ela chamava de menina de aparelho.” De qualquer maneira, no segundo semestre de 1969, quando vários de seus amigos são presos, ela e seu namorado - com quem vem a se casar posteriormente - saem de casa e passam a viver na clandestinidade, experiência que não dura muito tempo: “ Era tudo muito provisório, a gente achava que seria por pouco tempo, que as coisas iam melhorar.” De fato, foi por pouco tempo, embora com outro resultado: em julho de 1970, *Dalva* e seu companheiro são presos, meses depois da prisão de seu pai, que ocorrera em janeiro. As prisões atingem grande parte de sua família. Sua mãe e seus irmãos menores ficam clandestinos até o momento em que saem do país para o exílio, com a ajuda da CNBB.

#### ***4.2 a idade do perigo: clandestinidade, tortura e prisão***

A mãe de *Dalva* e seus irmãos, como muitos outros brasileiros, partiram para uma das mais difíceis experiências sociais e existenciais. Sofrem uma ruptura forçada com seu contexto cultural e afetivo. Nesse sentido, a clandestinidade não deixa de ser uma espécie de exílio. As treze mulheres que deram seus testemunhos para esta dissertação - salvo um caso em que a militante foi presa sem ter tido ainda a ocasião de fazer uso deste recurso - conheceram, em diferentes circunstâncias, a experiência.

Esses indivíduos deslocaram-se pela malha da sociedade de forma peculiar, com arranjos alternativos - e em contraste com o código elaborado por sua cultura para a interação social. Estes podiam ir desde a solução da semi-clandestinidade até uma espécie de “desaparecimento” em vida (quando perdem contato também com as próprias organizações).<sup>72</sup> A condição insólita dessa experiência, entretanto, não aboliu arranjos; apenas os reproduziu de outra forma e em um outro nível da realidade social, conferindo-lhes novos significados e, desse modo, assegurando uma forma de vida sócio-cultural diferente da legal e criando novas redes de interação. As organizações clandestinas e suas formas diferenciadas de estruturação hierárquica, as relações que se estabelecem entre elas - de solidariedade ou de disputa - as soluções para manutenção dessas redes (principalmente o recurso aos “ pontos,” valioso expediente, apesar do alto risco que sempre envolvia), são alguns exemplos. Mesmo dentro da sociedade

---

<sup>72</sup>O primeiro caso - a semi-clandestinidade - representava uma tentativa de se conciliar a militância com uma vida relativamente normal, assegurando aos militantes que conseguiam manter essa condição melhores meios de sobrevivência. No outro extremo, tem-se a situação limite de uma virtual perda de contato com os dois mundos, quando o militante não se encontrava mais dentro de uma organização, mas

legal há o surgimento de uma nova rede - a dos simpatizantes que se engajam em um movimento de solidariedade aos militantes, através das mais diferentes formas de apoio.

É o que também ocorre na situação de confinamento penal. As presas políticas confrontam-se, nesse ambiente, com uma qualidade de vida que lhes exige adaptação de seus padrões psico-sociais. Há uma reorganização de sua relação com o espaço, com a vivência do tempo, com um novo código social, além do ajuste à natureza da interação que passam a estabelecer com outros agentes sociais (companheiras ou carcereiros) pela condição do convívio forçado e pela estrutura hierárquica a que estão submetidas dentro da estrutura institucional. Em suma, nas duas situações ocorre uma transformação na organização e na interação social da existência de cada uma dessas militantes, com forte impacto sobre sua subjetividade. Não há, entretanto, a suspensão da vida social.

Na experiência da tortura a situação é de outra ordem. Embora não se possa dizer que o fato se passe fora do âmbito da sociedade ou que se dê fora da cultura - sendo ele próprio um resultado de determinadas condições históricas que favorecem a liberação de reações que, em outras circunstâncias, estariam represadas - a prática desta forma de violência escapa a um mapeamento ético ou moral. Instalando-se na sociedade em reduto secreto - como um espaço esvaziado e alienado de qualquer código cultural - ameaça colocar em suspenso o pacto social, reduzindo a comunicação humana à mera expressão de um corpo aprisionado na dor e no medo.

É desta e das outras duas formas de experiência-limite que passo a tratar através das lembranças das entrevistadas. Na primeira parte deste capítulo fiz um esboço do passado de cada uma destas mulheres até o momento da entrada para a clandestinidade ou prisão. Isto se deu de forma irregular pois seguia, na medida do possível, as ênfases que apresentavam em suas narrativas sobre aquele período. Entretanto, espero que essa sumária apresentação tenha delineado algumas das diferenças que se interpunham entre elas - revelando a natureza complexa daquele projeto coletivo e, ao mesmo tempo, indicando algumas das condições que o fizeram existir. Nesta parte, tratarei dos três temas acima destacados, a partir dos quais buscarei o conteúdo de suas lembranças - em conjunto - para cada tema. Novamente a contribuição de cada depoente tem características próprias que determinam a extensão e a frequência de seus comentários neste texto.

#### ◇ *a clandestinidade*

*O pior exílio é a clandestinidade. É estar exilado dentro de seu próprio país.*

Herbert de Souza (Betinho)

A clandestinidade foi vivida de diversas formas - tanto em relação à qualidade da experiência, quanto ao tempo (contínuo ou não) de sua duração. Para os casos aqui apresentados, a clandestinidade significava o convívio relativamente regular, apesar da condição incógnita desses agentes, com a vida social que se desenrolava nos espaços (geralmente urbanos) por onde transitavam. Mesmo para *Corina* -

---

ainda era procurado pelos órgãos de repressão. Este caso, evidentemente, não representava uma alternativa, mas sim de uma inexorável contingência.

que se desloca para a região do Araguaia - ou para *Joana* e seu marido - que perdem contato com a organização - a clandestinidade não significou isolamento total. Este fato - que de alguma forma lhes garante a sobrevivência - é o mesmo que constantemente lhes ameaça a vida. Assim, ao criarem novas redes sociais - formando uma malha que se coloca à parte do conjunto geral da sociedade - seus integrantes não se descolam por completo dessa realidade social. Esta ambigüidade é um dos aspectos mais complexos da experiência da clandestinidade, cujo exemplo mais contundente é a necessidade de assumirem outra(s) identidade(s). Apesar da surpreendente capacidade de superação das entrevistadas dos efeitos desta situação, trata-se de uma experiência difícil, se levamos em conta o significado cultural da escolha de um nome e o que ele passa a representar.<sup>73</sup> *Corina* relata que: “ O nome mexe com a identidade da gente. Quando chamavam ‘Alice’, eu tinha que pensar rápido - não era sempre um ato reflexo; essa história toda era um gasto danado de energia [...] e depois era pesado ter que separar quem era Alice e quem era eu própria.”

Além do mais, a mudança de nome implica também na criação de uma nova história de vida e na composição de uma outra identidade social. Se, por um lado, o recurso a uma personagem foi fundamental para o trânsito dos guerrilheiros por diversos domínios da sociedade - com isso podendo sustentar o funcionamento das organizações e suas ações - por outro, ele mostrou-se extremamente problemático, sobretudo em duas situações. O princípio de se ocultar a identidade dentro de sua própria organização tornava, muitas vezes, a convivência entre companheiros bizarra. *Angélica* relata que morou durante meses com uma outra militante em um “ aparelho”, onde dividiam espaço e tarefas - além dos temores que naturalmente as perturbavam. Tendo que freqüentemente matar o tempo com conversas - sempre aos sussurros para não despertarem a atenção dos vizinhos - só falavam de trivialidades, pois não podiam se revelar uma à outra. Ela explica a que ponto isso era levado: “ Eu chegava a tentar disfarçar o meu sotaque baiano!” Portanto, para além de um nome, outros traços de identificação deviam também ser apagados, muitas vezes até para aqueles mais próximos. No Araguaia, *Corina* conviveu durante quatro anos com pessoas cujas histórias de vida desconhecia. O passado era um dado inexistente. Da mesma forma, era difícil ter que cortar seu próprio passado da vida presente - exigência constante e exercício contínuo para a sobrevivência. Assim, para muitas, as amizades desenvolvidas nessas condições tendiam a ser superficiais e provisórias, exatamente em um momento em que esses indivíduos estavam vulneráveis, com seus laços afetivos anteriores afetados ou cortados.

A outra situação refere-se a de exposição à tortura durante os interrogatórios. A tentativa desesperada de manter-se incógnito - insistindo em assumir seu nome “ frio” - e de, com isso, proteger seus companheiros, levou muitos guerrilheiros a suplícios redobrados. A descoberta da verdadeira identidade do interrogado não o poupava, contudo, de uma nova sessão das técnicas de seus inquisidores. Ao contrário, estava sujeito a maiores castigos pela ousadia em tentar enganá-los. É importante lembrar aqui a continuidade da situação de clandestinidade para aqueles que passaram pelos órgãos de repressão. Permaneciam clandestinos, mas agora na condição de prisioneiros - seqüestrados pela rede que monopolizava a violência dentro do sistema.

---

<sup>73</sup>Para Pierre Bourdieu, o nome próprio é o atestado visível de identidade de seu portador; é um designador rígido - uma imposição arbitrária - que permite ao indivíduo a apresentação oficial de si mesmo (Bourdieu, P.:1986).

Vendo-se as duras condições que a vida na clandestinidade impunha, entende-se porque o recurso a esse tipo de sobrevivência era protelado ao máximo - sobretudo o da clandestinidade completa, que geralmente ocorria quando outros membros da organização eram presos, o que colocava a vida dos outros companheiros em sério risco. Foi assim que muitas das atividades “subversivas” foram praticadas por indivíduos que ainda mantinham uma vida legal, com endereço certo, emprego ou local de estudo conhecidos, como no caso de *Gilda* - que nunca chegou a se esconder, nem a assumir uma nova identidade, não tendo deixado, entretanto, de fazer trabalhos clandestinos para a POLOP. Como presidente do Centro de Estudos de Ciências Sociais da UFF, sua ligação era, aparentemente, com o movimento estudantil, o que lhe dava uma certa flexibilidade para agir. Na noite em que foi presa, levava uma mala cheia de material altamente comprometedor e na sua bolsa trazia uma caderneta com uma lista de nomes que a teria incriminado de modo inapelável. Conseguiu livrar-se dela a caminho do local para onde estava sendo levada (DOPS de Niterói) e manteve-se irredutível quanto ao conteúdo da mala, afirmando não saber do que se tratava; dizia que apenas levava uma mala de seu namorado à casa dele. Entretanto, àquela altura, a organização já estava lhe exigindo mais do que mera agitação política a nível estudantil. *Gilda* já havia passado a executar ações de base. Assim, ao cair nas mãos da repressão, ela agia - mas não vivia - clandestinamente.

Embora haja diferenças nos comentários das entrevistadas sobre o período da clandestinidade (quer pela situação especial de cada caso, quer pela relação que cada uma estabelecia com este tipo de vivência, a partir de questões subjetivas), pode-se dizer que revelam um quadro específico. Isto é, esta situação determina para o militante uma relação de mão dupla: a da ação (que é voltada para fora, em interação com o mundo externo) e a da participação (que é voltada para dentro, em interação com a organização). Vale a pena, a esta altura, trazer algumas considerações sobre este último aspecto da vida dessas militantes.

De um modo geral, elas consideram que as organizações eram ordenadas por um regime paramilitar. Para a maioria, isto tem um significado particular quando se trata da relação entre esse código e elas, as mulheres. Com a exceção de *Catarina*, todas que falaram sobre essa questão apontam para o fato de que o sistema aplicado de comando/comandado era reforçado quando atingia militantes do sexo feminino. Das treze depoentes, só *Catarina* havia exercido a posição de dirigente dentro da hierarquia de uma organização. Ela é coerente, portanto, ao atribuir à competência dos integrantes a distribuição de responsabilidades dentro dos grupos armados. Já as outras que comentam a respeito desta questão consideram que havia discrepâncias - com expressão e graus variados - em relação à participação dos homens e das mulheres nas atividades e ações e o controle exercido sobre eles pelas organizações.

Na realidade, as regras rígidas que disciplinavam a conduta dos militantes afetavam a todos, mas afetavam mais às mulheres, que tinham que superar certas limitações impostas pelo repertório de seu papel de gênero - e que diziam respeito à posição que elas ocupavam anteriormente na sociedade - para se adaptarem à nova realidade. Ingressar pela primeira vez na arena política e quase simultaneamente na clandestinidade - sendo ambos espaços igualmente desconhecidos e perigosos para elas - foi um exercício de audácia. Para muitas, as diferenças de atribuições verificadas entre homens e mulheres eram determinadas, na verdade, pelo preparo diferenciado entre as duas partes e não necessariamente um



efeito de pura discriminação. O que se distinguia era o fato de que para se afirmar dentro de uma organização as mulheres tinham que, além de provar sua competência individualmente, superar as marcas determinadas por sua posição dentro da estrutura de gênero, cuja hierarquia historicamente as aparta da esfera pública. Tratava-se, assim, de um processo de adequação a um novo *status* - com graus variados de adaptabilidade.

A questão mais comum entre as entrevistadas é a de que este processo não se desenvolvia de forma consciente nem unívoca, para nenhuma das partes envolvidas. *Corina* diz que “ [...] ao mesmo tempo que havia machismo, havia solidariedade; havia aqueles que diziam que nós éramos mulheres, mas tínhamos que fazer tudo igual e aqueles que diziam que iam fazer certas coisas por nós porque éramos mulheres. E eu brigava com os dois grupos.” *Luzia* confessa que ela própria discriminava mulheres e que só depois de algum tempo dentro da militância é que mudou de atitude: “ Fazer política para mim, era só com homem. Como eu sempre tive uma formação diferente, sempre fui mais amiga de homens. [...] com mulher era tudo muito complicado, os pais tinham que autorizar tudo. Já pensou eu entrar na casa de uma menina e perguntar para os pais se ela podia entrar para o Partido Comunista? Gente como eu e minha irmã tínhamos que ser trator e abrir caminho para as outras.” *Angélica*, por sua vez, afirma que “ a mulher sempre teve uma posição subalterna na militância e as que atingiram postos de comando eram duronas e masculinizadas.” Ela acrescenta que todas elas que se engajaram tinham “ um olhar masculino para a vida,” ou seja, identificavam-se com o *eidos* que orienta o mundo dos homens. Eram dotadas, portanto, de uma agressividade que se opunha ao perfil comumente associado ao da mulher daquela época; sem esses atributos ela considera que as mulheres não poderiam ter se sentido atraídas por esse tipo de projeto, mas as que ascenderam na hierarquia das organizações tinham esses traços bastante acentuados. Já outras diziam algo parecido com o que *Hercília* diz: “ Éramos todos guerrilheiros; se uma mulher tinha que pegar numa arma, tinha que fazer isso, sem super-proteção, sem desvalorização [...], ” ou como *Anita*: “ Nós éramos todos soldados, sem diferença [...].”

Dentro dessa ordem que regula a vida na clandestinidade, os domínios público (a organização e a guerrilha) e o privado (a vida particular dos militantes) se confundem, com forte interferência do primeiro sobre a vida pessoal dos participantes, muitas vezes através de rigorosas determinações. Um dos domínios mais afetados é o de seus relacionamentos amorosos.<sup>74</sup> O controle que as organizações exerciam sobre este aspecto de suas vidas atingia desde namoro e casamento até a questão da gravidez, geralmente repudiada pelos dirigentes por considerarem-na mais um componente de risco para o grupo.

---

<sup>74</sup>É importante esclarecer que as relações estáveis entre homens e mulheres foram a tônica para esse grupo naquele momento. Das treze entrevistadas, só duas não mantinham um relacionamento desse tipo, durante o período que antecedeu a prisão. Se a convivência íntima - livre de constrangimentos e imposições sociais tradicionais - entre os rapazes e as moças que se tornam companheiros de luta é uma ruptura com os moldes vigentes, nem por isso eles deixam de recorrer a arranjos convencionais de convívio. *Angélica* foi casada com seu companheiro de organização e pai de seus dois filhos até poucos anos atrás; *Julieta* ainda é casada com aquele que era seu marido à época da prisão no DOI-CODI e com quem teve dois filhos; *Vitória* permaneceu casada com seu companheiro de militância durante mais de dez anos, pai de seus dois filhos mais velhos; *Dalva* ainda é casada com aquele que foi seu namorado naquela época, com quem teve uma filha; *Joana* permaneceu casada por dezoito anos com seu companheiro de clandestinidade e exílio, sem filhos; o casamento de *Luzia* data daquele período e o casal tem dois filhos ; *Corina* é até hoje viúva de um companheiro do Araguaia, pai de seu único filho;

Existe aqui uma certa contradição que foi vivenciada por esses jovens. Ao mesmo tempo que sua inusitada autonomia sobre suas vidas sexual e afetiva rompia com os códigos morais da sociedade maior, uma outra ordem de código foi criada - inspirada em interesses estratégicos e com aplicações mais ou menos rígidas, segundo a estruturação de cada grupo. Assim, transgrediram algumas normas, mas enfrentaram outras.

*Angélica*, por exemplo, recebeu ordem para fazer aborto; e não contou, entretanto, com apoio da organização para resolver o problema. Já *Luzia* enfrentou sua organização e teve dois filhos durante seu período de clandestinidade. *Milena*, por outro lado, comenta que ela e seu companheiro pediram permissão a seus superiores para casar. *Vitória*, por sua vez, teve que enfrentar uma separação forçada pela DI (sigla da Dissidência - organização a que pertencia) quando seu marido resolve se afastar da militância (era membro da VAR-Palmares, o que já representava uma dificuldade); *Vitória* desobedece ao comando quando, indo “cobrir um ponto,” se encontra com o marido; ele se decide por ingressar na DI, e com isso possibilita a reaproximação dos dois. Por outro lado, quando o namorado da *Angélica* resolve sair da VAR-Palmares e ela continua, os dois passam a ter que se encontrar às escondidas. Só no ano seguinte, em 1971, com o ingresso de *Angélica* para a DVP (dissidência da organização a que pertencia, fundada pelo seu namorado e outros companheiros) é que podem se casar. *Gilda*, por sua vez, namora um companheiro da POLOP, dizendo que: “[...] era como uma espécie de casamento arranjado. Ele gostava de mim - era como se ele fosse destinado a mim - e eu, para corresponder ao grupo, tinha que namorá-lo também. [...] Olha que coisa! É uma volta para um comportamento que é o mais conservador e tradicional possível!” Assim, a postura ideológica nem sempre correspondia ao código moral imposto aos membros das organizações de esquerda.

Há ainda um relato que se situa em um contexto completamente diferente. Chegando ao Araguaia, *Corina* divide uma pequena casa com outros dois militantes (ambos homens) em uma roça.<sup>75</sup> Ela diz que “[...] seis meses depois eu e o ... [diz o nome do companheiro] passamos a ficar juntos e isso foi um problema. Tivemos um relacionamento clandestino, mas depois eu achei que era clandestinidade demais e resolvi abrir o jogo para todos. Foi justamente uma mulher bem mais antiga do que eu, a Elza, que foi intransigente e disse que acabavam de perder uma companheira porque viver junto com alguém era deixar de ser militante. Eu briguei e xinguei muito [...] voltaram atrás. Quando eu fiquei grávida e quis ter o filho sabia o que ia enfrentar, mas não abri mão [...] eu já tinha me despojado de tudo.” E foi devido a essa gravidez que ela se lançou na solitária fuga rumo a São Paulo para reencontrar a irmã, usando disfarces, diferentes sotaques, e múltiplas histórias de vida ao longo do tortuoso e arriscado caminho de volta.

É importante reiterar as distinções nos relatos a respeito dos temas centrais, tanto no que diz respeito à quantidade de material oferecido por cada uma delas, como no que se refere ao modo como esses tópicos são abordados. Fica evidente que algumas quase não tocaram, por exemplo, no tema aqui

---

*Bethânia*, embora tenha se casado várias vezes posteriormente, na época de sua primeira prisão estava casada com o namorado com quem tinha entrado para a clandestinidade .

<sup>75</sup>*Corina* ficou quase quatro anos na região do Araguaia; explica que se instalaram em três destacamentos de aproximadamente vinte pessoas cada um, que eram divididos em grupos de quatro ou cinco pessoas por “roça” (e uma pequena moradia); entretanto, passavam de três a quatro meses por ano morando na mata, para treino de sobrevivência na selva.

em questão. Na realidade, uma não viveu essa experiência e outras não a descrevem, preferindo falar da tortura e da prisão. De qualquer modo, há ainda alguns aspectos que são interessantes e que devem ser apresentados aqui, sobretudo acerca de como algumas delas reagiram à situação.

*Bethânia* fala de seu primeiro período de clandestinidade, em 1970, quando se esconde em um quarto alugado com seu namorado, como tendo sido “uma vida chata e com rotina do mesmo jeito. A gente ficava só cobrindo ponto e lendo um monte de papelada; era a produção teórica, que por sinal era muito pouca.” Quando seu namorado é preso, foge para um sítio no interior do estado, mas consegue manter contato com a família. A ausência de dramatização dessas situações aparece também em outros testemunhos.

Encontro na descrição de *Milena* uma boa dose de pragmatismo ao lidar com a experiência: “Depois do consentimento do partido [PCBR], fomos morar juntos na Rua Raul Pompéia [ela e o namorado, membro da mesma organização] e ficamos casados um ano [Rio]; [...] sempre tive uma vida normal, uma casa linda, arrumada, que servia também como local de encontro para o pessoal da base e da direção.” Até então, ela leva uma vida dupla. Acrescenta: “Quando uma pessoa da organização caiu e entregou todo mundo, tivemos que entrar na clandestinidade; fomos para um quarto alugado no subúrbio, mas isso foi uma coisa normal. Você acaba tendo uma rotina numa vida de fachada [...] Há duas coisas que aprendi: que se tem que ter paciência e que o ser humano agüenta tudo, ele está preparado, equipado para suportar tudo.” *Hercília*, por sua vez, diz que seu período de clandestinidade no Rio (tinha passado algum tempo escondida em casa de amigos em Recife) foi um momento “de estado de graça porque vim me encontrar com ... [diz o nome do namorado], por quem estava apaixonada, [...] foi uma lua-de-mel, embora estivesse guardada, sem poder levar uma vida semi-legal, com algum tipo de atividade ao menos.” *Joana*, entretanto, diz que a clandestinidade “é a pior desgraça que pode acontecer a um militante.”

A experiência desta ex-presa política foi, de fato, radical. Quando ela e seu marido fogem de Recife, vêm para o Rio, onde se instalam primeiramente na casa de familiares. Estes, em seguida, exigem que se retirem por temerem pela segurança de sua família. “Aí começou nossa peregrinação e depois o inferno,” diz *Joana*. Hospedam-se na casa de um conterrâneo, diretor de teatro, que apesar de recebê-los de abraços abertos, encontra-se em graves dificuldades financeiras; o casal fugitivo não acha justo expô-lo a mais problemas. Nesse meio tempo não conseguem fazer contato com sua organização [PCBR] e ficam completamente descobertos - sem nenhuma espécie de contato (não conheciam ninguém na cidade) e, portanto, sem proteção. Passam o tempo trancados em um quarto ou então trocando de ônibus e rodando pela cidade. Ela expressa o desespero que experimentou nesse período: “A clandestinidade é um processo louco que eu não aguentaria mais viver; eu preferia me matar!” Quando soube que D. Helder Câmara vinha ao Rio, ela tenta encontrá-lo porque se conheciam bem. Não consegue achá-lo mas estabelece contato com a CNBB e através de D. Ivo Lorscheider ela e o marido passam a ter apoio (um conjugado para morar e comida). Mas continuam clandestinos, vivendo essa situação durante quase três anos.<sup>76</sup> Depois de terem sido presos e torturados, são soltos. Entretanto, continuam sendo perseguidos e

---

<sup>76</sup>Na realidade, foram contactados por um membro da ALN que oferecia-lhes a oportunidade de ingressarem para a organização, após fazerem “auto-crítica;” como discordavam da estratégia dessa organização perderam a única chance que tiveram de se manterem engajados. Esse breve comentário

só depois de muito esforço partem para o exílio, com a ajuda da CNBB. *Joana* diz que até hoje não escapa do sentimento de extrema solidão que contaminou sua vida a partir daqueles anos.

Outro tipo de experiência dentro da clandestinidade foi a de se conseguir sair do país e reingressar incógnito. *Anita* fala de sua ida ao Chile - como a de muitos outros companheiros - com naturalidade. O primeiro relato desse tipo me havia sido apresentado pelo Prof. João Luiz de Moraes, quando consegue levar sua filha Sônia Angel para o Paraguai, de onde ela foge para Paris, via Miami. O risco dessas investidas - apesar da cobertura que os militantes ou simpatizantes têm, sobretudo com documentos falsos feitos por competentes especialistas de dentro das próprias organizações - contrasta com a frieza e determinação com que os protagonistas dessas aventuras enfrentaram seus inevitáveis percalços. *Anita*, por exemplo, viaja de ônibus para o Chile, levando uma companheira que precisa ser afastada do país e não tem condições de fazê-lo sozinha. Atravessam regiões do Uruguai, onde há um forte esquema de cerco a “terroristas”, com espantoso sangue frio. Posteriormente *Anita* regressa sozinha ao Brasil. Muitos anos mais tarde - em 1981, portanto, já em liberdade - ela está viajando de ônibus, voltando do Rio Grande do Sul, quando a polícia pára o coletivo para dois policiais embarcarem. Um deles se senta atrás dela. Pela primeira vez, desde de sua entrada para a militância e de sua passagem pela tortura e pela prisão, ela diz ter experimentado a sensação de pânico - naquela altura, uma reação totalmente deslocada no tempo e no espaço. Sobre essa questão da aparente bravura que os militantes demonstravam em situações de alto risco, *Vitória* comenta que “era comum lidar com o perigo e até mesmo com a morte apenas como uma possibilidade; e se viesse a acontecer ia atingir os outros, não a você. A gente achava que era só não vacilar [...]” Apesar de ter participado de ações armadas, diz que só sentiu a ameaça pela morte quando passou a levar choques elétricos nas sessões de tortura, sabendo que qualquer um a mais poderia matá-la. *Hercília* fala de modo muito semelhante: “A verdade estava do nosso lado, tudo iria dar certo, [...] era tudo como num passe de mágica. [...] quando o esquema começou a cair, minha cabeça mudou. Confesso que até hoje não consigo entender como isso foi possível - quer dizer, isso e o lado da tortura. Só sei que no início foi uma coisa política e nós éramos heróis. Depois não tinha mais volta e aí virou uma questão moral - não mais político-ideológica - e tínhamos que continuar por necessidade, como um resgate dos que morreram.”<sup>77</sup>

Nos testemunhos, a clandestinidade aparece, em um primeiro momento, como estratégia da luta armada para assegurar a continuidade daquele projeto de esquerda, viabilizando suas ações. Embora a luta armada representasse uma opção - sendo, contudo, “ [...] um divisor de águas entre as organizações,” segundo *Hercília* - foi comum ouvir das entrevistadas que o seu ingresso nessa via de militância se deu quando lhes foi vedada a possibilidade de qualquer participação política; e o recurso a seqüestros, para muitas, foi uma forma de reação à escalada da violência nas investidas dos órgãos de repressão do regime contra os militantes, desencadeada com a promulgação do AI-5, em 1968. Assim,

---

ilustra o que já foi dito sobre a fragmentação desse movimento de esquerda. *Joana* diz que “havia mesmo enfrentamento interno porque havia diferenças ideológicas [...]”

<sup>77</sup>*Gilda* fala da entrada na organização como um processo gradativo e *Hercília* da dificuldade de sair. Alzira Alves de Abreu comenta esses dois aspectos: “[...] a entrada em geral se fazia de forma gradativa [...]. Entretanto, ‘sair da organização’ era tomar uma decisão grave que envolvia questões éticas, morais e políticas. Era abandonar os companheiros em um momento de descenso dos movimentos de guerrilha e quando era mais intensa e violenta a repressão militar.” (op. cit.: 1994::3)

quando dois anos depois o movimento da guerrilha urbana começa a sofrer duras perdas e a se desarticular, a clandestinidade transforma-se de estratégia guerrilheira, articulada a partir de 1964, em recurso para a sobrevivência.

Desaparecimentos, prisões e mortes tornam-se a realidade a ser enfrentada por aqueles que ainda escapam à perseguição e com isso a vida na clandestinidade assume uma nova feição. *Angélica* explica que “[...] o movimento estava entrando num círculo vicioso; os assaltos serviam apenas para manter os quadros, era o início do desmantelamento das organizações. Havia grandes rachas, discussões bizantinas [...]” além disso, havia o risco de perda de contato com a organização, como no caso já relatado de Joana e como no de *Catarina* que, depois da “superprodução” que foi o “congresso da VPR reunindo trinta membros em uma casa alugada especialmente para isso, na Barra da Tijuca [RJ],” no ano seguinte (1970), chega a perder contato com a organização, restabelecendo-o graças aos esforços de simpatizantes.

Outro risco, segundo uma entrevistada, era o de “justiçamento” - pena de morte para o militante que “traísse” seus companheiros ou para aquele que “[...] não tivesse nível ideológico; quando caísse ia acabar abrindo, entregando outros membros da organização.”<sup>78</sup> Embora tenha sido possível sair da clandestinidade - como relata a própria *Angélica*, dizendo que para fazê-lo só teve que participar sua decisão a três pessoas, já que eram as únicas da organização com quem tinha contato - era mais comum o aprisionamento do militante dentro dessa situação, pelas inúmeras dificuldades (internas e externas) que se interpunham a seu desligamento.

Assim, desde o início dos testemunhos, foi possível constatar o impacto dessa situação sobre os participantes. Estes indivíduos estiveram submetidos a experiências que lhes exigiram uma grande dose de auto-controle e de desprendimento em relação à sua vida pregressa, impondo-lhes, ao mesmo tempo, a necessidade de uma rápida adaptação a condições adversas e totalmente desconhecidas. Um dos dados mais impressionantes nesses relatos reporta-se ao freqüente estado de isolamento em que os militantes se encontravam. Obviamente afastados de seus familiares e de seus amigos (embora, em alguns casos, houvesse contatos esparsos e complicados), também encontravam-se relativamente isolados dentro da própria organização, como acabamos de constatar. O convívio com esta era geralmente feito através dos “pontos” - rápidos encontros em lugares públicos, previamente marcados, para troca de informações ou para transmissão de ordens entre dois membros do grupo. O não comparecimento ao encontro por um dos envolvidos era um sinal de alarme. Além de significar que o companheiro havia sido preso, talvez significasse também que na tortura ele poderia ter revelado nomes, endereços e local do encontro. Quando o membro da organização que se apresentava para o encontro por sorte escapava de ser preso

---

<sup>78</sup> Este assunto só foi abordado diretamente por uma das ex-presas políticas. Ela relatou duas situações em que militantes foram mortos pelas organizações. O primeiro caso foi no dia 8/05/71, dia de seu casamento; ela diz que “eles [as vítimas] eram lumpen e não entregaram o dinheiro de um roubo; disseram que tinham sido assaltados.” Ela soube do fato porque seu companheiro fora convocado para o acontecimento, tendo sido liberado porque explicou seu compromisso naquele dia; a ex-militante acrescenta que o outro se refere a um tal Jacques [ela não diz o sobrenome] que foi apanhado pela repressão - professor de esquerda como o prof. Manoel Maurício, que também foi preso no mesmo dia [1973]. Depois de ficar preso por um mês, a ALN propõe sua morte; ele foi executado “pelo comportamento muito ruim que teve na prisão.” Ela se revoltava contra essa prática e diz: “A identidade secreta num triz se transforma em super-homem, e se confere o direito de matar outro militante.”

imediatamente - no local e na hora que haviam sido marcados - ele jamais poderia voltar aos lugares onde havia morado e freqüentado. Outra possibilidade de convivência entre os militantes eram as reuniões da organização. A estas, entretanto, muitos integrantes não conseguiam comparecer, por questões de segurança. Convocadas para resolução de problemas prementes, não serviam, nem para os que estavam presentes, de sucedâneo de confraternização entre eles. E, como foi relatado anteriormente, nos “aparelhos” a proximidade entre seus moradores não lhes oferecia uma real intimidade, pelo sigilo que tinham que manter a respeito de suas identidades e de seu passado. Entretanto, este quadro da vida clandestina é ultrapassado - e de forma abrupta e violenta - pela experiência da tortura nos órgãos da repressão.

◇ *tortura*

*Aqui não existe nem Deus, nem pátria, nem família. Só você e nós.*  
(palavras de um agente do DOI-CODI para Hercília)

Nos termos da lei, a prática da tortura é um crime hediondo. Na realidade, tais práticas alojam-se em um registro que parece escapar às formulações de significado pelo código cultural em que estão inseridas.<sup>79</sup> Foi nesse sentido que Winston Churchill qualificou as atrocidades cometidas nos campos de concentração nazistas de “crimes sem nome”. À racionalidade de sua aplicação - com a precisão de técnicas e a instrumentalização da sobrevivência (a vida não mais como um direito e como um fim em si mesma, mas como sobrevida útil, como um meio eficaz de extorsão da palavra e de sujeição do indivíduo), contrapõe-se a desrazão que a motiva. Sem o valor pedagógico uma vez atribuído ao suplício em praça pública, nem com o valor corretivo atribuído à pena por reclusão, a tortura está sempre à margem dos princípios éticos e morais que ordenam o convívio em sociedade. A sua existência é uma ameaça ao pacto social, sobretudo quando ela é perpetrada por órgãos do Estado. Esta esfera, que deveria ser o *locus* da efetiva realização e garantia desse pacto, torna-se, neste caso, sua antítese. Revela-se o centro privilegiado do arbítrio.

Quanto aos efeitos da tortura sobre suas vítimas, recorro às palavras de Hélio Pellegrino:

*A tortura busca, à custa do sofrimento corporal insuportável, introduzir uma cunha que leve à cisão entre o corpo e a mente. E, mais do que isto: ela procura, a todo preço, semear a discórdia e a guerra entre o corpo e a mente. Através da tortura o corpo torna-se nosso inimigo e nos persegue [...]. Na tortura o corpo volta-se contra nós exigindo que falemos, [...] pretende arrancar de nós um discurso do qual temos horror, já que é a negação de nossa liberdade. [...] A tortura nos impõe a alienação total de nosso próprio corpo, tornando-o estrangeiro a nós e nosso inimigo de morte [...]. O projeto da tortura implica numa negação total - e totalitária - da pessoa, enquanto ser encarnado. O centro da pessoa humana é a liberdade. Esta, por sua vez, é a invenção que o sujeito faz de si mesmo, através da palavra que o exprime. Na tortura, o discurso que o torturador busca extrair do torturado é a negação absoluta e radical de sua condição de sujeito livre. A tortura visa o avesso da liberdade. Nesta medida, o discurso que ela busca, através da intimidação e da violência, é a palavra aviltada de um sujeito que, nas mãos do torturador, se transforma em objeto.*

---

<sup>79</sup>Essa dificuldade não anula sua existência; em setembro de 1995 ainda assiste-se a tais práticas: “Bancário torturado comove Minas” (*Jornal do Brasil*, 15/09/95). A descrição das torturas a que o funcionário de vinte anos de serviço ao Banco do Brasil foi submetido por policiais de Belo Horizonte reproduzem as dos testemunhos das ex-presas políticas. O “crime hediondo” é, em alguns redutos, “cultura” ainda vigente, com denúncias, por exemplo, de 498 casos de tortura somente em Belo Horizonte, nos últimos três anos.

5/06/82.

Doze das entrevistadas foram submetidas a esta experiência. Entre elas, duas não estavam engajadas na luta armada nem pertenciam a qualquer organização de esquerda no momento em que foram detidas pelos agentes da ditadura militar. Assim é que os nomes de *Joana* e *Julieta* não constam em nenhum processo das Auditorias Militares por falta de provas que as incriminassem - conclusão que só foi alcançada depois de terem submetido as duas à tortura. Isto podia acontecer porque no momento em que eram apanhados, os supeitos permaneciam “desaparecidos” por um período que variava de caso para caso, apesar de haver um prazo legal para a comunicação da prisão e a informação do local às famílias. Segundo o advogado Modesto da Silveira, tratava-se, na realidade, da prática de seqüestro, pois eram prisões arbitrárias, clandestinas (na maioria dos casos sem registro) e por tempo conveniente aos interrogatórios que, em grande parte, acabavam em sessões de tortura.<sup>80</sup>

*Gilda*, a única que diz não ter sido submetida a esse tratamento<sup>81</sup>, relata, entretanto, a visita do Delegado Fleury ao quartel onde estava presa para lhe fazer ameaças. Ao avistar sobre sua cama o livro *Ascensão e Queda do III Reich*, ele lhe promete um tratamento muito pior do que os descritos naquelas páginas, caso ela não colaborasse identificando as pessoas nas fotos que lhe eram mostradas. Sem entender como conseguiu manter o sangue frio todas as vezes que foi interrogada, ela diz: “Nem a mão tremia quando eu era testada para verem se eu estava mentindo.” Além disso, ela foi levada às dependências da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita (Tijuca/RJ), onde permaneceu por uma semana e onde assistiu a torturas - técnica comumente usada para quebrar a resistência do preso, fazendo-o revelar identidades e outras informações. Fica claro que quando esta ex-militante diz que não foi torturada ela está pensando nas sevícias que presenciou e nas de que ouviu falar. Entretanto, não se pode dizer que ela não tenha conhecido a tortura psicológica. A diferença entre sua experiência e a das outras está no fato de não ter sido torturada fisicamente, não tendo sido levada, portanto, ao estágio seguinte do processo.

Assim como *Gilda* não entendeu sua própria reação face às ameaças e aos testes para ser flagrada em contradição, *Hercília* também não tem explicação para sua resistência e insistência em não revelar até mesmo informações sem importância mas que teriam aliviado, mesmo que minimamente, seu sofrimento. Como foi uma das presas mais torturadas, tendo até servido de objeto para aula de torturas - “ [...] entrei encapuzada e ouvi muitas vozes; o cara levanta meu capuz e vejo que tem umas quarenta

---

<sup>80</sup>Estes dados revelam que não havendo registro do número de pessoas que foram levadas para interrogatório nos órgãos de repressão - já que aqueles que não foram incluídos em processos não foram contabilizados - não há uma aproximação possível de um suposto número dos torturados (mesmo com o devido registro de todas as entradas dos suspeitos nos centros de operações de informações, obviamente não haveria registro do que passaram pela tortura).

<sup>81</sup>*Gilda* foi presa no dia seguinte da decretação do AI-5, sendo sua a primeira prisão efetuada pelo DOPS de Niterói. Segundo ela, provavelmente o órgão ainda não estava informado sobre os procedimentos a serem adotados nos interrogatórios dos presos políticos; ela acredita que o fato de se tratar, no seu caso, de uma jovem universitária, filha de um conhecido empresário da cidade, deva ter impedido, naquele momento inicial, aqueles agentes de optarem por técnicas violentas para extração de informação. Além do mais, seu pai conseguiu localizá-la com muita rapidez, o que também impediu qualquer mudança, dali para frente, no tratamento que ela vinha recebendo.

pessoas. Começam a aula dizendo: ‘o método mais eficiente é o pau-de-arara e o choque elétrico.’ Antes de começarem a demonstração taparam minhas narinas com chumaços de algodão embebidos em amônia e depois, cada vez que eu puxava a respiração pela boca, tapavam minha boca [...]” - era de espantar que *Hercília* se mantivesse irredutível: “ Eu ficava literalmente muda, trincando os dentes, mas o medo era imenso.” Ela reconhece que sua atitude deve ter atizado a ira de seus carcereiros e por isso foi alvo de tantas e variadas sessões, incluindo a simulação de sua execução por roleta russa. Nessa situação, por exemplo, ela não estava sendo interrogada; o que faziam era mais um ato de puro terrorismo. Ela acrescenta que “o medo de voltar a ser torturada é pior do que tudo.”

Ainda mais do que no caso dos relatos sobre a clandestinidade, a contribuição sobre a experiência na tortura apresenta lacunas em vários testemunhos, sendo, portanto, muito desigual. É interessante notar que há, por assim dizer, duas posições: as que falam abertamente e muito sobre o assunto e as que o evitam. Como seria temerário fazer qualquer interpretação a respeito deste dado, prefiro apenas apontá-lo.

Das ex-presas políticas que foram submetidas à tortura física, uma interrompeu as entrevistas antes de chegar a esse etapa em seu testemunho, embora tenha tocado no assunto brevemente. Assim, *Catarina* chegou a falar do longo tempo (noventa dias) em que esteve “desaparecida”, de sua tentativa de suicídio ao se jogar de uma viatura na qual estava sendo removida em um dado momento e da casa de torturas em Petrópolis para onde foi levada. Apesar da sua interrupção, foi possível, através de depoimentos de outras entrevistadas, saber da intensidade e da brutalidade a que esta ex-presas política foi submetida na tortura. Por sua vez, *Bethânia* - como vimos anteriormente - fala da experiência com sarcasmo, mesmo quando se refere aos abusos sexuais que sofreu, dizendo que “[...] não era nada que água e sabão não pudesse lavar [...].” Acrescenta, ainda: “Não acho a tortura tão abominável assim, perto do que eu vejo no meu dia a dia na Baixada [ela é médica sanitária lá]; o que eu vejo é tão abominável quanto. Sou *blasée* quanto ao nosso sofrimento; acho que é diminuto perto do que vejo na Baixada, que é uma tortura a cada dia, com os massacres, com as pessoas sem direitos [...] mas a pior tortura não é a física, a pior tortura é abrir, é entregar companheiros...”

*Milena* fala com serenidade sobre sua experiência. Assegura que nunca se sentiu como vítima por ter vivido essa situação e que sua atitude sempre foi de enfrentamento e de desafio em relação aos torturadores que, segundo ela, sentiam-se inferiorizados em relação aos presos políticos. Conseguiu manter a cabeça erguida, apesar da situação terrível que enfrentava. Diz que isso foi muito importante para sua sobrevivência porque quando alguém se humilhava perante eles o tratamento era geralmente muito pior. Afirma também que era possível se romper com a relação dominador/dominado, demonstrando que eles podiam bater mas não conseguiam sempre o que queriam (para isso simulou um desmaio duas vezes e conseguiu evitar o ponto insuportável do sofrimento). Acrescenta que, no entanto, houve muito poucos heróis na tortura - pessoas que nunca falaram: “[...] todo muito fala alguma coisa, nem que seja de si mesmo.” *Milena* comenta também que o medo da morte não era seu pior medo (nem, diz ela, da maioria dos presos); o que apavorava a maioria deles era a possibilidade de mutilação ou a de ser tocado em algum ponto frágil ou secreto. A ex-presas política relata então o caso de uma mulher que se desestruturou quando a acusaram de homossexual, característica que ela sempre tentara manter oculta. Outra observação que ela faz refere-se ao que ela chama de “estética da tortura:” “[...] era uma coisa



louca, aquele exército de maltrapilhos, todo mundo com mancha de sangue na roupa, [...]” *Milena* ainda expressa sua opinião sobre a condição dos torturados: “A gente estava numa câmara de tortura, no mais baixo degrau do inferno, mas mesmo assim eu posso dizer que muitas pessoas faziam o teatro da dor, uma coisa de autocomiseração mas que era consentida ali; a gente sabia quem estava encenando ou não, só que ali era um espaço de companheirismo e de solidariedade. Aliás esse foi um erro estratégico deles, deixando todos os torturados juntos.”

A vivência da tortura marca *Julieta* de um modo especial. Esse episódio da repressão leva a expressão política a abraçar até hoje uma incessante luta contra qualquer tipo de tortura e de violação dos direitos humanos, pois acredita que não se deve tentar explicar a tortura e sim denunciá-la. No seu relato, fala da condição absurda de sua prisão e a de seu marido, apesar do absurdo generalizado das práticas de repressão do início dos anos 70. Naquele momento, em agosto de 1970, eles já estavam fora do movimento, agindo apenas como simpatizantes, pois discordavam da opção pela luta armada. Mesmo assim foram muito torturados no DOI-CODI, depois de terem sido interrogados no DOPS.

A primeira pessoa que ela vê ao chegar nas dependências da PE, onde funcionava o DOI-CODI foi o então médico Amilcar Lobo, que lhe pergunta, ao tirar sua pressão arterial, se ela sofre de alguma doença cardíaca. Logo depois ela é levada para uma sessão de tortura. Para ela o pior momento é o primeiro dia: “[...] quando eu estava encapuzada, na sala de tortura, sem saber o que estava à volta, levando choques e não estar vendo; essa é uma sensação horrível, aumenta muito mais a dor [...]; na segunda sessão, durante aquela madrugada, fui novamente encapuzada, me puseram nua, me molharam o corpo e me deram choques nos bicos dos seios, na vagina e na boca.” *Julieta* agrega a essas descrições observações sobre o tratamento que ela considera ter recebido por ser mulher e “comunista,” como diziam seus interrogadores. Queriam saber com quantos homens ela já havia tido relações sexuais - fazendo essas perguntas em linguagem de baixo calão, além de tecerem comentários sarcásticos a respeito do tipo de homem que devia ser seu marido. Ela conta que semanas depois, quando sua mãe já os havia localizado e levado retratos de seu filho que ela prega na parede, um “soldadinho” lhe pergunta espantado: “Ué, você tem filho?!” Para ela ficou clara a lavagem cerebral a que estavam submetidos “esses caras para quem comunista era filho da puta e que não poderia ter filhos.” Ela fala ainda de duas situações particularmente difíceis. A primeira se refere ao episódio da sessão de tortura em que usam um filhote de jacaré, já mencionado em uma passagem anterior deste texto. A outra se reporta aos momentos em que ela assiste a seu marido ser torturado. Seus gritos atingem-na duplamente, já que além da dor que expressam, revelam-lhe uma figura desconhecida - a de um homem transfigurado, muito diferente da pessoa plácida e controlada com quem convivia há anos. Este comentário da *Julieta* é frequentemente reforçado por outros depoimentos sobre a experiência da participação em sessões de tortura de outros companheiros - quer como testemunha, quer como agente, quando forçado a acionar o mecanismo para os choques elétricos. Assim, segundo a afirmação da maioria das entrevistadas, pior do que ser torturada é estar presente a uma sessão de tortura. Ou ser torturada sendo vista por alguém para quem a cena se transforma no mais alto grau de tortura. Constata-se que, com economia - utilizando apenas combinações de uns poucos procedimentos - os técnicos da repressão atingiam a eficácia.

A esta altura, é preciso sugerir (sem jamais pretender reconstruir) o que era a permanência - que poderia durar alguns meses - em órgãos de repressão como o DOI-CODI ou a OBAN - instalados em

quartéis da Polícia do Exército como recintos para interrogatório de presos políticos e como locais de tortura - para tentar marcar a diferença entre a experiência individual e/ou coletiva nesta situação e, posteriormente, a que se estabelece em presídios como, por exemplo, o Talavera Bruce (no Complexo Penitenciário de Bangu/RJ).

A permanência nessas instalações poderia se dar em confinamento isolado - quer em “geladeira” (uma versão das tradicionais “solitárias” em prisões) ou em celas individuais; outra modalidade era o “coletivo” (cela que reunia um número variável de presas, normalmente recebendo até doze, tendo chegado a mais de duas dezenas em dado momento). Este período poderia ser vivido exclusivamente em uma dessas duas formas de confinamento, como poderia incluir ambas as formas ou ainda uma outra combinação. Como exemplo desta última situação, cito o caso da *Joana* que, tendo permanecido isolada durante os meses que esteve detida (chegou a ser hospitalizada duas vezes - uma vez no Hospital Central do Exército e outra no Hospital da Base Aérea do Galeão), teve apenas uma companheira de cela e, mesmo assim, somente por alguns dias. Tratava-se de uma jornalista de *A Folha de São Paulo*, cujo filho de dezoito anos também fora preso. Mesmo nessas condições, ela tem força para aconselhar *Joana*, que está à beira de um colapso nervoso. Ela lhe diz que é preciso parar de pensar em seu marido (também preso) para ter forças para sobreviver. Foram poucos dias de convivência, mas o suficiente para ela recobrar a lucidez e se reestruturar minimamente. Conhecendo um dos poemas favoritos de *Joana*, o declama repetidamente nos dias que passa nessa cela. *Joana* garante que o poema “Sentimento do Mundo” foi fundamental e que “[...] ela [a companheira fugaz] e Carlos Drummond salvaram minha vida.”<sup>82</sup>

Dentro dessa situação, a solidariedade era um componente fundamental para que pudessem suportar o sofrimento ao qual estavam sendo submetidas. Esta experiência - que extrapola qualquer outro tipo de punição por ser muito mais do que apenas a vivência de uma condição de privação (como é o encarceramento e que não deixa de ser, ele mesmo, uma experiência-limite) - não poderia ser partilhada a não ser entre elas próprias, que a vivenciavam e que podiam, assim, oferecer conforto e cuidados às que subiam das sessões de choques e de permanência no pau-de-arara. Esta convivência se passava dentro da cela coletiva, no segundo andar do prédio onde se alojava o DOI-CODI no Rio. *Vitória* diz que em um dado momento havia perto de trinta presas dentro do que ela chama de “celão,” com várias mulheres dormindo no chão e usando um mesmo banheiro, sem porta e em péssimas condições de manutenção. Entretanto, o desconforto não era fator importante para elas. *Vitória* confirma o que outras também dizem: “[...] o que contava era o calor humano; a gente vivia tão juntinho que aquilo dava uma força muito grande.” Assim, naquelas circunstâncias, a possibilidade de troca de apoio moral e cuidados físicos - neste caso, tanto com providências rudimentares para alívio imediato das dores e dos

---

<sup>82</sup>Afora os prisioneiros estáveis - aqueles que poderiam até permanecer lá por meses e entre os quais havia também pessoas sem ligação alguma com o movimento - havia uma população flutuante de possíveis candidatos a uma estadia mais prolongada naquelas instalações. Em algumas ocasiões, os grupos se espremiavam pelos corredores, durante mais de vinte e quatro horas, aguardando interrogatório. É importante explicar que esses elementos que uso para descrever sumariamente os recintos de tortura referem-se às instalações do DOI-CODI, no quartel da PE no Rio de Janeiro - únicas pistas que me foram fornecidas. As ex-presas políticas que foram presas pela OBAN, em São Paulo, não forneceram este tipo de informação.

ferimentos, quanto através da pressão que, como grupo, podiam fazer, exigindo atendimento médico - tornava esse convívio uma necessidade e uma garantia. O isolamento, uma condenação da pior espécie.

A qualidade de vida dentro dessas dependências em nada pode ser aproximada àquela que grande parte das entrevistadas conhece posteriormente nas prisões. De fato, os elementos que constituem os referenciais de uma existência cotidiana - com suas regras e rotina, quaisquer que sejam estas - inexistem nesse tipo de cárcere. Fora a tortura, há dois fatores que, mais do que quaisquer outros, desestabilizam o equilíbrio tanto individual quanto coletivo nessa situação: a ruptura da noção de tempo e a ausência de normas que criem e regulem uma rotina de vida. Na tortura não há dia nem noite (mesmo quando ainda se tem a noção dessa variação),<sup>83</sup> os trabalhos de investigação prosseguem o tempo todo e elas são convocadas a prestar depoimentos a qualquer hora; também não há previsibilidade alguma (mesmo quando os interrogatórios são uma certeza).<sup>84</sup> Podem torturar a qualquer momento, como podem poupar inesperadamente quem havia sido levada às salas de tortura expressamente para esse fim; podem voltar à cela para buscar quem havia sido torturada há pouco: “ Quando fui usada como objeto de estudo, fiquei muito mal e me levaram de volta para a cela. Chegando lá piorei e as meninas gritaram por um médico. Depois de me examinar - tinha gente que estava na aula assistindo ao exame - o médico responde a eles que eu estava passando mal mas que ainda agüentava; fui levada de volta para a tortura. As companheiras fizeram o maior tumulto, mas não adiantou. Começaram a rezar por mim...,” relata *Hercília* em um dos raros momentos em que demonstra emoção. Nesse ambiente irreal, tudo é ao mesmo tempo esperado e inesperado. *Julieta*, por exemplo, fala do tilintar das chaves do carcereiro. A expectativa - até se saber onde ele parara e quem convocara - era torturante. Esperar a volta (ou não) da companheira não era diferente.

Dentro dessas condições de sobrevivência, torna-se imperioso encontrar meios de se preservar um mínimo de sanidade mental. Contam-se azulejos na parede, controla-se a entrada do sol na cela e seu percurso para controlar a mudança de hora, fazem-se trancinhas com a palha do colchão, fazem-se exercícios de memória, constroem-se listas de prováveis nomes para futuros filhos (*Vitória* garante ter sido este recurso que lhe salvou da loucura pelo que continha também de esperança), trocam-se confidências e muita solidariedade - esta última possibilidade sendo prerrogativa das que foram colocadas em celas coletivas. De todo modo, havia sempre a busca de contato com ilhas de uma realidade anterior - quer pelo raciocínio, quer pelo exercício lúdico, ou ainda pela afetividade.

---

<sup>83</sup>Há uma transformação na percepção do tempo das participantes da guerrilha urbana, que fica evidente em seus relatos sobre os três momentos da militância; assim, há breves momentos que pareceram uma eternidade, durando mais do que seria suportável, há outros que parecem ter abarcado muito mais do que seria imaginável - como a própria experiência da luta armada, dando a impressão de estender-se por mais tempo do que de fato sua cronologia atesta (mesmo durante sua vivência e, depois, na memória dos ex-militantes); na prisão a sensação é a mesma. É interessante acrescentar que muitas das entrevistadas não conseguem se lembrar qual a duração de sua prisão nos órgãos de repressão; souberam disso através de seus advogados ou de sua família, pelo tempo que estiveram desaparecidas. Dizem ter perdido totalmente a noção do tempo durante o período da tortura e ainda hoje, mesmo já de posse dessa informação, freqüentemente a esquecem ou então mostram-se confusas a seu respeito.

<sup>84</sup>*Vitória* explica que geralmente durante a primeira semana as sessões de tortura eram brutais, por razões táticas; era esse o momento de se obter informação, antes que a organização desarticulasse seu esquema de “pontos,” “aparelhos” etc. Outro momento de tortura intensa era aquele em que outro membro da organização do preso “caía,” por ser a oportunidade de se confrontarem dados.

Nessa última categoria se inclui o contato com os “guardinhas” ou “soldadinhos”, como também eram chamados. Sua presença muitas vezes amenizava a atmosfera de terror que prevalecia naquele ambiente. Em várias situações serviram de elemento de ligação entre elas e o mundo exterior (ou até mesmo *intramuros*), o que indica a coragem de muitos deles que, ao tomar posição ajudando as presas, estavam correndo sérios riscos. Em certas circunstâncias, essas figuras - jovens de posição subalterna que, em sua maioria, estavam constringidos a uma situação para a qual não tinham nem preparo nem convicção - foram providenciais. *Hercília* conta que passou um bilhete para o seu namorado - que também estava preso lá - através de um deles, que depois conseguiu que os dois trocassem um brevíssimo mas inesquecível beijo. Quando *Joana* é jogada nua de volta à cela, depois de uma sessão de tortura, um “soldadinho” dá-lhe um pano para se cobrir. Este gesto ela jamais esquece porque seu primeiro trauma foi ficar exposta na frente de seus inquisidores - fato que sempre perturbou todos os presos, embora em graus diferentes e que a atinge violentamente pelo profundo sentimento de pudor que lhe foi inculcado por sua formação religiosa.

Outra tentativa para manterem um certo controle refere-se ao momento de serem levadas encapuzadas para a sala de interrogatórios; a técnica era memorizar o percurso, sabendo quantos passos as levavam até a escada, quantos degraus deveriam descer, para que lado deveriam virar e assim por diante. Este recurso servia para suavizar o trajeto, durante o qual eram enganadas pela orientação de quem as acompanhava para fazê-las tropeçar e cair.

Ao relatar sua chegada ao quartel da PE, quando foi interrogada durante vinte e quatro horas (o que significou igual tempo de tortura por ter-se recusado a colaborar), *Hercília* toca em um ponto que é importante destacar. Sua reação às técnicas utilizadas para que falasse - inclusive respondendo à encenação do torturador “bom” que supostamente queria ajudá-la, com uma encenação de sua parte, fingindo-se impossibilitada de falar e escrever - provoca a ira e o descontrole do interrogador, que passa a espancá-la. Ela diz: “O fato de ser mulher acirrava neles uma raiva maior.” Este ponto refere-se, portanto, ao efeito da presença da mulher e à sua condição dentro desse quadro. Em primeiro lugar, as militantes estavam desempenhando um papel duplamente transgressor: enquanto agentes políticos (se insurgindo contra o regime) e enquanto gênero (rompendo com o padrão vigente). Portanto, a junção desses dois aspectos imprime um significado radical à participação política dessas mulheres no movimento contra a ditadura, fato que certamente não escapa à interpretação dos agentes dos aparelhos de repressão do Estado.<sup>85</sup> É assim que o Gal. Adyr Fiúza de Castro acredita que elas se distinguem dos homens, dizendo: “[...] as mulheres são muito mais ferozes que os homens. É a minha experiência. São muito mais cruéis e muito mais ferozes que os homens [...]” (D’Araújo: 1994:77).

“[...] Fui mantida lá por três meses, talvez para me amansarem, não sei... Durante minha estadia lá continuaram a me levar para a tortura; às vezes me deixavam esperar por três horas do lado de fora da

---

<sup>85</sup>A dicotomia que freqüentemente rege a construção da representação que se faz das mulheres tende também a uma demonização de sua imagem. Por trás da figura da “mãe” ou da “santa,” às quais elas são comumente associadas, não é raro encontrar-se a representação de aspectos disruptivos e contaminadores (o da “bruxa” ou o da “prostituta”) na composição dessa personagem social que, mesmo quando não são explícitos, acredita-se estarem em estado de latência. Dentro desta ótica, as mulheres são seres enigmáticos e ameaçadores. Este estatuto de enigma e, portanto, de ameaça conferido às mulheres revela o seu não-reconhecimento pelos diferentes códigos culturais (André, S.:1991:207)

sala de tortura. Eu suava de medo e queria que começassem logo a me torturar. [...] quando me davam choques nos mamilos, não estavam olhando para um objeto sexual, para eles era um objeto de tortura mesmo.” Este outro comentário de *Hercília* esclarece um pouco mais a questão. Na tortura, as técnicas para provocar a dor lacinante ou o desespero moral eram aplicadas indistintamente, podendo o sofrimento ser, por hipótese, igual para homens e mulheres, apenas com variações individuais, de cunho subjetivo. Pode-se supor também que a intenção do uso (sexual ou não) do corpo do preso ou da presa era, em princípio, instrumental. Viam no corpo e no sujeito nele aprisionado um objeto capaz de produzir informações.<sup>86</sup> Quanto às reações das vítimas, *Joana* diz: “ Eu não posso dizer quem sofre mais ou quem sofre menos. A condição de sofrimento, a dor da gente é única, é indivisível, é da gente sozinha.” Pode-se considerar, pois, que a intensidade do sofrimento não pode ser medida; por outro lado, pode-se supor que sua qualidade seja, de alguma maneira, diferente entre homens e mulheres.

Nesse sentido é bastante levantarem-se três exemplos. Estes referem-se à questão da maternidade. Quando *Vitória* é presa, ela está no início de uma gravidez. Foi torturada de acordo com o método a ser aplicado: uma vez encontrado o ponto fraco do(a) preso(a), era imprescindível utilizá-lo de modo insistente e eficaz. No seu caso, a eficácia do método resultou em aborto durante uma sessão de choques elétricos. *Corina*, por sua vez, estava grávida de mais de seis meses quando foi presa. Foi torturada do mesmo modo que os outros presos que se encontravam detidos pela OBAN, no quartel da PE em São Paulo. Quando transferida para outro quartel - desta vez em Brasília - e tendo a seu lado seu filho recém-nascido, é torturada através das ameaças que fazem à criança. *Joana* é estuprada nas instalações da PE no Rio. Com isso, é duplamente torturada já que, ao saber que está grávida, não suporta a idéia de ter a criança e resolve interromper a gravidez quando é solta. Por outro lado, foi muito difícil para ela conviver com o fato de ter tomado tal decisão, pois esta representou uma grave violação da doutrina da Igreja Católica, da qual era - e ainda é - fervorosa adepta. Diz que “ o resultado daquela violência foi eu jamais ter tido coragem de ter filhos, mesmo adorando crianças.”

Outro tipo de experiência na tortura foi a das irmãs *Corina* e *Luzia*, que ficaram presas no mesmo local, com pequena diferença de tempo entre a captura de cada uma. Quando *Corina* é presa na casa de *Luzia*, esta já estava sob interrogatório, tendo sido apanhada ao comparecer a um “ ponto” que já tinha sido revelado. Por algum motivo, tomam *Corina* por empregada de sua irmã, suposição que ela sustenta durante duas semanas. Ela precisou de grande dose de engenhosidade para encobrir as dificuldades que tinha ao responder questões simples como, por exemplo, o valor de seu salário; tendo estado no Araguaia durante aproximadamente quatro anos, ela perdera a noção sobre esses assuntos. Conseguia despistar, reforçando sua história com um relato detalhado que inventa sobre seu passado, dizendo ter vindo de Goiás - onde fora abandonada pelo marido caminhoneiro, apesar de sua gravidez - para buscar uma oportunidade de trabalho em São Paulo. No momento em que finalmente descobrem a encenação, as sevícias são redobradas, não só para extraírem mais informações, mas sobretudo pela raiva de terem sido enganados por tanto tempo. Durante essas sessões trazem os dois filhos de *Luzia* - com

---

<sup>86</sup>O Gal. Adyr Fiúza de Castro, um dos criadores do Centro de Informações do Exército (CIE) e ex-chefe do CODI, afirma que: “[...] em certas circunstâncias ela [a tortura] é necessária, [...] ela é válida - para adquirir informações. Agora, por sadismo ou por puro divertimento, é até mórbida, não concordo.” (D’Araújo:1994::73)

quatro e cinco anos de idade - para assistirem a sessões de tortura de seus pais (o marido de *Luzia* também fora preso). “Terrorista não pode ter filho; quem tem filho, agora agüente,” são palavras do Amilcar Lobo (médico que dava assistência às operações do DOI-CODI no Rio) citadas por *Hercília* durante sua entrevista, que elucidam certas práticas da repressão. Tanto o fato de desconsiderarem a gravidez como impedimento para a tortura (casos de *Vitória* e de *Corina*), quanto o de utilizarem, além de próprios companheiros, crianças como instrumentos na tortura (novamente *Corina*, com o caso de seu filho recém-nascido e de seus sobrinhos) apontam para a racionalidade e eficácia dos métodos aplicados e para o uso intensificado que o corpo da mulher poderia oferecer a essas técnicas.

A qualidade do sofrimento, portanto, pode estar ligada aos desdobramentos que a tortura pode infligir, atingindo não somente o corpo que domina, tanto nos homens quanto nas mulheres. É o que atestam os suicídios cometidos por militantes ou, muitas vezes, por ex-militantes. Neste caso, os efeitos das experiências na tortura ou na clandestinidade ainda alcançam a vítima tempos depois, mesmo quando supostamente se encontram a salvo das práticas daquele período. Além do suicídio há uma outra ameaça: a loucura. *Vitória* descreve seu medo de se desestruturar psiquicamente como um fantasma constante, fato que é explorado pelos torturadores ao lhe oferecerem uma arma, durante uma sessão, para que se suicidasse. Ela, *Anita* e *Angélica* comentam que conhecem vários casos de militantes que não suportaram os sofrimentos e que enlouqueceram.

Porém, no caso das mulheres, além de todos esses aspectos e de todos que se relacionam à gestação (ou sua interrupção) e à maternidade dentro dessas circunstâncias - dados que podem marcar uma decisiva diferença na vivência da tortura - não se pode deixar de levar também em consideração as representações que cingem as mulheres a determinados papéis, outra especificidade de sua situação nesse contexto. Além de serem submetidas à toda sorte de violência física e moral - que atingia a todos os interrogados, por ser o recurso estratégico dos órgãos de repressão para extorsão de informação - a maioria delas diz ter enfrentado acusações e ameaças - que em alguns casos se concretizavam - pelo fato de serem mulheres e de estarem ali. Transgrediam, como já afirmei, um outro código - o de gênero. Várias descrevem a reação de asco que despertavam em seus inquisidores e o conseqüente abuso verbal - sempre referente à sua condição de mulher - a que eram sistematicamente submetidas durante os interrogatórios. Não eram xingadas somente por serem “terroristas;” eram duplamente desclassificadas por serem “terroristas” e mulheres - infame combinação para os agentes da repressão. Além do mais, os constrangimentos a que são submetidos, tanto homens quanto mulheres, as atingem de forma particular. Elas estão sempre nas mãos de agentes do sexo masculino e sofrem todos os vexames sob o olhar de alguém que lhes é diferente. Acontecia, por exemplo, menstruem inesperadamente durante uma sessão de tortura. Segundo *Joana*, este fato foi para ela uma “humilhação indescritível.”

Restam ainda duas questões que aparecem nos testemunhos que devem ser comentadas. A primeira delas, que diz respeito ao destino daqueles que passaram pelos interrogatórios - sob tortura ou não - já foi brevemente apresentada. Portanto, acrescento aqui apenas mais alguns detalhes. Assim, o comparecimento a um órgão de informação para prestar depoimento poderia significar apenas isso. Após prestar esclarecimentos, o detento podia ser liberado, sem qualquer outro constrangimento, a não ser o susto de estar ali. Foram muitas as pessoas que se encontraram nessa situação e que dizem que, além do desconforto que experimentaram, (extensão do interrogatório, insistência em determinadas questões com

uma certa pressão psicológica), não foram ameaçadas. Outras foram presas e torturadas, sem o mais remoto envolvimento com os acontecimentos políticos daquele momento. *Hercília* relata o caso de uma mulher que foi colocada em sua cela, quando ela ainda estava sozinha. Esta pessoa havia sido muito torturada e estava completamente desorientada. Ela dizia que era uma secretária; talvez fosse uma prostituta, segundo *Hercília*, não tendo, de qualquer modo, nada a ver com o movimento: “Caiu um cara ligado aos Tupamaros que tinha um cartão dela com ele. Ela era totalmente alienada e não conseguia entender o que estava acontecendo. Eles botaram ela comigo, pedindo para eu ajudar porque ela estava ‘muito maluca’ e que iam soltá-la dentro de dois dias. Eu fiquei espantada e perguntei: ‘O que vocês fizeram? Vocês são tão perversos assim?’ Ela acabou passando um dia e meio na minha cela.”

Havia outros enganos, alguns menos grosseiros, como nos casos da *Julieta* e *Joana* que, de fato, tinham tido envolvimento com o projeto de esquerda, mas que não se encontravam mais ligadas a organizações. Tanto *Joana* e seu marido quanto o marido de *Julieta* e ela são soltos sem serem incluídos em processo algum, por falta de provas. Entretanto, o primeiro casal continuou sendo perseguido depois de liberado. Naquele momento, já sabendo exatamente o que enfrentariam se fossem capturados outra vez, o pânico foi muito maior: “A sensação era de estar dentro de uma história de Kafka, tamanho o absurdo de nossa situação [...]” Dr. Modesto da Silveira confirma essa condição, atestando que estava presente ao ato de soltura de duas clientes e que, logo em seguida, acompanhando-as à casa delas, são abordados por agentes da repressão que tentam capturá-las de novo. Isto indica que não havia garantias - por mais escassas que fossem, dadas as características do próprio sistema - contra as arbitrariedades que vinham sendo cometidas, embora houvesse o Código de Justiça Militar para regular os procedimentos de tais inquiridos. Portanto, ser liberado após uma série de interrogatórios - com ou sem tortura - sem estar incluído em processo algum, nem sempre significava a suspensão da perseguição, existindo sempre a possibilidade de uma nova prisão. Qualquer cidadão brasileiro estava potencialmente sujeito a esse tipo de experiência. Muitos, mesmo não tendo sido atingidos diretamente por esses mecanismos repressivos, o foram - em maior ou menor grau - indiretamente através do envolvimento de parentes, de amigos ou de conhecidos.

Além dessa categoria de interrogado, havia a daqueles que eram indiciados e incluídos nos processos da Justiça Militar. Muitos destes foram condenados a penas (em regime de reclusão), cujo tempo variava; *Dalva*, por exemplo, foi condenada à pena máxima - pena esta que cumpria até o momento em que foi anistiada. E, por último, há o caso dos que até hoje estão desaparecidos. Suas famílias, não tendo podido sepultá-los, só em agosto de 1995 têm o reconhecimento, por parte do Estado, da morte de seus parentes pelas forças do regime militar, com o projeto de lei enviado ao Congresso para receberem indenização pelo fato (o projeto do governo foi aprovado sem alterações no dia 14 de setembro do mesmo ano).

A outra questão diz respeito às conseqüências da prática da tortura sobre as famílias dos presos políticos. Em muitos casos, a incredulidade era o recurso inconsciente para suportar o desaparecimento de alguém da família. Era comum os parentes não conseguirem acreditar que seus filhos, irmãos, maridos ou mulheres estivessem sendo torturados. A mãe de *Milena* sabia que sua filha fora presa, mas ao constatar o que ela havia sofrido teve um crise nervosa. O pai de *Hercília* veio de Pernambuco para contratar o advogado Heleno Fragoso, que conseguiu que ele estivesse uns poucos minutos com ela, em

um outro quartel, para onde levaram-na com esse fim. Como ele havia cortado relações com ela antes de ela fugir para o Rio, ele não a via há um ano. O choque, ao se deparar com o estado de sua filha (sistematicamente torturada e usada como cobaia para instrução), foi muito violento. Mais ainda por não ter sabido avaliar ao que ela estava sendo sujeita, o que percebe principalmente quando ouve sua súplica para que ele consiga sua transferência para o DOPS - órgão supostamente violento, mas que para *Hercília*, que já havia estado lá para prestar depoimento, ainda era melhor do que o lugar onde se encontrava. Já o pai de *Anita* é acometido de um problema cardíaco ao ter contato com a sorte de dois de seus filhos (ela e um irmão seu). Mesmo no caso de *Gilda* - tendo sido ela a única das treze entrevistadas que não sofreu tortura física - seu pai cai em depressão ao ver sua filha presa, sendo transferida de quartel para quartel e muitas vezes mantida incomunicável. Os filhos de *Luzia* que assistiram à tortura de seus pais têm que se submeter a tratamento psicológico. Já o filho de *Julieta*, que estava com quatro anos de idade quando assiste à cena de seus pais serem arrancados de casa por agentes da repressão, só muitos anos mais tarde pode superar o impacto da cena ao escrever um poema endereçado ao pai, do qual transcrevo uma parte:

*Ouvi gritos de noite. / Gritos teus meu pai / e não pude crer / o meu super homem / grita e chora / finalmente sei / você sente / é humano / como eu. / Apurei os ouvidos / e ouvi mais gritos / perdidos no tempo / no espaço / na memória / da história / de tudo que nego / chamar de história / de memória.[...]*

(José Ricardo C. N. - Prêmio Herzog de Jornalismo - 1988 - SP)

Contudo, os efeitos da existência da tortura na sociedade brasileira não se restringiam a mobilizar os que estavam diretamente envolvidos - quer como vítimas, quer como parentes ou amigos dessas vítimas. A ameaça que essa estratégia de repressão provoca diz respeito também àqueles que, tendo consciência do que se passava, se vêem compelidos, por razões pessoais (convicção política ou medo), a não colaborar com a luta que está sendo armada e a negar apoio até a amigos ou membros de sua própria família que militam contra o regime. De qualquer modo, muitos indivíduos que se colocam em uma posição fortemente defensiva em relação à militância por medo de se comprometerem, passam, ao mesmo tempo, a ter que conviver com a acusação - quando não com sentimentos conflitantes - de terem sido omissos e/ou covardes. Além desses não-solidários, havia os que, mesmo negando serem a favor da tortura, diziam não haver outro jeito, com o conhecido argumento de que “ guerra é guerra”. Entretanto, há ainda um outro contingente da sociedade brasileira que experimenta esse período de forma diferente. Encontra-se encapsulado dentro do desconhecimento do que efetivamente se passa nos órgãos de repressão do Estado - condição involuntária ou, para muitos, propositalmente buscada pelo desejo de se manter em estado de ignorância.

A luta incansável de tantas outras famílias - durante tantos anos - em busca de algum vestígio sobre o paradeiro de um ou mais de seus membros é o exemplo de outro tipo de vivência à qual são submetidos aqueles que sofrem perdas pelas mãos da repressão. São famílias que, até pouco tempo, não puderam fazer luto pela morte de seus filhos por falta de um corpo para enterrar ou, pelo menos, de documentos que atestassem essas mortes. O sentido dessa impossibilidade é revelado por *Luzia* quando ela descreve um enterro simbólico a que assistiu quando os pais de um guerrilheiro finalmente



conseguiram o atestado de óbito de seu filho, embora não tivessem seu corpo para enterrar. Este significado aponta para duas dimensões da realidade: para o sofrimento subjetivo de cada membro dessas famílias e para o que a negação do reconhecimento social que esse sofrimento exige, dentro de cada cultura, pode representar. No caso em questão, houve velório, palavras de adeus à beira do túmulo e uma saudação que ela era encarregada de fazer nos funerais de companheiros. Inicialmente constrangida pelo irrealismo da situação, a ex-presa política pôde rapidamente compreender o sentido daquela cerimônia; o almoço oferecido em seguida na casa dos pais confirmou a importância daquela homenagem, que representava a reconciliação da família com suas origens através de seus rituais.

Na entrevista com os pais de Sônia Angel, apesar do bravo espírito que os dois demonstraram, pude constatar a dor demasiadamente cruel que foi para eles a espera, a dúvida e, ao mesmo tempo, o medo da certeza. O Prof. João Luiz de Moraes e D. Cléa, pais de Sônia Angel (morta em 1973), conseguem em 1981 enterrar os supostos ossos de sua filha (ele desconfiara que não fossem dela no momento em que os viu sendo exumados no cemitério Dom Bosco, em Perus - SP) no Cemitério Jardim da Saudade no Rio. Assim, após muitas dificuldades, conseguem nova exumação e fica constatado, após vários exames, que a ossada era de um homem. O pai de Sônia diz: “ Nada dissera na ocasião da primeira exumação porque não tinha autoridade para dar opinião. Mas com o tempo aprendi a identificar as pessoas pelas ossadas. Curiosamente, quando Cléa e eu vimos os ossos de Sônia pela primeira vez, logo os identificamos.” Foram precisas mais seis exumações para localizarem e identificarem os ossos de sua filha, que foram finalmente sepultados em agosto de 1991, quase dezoito anos depois de sua morte, no mesmo cemitério onde haviam feito o primeiro enterro. Para muitas outras famílias o tempo de espera é muito maior - continua até hoje.

Estas experiências fazem parte de um período político que perdurou por vinte e um anos. Entretanto, como se vê, a mudança desse regime não pôs um ponto final nas conseqüências das práticas repressivas adotadas pelos governos militares. Seus desdobramentos ainda repercutem na sociedade brasileira, dez anos depois da retomada dos rumos democráticos. Inicialmente com pouco alcance, esta repercussão passa a ganhar intensidade a partir dos anos 90, culminando - no ano de 1995 - com o reconhecimento por parte do Estado de sua responsabilidade pelo desaparecimento de cento e trinta e seis militantes. Este número, na realidade, pode funcionar como símbolo de todos os outros brasileiros cujos desaparecimentos ou mortes não foram denunciados e que, portanto, permanecem sem registro. Ficarão para sempre desconhecidos os participantes anônimos, sobretudo entre operários e camponeses, que foram silenciados pela ditadura desde seu primeiro momento. Atrás da figura pública de um Gregório Bezerra, havia centenas de camponeses - ativistas incógnitos - muitos dos quais não se tem notícia. *Joana e Hercília*, ambas de Pernambuco, falam em seus testemunhos do grande número de mortes de camponeses de que elas, por vias diferentes, tiveram conhecimento. *Luzia e Corina* falam de um líder camponês em Minas Gerais - o “seu Chico” - que sofreu brutalmente na prisão, tendo saído de lá com deformações físicas e de quem não ouviram mais falar. É importante, portanto, ter-se consciência que a resistência ao governo militar não se restringiu à guerrilha urbana, embora esta - por todas as circunstâncias que a envolveram, dado o campo em que estava inserida a maior parte de seus participantes - tenha representado a ameaça mais importante ao regime.

Há uma questão sobre esses episódios que permanece. Qual é seu *status* dentro da elaboração que a cultura faz desses elementos, ao contrário do que vem fazendo, por exemplo, com o envolvimento de militantes das camadas médias ou das elites? Sendo assim, o que significa não se construir a memória desses segmentos populares que militaram e que sobreviveram à repressão, como também daqueles que, oriundos desse mesmo meio, perderam parentes na luta, mas que não têm representatividade política para reivindicar reparos por parte do Estado pelas perdas materiais e morais que sofreram? Pode-se concluir que essa “invisibilidade” - a ausência desses agentes nos relatos históricos e sua inabilitação à cidadania - resulta, em larga medida, da impossibilidade desse contingente de elaborar sua própria memória e de assim construir sua identidade enquanto grupo social. A falta destes elementos - resultado da conjunção de fatores históricos que submetem essas camadas da população a essa posição - impede-lhes de fazer face à sistemática exclusão de sua ação política pela história oficial. Com esta exclusão, vastos setores da sociedade brasileira são, na realidade, populações marginalizadas não somente em relação ao registro histórico. Tornam-se, sobretudo, excluídos do processo político e sócio-econômico do país - já que não contam com a memória de seu grupo para fixar sua identidade coletiva e com ela a existência social e política de seus membros.

◇ **a prisão**

de

*Ironia daquela vida: desejar um presídio como se deseja uma colônia  
férias!*

*Hercília*

A saída da tortura para a prisão não podia deixar de ser, para muitas, uma mudança desejada. A experiência de uma sobrevivência precária e constantemente ameaçada nos órgãos de repressão - constituída por momentos de grande sofrimento físico, moral e psíquico que traduziam a suspensão de todos os códigos morais e éticos implantada dentro daqueles espaços - representava para todos os presos políticos a vivência de uma situação-limite em seu grau máximo. Já o encarceramento - confinamento oficial em instituições que, apesar de funcionarem com base em regras e regulamentos de privação e de controle muito rígidos - oferecia, naquelas circunstâncias, segurança contra os enormes riscos em que estavam envolvidas as guerrilheiras - tanto como alvos da perseguição como da tortura. Nos depoimentos de Joana e do advogado Modesto da Silveira pôde-se constatar que a liberação de um preso ou de uma presa dos recintos dos órgãos de informação não lhes assegurava um salvo conduto. Poderiam mais uma vez cair nas malhas da repressão e passar pelas temidas práticas dos interrogatórios. Desse modo, naqueles primeiros anos da década de 70, a alternativa da prisão podia representar para muitos a diferença entre a sobrevivência garantida por sua reinserção no sistema - por mais arbitrário que fosse este e por mais desvantajosa que fosse sua situação dentro dele - e a morte, que lhes era sempre anunciada nos aparelhos de tortura. Enfim, a condição de estar oficialmente presa significava, para cada uma das militantes que fizeram a transição de um tipo de confinamento para o outro, a possibilidade de recuperar visibilidade perante a sociedade, tendo restituídas - mesmo que estigmatizadas - suas

identidades e tendo sido novamente conferida a cada uma sua existência legal. Este fato lhes oferecia ao menos a possibilidade de defesa.

Na ditadura militar, a deformação do funcionamento das instituições políticas e a substituição da legalidade pelo arbítrio freqüentemente engendraram situações paradoxais dentro da realidade social brasileira, criando um contexto atravessado por relações e motivações contraditórias. Dessa forma, era possível a coexistência de experiências tão disjuntivas como as da luta armada e a do “milagre brasileiro” - contradição esta que se dava, em larga medida, sem o conhecimento de grande parte da sociedade. Além do mais, mesmo quando se sabia da existência efetiva de posições políticas antagônicas ao regime, havia um desconhecimento bastante generalizado da extensão e do verdadeiro teor do conflito entre os dois campos político-ideológicos.

É assim que, ao voltar o olhar para o momento da prisão daquelas militantes que foram acusadas, em processos criminais nas Auditorias Militares, de praticarem atos terroristas contra o Estado, se vê como a reação de muitas delas também parece paradoxal. Em mais de um testemunho, a prisão surge - pelo menos em um primeiro momento - como um bem-vindo *intermezzo* em suas vidas. A situação-limite que viveram na militância - sintetizada pelo tripé *perseguição política, clandestinidade e tortura* - fez com que muitas delas inicialmente acolhessem a idéia da reclusão sem revolta nem temor. Para muitas, entretanto, este acolhimento se transformará à medida em que a vida carcerária se revela em todos seus aspectos.

Para *Gilda*, por exemplo, sua prisão - no exato momento em que esta ocorreu - representou uma forma de alívio. Ela confessa que estava se sentindo pressionada pela organização a desempenhar funções para as quais não se sentia apta e começava a questionar sua participação; assim diz que “[...] a prisão me ajudou a decidir, quando comecei a colocar em questão a opção pela clandestinidade; não tive nem tempo de realmente me confrontar com o problema porque fui logo presa [no dia seguinte da assinatura do AI-5, em 14/12/68]. Dentro do azar de ser presa, foi o menos terrível; quando se está engajada com um determinado grupo, ter que dizer que não dá mais é como o rompimento de um casamento.” Tendo ficado presa durante um ano e meio em quartéis, esteve sempre sozinha (salvo por uma semana, quando teve a companhia de uma outra presa política) e nunca sofreu tortura física. Será interessante, portanto, comparar sua experiência de isolamento com o convívio forçado que as outras presas experimentam: “O isolamento foi para mim tranqüilíssimo, fora a semana que passei na PE, levada para assistir a sessões de tortura; eu não me lembro de nada das cenas [...] você se protege para não entrar em pânico antecipado [...] Mas, por incrível que pareça, minha experiência de isolamento foi muito boa; eu li desesperadamente e li coisas muito boas.” Além de manter-se ocupada pela disciplina que se impôs em sua rotina de pequenos afazeres diários e pela leitura, ela diz que aprendeu a fazer ioga: “Eu transformei aquelas quatro paredes num mundo; foi assim que eu me defendi [...].” Sua única companheira - e que presenciou suas atividades por apenas poucos dias - disse-lhe que ela parecia ter uma verdadeira casa em movimento dentro daquele pequeno espaço.

A estadia no pavilhão para presos, dentro das dependências do Hospital Central do Exército (HCE), foi “a entrada no paraíso” para *Vitória*. Tendo sido operada pouco antes de ser presa e estando grávida de três meses naquela ocasião, ela aborta durante uma sessão de tortura e tem os pontos da operação anal rompidos. Além disso, passa a apresentar complicações pulmonares e a ter sua condição

de epilética agravada. A transferência se dá para uma cela - dentro do setor para presos - especialmente montada naquele momento para receber mulheres, já que jamais uma unidade hospitalar militar havia recebido essa categoria de pacientes: a de mulheres presas. Apesar da vigilância permanente a que ela e três outras companheiras estavam submetidas, com a presença de um soldado dentro da cela vinte e quatro horas por dia, acompanhando-as até mesmo ao banheiro, a ausência da violência física e da tortura psicológica era suficiente para que se sentisse reconfortada. Mais segura ainda se sentiu quando, por duas vezes, é protegida pelo médico que a atendia. Isto se deu nas ocasiões em que o DOI-CODI enviara patrulhas para levá-la para prestar esclarecimentos a respeito de companheiros que haviam sido presos. Sem a coragem e a firmeza de atitude desse médico, *Vitória* teria sido novamente torturada - mesmo no estado precário de saúde em que se encontrava.

*Milena* afirma, entretanto, que os três meses que passa no HCE - não muito tempo depois da internação da *Vitória* - representaram para ela os piores momentos de sua experiência em confinamento. Já se encontrava presa no Instituto Penal Talavera Bruce, quando seu pai conseguiu sua remoção para o hospital, pois os hematomas resultantes das surras que levava no DOI-CODI transformaram-se em nódulos que não se dissolviam. Uma vez lá, ficou isolada e sem poder receber visitas: “Essa coisa do coletivo é muito forte! Ficar isolada é a pior situação possível. Foi o pior período [...] Eu cheguei a pensar em fugir com um outro preso da cela ao lado, eu entrei naquele barato do isolamento e poderia ter morrido.” Logo, as impressões de *Vitória* e de *Milena* sobre suas internações no HCE são discordantes, pelas condições que cada uma vivencia. Entretanto, o teor da divergência entre *Gilda* e *Milena* é de outra ordem. Não se remete a uma reação a circunstâncias objetivas diferenciadas, mas à reação subjetiva de cada uma sobre a experiência do isolamento, vivido por uma com muita tranquilidade e pela outra com grande angústia.

Estes relatos apontam, portanto, não somente para a discrepância nos procedimentos dentro de uma mesma unidade - o que, por sua vez, é indicativo da inconstância nas regras disciplinares desses órgãos, regulados apenas pela conveniência tática de cada momento<sup>87</sup> e, conseqüentemente, da variabilidade das condições que as militantes enfrentavam dentro daquela realidade - como também para a discrepância nas atitudes e nas reações entre as entrevistadas - o que, neste caso, é indicativo da impossibilidade de também se formar um quadro homogêneo das experiências na militância ao levar-se em conta sua dimensão subjetiva.

Já *Hercília* - que durante o período que permanecera no DOI-CODI desejava ser transferida para as instalações do DOPS - comenta a contradição de tal desejo: “Que estado nós estávamos! Uma presa política querer ir para o DOPS!,” visto que este era também um órgão de informação, embora tivesse um esquema de prisão mais brando. Em seguida, diz que acabou sendo levada para lá, onde passou dois meses e onde pôde recobrar suas forças. *Milena*, que foi transferida para esta mesma unidade (Presídio Feminino São Judas Tadeu - do DOPS - e que também recebia presas comuns) antes de *Hercília*, ficando igualmente cerca de dois meses, descreve a precariedade das instalações, as visitas

---

<sup>87</sup>As condições de confinamento e o tratamento dispensado às presas políticas dependia da instituição ou unidade onde se encontravam, do momento de sua prisão (o período entre 1970 e 1973 sendo considerado o mais duro), como também de quem estava no comando do órgão. Assim, não há homogeneidade no quadro das práticas repressivas e punitivas do regime.

noturnas de ratos barulhentos às celas e a baixa qualidade da comida, que muitas vezes chegava estragada. Entretanto, em comparação aos órgãos de repressão, que *Milena* qualificou anteriormente de “os mais baixos degraus do inferno,” a prisão - essa última etapa da experiência das militantes antes de retornarem a suas vidas legais - representou uma suspensão da vivência do terror, embora tenha também representado um período de sofrimento pelas limitações, privações e imposições a que ficam submetidas durante o período de encarceramento, quer em presídios ou em quartéis.

Durante esse período, as presas políticas tiveram dois estatutos distintos. Ao serem indiciadas em processos na Justiça Militar após a fase de interrogatório nos órgãos de informação (que era inicialmente clandestina - pois, segundo Modesto da Silveira, encontravam-se seqüestradas - e cuja duração variava, chegando, no caso de *Catarina*, a mais de noventa dias de desaparecimento), eram mantidas presas, saindo escoltadas apenas para deporem nas auditorias dos Tribunais Militares. Depois, quando julgadas culpadas de crimes contra a Lei de Segurança Nacional e de receberem suas sentenças (cujos prazos variavam, chegando, no caso de *Dalva*, à prisão perpétua), permaneciam confinadas. Porém, a partir daquele momento, eram criminosas cumprindo pena. Entretanto, sua vida na prisão não era afetada por essa mudança de estatuto. Continuavam sendo presas políticas - comumente chamadas de “terroristas” - ou seja, continuavam sendo diferentes das presas comuns.

Dessa forma, havia ex-militantes que foram mantidas presas durante meses ou até mais de um ano, sem que fossem levantadas provas, durante a fase de julgamento, que as incriminassem em qualquer ação contra o regime militar. *Hercília* - por exemplo - que, além dos cinco meses de permanência entre o DOI-CODI e o DOPS, passa nove meses em Bangu (nome preferido pela maioria das depoentes que ali estiveram presas para se referir ao presídio para mulheres, o Instituto Penal Talavera Bruce, pertencente àquele complexo penitenciário) e mais uns poucos meses presa em Recife - para onde seu advogado, o Dr. Heleno Fragoso, conseguira transferi-la - é absolvida em todos os processos em que estava envolvida. Somente depois de dois anos é que ela está completamente livre. Este é um aspecto importante para que se entenda o lento processo pelo qual passavam os indiciados. A inclusão dos militantes em vários processos (o que era muito comum) significava para eles um extenso e penoso percurso pelos meandros da Justiça Militar - período que era vivido pelos indiciados na prisão ou - quando escapavam de serem presos - ainda na clandestinidade. A própria *Hercília*, mesmo quando já respondia aos processos em liberdade - depois da árdua batalha travada por seu advogado em diversas instâncias - não compareceu a nenhum dos julgamentos. Tinha um passaporte falso pronto para que pudesse sair do país imediatamente, caso fosse condenada em qualquer dos processos. Assim, muitas disseram que se encontravam em permanente “estado de suspensão” e que viam aquele período de suas vidas como um hiato em suas existências.

Quanto à situação de confinamento propriamente dita, há alguns aspectos relevantes que devem ser analisados. Contudo, é necessário esclarecer inicialmente que os limites de uma dissertação e a própria forma que elegi para estudar o tema da militância política durante a ditadura de 64, não permitem que este assunto seja aqui tratado em todos os seus desdobramentos. A partir de uma abordagem múltipla - ao invés de um único foco de observação da vivência dessas mulheres na militância - busco a apreensão de vários núcleos significativos em suas experiências dentro de dado momento histórico.

Assim não me foi possível tratar a questão da vida carcerária - campo privilegiado para uma análise antropológica - em toda sua riqueza de elementos e de aspectos.

Em primeiro lugar, restringi a reconstrução da experiência carcerária principalmente a uma instituição, já que foi a respeito desta que obtive a maior parte dos dados e impressões entre as entrevistadas.<sup>88</sup> Trata-se do presídio de mulheres, o Instituto Penal Talavera Bruce, do complexo penitenciário de Bangu no Rio de Janeiro. Além deste, incluí mais um relato sobre a vida em prisão dentro de um quartel do Exército (não se tratando de nenhum dos quartéis por onde *Gilda* passou), que me foi dado com um razoável conjunto de detalhes. Além do quadro das condições materiais da vida dessas mulheres nessas dependências, configurado através das descrições que elas fazem de suas experiências, considero importante a observação da qualidade das relações que se estabelecem nessas circunstâncias - tanto das mantidas dentro da prisão, quanto das preservadas com o mundo externo, através dos canais que lhes eram franqueados. Finalmente, espero destacar a contribuição das representações que elas trazem em seus testemunhos a respeito desse mundo e de seu impacto sobre suas vidas.

Logo, é importante saber que foi somente em 1976 que as presas políticas em Bangu receberam um tratamento diferenciado, sem o rigor carcerário que disciplinava todo o contingente de internas. Este regulamento especial foi publicado no Boletim Informativo do DESIPE de 26/05/76 (Lemgruber, J.:1979), isto é, seis anos após a entrada das primeiras militantes que já ficaram mantidas presas depois da etapa de interrogatórios e tortura nos órgãos militares. Entre as regalias estavam a não obrigatoriedade do uso de uniforme, a possibilidade de receber visita íntima de seus maridos, a flexibilidade nos horários, a permissão para terem uma cozinha própria em seu pavilhão, onde elas poderiam cozinhar, e a utilização de um maior número de celas para recreação ou estudo. Esses privilégios, entretanto, não foram meras concessões. Representaram conquistas - resultado de muita luta e de grande poder de negociação.

Entre as oito cartas que *Anita* me cedeu para a pesquisa - escritas em Bangu entre os anos de 1976/78 e que acabou não enviando - está a de 8/07/77, na qual ela comenta este assunto:

*[...] Nós, presas políticas, ainda podemos exigir alguns direitos porque não somos tão indefesas como as presas comuns. E isso é muito nosso, não dos carcereiros. Para eles somos presas de delito comum porque dizem que matamos, roubamos, assaltamos. Fomos nós, nessa luta de seis, sete anos que conseguimos impor nossa condição de preso político. Não adianta mais nos chamar de terroristas. Isso não cola mais [...] não poderão mais continuar camuflando nossa existência, apelando para esses ridículos pretextos de 'presas de delito comum.' Certos ou errados nós fazemos parte da história deste país*

As presas políticas ficaram alojadas em um pavilhão - o Pavilhão II - que inicialmente incluía, em uma de suas alas, prisioneiras comuns consideradas de alta periculosidade. Quando uma dessas presas é encontrada morta em sua cela, as ex-militantes exigem a exclusividade da ocupação daquelas dependências, no que são atendidas. Foi nesse momento que o local passou a ser chamado de "Pavilhão

---

<sup>88</sup>Entre as entrevistadas, sete estiveram presas no presídio Talavera Bruce, do complexo penitenciário de Bangu e três em quartéis, por espaços de tempo muito diferenciados (desde dez dias até mais de nove anos).

das subversivas”. É dentro desse espaço que, durante um período de quase dez anos, uma população de ex-guerrilheiras - oriundas de diversas organizações e cujo número variava de um momento para outro - passa a conviver.

Para conseguir a colaboração das presas comuns durante sua pesquisa sobre o Instituto Penal Talavera Bruce e sobre a vida dessas mulheres nesse espaço para sua dissertação de mestrado (*Cemitério dos Vivos*), Julita Lemgruber recorre às presas políticas - que mantinham um bom relacionamento com um grande número das presas comuns - para que a apresentem a elas e falem em seu favor. Somente deste modo a pesquisadora ganhou a confiança das detentas, que passaram a acreditar que ela, de fato, não estava ligada ao DESIPE (Departamento do Sistema Penitenciário). A autora explica esse comportamento das presas comuns pelo reconhecimento que elas tinham do *status* superior das presas políticas dentro e fora do presídio, pelo fato de pertencerem a um estrato social diverso (ibid.:136). Esta relação entre os dois grupos de presas era mantida pelo contato mais ou menos freqüente entre elas; as regras desta aproximação eram estabelecidas de acordo com as diretrizes de cada gestão da administração do presídio. Além disso, o comportamento das presas facilitava ou impedia o convívio. Nas ocasiões, por exemplo, em que as presas políticas fizeram greve de fome, o contato entre as duas categorias de internas foi proibido por um determinado tempo.

Antes de apresentar o conteúdo dos testemunhos das ex-militantes entrevistadas que estiveram presas neste local, acho interessante fazer algumas considerações sobre os efeitos da prisão sobre os detentos para, em seguida, destacar a condição particular das presas políticas enquanto grupo. A qualidade de suas reações e a de suas motivações em situação de confinamento - cujos elementos que se remetem ao posicionamento ideológico que assumem enquanto membros de um movimento político e à sua inserção social através de suas histórias de vida - compõem um quadro de comportamentos que se contrasta, em diversos aspectos, com o das outras presas. Assim, constata-se que os dois grupos, pertencendo a segmentos sócio-culturais distintos e com penas que se originam de categorias de crime totalmente diversas, desenvolvem - cada um a seu modo - práticas e soluções próprias para as rotinas carcerárias, modos diversos de relacionamento intra-grupo e expectativas diferenciadas (a partir da própria distinção entre a qualidade dos crimes - o comum e o político). Embora um contingente se apresente enquanto grupo com identidade específica e o outro enquanto um aglomerado de indivíduos sem um perfil sócio-político nítido, em ambos os casos podem-se perceber elementos contraditórios que fragmentam uma imagem coesa que porventura se tente construir a respeito dessas duas categorias. Tanto as presas políticas apresentam diferenças entre si e entre seus grupos de origem, quanto as presas comuns apresentam pontos de semelhança entre si com histórias de vida cujos elementos são, muitas vezes, convergentes. Desse modo, observando-se o primeiro grupo a partir de um foco externo, tem-se um quadro homogêneo de participações e motivações coerentes com um projeto coletivo que lhes confere propósito e identidade. Visto também à distância, o segundo segmento de presas só se configura a partir da situação presente (o confinamento), sem traços anteriores específicos que o caracterizassem como grupo ou que definissem seus membros como participantes de um projeto comum - embora se situem, em sua maioria, dentro de um mesmo segmento social. Com uma aproximação a estes dois universos, internamente os traços individuais e subjetivos ganham realce e os quadros se modificam com a incorporação dessa outra dimensão da realidade.

A idéia de que toda instituição cria uma cultura própria confere a esta um perfil globalizante (Goffman, E.:1971). No caso das instituições carcerárias, essa cultura gera tensão entre o quadro maior do mundo que os presos deixaram - que é seu ambiente sócio-cultural anterior e com o qual ainda mantêm vínculos - e o institucional, que lhes impõe, através de seu código, novos padrões de conduta. Portanto, nessas condições, o que ocorre não é um simples processo de assimilação cultural; ao contrário, o conflito que se produz com a inserção forçada de indivíduos neste outro mundo é manipulado pela administração da instituição para gerir este espaço interno. Outros aspectos que Goffman destaca sobre este contexto que especialmente nos interessam contextualizar são: a clivagem entre as duas categorias que convivem dentro desse sistema - a dos internos e a do quadro de funcionários - situando o primeiro grupo em um estatuto social e hierarquicamente inferior em relação ao da administração e sem a possibilidade de mobilidade de social dentro de tais circunstâncias (ibid.:239); o efeito de “colonização” (quase total adaptação) e de “conversão” (introjeção do ponto de vista da administração) (ibid.:250) que a experiência pode provocar; o processo de degradação e de desestruturação da identidade individual pelo gradativo afastamento dos presos dos núcleos que davam sentido e orientação a suas vidas, com a conseqüente estigmatização de seu *status*; e a questão da percepção e da vivência do tempo, que Goffman considera como um período “colocado entre parênteses” (ibid.:255). Como estas características apontadas pelo autor se referem ao universo de presos comuns, pretendo tomá-las como termos de comparação ou de contraste para interpretar as experiências das presas políticas.

Além desses aspectos, é importante também comentar um ponto que Julita Lemgruber apresenta como característica da população de presas comuns (seu universo de pesquisa) e que se mostra diferente em relação à situação das ex-militantes na prisão. Trata-se da ausência de solidariedade entre as primeiras. Apesar da qualidade da interação que desenvolvem, o grupo das presas comuns não representa um agregado constantemente em guerra, mas é, de fato, um espaço onde prevalecem princípios individualistas e egocêntricos, em oposição a interesses coletivos (op. cit.:1979). A interação entre as presas políticas é de outra ordem. Nesta, os princípios e a inspiração do projeto coletivo ao qual haviam aderido serve de catalisador para essas mulheres que, enquanto membros dessa categoria especial de presas, se viam como grupo, aglutinando-se em torno das mesmas idéias e dos mesmos ideais. Embora tenha havido transformações na maneira como elas encaravam esse engajamento - em relação ao que ele havia representado ou ainda representava para elas - em diferentes momentos do período de encarceramento e embora houvesse dissensões entre elas - pode-se dizer que havia solidariedade entre as presas políticas. Se houve conflito entre algumas, as dificuldades pessoais não anularam o sentimento de afinidade que prevalecia entre elas, por serem originárias de um mesmo *mundo* - mundo este que elas trazem para dentro do cárcere, tentando reproduzi-lo nesse outro espaço. Este é, sem dúvida, um ponto de marcante ruptura entre suas vidas - com a relativa autonomia que conseguem salvar dentro da prisão - e as das presas comuns - cujas vidas são absorvidas e re-significadas pelo sistema penitenciário. Assim, o processo de “colonização” a que se refere Goffman não atinge os dois grupos de presas da mesma forma, já que as ex-militantes desenvolvem estratégias de preservação de suas integridades psíquicas e físicas, revelando-se também agentes de transformação dentro da prisão. Suas conquistas



permanecem, beneficiando as presas comuns até hoje - como é o caso das visitas íntimas (dos maridos) que estas presas posteriormente passam a ter direito de receber.

Desse modo, as presas políticas mantiveram-se menos sujeitas à manipulação pela instituição dos efeitos conflitivos da vida em confinamento sobre suas condições psíquicas e físicas. O que não podem evitar é a extrema dificuldade que representa o convívio forçado. Se, nas condições da experiência da tortura, o fato de estar em um “coletivo” - cela às vezes lotada de pessoas física e emocionalmente combalidas - significava a diferença entre a possibilidade de resistir (graças ao apoio mútuo) e a ameaça de enlouquecer (devido o isolamento), na situação de confinamento prolongado e sistematizado por regras e normas, a proximidade constante, inevitável e muitas vezes indesejada do *outro* pode ser uma das mais penosas experiências carcerárias (pode-se entender quando *Gilda* fala da “tranqüilidade” de ter estado confinada sozinha, situação que poderia parecer - em um primeiro momento - extremamente dolorosa). Esta condição é intensificada para as presas políticas pela mesma razão que facilitou sua resistência ao regime imposto pela prisão: sua coesão enquanto grupo. Se este fator serviu de proteção para elas contra a instituição, por vezes gerou internamente uma qualidade complexa de conflito e de desentendimento. A situação de encarceramento, ao reproduzir sinteticamente a vida social e individual, intensifica suas características e realça o produto das interações que ocorrem nesse espaço intransponível. Dessa forma, as contradições e os antagonismos entre companheiras de uma mesma causa podem gerar sentimentos difíceis de serem conciliados e vivenciados.

*Vitória*, que ficou presa em um quartel dividindo o mesmo espaço de confinamento com mais duas companheiras, diz que “ [...] cadeia é barra pesada. Você é obrigada a conviver com outros presos, com quem você não tem afinidade nenhuma. Não há uma relação anterior - aliás é só política e assim mesmo entre pessoas de outras organizações. O preso comum sai na briga, o preso político não; acaba trancando tudo.”

Assim, o fato de terem trazido a prática política para dentro das condições do mundo da prisão, como será visto adiante, pode ter exacerbado a percepção das diferenças entre as organizações clandestinas, como também a das diferenças individuais, sobretudo entre os membros de um mesmo grupo. O que acontece, portanto, é o confronto de todas essas diferenças ao serem subitamente colocadas cara a cara.

Além da clivagem apontada e qualificada por Goffman entre as categorias hierárquicas dos internos e a dos funcionários, constata-se também que a composição social dentro das instituições tem um padrão definido. No Talavera Bruce, como no resto do sistema penitenciário, quase a totalidade das presas comuns provinha (e ainda provém) de camadas pobres. A presença das presas políticas redefine esse quadro institucional não só em relação à estratificação social. A mudança que elas introduzem com a diferenciação de *status* remete-se também aos campos intelectuais de origem de cada conjunto (das presas e dos funcionários da administração) e à sua inserção e atuação política. Apesar de sua ascendência sobre a outra categoria de presas e sobre o corpo administrativo, essa superioridade não se dá em todos os níveis das experiências dessas mulheres, já que seu *status* na hierarquia institucional continua igual ao das presas comuns e, portanto, inferior ao dos funcionários. Essa situação revela que há fendas na estrutura institucional que permitem ambigüidades e contradições - fato que relativiza seu

aspecto totalizante. Assim, a presença das presas políticas e a introdução de outras ordens dentro da hierarquia existente imprimem um caráter diverso às condições anteriores.

Esse *status* é reconhecido, como já foi dito, pelas presas comuns que - segundo Julita Lemgruber - sabem distinguir entre a qualidade dos crimes praticados pelas presas políticas e os que elas próprias cometeram. Têm nas presas militantes um exemplo que gostariam de seguir, embora reconheçam sua impossibilidade para tal:

*Presa comum não faz isso porque não tem peito [referindo-se à greve de fome das presas políticas]. Não tem nem disposição. A gente devia. A gente devia fazer uma greve p'ra melhorar muita coisa aqui na cadeia, mas não iam respeitar como respeitam a greve delas. Iam logo mandar o batalhão distribuindo porrada...Elas podem fazer isso porque têm costa quente. Presa comum é pagão - não tem padrinho. [...] Elas tão certas - deviam ter privilégio só para elas[...].*

Presa comum (ibid.:idem)

Por outro lado, as presas políticas reconhecem o *status* a que ficam submetidas as mulheres que são presas comuns:

*Não existe mulher tão oprimida como a marginal. Não há ser humano tão ferido em sua dignidade, tão carente de amor próprio quanto a mulher marginal... Para o homem, ser malandro pode ser uma arte... Para a mulher, ser marginal nunca será uma arte, será sempre uma desonra...*

Anita, Dalva e Rosaline [uma outra presa política não entrevistada] (ibid.:125)

Há reações distintas à estigmatização que sofrem as duas categorias de presas. Não é raro encontrar-se entre as presas comuns a introjeção dessa imagem e a aceitação da identidade de transgressora da lei, reconhecendo a pena que lhes é imposta como castigo merecido e oportunidade de resgatar sua dívida para com a sociedade. A vivência da vergonha pode ser constatada pela própria reação de algumas presas comuns que não querem a visita de seus filhos para que as vejam nessa situação ou pela de familiares que, muitas vezes, as deixam desamparadas. É o que relata uma presa comum (ibid.:210):

*Não adianta, quando a pessoa já foi presa fica como uma mancha e a polícia persegue. Mesmo depois de pagar a dívida com a sociedade, de cumprir a pena, ainda fica a mancha [...] A sociedade ainda não aprendeu a perdoar.*

As ex-militantes, entretanto, reagem às acusações que lhes são lançadas e, de modo geral, não internalizam a identidade estigmatizada que o regime militar lhes constrói e que grande parte da sociedade aceita como verdadeira. Ao contrário, algumas acreditam que a sociedade lhes é devedora. Além do mais, têm o apoio e a admiração daqueles que são as figuras mais importantes em suas vidas: seus familiares, seus amigos e seus defensores - advogados respeitados e, muitas vezes, famosos. O elemento que lhes ameniza a vivência dessa situação de marginalidade está ligado ao teor de sua transgressão. A condição política de sua ação as coloca em situação especial, o que confere a seu delito um estatuto à parte, tornando sua situação de ilegalidade relativa. Suas práticas estão submetidas a

regras de um campo que é ordenado pelo constante embate entre forças antagônicas em disputa pelo poder. Portanto, nessa dinâmica da esfera política, há a possibilidade de que os crimes - que não são crimes comuns e sim políticos - condenados em um dado momento histórico, venham a ser reconsiderados, sendo perdoados ou anistiados em outro. Com isso, a qualidade de suas identidades pode ser redefinida. Neste caso, o estigma é retirado e as identidades das ex-presas políticas são então reconstruídas dentro de um novo *status*, como passa a ocorrer no Brasil, a partir do final dos anos 80. Assim, em contraste com a irreversibilidade do *status* de desviante das mulheres que são ou foram presas comuns, verificam-se o cancelamento do estigma e a promoção de *status* das ex-militantes.

Mesmo assim, as lembranças de muitas das entrevistadas evocam o ressentimento que lhes foi despertado, naquela época, pelo fato de serem tachadas de marginais e de terroristas. Hoje tal sentimento encontra-se diluído ou está ausente nas emoções que experimentam, pelas transformações que se processaram em suas vidas ao longo dos anos. Porém, a recordação do que vivenciaram no passado persiste. É o que diz *Luzia*: “Na nossa sociedade machista, nós já somos defeituosas porque somos mulher. Mas éramos mais defeituosas ainda porque éramos subversivas, porque éramos de esquerda [...]”

Reproduzindo o resumo que *Milena* faz da experiência carcerária, trago a essa altura, comentários das ex-presas políticas sobre esse desdobramento de seu engajamento político: “Depois da tortura aprendi que se pode agüentar tudo; depois, na prisão, confirmei isso e aprendi também a ter paciência.” De fato, para suportar as novas condições de vida, as presas tiveram que desenvolver estratégias de sobrevivência que lhes assegurassem um nível razoável de integridade física e emocional.

*Hercília* diz que passou por um treinamento que lhe foi fundamental para subsistir às condições do Talavera Bruce, cujo esquema disciplinar ela considerava “barra pesada.”<sup>89</sup> Antes de ser transferida para lá, ela havia ficado dois meses no presídio do DOPS (o São Judas Tadeu), tendo como companheira outra presa política, mulher bem mais velha e experiente. Nessa condição, ela assume o comando daquele conjunto de presas. Assim, impôs à *Hercília* e às outras presas políticas que foram chegando um regime disciplinar extremamente rígido, que incluía desde exercícios físicos (inclusive caminhar pela cela de costas eretas e com as mãos para trás) a períodos diários de estudos, passando também por pesadas tarefas de limpeza - atividades estas que eram controladas através de horários específicos. *Hercília* vale-se desse aprendizado para estabelecer uma rotina de obrigações e lazer durante o período que está no Talavera Bruce - recurso imprescindível para não ser tragada pelo vácuo da vida carcerária.

É desse modo que a vida se organiza no Pavilhão II. Através das recordações das ex-presas políticas toma-se contato com uma vida preenchida por tarefas, exercícios físicos, grupos de estudos ou - quando isso não era possível - muita leitura isolada. Portanto, mesmo nas ocasiões em que as presas políticas eram mantidas em isolamento dentro de suas celas (como ocorreu, por exemplo, durante um período com *Hercília*, *Dalva* e outra ex-militante), elas se comunicavam aos gritos para começarem os exercícios ou outras atividades ao mesmo tempo, criando e mantendo o espírito de grupo.

Este esforço traduz a necessidade de se romper a sensação de encapsulamento que a solidão pode provocar em uma situação de confinamento. O isolamento total em tais circunstâncias pode ser

aterrador. Numa de suas oito cartas (na de 11/06/78) Anita fala da sensação que está experimentando ao ficar sem as duas companheiras, quando estas foram hospitalizadas:

*E eu aqui, feito alma penada, num pavilhão de 20 celas. [...] No primeiro dia e no segundo (anteontem e ontem) cheguei a me assustar porque senti que não estava em condições emocionais de ficar sozinha agora. Depois, criei-as. Vou ao auditório de manhã, e, sozinha, no auditório [...] estudo piano num palco vazio de uma platéia com 200 cadeiras vazias (consegui uma ordem especial para ter acesso ao piano).[...] antes de descobrir o quanto eu necessitava do contato humano, fui obrigada a restringi-lo [...].[na clandestinidade] a única coisa que eu temia era o isolamento mas eu “banquei”. Aos tropeços, mas “banquei”. [...] Hoje eu sei que o isolamento eu não “banco” mais. Sobreviver, eu sobrevivo. Mas o isolamento [...] por anos seguidos, ah, não, isso eu não “banco” mais. Me tolhe, me oprime a tal ponto que minhas energias se dispersam, se perdem. [...] É uma violentação tal que acaba sendo ineficaz.*

Nessas cartas, a descrição de sensação de cansaço é constante. Não se trata, porém, de prostração por inércia. O que é descrito é a exaustão física e mental provocada pelo excesso de obrigações que as presas políticas se impunham, como pouco acima foi mencionado. A busca quase frenética de uma ocupação dentro daquele coletivo era certamente a busca de algo que funcionasse como uma barragem contra o efeito opressor daquela experiência. Nestes trechos de uma carta escrita em 2/09/78, Anita expressa a atmosfera desse quadro, que só era quebrada nos dias de visita ou nos das saídas para deporem nas Auditorias:

*[Uma] rotina de vazios, de dias carregados nas costas, quebrados abruptamente por dias que nos levam de roldão. Não há meio termo na cadeia. [...] [é] o absurdo de seres humanos confinados anos a fio no mesmo espaço, no mesmo cotidiano, os mesmos objetos, as mesmas pessoas convivendo na mesma grande jaula absurda. [...] Eu estava cansada. Só peguei teu livro, que me foi emprestado hoje, porque sabia que não iria me cansar. [...] Se tivesse lido teu livro há meses atrás, ele teria me deixado exausta nas primeiras páginas [...].*

Dentro dessa rotina estabelecida e desempenhada pelo grupo, o convívio se sustentava a partir de uma identificação entre as participantes. A empatia existente entre as presas políticas, mesmo levando-se em consideração as diferenças individuais e os conflitos daí decorrentes, aparentemente se reportava à questão ideológica - denominador comum entre elas. Entretanto, esta homogeneidade é quebrada pela presença de uma presa que, apesar de pertencer ao mesmo movimento e, portanto, de estar também presa por atos cometidos contra o regime militar, não se identifica com o conjunto de ex-militantes. Existe igualmente estranhamento por parte das outras presas em relação a ela, embora em grau menor. Milena qualifica a diferença: “A ... [diz o nome de Dalva] era um corpo estranho entre nós.” Assim, para além do denominador comum sugerido, interpõem-se outros elementos que marcam a diferença entre ela e o grupo.

Dalva - membro da ALN presa em 1970, aos 19 anos de idade - disse no início da primeira entrevista que sua referência política na militância tinha sempre sido o Marighella: “Minha referência não era o Wladimir Palmeira. Eu não tinha nada a ver com essa gente.” Ao falar da vida de sua família e de sua educação, frisava constantemente o quanto suas experiências eram pautadas por valores morais

---

<sup>89</sup>Esta opinião foi compartilhada por todas, apenas com a ressalva de algumas de que havia períodos mais

extremamente tradicionais e rígidos, acrescentando que seu pai, comunista de longa data, estava ligado à tradição da esquerda brasileira. Esclareceu também que nunca participou de movimentos estudantis, que nunca havia lido Marcuse e nem Reich e que seu aprendizado político se dava na prática diária, convivendo com a perseguição política da ditadura militar desde o dia seguinte do golpe, e na convivência com os amigos de seus pais, ex-presos políticos da ditadura de Vargas. Sua casa sempre serviu de abrigo aos que fugiam da repressão e desde muito cedo aprendera as táticas para “cobrir pontos”, atendendo às necessidades de militantes que não podiam comparecer devido a imprevistos. Toda sua família esteve envolvida nos acontecimentos contra a ditadura militar, sofrendo também as conseqüências desse enfrentamento, pela experiência que passam na tortura, na prisão e no exílio.

Assim, *Dalva* descreve seu contato com as outras presas políticas como tendo sido uma experiência extremamente difícil pelo estranhamento que sentiu em relação aquelas mulheres. Embora fossem suas companheiras no cárcere, vinham de um mundo absolutamente diferente do seu:

*“Nós somos pessoas - tanto eu quanto o ... [cita o nome do marido] - simples, alguém diria até simplórios, embora eu ache que não é exatamente o termo; nós somos pessoas muito simples no cotidiano - assim, sem muita elaboração psicanalítica ou filosófica sobre o cotidiano. [...] O comportamento da classe média era diferente do nosso [...] por exemplo, as meninas com quem eu convivi na prisão, elas tinham experiência sexual diferente da minha, a relação com os pais não era a mesma que a minha. [...] Quando entrei na prisão em Bangu eu fiquei perplexa [...], existiam os pares lá dentro e eu não era par de ninguém, eu era uma pessoa ‘pitoresca’; para me defender daquele ambiente hostil - eu vivia dando foras culturais por desconhecer os códigos - tive que começar a perceber como o coletivo funcionava e o que as palavras queriam dizer [...], passei quase um ano pouco falando porque sabia que era considerada um ser extraterrestre. Depois eu fui aculturada pelo código dos iniciados, mas não perdi o senso crítico. [...] Elas também eram ETs para mim.[...] Para você ter uma idéia, eu não conseguia entender porque elas ficavam tão excitadas quando alguém recebia o caderno B do Jornal do Brasil. Para elas era um contato muito importante com coisas que para mim não diziam nada, que eu simplesmente desconhecia ...*

Esta situação torna-se reveladora para uma observação sobre as contradições que são possíveis mesmo nas relações que se constituem dentro de um projeto coletivo. As condições que a vida em confinamento impõe exacerbam esses traços (como exacerbam todos os traços individuais e de grupo) e os põem em relevo. Além do mais, a organização do convívio dessas presas tem um caráter especial. O coletivo<sup>90</sup> que é instituído entre as presas políticas é regido por normas políticas e disciplinares inicialmente muito rígidas que, se por um lado, estruturaram e sustentaram o conjunto das presas, por outro, criou áreas de atrito. Assim, mesmo com a presença de tais normas, o quadro descrito por *Dalva* indica a ascendência dos elementos sócio-culturais e individuais sobre os político-ideológicos na organização das relações daquele grupo. Apesar das circunstâncias especiais - indivíduos que se

---

duros e outros menos severos, de acordo com a época e/ou com a administração.

<sup>90</sup>O fato de as presas políticas estarem enquadradas em uma categoria especial de detentas e, por este motivo, de ocuparem um espaço à parte dentro do presídio - vindo a ter, posteriormente, direitos diferenciados em relação ao restante da população carcerária - as coloca, em relação ao restante daquele universo, como um conjunto fechado. Esta percepção externa de que formam um grupo distinto, é experimentada por elas da mesma forma: elas se vêem como um “coletivo.” Enquanto categoria nativa, este termo designa a reunião das militantes presas, cuja interação e cujas práticas se orientavam pela e para a vida coletiva; esta, portanto, se sobreponha a posições individuais ou individualistas, de tal

encontram nas mesmas condições e pelos mesmos motivos - as diferenças entre suas histórias de vida e, portanto, seu campo de inserção social indicam sua influência na qualidade de interação que se estabelece entre esses diferentes atores sociais.

A esta altura vale a pena retomar um ponto que foi relatado por essa ex-presa política. Trata-se da forma como o coletivo dessas presas era organizado. Além das regras da própria instituição penal, havia regras internas ao próprio grupo, no Pavilhão II do Talavera Bruce. À chegada de cada nova presa (o que ainda ocorria, embora em número muito reduzido, em 1977), correspondia um mesmo procedimento: a recém-ingressa passava por uma espécie de interrogatório e perante as outras fazia uma auto-crítica de seu “nível ideológico,” isto é, de sua atuação política até aquele momento. Este ritual de passagem a iniciava na convivência com aquelas companheiras, dentro daquele espaço de códigos próprios. *Dalva* comenta que esse ritual formal (segundo sua própria classificação), muitas vezes “colocava pessoas mais ingênuas como que nuas, expondo-se totalmente à avaliação do coletivo; as mais experientes sabiam como conduzir melhor a situação, sabiam se proteger mais [...]”

Como esta ex-guerrilheira - junto com *Catarina* - foi a que mais tempo passou presa, seu depoimento sobre certos aspectos da vida carcerária é significativo pela extensão de sua observação. Quanto à disciplina, por exemplo, ela afirma que esta era bastante rígida no início - período em que havia presas mais velhas - tornando-se gradativamente mais branda, embora se tentasse manter a tradição do coletivo que “[...] com o passar dos anos foi ficando mais humano [...]” É interessante verificar que a questão da liderança dentro desse coletivo é ambígua. Ao mesmo tempo que a maioria das entrevistadas presas nessa instituição concorda que não havia um comando formal, fica claro que havia lideranças no grupo. Uma dessas foi a própria *Dalva*, que diz: “[...] havia as presas mais velhas que comandavam o coletivo, mas depois a representante do coletivo fui eu.” A essa altura, ela descreve a composição do coletivo, nos últimos anos do período de encarceramento. Nessa época (aproximadamente de 1975 a 1979), só se encontravam presas - entre as mulheres que entrevistei - ela, *Anita* e *Catarina*. Havia, nessa ocasião, duas exclusões do coletivo. A primeira referia-se a uma presa política que fora excluída pelo grupo<sup>91</sup> e a outra, a uma que excluiu a si mesma. Este último caso revela haver duas interpretações para este mesmo fato. Segundo *Dalva*, *Catarina* se retirou do grupo por não tolerar a forma como a hierarquia estava estabelecida naquele coletivo. Ela explica que, tendo sido comandante da VPR e pertencendo a uma outra geração (sendo mais velha), *Catarina* estava habituada a um sistema de comando “com um perfil muito militarista, com sua posição muito definida. Em Bangu, o coletivo já tinha sua hierarquia e código próprios. O dela não contava e ela não aceitou isso.”

*Catarina*, por sua vez, tem outra explicação para seu afastamento. Disse-me não ter concordado com o julgamento que fizeram de uma companheira que foi tachada de delatora, acreditando que, ao invés de sua expulsão do coletivo, as presas políticas deveriam sempre dar apoio a todas que estivessem

---

maneira que a impossibilidade de uma dessas presas em se adaptar ao esquema instituído poderia significar exclusão (auto imposta ou determinada pelo grupo.)

<sup>91</sup>Houve hesitação - e não somente da parte de *Dalva* - sobre o assunto. Como optei por trabalhar também com as lacunas e os silêncios nos testemunhos, não insisti; percebi, na ocasião, que deve ter se tratado de um procedimento por parte do grupo que hoje causa constrangimento. Mais tarde, em seu testemunho, *Catarina* faz menção deste fato, comentando que a presa política foi excluída por ter revelado informações secretas durante as sessões de tortura.

nessa situação. Além do mais, esta ex-presa política demonstra ter sentido dificuldade em se adaptar ao convívio com um conjunto heterogêneo de companheiras que, segundo ela, se diferenciavam até pela etiqueta. Em seguida, ela relata que, em uma ocasião, “o comportamento aviltante de ... [ela diz o nome de uma outra presa], que meteu a mão no meu prato, me fez empurrar o prato e ficar sem comer.”

Outra discrepância nos relatos surge entre os depoimentos de *Hercília* e de *Milena* sobre o isolamento em que a primeira e mais duas presas (*Dalva* e *Estrela*) foram mantidas. *Milena* chegou a pensar que eu havia entendido mal o que *Hercília* dissera sobre esta questão, afirmando que todas as presas políticas haviam sido mantidas juntas. Entretanto, em seu relato *Hercília* descreve esse isolamento e seu desespero por se encontrar nessa situação, quando havia sabido anteriormente que o coletivo das presas políticas permitia diversas atividades em conjunto, inclusive jogos ao ar livre. Procura, então, a diretora e é informada que a partir daquele momento (dezembro de 1970) as regras eram as que ela e as outras duas companheiras de ala conheciam. Quanto às presas do coletivo que já estava formado, estas continuariam com as regalias adquiridas. Novamente a figura de um “guardinha” foi providencial, pois foi com sua colaboração que *Hercília* pôde ver - pela primeira vez e por breves instantes - as outras presas reunidas e pôde se apresentar a elas. Durante os dez meses que passou nesse presídio, esta ex-presa diz que almoçou umas três vezes com o coletivo maior, tomou banho de sol umas duas vezes na companhia delas e participou de um único jogo de vôlei - oportunidades concedidas excepcionalmente pela direção.

Resolvi apresentar esses dados que revelam discrepâncias nos testemunhos para trazer à tona uma questão específica. Trata-se de como a construção da memória de um determinado grupo refere-se, freqüentemente, a um embate entre recordações, ao invés de referir-se a uma mera organização de lembranças semelhantes. Isto ocorre na medida em que tal elaboração representa, de fato, a constituição da identidade desse conjunto de indivíduos e não simplesmente à reconstituição de um passado comum a todos. Nesse sentido, o processo de confronto entre diferenças internas na construção da memória coletiva, ao invés de fragilizar a formação da identidade do grupo pela complexidade que assimila, torna essa identidade mais coerente com a multiplicidade das identidades que engloba. Assim, ao contrário de um processo de fragmentação, essa incorporação das diferenças confere-lhe maior fidedignidade e correspondência em relação às verdadeiras características do conjunto.

Voltando aqui à situação de confinamento, trago ainda alguns comentários de *Hercília*. Como esta ex-presa política passou por três situações de confinamento (excluindo-se o período dentro do DOI-CODI), ela pôde assegurar que o sistema do Instituto Penal Talavera Bruce era, de fato, muito severo, sobretudo nos primeiros anos de funcionamento do Pavilhão II como coletivo das presas políticas. A situação só vem a se abrandar após 1976, conforme nos diz Julita Lemgruber em sua dissertação sobre o Talavera Bruce (op. cit.:1979). Assim, *Hercília* descreve o pavilhão de 20 celas como um espaço frio e opressor, cuja atmosfera transmitia-lhes uma sensação permanente de abandono. O isolamento em que ela, *Dalva* e uma outra companheira foram colocadas em 1970<sup>92</sup> era reforçado pelo fato de que, além da

---

<sup>92</sup>*Hercília* foi transferida do DOPS para o Talavera Bruce em fins de dezembro de 1970. Ela estava incluída em uma das listas de troca de presos políticos pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, seqüestrado poucas semanas antes e, portanto, foi submetida a um exame de corpo de delito (uma das poucas presas a ter o documento desse procedimento, exigência dos países que receberiam os exilados

separação em celas individuais (e que eram intercaladas por celas desocupadas) em uma parte do presídio que estava praticamente vazia (havendo apenas, inicialmente, a presença de duas presas comuns de alta periculosidade, uma das quais é posteriormente encontrada morta), não lhes era permitido qualquer contato entre si. Estavam presas dentro de uma pequena área de pouco mais de cinco metros quadrados, onde tinham a cama e uma pequena mesa com uma cadeira; no fundo da cela, atrás de uma mureta divisória de menos de um metro de altura, ficavam a pia e o vaso sanitário. Foi nessas condições que *Hercília* e as outras duas companheiras do isolamento mantiveram o que ela chamou de “um mini coletivo,” que existia, naquele momento, através da comunicação verbal, recurso que garantiu a cada uma delas a possibilidade de expressar sua identificação com a situação das outras e seu sentimento de solidariedade.<sup>93</sup>

A percepção da passagem do tempo dentro dessa situação é uma das vivências mais difíceis. A previsibilidade, constância e inevitabilidade das atividades carcerárias podem tornar muito penoso o dia-a-dia, que parece se construir pela repetição de gestos de pouco sentido. Nesse aspecto, como já foi mencionado anteriormente, as presas políticas dispunham de alguns recursos - tanto objetivos quanto subjetivos - para enfrentar essa vivência. O fato de se organizarem em grupo - com traços em comum que permitiam que desenvolvessem tarefas com orientação própria - e o de terem, em muitos momentos, relativa autonomia dentro de seu espaço de confinamento, conferia a suas vidas algum objetivo que ainda mantinha um certo sentido. Uma das mais importantes atividades que desenvolviam se referia aos grupos de estudo, com leituras dirigidas e com as discussões que se seguiam. A disciplina imposta pelo próprio coletivo para o cumprimento das diversas tarefas e dos momentos de lazer tentava resolver a questão do vazio que a ociosidade e falta de finalidade da vida em confinamento provocam; é o que Goffman aponta como a tentativa de “matar o tempo” para viver com menos sofrimento esses momentos que se colocam como um período “entre parênteses” em suas vidas (op. cit.:255).

Há, contudo, um outro aspecto sobre a questão do tempo. Trata-se da perda desses meses ou desses anos em relação à totalidade das vidas dessas mulheres. É importante indagar-se o que tal subtração de tempo - isto é, do tempo de convívio e de interação com a sociedade maior que lhes é confiscado - representou para elas, além das perdas subjetivas que o afastamento de seus núcleos de amizade e de afeto certamente impuseram. Não se trata, neste caso, de saber como conseguiram viver todas as horas, dia após dia, e sim de perceber como vivenciaram o que deixavam de viver. Apesar de várias delas considerarem que sua pouca idade no momento da prisão havia representado um fator favorável, dizendo que sentiam, naquele momento, ainda ter a vida pela frente, há uma questão específica para as mulheres. *Anita* expressa sua preocupação a respeito disso na carta de 5/07/77, demonstrando que a condição das mulheres acrescenta uma outra dimensão à problemática do tempo:

---

políticos). As negociações estavam sendo muito difíceis e ela acabou sendo excluída da lista. Foi, então, enviada para o presídio feminino em Bangu, onde foi mantida incomunicável devido ao clima tenso provocado pelo seqüestro. Em agosto de 1971 é transferida novamente, desta vez para uma prisão em Recife.

<sup>93</sup> É importante frisar que, de modo geral, as descrições sobre a vida no presídio, estão associadas a diferentes momentos, nos quais a mudança na política interna (da administração) ou externa (da ditadura militar) afeta o regime dentro do presídio e, portanto, as condições das experiências e do convívio entre as presas. *Anita* escreve em carta do dia 8/07/77: “Para nós não há regulamento definido. Um dia pode, outro não pode e não têm nem a consideração de nos comunicar a mudança...”



[...] e quanto a mim, quando eu comecei a aventar a possibilidade de ter um filho, fui presa e meu marido teve que se exilar. É, na cadeia isso tornou-se para mim uma impossibilidade real, concreta e objetiva. O negócio é torcer para sair antes dos 34 ou 35 anos. Isso é, pelo menos nos próximos cinco anos. O prazo é curto para as mulheres...

A experiência de *Vitória* no quartel do 1º Batalhão de Comunicação (RJ) foi diferente: “Nós ficamos confinadas num local muito bonito - onde Caetano Veloso e Gilberto Gil também estiveram presos.” Ela e as duas outras presas políticas que estavam junto viveram inicialmente uma situação privilegiada. *Vitória* relata como foram tratadas com consideração e carinho pelo comandante, com direito à comida especial, a acesso ao cassino dos oficiais e a apoio psicológico. Quando este comandante foi subitamente transferido, apesar de as normas terem-se tornado muito mais rígidas, a qualidade do confinamento que ela descreve não era a mesma do Talavera Bruce. As três permaneceram juntas o tempo todo, inclusive dormindo no mesmo espaço que funcionava como cela. *Vitória* disse que, dentro dessas condições, se desenvolve uma cumplicidade muito forte:

[...] um tipo de intimidade que não se tem nem com um homem. Isso acaba criando um ambiente para conversas sobre a vida sexual anterior e coisas assim. Nós três éramos heterossexuais assumidas e, embora nunca tenha rolado nada entre nós, havia uma sexualidade latente. A gente passava o tempo conversando, trocando confidências e fofocando, enquanto os homens malhavam p’ra caramba e discutiam a revolução no coletivo. Eu cheguei a receber uma carta dos rapazes da organização [MR-8] com dezoito assinaturas, me dando uma bronca pela minha vida na prisão.

Ela acrescenta que durante esse período também trabalhou muito, fazendo chales e colchas de crochê, que eram vendidos por sua mãe. Afirma que o que a ajudou a manter seu equilíbrio emocional foi sua certeza de que iria sair da prisão e de que teria um filho.

Dentro dos quadros descritos tanto pelas presidiárias do Talavera Bruce, quanto por *Vitória*, há momentos de ruptura da atmosfera opressora daqueles ambientes. *Hercília* recorda-se das idas às Auditorias como instantes de excitação e de grande alívio, pelo intervalo que introduziam na rotina e no confinamento. A possibilidade de sair da clausura, de franquear os portões e de se sentir misturada a outras pessoas, transmitia-lhe força e uma estranha alegria. Os preparativos para a saída envolviam cuidados especiais com a aparência e comumente causavam reboiço entre as que saíam (mesmo estando incluídas em processos diferentes acontecia de várias irem juntas) e mesmo entre as que ficavam.<sup>94</sup> Outro

---

<sup>94</sup>Esse comentário sobre a vaidade pode ser remetido a uma observação de uma outra ex-militante a respeito dessa mesma questão. A chegada de *Angélica*, em 1973, no pavilhão das presas políticas foi um momento marcante para *Dalva*. Ela diz que foi o momento em que “a questão do feminino entrou naquele espaço.” Além do aspecto da feminilidade, que era realçado pelo comportamento da recém-chegada, *Dalva* explica que *Angélica* trouxe-lhe também várias novidades do mundo de fora. Estas diziam respeito, sobretudo, à mudança que a recém-chegada dizia estar se operando no papel das mulheres na sociedade, naquele momento: “Ela garantia que todos os tabus estavam rompidos e eu fiquei muito impressionada!” Na realidade, a grande maioria das ex-militantes não havia questionado esse tema. Haviam assumido aquele papel político e o novo comportamento sem submeterem essa mudança de posição na hierarquia de gênero a qualquer ordem de elaboração conceitual, filosófica ou não. Entre elas, a mais alienada em relação a essa questão talvez fosse a *Dalva*, devido à sua formação moral extremamente rígida - nunca dando margem a questionamentos sobre a condição da mulher - e ao comportamento engajado que sempre tivera. Este não era o caso de *Angélica*. De fato, durante as

momento de grande alvoroço era o dia de visitas. A expectativa era muito grande não só pela presença de parentes e amigos, pelos presentes e notícias frescas que recebiam, como também pela oportunidade de estarem todas juntas. *Hercília* comenta: “ Eram cinco horas maravilhosas! Era tão bom que parecia que esses momentos duravam cinco dias.”

Outra experiência especial dentro do coletivo foi acompanhar a gravidez de *Dalva*. Depois de dois anos sem receber visitas porque sua família estava exilada, ela casa com seu companheiro, que também estava preso. A partir desse momento, ela passa a ter direito a visitas de seu marido, de quinze em quinze dias. Algum tempo depois, quando as visitas íntimas já haviam sido permitidas, ela engravida. Segundo seu relato, sua gravidez e a permanência de sua filha no coletivo durante três meses (no ano de 1976) foram fatores muito positivos para aquele grupo. Por outro lado, toda vez que vai visitar a mãe - a partir de um ano e meio ou dois anos de idade - a filha de *Dalva*, procura ansiosamente a porta quando se aproxima a hora da saída das visitas. *Dalva* interpreta seu comportamento como tendo sido uma demonstração do medo que a criança sentia de ser deixada para trás, dentro daquele espaço. Ela imagina que a impressão que aquela situação causava à sua filha devia ser mais forte do que o desejo desta em ficar com a mãe.

Finalizando esta parte, retomo as considerações de E. Goffman sobre os efeitos da situação de encarceramento sobre os presos como reforço para o que foi descrito acima acerca das experiências das guerrilheiras na prisão. Para o autor, a vivência do confinamento gera uma sensação de perda de vida, de destruição e de desperdício de tempo. Ele qualifica este período de encarceramento como sendo um “exílio da vida” (op. cit.:255) E. Goffman acrescenta ainda que esta sensação de desligamento não é o resultado das condições inerentes à vida carcerária nem das relações que se estabelecem nesse espaço. Para este autor, os efeitos desestruturantes da experiência estão ligados à desconexão social que se processa pela ruptura com o mundo externo e pelo fato de não haver nada daquela experiência que possa ser transferido daquela vida para a vida *extramuros*. *Milena* traduz isso quando diz: “Quando você entra na prisão, aquilo é um *bunker* para você. Você está apartada, o corte está feito.” Ela comenta a sensação que experimentou quando estava presa no DOI-CODI e foi levada - sem saber por quê - para dar umas voltas, sentada ao lado de policiais à paisana. Muito mais difícil do que vivenciar a condição insólita em que se encontrava - com todos seus riscos - foi observar o que se passava nas ruas e o absurdo de sua condição - até pouco tempo era considerada como “desaparecida,” já havia sido torturada e ainda continuava presa - frente à realidade que se desenrolava perante seus olhos: “Foi uma sensação estranha ver as pessoas indo e vindo, levando a vida normalmente e você naquela situação de exceção. O contraste é muito estranho... É como se estivesse vendo um filme.”

---

entrevistas, ela pautava suas reflexões sobre a luta armada a partir do que foi a posição das mulheres naquele contexto e da interação delas com os valores masculinos que organizavam as ações e as relações na militância. Ela destacou a existência de uma tendência à masculinização na postura e nas atitudes de muitas, dentro desse novo convívio, não considerando, entretanto, o fato como um ganho para as mulheres e sim um empobrecimento para a experiência da militância como um todo. *Hercília* foi outra presa política que sempre fez questão de afirmar o que ela chama de seu “lado feminino e sedutor,” acrescentando que sabia de sua posição especial: “[...] nós éramos vanguarda, nós éramos totalmente diferentes das outras; disso eu tinha consciência e orgulho. O que nos levava a isso era uma opção política.”

No dia 29/09/78, escrevendo sobre os aspectos mais penosos daquela vida, Anita revela a atmosfera dominante na prisão. Ao descrever a sensação de isolamento e de imobilidade que experimentava, fala desses elementos:

*[...] é algo que se chama solidão. Doença que afeta um número assustador de gente, que até parece epidemia. Mas, para nós presos, ela é tão concreta... E a solidão dos outros - presos ou não - tem o infame poder de só acentuar a nossa. [...] Quanto mais sozinhos nos sentimos, mais sozinhos ficamos e mais sozinhos deixamos os outros. Vira um somatório de indivíduos isolados, incapazes de tirar o produto - a companhia, o compartilhar, o se unir, o se tocar - dessa soma. [...] Dias que me levam de roldão. Vou acompanhando o roldão do dia, imprimindo-lhe mais impulso, só que nas últimas horas ele acaba sempre no mesmo lugar. O mesmo tudo.*

### 4.3 a idade da razão: a volta

*[...] até a volta à legalidade tem muito de clandestino. Para você obreviver, sua história também tem que continuar clandestina. [...] É muito ruim ser sempre julgada como mito ou como louca. [...] Então você começa até a pensar para quem você pode contar essa história.*

*Corina*

Nem todas as ex-presas políticas dizem que tiveram problemas para reassumir uma posição legal dentro da sociedade. Mesmo assim, pode-se constatar que todas conheceram, em alguma medida e em algum momento, aspectos semelhantes aos que *Corina* descreve a respeito da trajetória de retorno e da reinserção social de uma ex-guerrilheira. Sem dúvida, o impacto da experiência na clandestinidade, na tortura e na prisão repercute em suas vidas. *Luzia*, por exemplo, acredita que a violência infligida por esses acontecimentos não cessa inteiramente com o fim da luta armada: “A violência sofrida não acaba, ela volta com as lembranças.” Além do mais, a recuperação de suas identidades legais não lhes garantiu a possibilidade de descartar a anterior, porque incorporado a um nome encontra-se também um passado. Nos primeiros anos após a anistia, não foi fácil para a maioria das entrevistadas assumir esse passado de militância contra o regime militar e enfrentar as críticas que se faziam a respeito de sua ação e do resultado desse confronto. De fato, só recentemente - quando o Estado brasileiro reconhece sua responsabilidade pelo desaparecimento de militantes de esquerda - redimensiona-se o papel dos dois grupos de protagonistas dentro daqueles acontecimentos. Este fato - resultado de uma árdua campanha deflagrada por setores da sociedade civil - representa o início do processo de reelaboração da identidade coletiva desses agentes políticos pela história oficial. Ao mesmo tempo, quando o Estado reconhece aspectos de sua prática durante a ditadura militar que eram até então denegados, fica relativizada a interpretação dos acontecimentos daquele período, podendo-se, deste modo, passar a incorporar a história dos integrantes da luta armada e de outros militantes de esquerda à história do país.

Assim, calar sobre o passado foi o recurso que muitas delas usaram como estratégia de reintegração. Algumas mantiveram contato com ex-companheiras, estabelecendo uma rede de amizades entre ex-militantes, mas outras se afastaram desse tipo de relacionamento. Provavelmente, as que agiram desse modo buscavam se descolar com mais facilidade de suas identidades ainda estigmatizadas. Escolher cuidadosamente a quem recorrer em momentos de aflição foi outro procedimento necessário, em muitos casos. Ao procurar tratamento psicológico para seus filhos pequenos - traumatizados por terem sido obrigados a assistir a sessões de tortura de seus pais - *Luzia* sabia que a escolha do profissional a quem entregaria suas crianças tinha que ir além da competência; ela precisava de alguém que realmente pudesse e soubesse escutar a história desses pequenos pacientes.

Esta espécie de limbo - condição que pode simbolizar a fase de readaptação dos ex-militantes à vida social legal e que variou de caso para caso - alienou estes indivíduos de suas próprias histórias durante esse espaço de tempo. Se antes da revogação do AI-5 (janeiro de 1979) não podiam assumi-las integralmente, depois dessa data não encontraram de imediato, dentro da própria sociedade, as condições necessárias para tal. É nesse sentido que Michael Pollak destaca as dificuldades que as ex-presas dos

campos de concentração encontraram ao retomarem a vida comum (“la vie ordinaire”). A esperança que nutriam em relação àquele momento criou expectativas que freqüentemente não foram correspondidas. Por outro lado, a despolíticação da memória do período não permitia a construção da memória coletiva. Desse modo, a história oficial conseguiu relegar a história dos campos de concentração e daqueles que lá estiveram a meras recordações individuais. Além do mais, a experiência muito dura que as ex-presas viveram nas mãos dos nazistas se interpôs entre elas e os outros. Eram episódios extremamente difíceis de serem compartilhados, mesmo em família, o que muitas vezes gerava mal-estar nas relações pessoais desses indivíduos (op. cit.:1990::302/316). No conteúdo das recordações das minhas entrevistadas sobre a vivência dessa transição entre mundos, há muito que se assemelha a esses aspectos levantados pelo autor de *L'Expérience Concentrationnaire*.

De algum modo, a entrada das ex-militantes na vida comum - depois do período de exceção que viveram - envolveu cuidados especiais. A reinserção no mercado de trabalho ou no mundo acadêmico, quando - como ocorreu em muitos casos - houve a retomada de seus cursos universitários, foi feita com a devida discricção sobre suas experiências anteriores. Quando era inevitável que, em algum nível da instituição ou da área de trabalho, o fato fosse conhecido, muitas comentam que geralmente se sentiam constrangidas com a revelação. Em outras palavras, o passado político dessas mulheres inicialmente representou para elas uma marca distintiva que lhes dificultava a convivência,<sup>95</sup> condição que hoje, com o processo de resgate histórico daquele período em todos seus desdobramentos, se encontra modificada.

As opiniões de *Milena* são sempre apresentadas com objetividade. Foi assim que respondeu a seu pai quando foi interpelada por ele a respeito do que ele considerava a “loucura” de seu engajamento na luta armada: “Eu sou o que você me ensinou a ser.” Da mesma forma, suas impressões sobre essa travessia entre os dois mundos foram particularmente simples e claras. Ela diz que sua saída da prisão não teve nada de dramático. Ela foi direto para um restaurante, acompanhada por seu advogado. Esclarece que não tem “personalidade de perseguida”, que nunca gostou de “curtir sofrimento,” acrescentando que: “[...] depois de dois anos no Talavera Bruce, me afastei da militância política, retomei projetos pessoais e refiz minha vida.” Voltando a estudar, não retomou o curso de Direito, terminou o de Letras, mas se profissionalizou em jornalismo. Em 1972, três meses depois de solta, abriu sua carreira jornalística com um emprego no jornal *O Globo*. Em 1973, foi para o Caderno B do *Jornal do Brasil* quando discordou da postura daquele jornal a respeito do golpe no Chile; depois, trabalhou durante vários anos na FUNARTE e, em 1987, foi contratada pela Rede Globo, onde está até hoje.<sup>96</sup>

Embora nem todas tenham vivenciado a saída - quer do confinamento ou da clandestinidade - com a mesma facilidade que esta ex-presa política experimentou, todas também redirecionaram suas vidas e se engajaram em projetos pessoais, depois da volta para a legalidade.

Há, por exemplo, duas ex-militantes que experimentaram - por razões distintas - por reinserções particularmente penosas. *Joana* vivencia os primeiros momentos de verdadeira liberdade longe do Brasil. Mesmo já tendo sido liberados pelo DOI-CODI - depois de muitas sessões de tortura e não tendo sido

---

<sup>95</sup>*Hercília* é uma das poucas que descreve seu convívio no ambiente de trabalho como tendo sido franco desde o início, fazendo menção da acolhida favorável que sempre teve na instituição onde trabalha até hoje, tendo entrado para lá em 1973.

incluídos em nenhum processo - ela e seu marido continuam sendo seguidos e ameaçados. Finalmente, os dois conseguem, através do empenho da CNBB, passaportes e vistos para a França (onde permanecem por três anos), depois do arrombamento de seu apartamento. O fato ocorreu em 1981, no mesmo dia que explodiram a bomba na sede da OAB que matou uma funcionária. *Joana* afirma que, portanto, o casal ainda sofria as conseqüências da perseguição política àquela altura. A ex-presa política diz ter vivido um verdadeiro pesadelo no dia que encontra seu apartamento invadido, seus livros e pertences rasgados e as paredes pichadas com suásticas e sangue. Quando regressaram da França, além das dificuldades de ordem objetiva que enfrentava na readaptação, ela sentia um enorme cansaço. Sentia-se extremamente fragilizada e desgastada por tudo que vinha passando nos últimos anos e que acabara redundando em uma crise no casamento:

*Eu nunca havia me sentido realmente só antes. A partir daquela época, sim. Acabaram-se todas as referências que eu tinha do mundo em que eu acreditava. Para recomeçar e fazer uma auto-crítica, para recomeçar a estudar e a repensar esse mundo que eu acredito que vai existir, foi muito sofrimento porque eu tive que fazer tudo isso sozinha.*

Com sua especialização em documentação, ao chegar de volta ao Brasil, vai trabalhar no CEDI (Centro Evangélico de Documentação e Informação), tendo trabalhado também no Centro de Estudos da América Latina. Já foi vice-diretora de uma organização não-governamental, onde até hoje se dedica à documentação, tendo como seu projeto de vida a preservação da memória através da recuperação e da organização de registros existentes.

Para *Bethânia*, a dificuldade que enfrentou foi a de deixar de militar. Ela me informa que até 1990 ainda militava em uma organização de esquerda. Apesar do sofrimento a que foi exposta por companheiros de sua organização (quando - presa pela segunda e vez sob tortura - revela nomes) e, apesar dos riscos a que se expõe seguidamente até 1979, ela não consegue se desligar da militância:

*[...] aí quiseram comer a minha alma, disseram que eu era execrável; eu fiquei estraçalhada psicologicamente. Foi um cara do partidão que me ajudou a recobrar minha auto-estima e que me convenceu a entrar para o PCB. [...] quando comecei a trabalhar na Baixada Fluminense [como médica sanitarista], considerava meu trabalho como fachada para minhas atividades políticas, mas depois passei a considerar minha prática profissional a própria militância. Isso tudo me desgastou muito. Quando você perde as alternativas em que acreditava...Particularmente agora, aos 44 anos, sinto esse cansaço, me sinto muito desgastada. Eu acho que é porque eu tentei fazer a mesma coisa até muito pouco tempo atrás. Medicina militante na Baixada foi uma repetição desse soneto...Foi meu espírito de socialista sentimental, bem humanista - de socialismo científico eu não tinha nada - que não me deixava parar de militar.*

Hoje, *Bethânia* está em fase de conclusão de seu curso de doutorado em Saúde Pública, em Montreal, no Canadá. Diz que saiu do Brasil por que não tinha o que fazer aqui, que foi “ meio como pular fora do meu espaço” e que, mais de três anos depois, continua em crise profissional.

---

<sup>96</sup>Este momento na vida desta ex-militante - como no de todas as outras entrevistadas - refere-se ao instante final das entrevistas, em dezembro de 1994.

Ao sair da prisão (foi a última presa política a ser solta do Talavera Bruce), *Catarina* foi para a casa de uma irmã em Fortaleza, onde concluiu seu curso de graduação na faculdade de História. Ela diz que foi necessário se afastar do Rio e de São Paulo para recobrar suas forças: “Quando saí da prisão, era como se estivesse chegando num outro planeta. Tinha dificuldade até para atravessar uma rua. Precisava assentar minha cabeça [...]” Acrescenta que precisava também se desligar das conexões com o meio político, dizendo que tinha reavaliado a proposta socialista que abraçara e que reconhecera que esta fora equivocada. Assim, manteve poucos contatos com ex-companheiros. Só em 1983 é que voltou para São Paulo para trabalhar no Arquivo Público do Estado de São Paulo, de onde chegou a ser diretora até 1990.

*Angélica* teve uma atitude diferente. Mesmo já estando livre,<sup>97</sup> resolveu continuar colaborando com o movimento clandestino, mas apenas como simpatizante. Isto se deu em 1974. Quando entrou para o curso de História da UFF (Universidade Federal Fluminense), evidentemente manteve oculto este seu envolvimento político. Entretanto, a ex-militante esclarece que, apesar de sempre ter tido uma postura crítica em relação a seu engajamento e às opções que eram oferecidas a ela, foi através das leituras e do estudo durante seu curso na universidade que se confrontou, de maneira mais clara, com os limites do projeto de esquerda, acabando por se desligar dele. Direcionou-se profissionalmente para área das artes, campo de seu maior interesse. Hoje trabalha na curadoria do Museu de Belas Artes no Rio de Janeiro, já tendo organizado várias exposições no exterior.

Sair da prisão e ter que enfrentar a nova vida foi um dos piores momentos para *Dalva*, mesmo já tendo ela passado por muito sofrimento e privação (sua filha, que nasceu durante seu período na prisão, ficou entregue à avó paterna durante os quase três anos que ela ainda permaneceu presa). A não ser por seu marido, todos os outros membros de sua família ainda estavam no exílio. Ela garante que esta condição representou para ela um ponto de partida muito difícil. Quando fora presa quase uma década antes, ela tinha apenas dezenove anos. Assim sentiu-se sem referências e sem apoio para enfrentar o desafio. Durante a fase de escolha do rumo a ser tomado para ingressarem no mercado de trabalho e para se estabelecerem, houve muito atrito entre o casal. Ela diz que sabia bem o que queria, tinha um projeto pessoal que queria botar em curso enquanto o marido, uma pessoa idealista - “um cara super generoso - tanto que ele sempre aceitou meus projetos e eu às vezes tenho dificuldade de aceitar os dele [...]” diz ela - estava ligado à política, sem nenhum tipo de ambição de ordem prática. Voltaram para o Rio no final dos anos 80, depois de morarem no Estado do Rio (em Volta Redonda) e no Espírito Santo. Apesar das dificuldades enfrentadas durante esses anos, o projeto pessoal de *Dalva* foi levado adiante. Ela está concluindo seu doutoramento em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ao contrário, a experiência de reinserção de *Hercília* foi suave:

*A saída da prisão não foi com tapete vermelho e essas coisas, mas tive muito apoio de tudo quanto foi lado. Não me senti discriminada; pelo contrário, fui considerada heroína pela minha família. Até o lado reacionário da minha família passou a me considerar assim. Ser uma pessoa que saiu da prisão e que consegue dar certo, que consegue voltar a estudar, abriu muitas portas para mim.*

---

<sup>97</sup>*Angélica* foi presa em 1973, tendo sido condenada a uma pena de cinco anos; saiu do Instituto Talavera Bruce apenas um ano depois, mediante a concessão de *habeas corpus*. Ela me informa que ela e o marido foram os primeiros presos políticos a recuperar o benefício desta garantia constitucional.

De qualquer maneira, quando volta a estudar na UFF - onde faz o curso de História - mantém sua verdadeira identidade em sigilo, retirando de sua assinatura o sobrenome de solteira, com o qual havia sido presa, porque seu nome ainda constava de três processos. Naquele lugar ninguém sabia de sua passagem pelo DOI-CODI nem de seu passado na militância. Ela diz também que na saída da prisão era comum a formação de o que ela chama de “colônias de ex-presos,” acrescentando que nunca participou de nenhuma delas: “Entre eles [esses militantes] havia muitos que criticavam os que voltavam a estudar, dizendo que aquilo era coisa de pequeno burguês.”<sup>98</sup>

A saída da vida clandestina para a legal não foi um processo de ruptura para as irmãs *Luzia* e *Corina*. Não conseguiram fazer um corte radical com a militância e, na realidade, até hoje não o fizeram. Ao contrário de *Bethânia*, a opção pelo engajamento tem sido um fator positivo na vida das duas expressas políticas. Elas se dedicam à causa dos direitos humanos, atuando em duas áreas: a dos desaparecidos políticos e a da mulher. É assim que, em 1981, *Luzia* cria a União de Mulheres de São Paulo, entidade que ainda mantém forte presença na luta pelos direitos da mulher, além de promover uma série de atividades culturais e artísticas. *Corina* também tem participação ativa nesse empreendimento. Ambas fazem parte da Comissão dos Familiares dos Desaparecidos Políticos, tendo trabalhado intensamente pelas reivindicações das famílias dos militantes desaparecidos. Além do mais, *Luzia* é uma das pessoas responsáveis pelo *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos*, livro sobre a história de cada um dos militantes de esquerda mortos ou desaparecidos.<sup>99</sup>

De fato, desde o momento em que foi solta, *Luzia* conta que começou a dar cobertura e apoio a outros militantes: “Assim que voltei para a legalidade, passei a militar, mas de um outro jeito [...] e, com isso, a polícia vivia na minha porta. [...] Eu até hoje moro num aparelho. É um aparelhão feminista.” Ao dizer isso, ela está se referindo à sede da União, que é também sua residência, onde mora com seu marido, seus filhos e *Corina*. Ambas confirmam que, nos anos 70, para conseguir e manter um emprego foi necessário encobrir o seu passado de guerrilheiras. *Corina* acrescenta que teve que abrir mão de seu projeto anterior - o de fazer faculdade de Química - por exigência de sua organização, tendo sido orientada para estudar Enfermagem. As dificuldades que teve que enfrentar ao reingressar na vida legal

---

<sup>98</sup>Neste momento, vale lembrar que entre as treze entrevistadas esta foi a opção da maioria, chamando atenção também para o fato de que, entre as onze graduadas, uma é mestre, três são doutoras e duas estão em fase de doutoramento. Com estes dados, não se pode inferir que a maioria das ex-militantes fez desta opção seu projeto de vida. Pode-se, entretanto, levantar uma hipótese. Esta é a de que grande parte das mulheres que se engajaram na luta armada e que se originavam das camadas médias dos grandes centros urbanos, se não fizeram escolha pela vida acadêmica ou científica, encaminham-se para outras atividades que igualmente as projetaram na vida social, em atividades culturais ou políticas. Esta hipótese está fundada não só nos dados das treze entrevistadas, mas também no que elas relatam sobre a vida de outras companheiras de militância. Além do mais, pode-se tomar como base para tal suposição o campo de inserção das ex-militantes desse estrato sócio-cultural antes de sua entrada para a clandestinidade. Em sua maioria (nesta pesquisa, houve três exceções quanto ao estrato social), estas mulheres participaram do movimento estudantil, foram leitoras curiosas e ávidas, tanto de literatura quanto da produção crítica que estava sendo veiculada pela intelectualidade brasileira e pela *intelligentsia* internacional e romperam com seu papel de gênero ao ingressarem na luta armada. Não seria contraditório assumirem, quando saem da clandestinidade ou prisão, tais trajetórias. Mesmo *Dalva* que, antes da militância, não teve a mesma experiência das outras, percorre caminho semelhante.

<sup>99</sup>A edição do livro, em 1995, foi financiada pelo Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, com uma tiragem inicial de cinco mil exemplares. O livro computa 207 mortos e 152 desaparecidos entre 1964 e 1985 (*Jornal do Brasil*, 10/09/95, p. 8).



não lhe permitiram retomar o projeto anterior. Trabalhou como enfermeira até se aposentar. Hoje, ela diz:

*Tenho agora uma visão mais coletiva porque quanto menos tempo a gente tem para viver, mais tempo a gente vê que precisa para as coisas acontecerem. Isto até ajuda a resolver a ansiedade... Quando você vê que tem menos vida para realizar aquele projeto, você passa a se preocupar com o coletivo. Não sou mais eu que vou fazer, não será só a minha geração... Mas isso aumenta a necessidade de produzir, de deixar algo para trás.*

*Julieta* foi outra ex-presa política que não abandonou a militância. Apesar de ter saído do MR-8 por discordar da opção de sua organização pela luta armada, não deixou de colaborar com os companheiros que entraram para a guerrilha, mantendo contato com eles para troca de idéias e servindo-lhes de apoio em situações difíceis. Sua experiência no DOI-CODI - onde foi torturada e de onde saiu sem qualquer acusação formal - e seu conhecimento dos acontecimentos violentos que eram desencadeados pela repressão fizeram com que essa mulher - hoje doutora em Psicologia e professora da UFF - se tornasse uma das mais expressivas lideranças do movimento contra a tortura ou contra qualquer outro ato de violação dos direitos humanos, ocupando atualmente o cargo de presidente da entidade sediada no Rio de Janeiro.

*Vitória* realizou seu maior desejo do período de confinamento ao sair da prisão. Engravidou e teve o primeiro de seus três filhos, apesar de ela e seu marido estarem em situação financeira precária e de ainda estarem em liberdade condicional. O período de seu julgamento coincidiu com o final da gravidez, indo até o momento do parto: “ O meu filho nasceu do julgamento, mas foi fruto só do meu desejo.” Seu parto foi extremamente difícil e logo depois a criança teve que ser internada devido à uma infecção pulmonar. Pouco a pouco ela também percebeu que seu filho não estava apresentando um desenvolvimento normal. Mesmo assim conseguiu prosseguir com seus estudos na universidade. Formou-se em Letras Clássicas (Português e Latim), tendo concluído também o seu mestrado nessa área. Essas atividades sobrecarregaram imensamente seu dia a dia, já que nunca deixou de acompanhar de perto todos os tratamentos a que seu filho era submetido. Na urgência em dar uma nova direção à sua vida, *Vitória* imprime-lhe um ritmo frenético. No mesmo momento em que fez concurso público e que começou a lecionar Português na rede estadual de ensino, passou a dar aulas também na Universidade Gama Filho. E foi assim que ela se reaproximou da política: “ Comecei pela política de categoria, no movimento dos professores, depois mergulhei de cabeça no movimento pela anistia e daí para frente me engajei na política partidária.” Na época das entrevistas, em 1994, ela estava trabalhando intensamente na campanha de um candidato ao governo do estado.

*Anita* não descreveu com detalhes as etapas que enfrentou após sua saída da prisão, depois de quatro anos na clandestinidade e de quatro anos e meio em confinamento. Expressou muito mais seus sentimentos a respeito de sua readaptação à vida comum. Uma das mudanças que enfrentou foi o fato de não estar mais casada quando foi solta. Este foi o primeiro vínculo que havia sido rompido com seu passado na militância. Assim, disse que precisou se afastar de tudo que se referisse àquela vida: “ Cortei totalmente com esse mundo por uma necessidade de sobrevivência psíquica e espiritual [...] precisei me afastar de todos.” De fato, só recentemente *Anita* voltou a morar em casa, com sua família, explicando

que teve muita dificuldade em lidar simultaneamente com mundos tão diferentes. Ao mesmo tempo, revelou que sempre se sentiu bem pertencendo a um grupo, participando de relações comunitárias. Da vivência de uma experiência política passou, naquele momento, para a mística. Nessa nova busca, viveu durante alguns anos em um convento budista, entrando para o movimento Rajeenish. *Anita* diz que hoje vê uma certa semelhança entre esse momento e o da sua entrada para a luta armada, pois, nos dois casos, teve que desenvolver um total desapego à sua história passada, inclusive com a mudança de seu nome.

Ela me diz que há uns poucos anos vem perseguindo uma maior compreensão de sua posição na vida, a partir de sua condição de mulher. Explica que, sem se distanciar de uma dimensão espiritualista, suas reflexões se voltam agora para as questões existenciais que dizem respeito à sua identidade como um todo. Afirmando que vive um momento muito intenso, *Anita* percebe que está alterando a postura condescendente - atitude, segundo ela, tipicamente masculina - que sempre tivera em relação às outras mulheres (aquelas que diferiam de seu próprio perfil). Ela, que sempre fora extremamente determinada e rígida em suas posições e propósitos, vem desenvolvendo uma percepção mais sensível do papel das mulheres na sociedade e na cultura. Esta entrevistada considera que a importância da contribuição do universo feminino para as relações humanas está em relação direta à sua capacidade em resgatar e manter as diferenças entre os sexos, promovendo, ao mesmo tempo, a valorização desse papel. *Anita* diz que a descoberta deste novo significado na participação das mulheres na cultura e sua valorização, nestes termos, a fez se sentir mais leve: “[...] é não ter mais que andar no fio da navalha; [...] é como se eu tivesse tirado um fardo de cima de meus ombros. Não precisar sempre ter metas [...] poder ser disponível ...”

*Gilda* começa seu relato sobre a saída do quartel onde estivera presa durante aproximadamente um ano e meio falando-me do papel do acaso na trajetória dos indivíduos. Dois fatos poderiam ter dado um outro rumo às suas experiências. O primeiro deles foi o seu possível resgate pela organização a que pertencera. *Catarina* (coincidentemente uma das entrevistadas), embora sendo membro dirigente da mesma organização (POLOP) a que *Gilda* pertencera, era uma pessoa que ela não conhecia e nem chegou a conhecer. De qualquer modo, *Gilda* conta que esta guerrilheira procurou seus pais para perguntar-lhes se concordavam que resgatassem sua filha. Embora ambos tivessem demonstrado que estariam de acordo, *Gilda* não se sentiu segura para aceitar. O outro episódio refere-se às circunstâncias da troca de presos políticos pelo embaixador seqüestrado em 1970, quando seu nome esteve incluído na lista, tendo sido depois retirado. Um desenlace diferente em qualquer uma das duas circunstâncias teria alterado o escopo das alternativas disponíveis para *Gilda* reconstruir sua vida.

Continuando seu relato, ela diz: “Quando saí, era um mundo novo que eu encontrava, era um novo cenário. Foi horrível, porque eu tive que assinar ponto no Ministério [então Ministério da Guerra] durante cinco anos. Eu queria sair do país, ir para a Europa, mas só me concederam passaporte no final daquele prazo. Eu saí da prisão no meio de fogo cruzado, num momento muito difícil [1970].” Mesmo assim, meses depois de solta, casou-se, tendo vivido com este companheiro por quase dois anos (ela comenta que, de fato, não se casou oficialmente com nenhum de seus três maridos menos por questões ideológicas do que por fatores meramente circunstanciais) e, pouco tempo depois, terminou o curso de Sociologia na UFF, fazendo o curso de mestrado no IUPERJ em seguida. Assim que foi possível, *Gilda* viajou para a Europa. Explica que conseguiu retomar sua trajetória pessoal com facilidade: “Eu saí muito

inteira e isso realmente conta. Era uma sensação de bem-estar pela noção do que eu poderia ter passado. Só não ter entregue ninguém ... Além do mais, fui muito bem recebida.” Hoje em dia, *Gilda* é psicanalista e, poucos anos depois de sua segunda graduação, desta vez em Psicologia, está em fase de doutoramento em Teoria Psicanalítica na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O comentário que encerra a fala da *Gilda* neste texto levanta uma das questões finais deste capítulo. Se a volta dessas ex-presas políticas envolveu, em muitos instantes, o constrangimento de serem conhecidas ou *re*-conhecidas por meio de uma identidade ainda estigmatizada, o apoio e o carinho que receberam de seus familiares e de muitos amigos durante o período de confinamento e depois de sua soltura foi fundamental para se reestruturarem emocional e profissionalmente. Nos relatos, há sempre o testemunho de que a força moral e a resistência física e psíquica com que elas enfrentaram os sofrimentos de tal experiência foram garantidas pelos vínculos de afeto que puderam manter. Mesmo quando não se tratava do contato com algum membro direto de suas famílias ou de algum amigo próximo, sempre houve aqueles que lhes deram as condições morais e emocionais para resistirem. É este o caso de *Joana* que pôde contar - e que conta até hoje - com a amizade e a solidariedade de seu advogado e de seu médico e psicanalista, quando se viu sem o carinho e a compreensão de seus familiares.

Outro ponto a ser comentado refere-se aos filhos dessas mulheres.<sup>100</sup> Indagadas sobre a reação desses jovens (muitos deles já adultos a esta altura) em relação ao passado de suas mães, as ex-presas políticas apresentaram respostas variadas. Seus depoimentos revelam, entretanto, que o conhecimento sobre esse passado despertou sentimentos contraditórios em muitos desses filhos. Em um caso específico, a filha de uma entrevistada - uma jovem universitária - ainda rejeita e critica a escolha que sua mãe fez há quase trinta anos atrás.<sup>101</sup> Outros simplesmente não gostam de falar sobre o assunto. O conteúdo da experiência dessas mulheres na tortura e na prisão talvez seja, dentro da história de vida de suas mães, o elemento mais difícil para esses jovens assimilarem. Ao tratar desse aspecto na vida das sobreviventes dos campos de concentração, Pollak considera que há fatos que se constituem como indizíveis, criando zonas de sombra e de silêncio nos discursos desses indivíduos (op. cit.:305):

*[...]Les frontières de ces silences et non-dits avec l'oubli définitif et le refoulé inconscient ne sont, bien évidemment, pas étanches, étant en perpétuel déplacement. Cette topologie des discours, des silences, et également des allusions et des métaphores, est façonnée par l'angoisse de ne pas trouver d'écoute,*

---

<sup>100</sup>Em algumas situações, houve crianças que nasceram durante o período do engajamento - como foi o caso de um dos filhos de *Julieta* e dos dois filhos de *Luzia* - ou durante o período de confinamento - como foi o caso da filha de *Dalva* e do filho de *Corina*. *Vitória* teve três filhos, *Hercília* dois, *Angélica* três, *Gilda* dois, *Milena* dois e *Bethânia* dois. *Anita*, *Catarina* e *Joana* nunca tiveram filhos.

<sup>101</sup>É importante esclarecer que eu apenas fui apresentada casualmente a alguns filhos das entrevistadas, não tendo entrevistado nenhum desses jovens. Os comentários aqui apresentados referem-se a representações das ex-militantes a respeito das reações de seus filhos, aspecto relevante para a abordagem desta dissertação que pretende focar as questões a serem levantadas ou discutidas privilegiando o ponto de vista dessas participantes. Foi assim que soube do engajamento dos filhos da *Luzia* e o da *Corina* na campanha pelos direitos das famílias dos desaparecidos políticos. Pude perceber que, embora haja entre os filhos das ex-militantes aqueles que aparentemente não têm maiores problemas em relação ao passado de suas mães, o nível de politização e de constante participação em movimentos sociais dos filhos dessas irmãs é um dado incomum na descrição das atitudes desses jovens. Segundo os outros relatos, ainda há aqueles que, apesar de não reagirem com veemência contra a militância de suas mães naquele período, se mostram desinteressados a respeito do fato.

*d'être sanctionné pour ce qu'on dit, voire pour ce qu'on est [...] Cela renvoie également à la définition légale, politique et matérielle du statut des rescapés, variables d'une catégorie et d'un pays à l'autre.*

Estas condições podem provocar crises de identidade que se transmitem, como que uma herança, de uma geração à outra (ibid.:304). É nesse sentido que as relações com os filhos podem apresentar maiores suscetibilidades do que qualquer outro tipo de interação em tal situação. Não seria, portanto, infundado se associar o desinteresse de alguns dos filhos a respeito do passado de seus pais às lacunas que se interpõem entre eles e o conteúdo daquele período. Este fato possivelmente os impediu de ter um contato maior e mais realista com aqueles acontecimentos e, conseqüentemente, de poder experimentar sentimentos e reações mais sintonizadas com o que acontecera dentro daquela realidade.

Além do mais, devem-se acrescentar ao silêncio e às hesitações produzidos no discurso do próprio sujeito dessas experiências outros componentes da formação desse impasse. Trata-se ou do silêncio que recai *sobre* esses protagonistas ou do estigma que lhes é lançado. Entende-se aqui o constrangimento relatado anteriormente por algumas das entrevistadas quando, nos primeiros anos de sua vida legal, tinham seu engajamento na luta armada revelado. O mal-estar resultava do juízo que, segundo elas, grande parte da sociedade brasileira fazia de seu passado. Além da maioria delas ter considerado parcial ou equivocada a interpretação dominante sobre seus atos e sobre o projeto de esquerda ao qual se filiaram, a discriminação daí resultante foi vista como um possível fator de marginalização profissional.

De fato, as circunstâncias que cercaram o passado dessas mulheres as colocavam, em alguma medida, à margem da vida social daquele período. Assim, o que prevalece é a inexistência da memória coletiva desse grupo, desde então, para fazer face à identidade que a memória oficial lhes constrói e que passa à história. Isto vinha colocando dificuldades para que esses filhos incorporassem o passado de seus pais ao processo de elaboração de suas próprias identidades. Se não o pudessem tomar como parte integrante das histórias de vida de suas famílias e, conseqüentemente, não o incorporassem à suas próprias histórias, esses jovens excluiriam de suas identidades elementos significativos. À medida que a versão da militância de esquerda sobre sua luta contra o regime militar assume legitimidade para disputar com a oficial a construção da memória daquele período, como vem acontecendo em anos recentes, a gestão das identidades das famílias desses militantes e a de seus membros, individualmente, finalmente torna-se possível.

Com a recuperação sucinta das recordações das treze ex-presas políticas sobre a etapa final de suas trajetórias na luta armada, tem-se o quadro da dupla travessia que estas mulheres fizeram por domínios da vida social. A primeira é quando franqueiam o espaço público participando de um projeto coletivo de luta. Esse deslocamento representa duas ordens de ruptura: a da hierarquia de gênero de sua cultura e a da hierarquia de poder do regime instaurado pelo golpe de 64. Essa mudança radical de posição dentro do mapa social pela transgressão dos dois códigos - mesmo quando essas jovens já não se encontravam mais adscritas ao mundo da vida privada (embora outras, de sua própria geração, ainda conservassem o mesmo *status* na hierarquia de gênero) - tem por origem a opção política que essas mulheres fazem. Embora algumas digam que eram muito jovens e que não tinham uma idéia clara do significado de suas opções, a natureza de suas decisões (conscientes ou não) foi política, ao desafiarem a

hierarquia de poder de cada uma dessas estruturas. Na realidade, aquelas jovens exploraram suas experiências até o seu limite máximo.

Considero importante observar que as entrevistadas afirmam terem tido consciência da radicalidade de sua escolha política (mesmo quando não percebiam claramente os riscos nela envolvidos). Este dado se contrasta com uma certa inconsciência por parte da maioria das então militantes sobre a radicalidade de sua mudança dentro da hierarquia de gênero. Mesmo já tendo tido contato com a problemática de gênero, sobretudo através da leitura da obra de Simone de Beauvoir, essas militantes não deram atenção a esse aspecto de seu engajamento na luta armada. Sua ênfase era outra. Assim, o senso crítico que apresentaram sobre sua ação política e sua conseqüente ruptura com o sistema implantado com o golpe de 64 não está presente em suas reflexões sobre seu comportamento insólito dentro daquele quadro. A radicalidade desta mudança - entrando para a luta armada recusaram o papel a elas designado pelos valores que orientavam a sociedade a qual pertenciam e inventaram uma outra forma de participação - não é apreendida dessa forma pela maioria delas naquele momento. Fica claro que houve uma naturalização generalizada desse fenômeno por parte daquelas jovens e, segundo me relataram as entrevistadas, por seus companheiros. Em nenhum momento elas se consideraram engajadas em um movimento revolucionário cuja ação política possivelmente se desdobraria em conquistas feministas nem buscavam especialmente esse resultado. Não é sem razão que *Angélica* se sentiu frustrada com o comportamento da esquerda em geral a respeito das relações entre os sexos dentro das organizações e a respeito da postura machista de determinados militantes, já que para ela este tema era de interesse constante e sobre o qual lia sistematicamente, questionando a hierarquia de gênero a que estava submetida. Entre as treze entrevistadas ela foi a única que demonstrou ter tido esse tipo de preocupação já naquele instante.

Assim, pode-se dizer que a iniciativa dessas mulheres naquele contexto colocou a problemática do papel das mulheres e de seu *status* em evidência. Na realidade, isto se deu como uma antecipação - através da ação em si mesma e não por uma reflexão ou uma discussão a seu respeito - do que passaria a ocorrer no Brasil a partir dos anos 70 com o discurso feminista. Considerando a questão de gênero uma questão política (tomo esta noção em sentido amplo, tendo assumido essa posição já no início deste texto), vejo, entretanto, que nos testemunhos das ex-presas políticas esta problemática não emergiu com o mesmo impacto para elas do que a da situação sócio-econômica do país naquele período. No processo de conscientização política por que passaram, essas mulheres não incluíram, de modo objetivo, uma avaliação sobre o estatuto da condição das mulheres ou sobre o significado, para este estatuto, de sua participação na luta armada. Embora tivessem agido com autonomia e embora considerassem que tinham os mesmos direitos e as mesmas responsabilidades que os seus companheiros, de modo geral não perceberam o alcance de tal experiência em termos históricos, já que agiram sem contar com uma tradição ou com fatos passados nos quais se apoiar. Apenas se colocaram, com sua inexperiência e vulnerabilidade, disponíveis para um novo papel histórico. Hoje, entretanto, sabem que sua ação política representou um movimento de vanguarda e que seu comportamento abriu uma nova frente para a inserção das mulheres na vida pública. Sabem também que a ousadia de sua escolha e seu desempenho nessa esfera marcou uma mudança de *status* para elas e uma possibilidade para seu gênero em geral. De qualquer maneira, deixo aqui uma indagação que me foi despertada por Shoshana Felman no texto ao

qual já fiz menção: o fato de serem mulheres - cujo *status* dentro da estrutura de gênero produz um desconhecimento de sua própria biografia (1993) - explicaria esta inconsciência naquele momento sobre seu novo papel dentro da história? É importante lembrar que o caráter especial desse novo papel refere-se sobretudo à natureza da participação dessas mulheres. Ao invés de aparecerem individualmente como heroínas (como outras já o fizeram ao longo dos séculos), assumem força e representatividade por revelarem-se enquanto um grupo com ações coletivas e ideologia própria.

A outra travessia remete-se à saída dos militantes das experiências da clandestinidade, da tortura, da prisão ou do exílio. Ou seja, remete-se a seu caminho de volta à vida legal. Essas mulheres, como todos os outros ex-militantes, conheceram outras dimensões da realidade social brasileira. Transitaram por redes sociais com outros códigos e com outros arranjos de convívio e de sobrevivência. Assumiram outras identidades na clandestinidade e viveram como “desaparecidas” enquanto eram mantidas incomunicáveis nos recintos de tortura. Existiram de diversos modos ou deixaram - mesmo que provisoriamente - de existir. Os que sobreviveram fizeram o caminho de volta ao convívio da sociedade legal, ao convívio da família e dos amigos, reinserindo-se em sua rede de origem. Foi esta a experiência de minhas entrevistadas.

Em resumo, sua travessia inicial foi rumo a alternativas que, conforme atestaram unanimemente, elas acreditavam existir para resolver os problemas sociais e políticos que travavam o desenvolvimento do país em moldes mais justos. Fazem questão de esclarecer, ainda, que não se lançaram na ação política unicamente com o objetivo de derrubar o governo militar. Reafirmam, ao contrário, que se lançaram inicialmente em um projeto de transformação da sociedade brasileira para combater as injustiças e a miséria que grassam da desigualdade social. Depararam-se, entretanto, com estratégias repressivas encetadas pelo regime militar de 1964 para estancar seu empreendimento. Estas estratégias foram sustentadas tanto pelo AI-5 como pela doutrina da Lei de Segurança Nacional, sendo habilmente aprimoradas pelas técnicas dos órgãos de informação. Dentro desse quadro, a luta armada tornou-se a resposta radical de setores da esquerda que se insurgiram contra o arbítrio. Assim, para enfrentar o embate contra as forças do regime militar, as jovens militantes e os outros participantes tiveram que efetuar rupturas com seu mundo cotidiano e entraram para a clandestinidade. Por outro lado, o momento final desse enfrentamento - a sua travessia de volta à vida legal - é resultado do rompimento do projeto de esquerda quando há o desmantelamento das organizações clandestinas pelas forças do governo militar e o confinamento e/ou desaparecimento de seus membros. Desse modo, ao invés de agentes no processo de ruptura como no primeiro momento, os guerrilheiros acabaram vítimas das malhas do regime. Em um outro nível, a volta também representou o momento de resgate e de desdobramento das trajetórias individuais desses indivíduos. Nesse sentido, a interrupção do projeto coletivo foi a ocasião da reconciliação desses indivíduos com a vida comum.<sup>102</sup> Houve, portanto, em dois momentos diferentes, duas ordens de ruptura. Inicialmente tratou-se de uma ação ofensiva por parte dos militantes que rompe com as regras políticas recém- impostas, ao desafiar o poder militar da ditadura. No segundo momento, a

---

<sup>102</sup>A faixa etária de grande parte dos ex-militantes no momento de sua reinserção em suas redes sociais de origem permitiu-lhes e ainda permite-lhes uma efetiva participação na vida social e política do país. Pelo que ficou constatado pelas histórias de vida das entrevistadas e pelas de outros ex-presos políticos que

ruptura se dá como efeito das injunções e da relação de forças desse campo. Assim as duas formam o início e o desfecho de uma etapa breve, embora altamente significativa e intensa, tanto na vida destas protagonistas e na de seus companheiros, como na história recente do país.

---

hoje já são notórias, dada a relevância de seus papéis na vida do país, o retorno desses indivíduos à vida legal significou um ganho para a sociedade pela qualidade da contribuição que podem oferecer.

## Algumas reflexões

*Não acho que nós sejamos nenhuma aberração social. Nós estávamos dentro do nosso tempo e nós demos partida para outros processos.*

*Dalva*

Minha intenção nesta dissertação foi a de resgatar, através das histórias de vida de treze ex-presas políticas da ditadura militar instaurada em 1964, sua versão da história daquele período. Percebi que esta possibilidade se desdobraria em dois sentidos: ao contribuir para a reconstrução daquele passado, estas mulheres estariam construindo a própria memória do grupo e a sua identidade. Encerrando esta dissertação, suas reflexões levam-nas de volta ao momento inicial de suas trajetórias, mas agora a partir de uma perspectiva que incorpora o conteúdo do tempo vivido entre o presente e aquele passado. O intervalo entre essas duas épocas não representa um corte entre o que é pretérito e o que é contemporâneo. Ao contrário, constitui-se em campo de constante elaboração do contato entre esses dois planos. Dessa forma, as ex-presas políticas podem hoje avaliar sua ação com o conhecimento que o distanciamento produz, re-significando aquele passado através da compreensão de seus desdobramentos. Por outro lado, podem - por um movimento inverso - redimensionar o presente a partir dos efeitos daquela ação conjunta, cuja “memória subterrânea” (Pollak, op. cit.:1989) agora emerge, revelando a existência ou não dos processos a que se refere *Dalva* na abertura desta parte.

Ao finalizar, quero ainda retomar um aspecto desta pesquisa que constituiu o eixo da investigação. Trata-se do papel dessas mulheres nos acontecimentos políticos daquela época e o estatuto de sua participação. Focalizando a ação desses agentes, preocupava-me com a problemática da construção da memória desse grupo e, conseqüentemente, com a de suas identidades sociais, por considerar significativo o fato de as mulheres estarem sistematicamente ausentes dos registros históricos. Além do mais, o campo de ação das entrevistadas - a esfera política, notória pela disputa de poder - havia sido tradicionalmente um espaço hostil à sua presença. A legitimação de sua ação e a transformação de seu *status* de desviante no de agente histórico tem sido um processo difícil devido ao critério de avaliação que é utilizado na construção oficial da memória daquela época. Os dois momentos (o inicial e o de seus desdobramentos) que constituem uma ação são julgados indistintamente. Assim, tanto o projeto - conjunto de intenções e de ações deflagradas em um ponto fixo do passado - como seus desdobramentos - resultado dessas ações e verificável somente no presente - são julgados *a posteriori*.

Apropriando-me do conceito de ação em Hannah Arendt (1983:188) e traduzindo-o para o contexto em questão, tentarei demonstrar o que acabo de afirmar. H. Arendt confere à ação um *status* privilegiado, considerando-a como a possibilidade de se inaugurarem novos processos, dado o potencial de liberdade que lhe é inerente. Só existindo dentro do espaço público - esfera política por excelência - a ação e o discurso são os elementos que constituem a vida humana e que possibilitam a expressão da singularidade entre os homens. Dando ênfase à capacidade da ação de dar início ou de imprimir movimento a alguma coisa, a autora destaca suas duas características fundamentais: a imprevisibilidade (presente em toda origem ou início) e, conseqüentemente, a liberdade no momento de agir. Ademais, ela é a circunstância para a revelação do agente (ibid.:193). Assim, distinguindo-se dois momentos na ação,



pode-se considerar que a liberdade se encontra no instante inicial da ação, já que o resultado de seu movimento é ainda imprevisível (ibid.:190). Desse modo, as características fundamentais da ação apontam para sua capacidade de produzir mudanças, para a emergência do agente e para o fato de que somente os desdobramentos da ação ou seus efeitos podem ser avaliados.

Assumindo-se que a ação de cada uma das militantes naquela ocasião estava inserida em um conjunto de ações inspirado por um projeto político coletivo e sabendo-se que este é uma “antecipação vazia” (Schutz, op. cit.:145) - uma construção que se dá por etapas sucessivas de escolhas, em um processo de ajuste ou de transformação de níveis da realidade, não se pode julgar que esta ação tenha sido equivocada em sua origem.<sup>103</sup> Além do mais, a indeterminação da vida social coloca limites, também imprevisíveis, aos projetos - tanto individuais quanto coletivos. Logo, o que deve ser buscado é a compreensão da ação em seus próprios termos, contextualizando o projeto - tanto pela dimensão dessa ação como pela visão de mundo de seus agentes - dentro da realidade do país naquele momento e dentro de um quadro mundial cujas influências todas as entrevistadas reconhecem. *Luzia* exprime bem esta situação:

*Nós vivíamos um momento político internacional de luta [...] havia essa inspiração que não era ficção, não era filme. Aquelas ofensivas dos Vietcongs, a gente via aqui. Não era só uma coisa nossa, não era um absurdo nosso. A repressão acreditou que nós poderíamos ganhar e por isso ela foi com tudo; ela também acreditou nesse processo mundial.*

Para *Angélica* as mudanças que ocorriam naquele momento não se localizavam na esquerda:

*Não foi a esquerda guerrilheira que mudou o quadro; não foi ela que falou das questões fundamentais. Foi um movimento planetário que forçou essas pessoas a reverem suas posições.*

A partir dessas considerações, é importante confirmar que as reflexões das ex-presas políticas - mesmo com as discordâncias e as diferenças que apareceram ao longo dos testemunhos - convergem para um núcleo comum de significado que se refere ao espírito da época. Neste se encontrava o ideal de democratização, partilhado por todas e que passa a inspirar o projeto de transformação da sociedade brasileira. Para todas, foi esta a motivação para entrarem para a militância. Assim, afirmam unanimemente em suas avaliações sobre seu engajamento que faziam parte de um movimento global de democratização. A maioria delas também percebia que seu comportamento contestava padrões tradicionais da sociedade, embora declarem não ter assumido tais atitudes com esse intuito. Em suma, elas julgavam estar participando de um processo de transformação de valores sócio-culturais, cujo aspecto central era o estabelecimento de uma nova ordem política e social. É igualmente interessante observar que em suas reflexões, no momento presente, elas não rejeitam a validade de seus propósitos iniciais. Embora reconheçam que houve equívocos na avaliação da estratégia e do alcance de sua ação

---

<sup>103</sup> Ambas as noções de equivoco e de derrota (esta a ser mencionada mais adiante pelas entrevistadas) - não podem ser tomadas como fatos. Na realidade, lida-se aqui com representações de determinados acontecimentos e de suas consequências por diferentes agentes e a partir de diferentes campos. Assim, recusando uma interpretação naturalizada daquela realidade, considero que essas noções devam ser analisadas como “versões” (traduções retrospectivas dos fatos, a partir de posições diferentes dentro da realidade social) e até mesmo como interpretações diferenciadas entre membros de um mesmo grupo.

política - representação que aparece de formas e com graus diferenciados de crítica ou de autocrítica em suas opiniões - há o sentimento comum de que a presença hoje, em certos setores da sociedade, de uma luta por justiça social e de uma busca de soluções para o dilema brasileiro é também fruto da que iniciaram na sua juventude. Diz *Corina*:

*A inspiração do projeto continua. Não houve um corte, não houve o fracasso. Houve uma série de erros, mas não foi tudo errado. Hoje não existiria sem o ontem e o que se acha hoje é a partir de tudo o que foi vivido.*

*Luzia* reforça esse sentimento ao afirmar que:

*A nossa derrota não foi completa. Muita coisa que nós fizemos e que muitos de nós morreram defendendo é hoje discutida abertamente. Acho que tudo que nós pudemos fazer no nosso movimento valorizou muito mais os processos de participação da sociedade civil.*

Mesmo assim, *Dalva* comenta a desarticulação do movimento e a reação dos militantes:

*Não havia uma política de massas. Era mais aquela coisa de demiurgos - a ALN até menos, dado seu caráter. Não houve uma resposta dentro da sociedade; ao contrário, houve muita reação negativa. E a nossa reação à derrota não foi positiva como a do pessoal de 35 [revolta comunista de 1935]; [...] eles saíram como referência política, como exemplo. Nós, não.*

Para *Joana*, a derrota foi consequência de uma luta desigual:

*Nós éramos jovens estudantes idealistas que acabaram formando pequenos grupos para enfrentar um aparato militar tipo americano no Vietnã e também se enfrentando internamente porque tinham tendências ideológicas diferentes; e a esquerda nem nesses momentos se une. [...] Eu me sacrifiquei muito, não tive filhos, mas como acredito que a marcha da história é que o mundo seja mais humano, de alguma maneira tentei contribuir, dei parte da minha vida para isso. Valeu a pena...*

*Milena* afirma que a esquerda foi “massacrada” pelas forças de direita e também pela mídia, acrescentando:

*Se a experiência dos participantes daquele projeto político tivesse sido aproveitada, a realidade dessa nação poderia ser mais generosa. [...] Na realidade, nós existimos naquele momento porque os condicionamentos históricos permitiram que houvesse aquela geração. Isso dilui um pouco aquela idéia do herói coletivo; nós éramos uma geração de heróis entre aspas. E depois entramos para a galeria do folclore brasileiro. [...] a influência que a gente tem hoje é de ter criado uma consciência moral, denunciando que aquilo estava errado. Essa consciência entrou na malha da sociedade. Acho que nós, hoje, ainda somos uma reserva moral para o país...*

Para *Catarina*, houve o que ela chama de “o grande desastre” porque havia uma grande ilusão:

*Sempre achei que ia morrer porque acreditava que nosso grupo estava na luta para abrir caminho, mas se eu morresse haveria dez outros para ocupar o meu lugar; eu acreditava na adesão. [...] quando os companheiros começaram a cair não houve reposição. [...] A proposta era de um país socialista mas não havia classe operária, nem grau de politização... Não havia avaliação da situação... O processo de implantação do comunismo estava errado. [...] Outra questão complicada é que a liberdade é intrínseca ao homem...*

Em duas cartas de julho de 1977, Anita faz uma reflexão sobre a experiência que ela considerava - e ainda hoje considera - válida:

*[...] Há muros que me impedem de realizar a maior vontade que tenho neste momento: estar ao lado de vocês [sua família]. É o preço que pagamos por nos recusarmos a ser uma cobaia passiva nas mãos dessa engrenagem. E não é um preço tão alto assim. O que nos é roubado - a possibilidade de vivermos intensa e tranqüilamente as nossas vidas - o que nos é roubado deixaremos de herança aos nossos filhos ou netos, ou bisnetos, ou tetranetos, que importa?*

*Não adianta mais continuar enchendo a boca nos chamando de terroristas. Isso não cola mais. Eles já nos prenderam, já mataram muitos dos nossos, poderiam até (embora isso hoje seja bem mais difícil) nos destruir a todos fisicamente. Mas não poderão continuar camuflando nossa existência [...] Certos ou errados, nós fizemos e fazemos parte da história desse país. Isso não poderá ser apagado. Até pouco anos atrás, a pecha de terrorista ainda colava para alguns setores. Aos poucos essa pecha irá desaparecendo. [...] Nossa semente é fértil e eles sabem disso...*

Assim, retroativamente, é possível se fazer uma avaliação de um projeto, a partir de seus resultados objetivos. De qualquer maneira, deve-se ter em mente que essa avaliação posterior é sempre feita a partir de um contexto e de um quadro de valores incongruentes com a realidade original. Nesse sentido, a avaliação serve menos para julgar a validade de uma determinada ação no passado do que para entender o efeito de seus resultados sobre o presente. Além do mais, manipulando o conteúdo de um dado momento no passado, uma interpretação sobre este pode servir ainda para atender no presente a interesses que estejam disputando a hegemonia dentro de um determinado campo. Dessa forma, ao se analisar o passado, fazendo-lhe a crítica, trabalha-se com hipóteses. Portanto, seria possível indagar-se também sobre quais teriam sido os desdobramentos do período da ditadura militar sem o enfrentamento das forças de esquerda. Esta é uma pergunta recorrente entre muitas das mulheres que entrevistei e para qual obviamente não há resposta.

Volto aqui à Hannah Arendt para recuperar suas palavras sobre a ação e seu papel fundamental na realização da dimensão do humano, momento em que, para ela, não pode existir juízo sobre sua validade. Posso aproximar, então, a ação das mulheres na luta armada ao potencial do que é *novo* e *imprevisível* que a autora encontra na ação enquanto força inauguradora. No momento em que as jovens militantes romperam os limites de sua condição de gênero, desafiaram também o autoritarismo do governo militar. O quadro sócio-cultural brasileiro dos grandes centros urbanos - já configurado nos moldes das sociedades complexas moderno-contemporâneas - abriu espaço para tal ação. Dentro daquele contexto, surgiram dois campos antagônicos, com programas específicos para os problemas do país, e em um deles estas mulheres se engajaram. Os dois projetos e suas ações põem em movimento princípios éticos e políticos distintos que desencadeiam reações diversas no processo social. Hoje, com o distanciamento que nos separa daquele início, podemos nos indagar sobre o significado da ação política daqueles grupos de esquerda.<sup>104</sup> Podemos levantar a hipótese, por exemplo, de que as ex-presas políticas

---

<sup>104</sup> Apesar de já ter chamado atenção para o fato de que a participação no movimento de esquerda não se restringiu a de jovens estudantes de classe média dos grandes centros urbanos (ver nota 3), tendo também explicado que foi exatamente esta condição os tornou muito mais visíveis do que outros participantes, volto ao assunto para reforçar a importância de se resgatar a história da colaboração de ativistas políticos de outras faixas etárias. Ligados à tradição comunista brasileira, estes militantes trouxeram a inspiração

acionaram, junto com seus companheiros, forças de transformação que, a médio e longo prazos, desestabilizaram o poder instalado pela ditadura, imprimindo para o futuro a marca daquele instante como de todos os inícios, cujo cerne revela a indeterminação da vida social (e subjetiva) e a constante possibilidade de sua reinvenção:

*Fluindo na direção da morte, a vida do homem arrastaria consigo, inevitavelmente, todas as coisas humanas para a ruína e a destruição, se não fosse a faculdade humana de interrompê-la e iniciar algo novo, faculdade inerente à ação como perene advertência que os homens, embora devam morrer, não nascem para morrer, mas para começar.* (ibid.:258)

Este impulso está presente no percurso que as ex-militantes traçaram desde seu ingresso no projeto de esquerda na segunda metade dos anos 60 até este momento. No conjunto das entrevistas, ficou clara a singularidade de cada caso através das histórias de vida das treze entrevistadas. Embora todas fossem estudantes no momento que ingressaram na militância havia diferenças nas origens dessas expressas-políticas e em suas experiências estudantis. O engajamento em si mesmo marcava outro tipo de contraste entre elas, já que as organizações tinham perfis distintos e que o papel de cada uma das ex-militantes dentro dessas estruturas assumia um *status* próprio. A convivência da variedade e da semelhança nesse conjunto de testemunhos representou, de fato, um dos aspectos mais interessantes deste estudo.

Como já esclareci anteriormente, a aproximação do objeto de minha pesquisa teve que se dar por diferentes entradas para que seus múltiplos elementos e seus arranjos particulares se revelassem. A composição das diferenças e das similitudes se dava por sua presença em planos distintos. Exemplo disso é a questão das particularidades quanto às origens das militantes - lugar de nascimento, experiências sócio-culturais (mesmo quando se tratava de militantes oriundas do mesmo estrato social), religião ou grau de religiosidade etc. - que se referiam a um plano específico de suas vidas, enquanto sua opção política as igualava, subsumindo-as em outro mais abrangente que era o do projeto coletivo. Entretanto, é curioso constatar que, apesar das dessemelhanças encontradas em suas biografias anteriores e das especificidades que pontuam suas experiências de hoje, as trajetórias dessas mulheres, uma vez reinseridas na vida legal, apresentam um núcleo inconfundível de semelhança. Mais do que afinidades em termos objetivos, tais como vida profissional ou nível acadêmico, percebem-se afinidades de outra ordem. Assim, é importante destacar que há uma coincidência na vidas das treze entrevistadas que se refere a uma postura de comprometimento com determinados princípios. É este, até hoje, o traço comum entre elas que se revela na preocupação que todas têm com seu papel social e com o sentido de seu trabalho e de suas opções pessoais através das indagações que fazem sobre sua validade e propósito. Mesmo que apenas uma delas gravite na esfera da política partidária não se pode negar que a postura destas mulheres seja a de agentes políticos influentes dentro da sociedade.

---

de sua experiência de lutas passadas para o enfrentamento à ditadura militar. Dalva referiu-se inúmeras vezes a esses velhos militantes e à sua postura dentro daquela situação com admiração e respeito por seu longo e intenso envolvimento na resistência contra os regimes que eles consideravam perpetuadores da grande desigualdade social. Contudo, além da incorporação da participação das diferentes gerações na memória daquele período deve-se ter sempre em mente sua origem social, estando ciente da presença de diferentes segmentos dentro do projeto de esquerda.

Este fato pode ser atestado também por sua disponibilidade em participar das minhas entrevistas. As inúmeras horas dedicadas aos depoimentos, a rememoração por vezes dolorosa, a fadiga na repetição de fatos já relatados em muitas outras ocasiões e tantos outros aspectos envolvidos na produção de testemunhos, exigem esforço e determinação para serem enfrentados. O fato de terem sido protagonistas de episódios históricos e a natureza da escuta que lhes era oferecida certamente motivaram as treze ex-militantes a produzirem suas reconstruções daquele período. Mas, além disso, a acolhida que deram a meu projeto participando dele está ligada, segundo as próprias entrevistadas, a uma questão ética. Foi assim que, pela elaboração oral de uma história cuja matéria-prima foi a narrativa daquelas que viveram os acontecimentos, construiu-se mais uma versão da memória daquele passado. Duas entrevistadas referem-se à importância dessa construção. *Milena*, por exemplo, refere-se ao significado da reconstrução dessa história:

*Se resgatarmos seriamente a nossa história, o Brasil poderá começar a pensar seriamente sobre si mesmo.*

E *Corina* adverte:

*Não dá para este país ser querido se ele não conhece a sua própria história. Fica faltando pedaço. Falta pedaço na ética, na vida política... Se não se tem referências, sempre vai haver falta. Nós todos temos uma história. Não dá para negar que houve essa história.*

À esta altura, já se pode constatar que este processo de resgate das recordações e das reflexões das ex-presas políticas reflete, nos termos de Paul Thompson (1992), uma democratização da produção histórica. Trata-se justamente da ampliação da representatividade na construção da memória social - procedimento privilegiado da história oral pelo qual o conteúdo histórico de determinado período é amplamente complexificado pela polifonia (indiscriminada) dos discursos que ela pode incorporar. Esse recurso dá emergência e voz àqueles protagonistas que até então eram personagens anônimos da memória de um passado.

Por esta razão, considerei, desde o primeiro momento, que a importância deste método para minha pesquisa estava ligado à possibilidade que ele oferecia para a construção da memória e da identidade do grupo que eu estava entrevistando. Estes dois elementos - a memória coletiva e a identidade social - estariam contribuindo para legitimar a trajetória das ex-militantes e o projeto coletivo a que pertenceram, ao conferir-lhes existência histórica.

Neste processo, ficou clara, então, a complexidade dessa construção, na medida em que o método da história oral resgata uma história incorporada (Leite Lopes:1992), ou seja, uma história que foi de fato vivida pelos agentes. Seu conteúdo é, portanto, de duas ordens: o coletivo - partilhado entre aqueles que participaram da mesma experiência social - e o individual - vivenciado e interpretado subjetivamente a partir de particularidades da história de vida e das idiossincrasias de cada participante. O duplo nível - a partir do qual se dá a reconstrução de diferentes historicidades por este método - produz, como efeito de suas contínuas interpenetrações, uma história densa. Criada em múltiplas dimensões, essa narrativa consegue englobar o discurso de uma determinada classe, de um grupo social,

de um grupo político ou de algum campo cultural específico ao mesmo tempo em que preserva as singularidades presentes nos testemunhos de seus agentes históricos. Isto foi constatado durante minha pesquisa com as treze ex-militantes. Em muitos momentos, as discrepâncias que surgiam em seus relatos pareciam ameaçar a homogeneidade necessária que justificasse minha proposta de trabalhar com a construção da memória coletiva e da identidade social de um determinado grupo. De fato, a noção de conjunto só pôde ser alcançada na medida que todos os testemunhos foram sendo confrontados no processo da feitura do texto desta dissertação. Foi assim que o fio condutor de suas escolhas e de suas ações surgiu de forma inequívoca, apontando para o engajamento de todas - embora em graus diferentes - no projeto coletivo de esquerda. A pulverização de certos elementos pelas múltiplas interpretações e vivências (devido às próprias diferenças internas ao campo que, por sua vez, se referiam às múltiplas alternativas na organização da luta armada ou à condução da militância em si mesma) acabaram se condensando em um arranjo coeso e coerente que oferece a história desse grupo de mulheres através de suas trajetórias de vida. À medida que essa memória é construída ela pode dar sentido às histórias de vida de cada uma dessas protagonistas, inserindo-as na história social e política de seu país e, em um movimento inverso, suas lembranças individuais podem dar orientação e significado à construção abrangente dessa mesma história.

Aceitando a potencialidade subversiva da memória por sua capacidade de, ao revelar aspectos da realidade social passada até então encapsulados, promover a reparação de injustiças e incitar novas práticas, considero o conteúdo dos testemunhos das ex-presas políticas brasileiras altamente significativos. A escolha deste tema dentro do quadro em que se deu é também significativo. A idéia me ocorreu pela primeira vez em meados de 1993 e as entrevistas começaram a ser gravadas aproximadamente um ano depois. No momento em que fecho este texto o Presidente da República acaba de sancionar (4/12/95) a lei nº 9.140 que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. Embora não atenda - segundo os integrantes do Grupo Tortura Nunca Mais e os da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados - às reivindicações das famílias dos desaparecidos políticos e às de ex-presos políticos, este ato atesta que o Estado assumiu uma parcela de sua responsabilidade pelo desaparecimento desses cento e trinta e seis ativistas.<sup>105</sup> Entre o ano de 1993 e este momento os meios de comunicação abriram espaço para a discussão desse passado, como também para depoimentos de pessoas que, de uma forma ou de outra, tiveram contato com a realidade oculta daquele período. Além disso, foi lançado um filme sobre a vida do guerrilheiro Lamarca, precedido de grande campanha publicitária e com boa aceitação por parte do público. Dois anos antes (1992), havia sido publicado um

---

<sup>105</sup>Segundo os cálculos desses dois grupos o número de desaparecidos é de 152, além dos 217 dissidentes políticos mortos durante aquele período, totalizando 369 famílias envolvidas nessa questão. Cecília Coimbra, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, agradecendo a homenagem que lhe é prestada na noite de lançamento de seu livro *Guardiães da Ordem* (sobre as práticas psicanalíticas nos anos 70 e sua relação com o autoritarismo), em 12/12/95, reforça as palavras do vereador Augusto Boal e de Suzana Lisboa, mulher do estudante Eurico Tejera - militante da ALN, morto aos 24 anos - e membro da comissão sendo montada no Congresso para acompanhar os desdobramentos da lei 9.140 - que abriram a noite enfatizando a necessidade de se resgatar a história desse período. Advertem os três que não se pode permitir que esta lei venha a funcionar como uma mera compensação e, portanto, como um ponto final para aqueles acontecimentos. Boal afirma que “anistia não pode ser sinônimo de amnésia.”

livro (uma “reportagem biográfica”) sobre a militante Iara, sua companheira, que atingiu expressiva vendagem em relação à penetração que os livros de seu gênero alcança.

Sabendo-se que a memória não é um depósito de fatos e de dados que podem ser consultados a qualquer momento e recuperados sempre da mesma forma, não se pode esquecer um aspecto crucial dentro do processo que acabo de descrever. Trata-se da questão da capacidade de “escuta” disponível na sociedade para entrar em contato com conteúdo de tais testemunhos. Não basta aos agentes históricos quererem relatar suas experiências. Sem a contrapartida dos outros agentes sociais que queiram ou que possam ouvir seus relatos, concedendo-lhes existência histórica, seus elementos permanecem reclusos no domínio das imagens e da referencialidade. Nessas condições especiais - contando com a presença de um interlocutor e dentro de um contexto histórico propício - seu relato se transforma, deixando de ser apenas um conjunto de memórias. Ganhando novo significado, esse relato não *representa* uma história e sim passa a *constituir* uma história (ou “um espetáculo,” nas palavras de H. White [op. cit.:1990::43]). Assim, esta dissertação faz parte de um momento cujas condições permitiram que o conteúdo dos vinte e um anos de autoritarismo passasse a ser reelaborado como história, deslocando - através de novos significados e da voz dos que o viveram - o passado até o presente.

Ao encerrar esta dissertação, estou consciente de que não pude - e por vezes não soube - aproveitar muitas das pistas que me foram oferecidas pelos relatos de minhas informantes. Conforta-me, contudo, saber que na antropologia os dados etnográficos são alvos naturais de reanálises e que, pela própria natureza de seu objeto, uma etnografia é sempre incompleta. Os resíduos que permanecem são como que um convite a novas questões e a novas interpretações.

Estou consciente também que novas questões surgiram para mim. Não me refiro aqui àquelas que são remanescentes do meu trabalho de campo e que se referem especificamente a ele. Refiro-me à experiência peculiar que vive o antropólogo. Aprendendo a estranhar o que lhe é familiar, a não criar resistência ante o que lhe parece estranho e a não esperar previsibilidade tanto na semelhança como na diferença, tal pesquisador é continuamente afetado por esses contatos. Assim, posso dizer que ter conhecido a diferença radical que existe entre as experiências de minhas entrevistadas e as minhas - apesar de tantos pontos de identificação entre nós - me modificou. E de tal forma que seu significado ainda me escapa.

## ANEXO

### Glossário:

aparelho	- imóvel usado clandestinamente para abrigar militantes ou para reuniões da organização
cair	- pessoa: ser presa; local: ser invadido e tomado pela polícia ou pelas forças da repressão
abrir	- revelar informações sobre a própria organização ou revelar a identidade verdadeira e/ou o paradeiro de algum companheiro para os agentes da repressão
nome frio	- identidade falsa
desbundar	- desistir da participação na luta armada; abandonar o engajamento
auto-crítica	- avaliação do militante sobre sua própria atuação, sobre seu comportamento em relação aos companheiros e sobre o nível de seu engajamento ideológico perante a organização ou mesmo perante apenas alguns de seus membros
racha	- dissensão dentro de uma organização resultando em rompimento entre seus membros, o que geralmente significava a criação de um novo grupo



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, Alzira A. - *Intelectuais e guerreiros. O Colégio de Aplicação da UFRJ de 1948 a 1968*, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1992.

\_\_\_\_\_ - “Guerrilha: fácil de entrar, difícil de sair” - Trabalho apresentado no 18º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, nov./94.

André, Serge - *O que é uma mulher?*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, 2ª ed.

Arendt, Hannah - *A condição humana* [1958], Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983, 2ª ed.

Arquidiocese de São Paulo - “Tortura” in *Brasil: nunca mais*, Projeto A [12 volumes], 1985, Tomo V, vol. 1.

\_\_\_\_\_ - *Brasil: nunca mais*, Petrópolis: Ed. Vozes, 1985, 5ª ed.

Barnes, A. J. - “Redes sociais e o processo político” in Bela Feldman-Bianco (org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas*, São Paulo: Global, 1987, [159-189].

Barros, Myriam M. Lins de - *Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

Becker, Howard S. - “The Life History” in P. Worsley, *Modern sociology introductory readings*, Baltimore: Penguin Books, 1970, [115-120].

Becker, Howard S. - *The other side: perspectives on deviance*, Nova York: The Free Press, 1967.

\_\_\_\_\_ - *Outsiders: studies in the sociology of deviance*, Nova York: The Free Press, 1963.

Bettelheim, Bruno - *O coração informado*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

Bosi, Ecléa - *Sociedade e memória: lembranças de velhos*, São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1979.

Bourdieu, Pierre - “La domination masculine” in *Actes de la recherche en sciences sociales*, nº 84, set/1990, [4-31].

\_\_\_\_\_ - “A representação política - elementos para uma teoria do campo político” in *O poder simbólico*, Lisboa: Difel, 1989, [164-207].

\_\_\_\_\_ - “L’illusion biographique”, in *Actes de la recherche en sciences sociales*, no. 62/63, junho/1986, [69-72].

- Cabral, Reinado e Lapa, Ronaldo (orgs.) - *Desaparecidos políticos*, Rio de Janeiro: Edições Opção, 1979.
- Coggeshall, John M. - "Those who surrender are female: prisoner identities as cultural mirror" in F. Manning and J.-M. Philibert (eds.), in *Customs in conflict*, Ontario: Broadview Press, 1990, [149-166].
- Collier, Jane F. - "Women in politics" in M. Rosaldo and L. Lamphere (eds.), *Woman, culture and society*, Stanford: Stanford University Press, 1974, [89-96].
- Costa, Albertina de Oliveira, Moraes, Maria Teresa P., Marzola, Norma e Lima, Valentina da Rocha (eds.) - *Memórias das mulheres do exílio*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, vol. II.
- Crapanzano, Vincent - "Text, transference and indexicality" in *Ethos*, vol. 9, no. 2, 1981 [122-148].
- Cucchiari, Salvatore - "The gender revolution and the transition from bisexual horde to patrilocal band: the origins of gender hierarchy" in S. Ortner and H. Whitehead (eds.) *Sexual meanings*, Cambridge: Cambridge University Press, 1981, [32-79].
- D'Araújo, Maria Celina, Soares, Glaucio Ary D. e Castro, Celso (orgs. e introdução) - *Os anos de chumbo: memória militar sobre a repressão*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- 
- \_\_\_\_\_ - *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- 
- \_\_\_\_\_ - *A volta aos quartéis: memória militar sobre a abertura*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- Darcy de Oliveira, Rosiska - *Elogio da diferença*, São Paulo: Brasiliense, 1993, 3ª ed.
- Duarte, Luiz Fernando Dias - "Classificação e valor na reflexão sobre identidade social" in Ruth Cardoso (org.) *A aventura antropológica*, São Paulo: Paz e Terra, 1988, 2ª ed., [69-92].
- Dumont, Louis - *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*, Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- 
- \_\_\_\_\_ - *Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*, São Paulo: Edusp, 1992.
- Duras, Marguerite - *A dor*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, 3ª ed.
- Felman, Shoshana - "The question of autobiography and the bond of reading" in *What does a woman want?*, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993, [1- 19].

- Ferreira, Marieta de Moraes (coord.) - *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994 .
- Freud, Sigmund - “A sexualidade feminina” [1931] in *Obras completas*, Rio de Janeiro: Imago, 1974, vol. XXI, [259-279].
- Goffman, Erving - *Manicômios, prisões e conventos*, São Paulo: Perspectiva, 1974.
- \_\_\_\_\_ - “Characteristics of total institutions” [1958] in A. S. Goldstein e J. Goldstein (orgs.), *Crime, law and society*, Nova York: The Free Press, 1971, [239-267].
- Gomes, Ângela de Castro (coord.) - *Velhos militantes*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- Halbwachs, Maurice - *La mémoire collective*, Paris: Presses Universitaires de France, 1968.
- Heilborn, Maria Luiza - *Dois é par: conjugalidade, gênero e identidade sexual em contexto igualitário*, Rio de Janeiro: PPGAS - Museu Nacional/ UFRJ, 1992 (tese de doutoramento).
- Howell, Signe e Melhuus, Marit - “The study of kinship, the study of person, a study of gender?” in Teresa del Valle (ed.), *Gendered anthropology*, London: Routledge, 1993, [38-53].
- Lemgruber, Julita - *Cemitério dos vivos*, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1979, (dissertação de mestrado).
- Lévi-Strauss, Claude - “Introdução à obra de Marcel Mauss” in M. Mauss, *Sociologia e Antropologia*, São Paulo: Edusp, 1974, vol. I, [1-36].
- Lima, Marcelo A. Camurça - *Os “melhores filhos do povo”: um estudo do ritual e do simbólico numa organização comunista - o caso do MR8*, Rio de Janeiro: PPGAS - Museu Nacional/UFRJ, 1994, 2 vol. (tese de doutoramento).
- Martins, Luciano - “A geração AI-5” in *Ensaio Opinião*, vol. II, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, [72-102].
- Mead, Margaret - *Sexo e temperamento* [1935], São Paulo: Perspectiva, 1988, 3ª ed.
- Mello, Maria Amélia (org.) - *20 anos de resistência: alternativas para a cultura no regime militar*, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.
- Merllié, Françoise - “Le corps de femmes: l’intérieur et l’extérieur” in *Actes de la recherche en sciences sociales*, nº 83, junho/1990, [62-63].
- Middleton, David e Edwards, Derek (eds.) - *Collective remembering*, London: Sage Publications, 1991.
- Minayo, Maria Cecília de Souza - *O desafio do conhecimento - pesquisa qualitativa em Saúde*, São Paulo: Hucitec-Abraco, 1992, 3ª ed.

- Moore, Henrietta L. - "The differences within and the differences between" in T. del Valle (ed.), *Gendered anthropology*, London: Routledge, 1993, [193-204].
- Moraes, João Luiz de - *O calvário de Sônia Angel*, Rio de Janeiro: Gráfica MEC Editora, 1994.
- Nicéas, Carlos Augusto - "Além da castração, a-sexualidade: indicações freudianas" in J. Birman e C. A. Nicéas (orgs.), *A ordem do sexual*, Rio de Janeiro: Campus, 1988, [12-18].
- Ortner, Sherry B. e Whitehead, Harriet (eds.) - "Accounting for sexual meanings" in *Sexual meanings*, Cambridge: Cambridge University Press, 1981, [1-27].
- Park, Robert E. - "A cidade: sugestões para a investigação sobre o comportamento humano no meio urbano" in O. Velho (org.), *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro: Zahar, 1967, [29-72].
- Patarra, Judith L. - *Iara: reportagem biográfica*, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993, 4ª ed.
- Perelberg, Rosine J. e Miller, Ann C. (orgs.) - *Os sexos e o poder nas famílias*, Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- Pierce, Charles - "Logic as semiotic: the theory of signs" in J. Buchler (seleção e ed.) *Philosophical writings of Pierce* Nova York: Dover Publications, 1955.
- Pollak, Michael - "Memória e identidade social" in *Estudos Históricos*, vol. 5, nº 10, Rio de Janeiro, 1992, [200-212].
- \_\_\_\_\_ - *L'expérience concentrationnaire*, Paris: Éditions Métailié, 1990.
- \_\_\_\_\_ - "Memória, esquecimento e silêncio" in *Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3, Rio de Janeiro, 1989, [3-15].
- Pollak, Michael e Heinich, Nathalie - "Le témoignage" in *Actes de la recherche en sciences sociales*, nº 62/63, junho/1986, [3-29].
- Pollak, Michael e Botz, Gerhard - "Survivre dans un camp de concentration - entretien avec Margareta Glas-Larsson" in *Actes de la recherche en sciences sociales*, nº 41, fev./1982, [3-28].
- Saffioti, Heleieth I. B. - "Rearticulando gênero e classe social" in *Uma questão de gênero*, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, [183-215].
- Schutz, Alfred - *Fenomenologia e relações sociais*, Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- Simmel, Georg - *Cultura feminina*, Lisboa: Galeria Panorama, 1969.
- \_\_\_\_\_ - "The metropolis and mental life" in *On individuality and social forms*, Chicago: The University of Chicago Press, 1971, [324-339].

- \_\_\_\_\_ - “Group expansion and the development of individuality” in *On individuality and social forms*, Chicago: The University of Chicago Press, 1971, [251-293].
- Stolcke, Verena - “Is sex to gender as race is to ethnicity?” in T. del Valle (ed.), *Gendered anthropology*, London: Routledge, 1993, [17-37].
- Sussekind, Flora - *Literatura e vida literária: polêmicas, diários e relatos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- Thompson, Paul - *A voz do passado*, São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- Valle, Teresa del (ed.) - *Gendered anthropology*, London: Routledge, 1993, [1-16].
- Velho, Gilberto - *Projeto e metamorfose*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- \_\_\_\_\_ - “Unidade e fragmentação em sociedades complexas” in G. Velho e O. Velho, *Duas Conferências*, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1992, [13-46].
- \_\_\_\_\_ (org.) - *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*, Rio de Janeiro: Zahar, 1977, 2ª ed.
- \_\_\_\_\_ - “Subjetividade e política” in *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986, [79-89].
- \_\_\_\_\_ - “Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas” in *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*, Rio de Janeiro: Zahar, 1981, [13-37].
- \_\_\_\_\_ - “Observando o familiar” in *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*, Rio de Janeiro: Zahar, 1981, [121-132].
- Ventura, Zuenir - *1968: o ano que não terminou*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- White, Hayden - “The question of narrative in contemporary historical theory” in *The content of form - narrative discourse and historical representation*, Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1990, [26-57].
- Winkin, Yves - “Goffman et les femmes” in *Actes de la recherche en sciences sociales*, nº 83, junho/1990, [57-61].